

Universidade Federal da Paraíba | UFPB
Centro de Tecnologia | CT
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU



A apropriação feminina dos espaços públicos, em territórios dominados por grupos armados: a atmosfera de violência em comunidades do Centro Histórico de João Pessoa/PB

Mirelli Albertha de Oliveira Gomes

João Pessoa/PB
Novembro/2024

Mirelli Albertha de Oliveira Gomes

A apropriação feminina dos espaços públicos, em territórios dominados por grupos armados: a atmosfera de violência em comunidades do Centro Histórico de João Pessoa/PB

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba como requisito à obtenção do título de doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcele Trigueiro.

João Pessoa/PB

Novembro/2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G633a Gomes, Mirelli Albertha de Oliveira.

A apropriação feminina dos espaços públicos, em territórios dominados por grupos armados : a atmosfera de violência em comunidades do Centro Histórico de João Pessoa/PB / Mirelli Albertha de Oliveira Gomes. - João Pessoa, 2024.

288 f. : il.

Orientação: Marcele Trigueiro de Araújo Moraes.
Tese (Doutorado) - UFPB/CT.

1. Espaço público - Mulheres. 2. Espaço público - Violência - Apropriação. 3. Movimento de mulheres - Apropriação. 4. Violência - Gênero feminino. I. Moraes, Marcele Trigueiro de Araújo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 711.4(043)

**A apropriação feminina dos espaços públicos,
em territórios dominados por grupos armados: a atmosfera de violência
em comunidades do Centro Histórico de João Pessoa/PB**

Por

Mirelli Albertha de Oliveira Gomes

Trabalho de tese aprovado em 26 de novembro de 2024

Documento assinado digitalmente
 **MARCELE TRIGUEIRO DE ARAÚJO MORAIS**
Data: 27/11/2024 11:51:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Marcele Trigueiro de Araújo Morais
(Orientadora – PPGAU/UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **MARIANA FIALHO BONATES**
Data: 27/11/2024 13:58:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Mariana Fialho Bonates
(Avaliadora Interna – PPGAU/UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **LIVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA**
Data: 27/11/2024 19:34:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Livia Izabel Bezerra de Miranda
(Avaliadora Externa – UFCG)

Documento assinado digitalmente
 **LUCIA LEITAO SANTOS**
Data: 09/12/2024 19:04:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Lúcia Leitão Santos
(Avaliadora Externa – UFPE)

Documento assinado digitalmente
 **THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA**
Data: 21/01/2025 10:16:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Thais de Bhanthumchinda Portela
(Avaliadora Externa – UFBA)

João Pessoa/PB - 2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha orientadora Marcele Trigueiro, pela sua generosidade e dedicação em orientar, ler e corrigir incansavelmente este trabalho e me acompanhar nesta jornada, encantada pela sua sutileza e apoio inestimável, sempre segurando a minha mão nos momentos mais desafiadores.

Agradeço também ao corpo docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba. Encerro este ciclo de estudos levando comigo o carinho e profundo respeito aos mestres que me acompanharam e contribuíram para minha formação como arquiteta e urbanista, na graduação, mestrado e doutorado, em especial: Doralice Maia, Maria Berthilde Moura Filha, Nelci Tinem, Wylinna Vidal, Carlos Nome, Elisabetta Romano, Jovanka Baracuhy e Patrícia Alonso;

Às professoras Livia Miranda, Lúcia Leitão, Mariana Bonates e Thaís Portela, pela disponibilidade de integrar a banca avaliadora, pela leitura precisa do trabalho e, sobretudo, pelas valiosas contribuições durante o desenvolvimento desta tese;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo suporte financeiro através da concessão da bolsa de estudos que viabilizou a realização desta pesquisa;

Às mulheres das comunidades Saturnino de Brito e Renascer, pelas entrevistas concedidas;

Às minhas amigas que dividiram comigo as alegrias e frustrações deste longo percurso na UFPB: Elis, Laura, Sofia, Liêssa, Paula, Juliana, Myllena, Thuany e Lara;

À minha família, pelo amor de todas as horas - minha mãe, Bertha; meu pai, Miranildo; Flávia, Geraldo, Segundo, Thalita, Ian, Igor e Heitor;

E ao meu companheiro Cyrille, por estar sempre ao meu lado, oferecendo suporte e apoio necessários neste processo.

RESUMO

A violência e o medo do crime influenciam significativamente o uso e a apropriação dos espaços públicos por diversos grupos sociais, especialmente aqueles em posições mais vulneráveis na sociedade. As mulheres, marginalizadas dos espaços públicos em razão do seu gênero e do medo de violência sexual, são mais propensas a restringir seu comportamento e sua liberdade de mover-se pela cidade. No caso de mulheres moradoras de favelas, a sobreposição de desigualdades de gênero, classe e raça coloca-as em risco adicional de medo e insegurança na mobilidade urbana, devido às suas condições de vida, baixos rendimentos e à falta de qualidade na infraestrutura e no desenho urbano, o que aumenta o potencial para surgimento de conflitos, crimes e violência e abre espaço para que grupos organizados e armados constituam esferas alternativas e informais de poder. Em João Pessoa, os bairros Centro, Varadouro e Trincheiras são particularmente afetados por altas taxas de mortes violentas de mulheres, decorrentes da atuação de facções de tráfico de drogas e do clima de guerra civil que permeia o cotidiano desses bairros. Esta tese investiga como a violência influencia a apropriação dos espaços públicos pelas mulheres, e tem como principal objetivo de pesquisa compreender a relação entre a apropriação feminina dos espaços públicos e o contexto de violência em comunidades de João Pessoa, especialmente aquelas que apresentam altas taxas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) direcionados ao gênero feminino e estão sob domínio de grupos armados. Os métodos mobilizados para a realização da pesquisa apoiam-se no levantamento de dados quantitativos referentes aos casos de violência letal contra o gênero feminino e ao perfil sociodemográfico da área central de João Pessoa, assim como na condução de entrevistas curtas e longas, realizadas com mulheres passantes, trabalhadoras e residentes dos bairros analisados, que tiveram, como ponto de partida metodológico, a análise da vida cotidiana e das percepções femininas, integrando uma dimensão sensível referente às emoções geradas na apropriação dos espaços públicos. Trata-se de defender a tese segundo a qual a apropriação e os movimentos das mulheres pelos espaços públicos da comunidade estariam condicionados e limitados pelos territórios e fronteiras referentes às áreas de atuação de grupos armados, somando às desigualdades de raça, classe e gênero, restrições espaciais adicionais em razão do clima de guerra civil que emergiria na vida cotidiana dos bairros.

Palavras-chave: Violência. Gênero. Apropriação. Espaço Público. Clima de Guerra Civil.

ABSTRACT

Violence and fear of crime significantly influence the use and appropriation of public spaces by various social groups, especially those in more vulnerable positions in society. Women, marginalized from public spaces due to gender and fear of sexual violence, are more likely to restrict their behavior and freedom of movement within the city. When it comes to women living in slums, the overlap of gender, class and race inequalities puts them at additional risk of fear and insecurity in urban mobility due to their living conditions, low incomes, and lack of quality in infrastructure and urban design, which increase the potential for conflicts, crime, and violence and enable organized and armed groups to establish alternative and informal spheres of power. In João Pessoa, Centro, Varadouro and Trincheiras neighborhoods are particularly affected by high rates of violent deaths of women, resulting from the actions of drug trafficking factions and the climate of civil war that pervades the daily life of these neighborhoods. This thesis investigates how violence affects women's appropriation of public spaces, with the primary research objective of understanding the relationship between female appropriation of public spaces and the context of violence in João Pessoa's communities, particularly in areas with high rates of lethal violent crimes against women and under the control of armed groups. The research methods are based on the collection of quantitative data on cases of lethal violence against women and the sociodemographic profile of João Pessoa's central area, as well as short and long interviews conducted with female passersby, workers, and residents of the analyzed neighborhoods. The methodological approach begins with the analysis of daily life and women's perceptions, incorporating a nuanced dimension that accounts for the emotions elicited during the appropriation of public space. The thesis contends that women's appropriation and movement through public spaces in these communities would be conditioned and constrained by territorial boundaries related to armed groups, compounding existing inequalities of race, class and gender, with further spatial restrictions driven by the civil war-like conditions that would permeate daily life in these neighborhoods.

Keywords: Violence. Gender. Appropriation. Public Space. Civil War Climate.

RÉSUMÉ

La violence et la peur du crime influencent considérablement l'utilisation et l'appropriation des espaces publics par différents groupes sociaux, en particulier ceux qui occupent des positions plus vulnérables dans la société. Les femmes, marginalisées des espaces publics en raison de leur genre et de la peur des violences sexuelles, sont plus susceptibles de limiter leur comportement et leur liberté de mouvement dans la ville. En ce qui concerne les femmes vivant dans les favelas, le chevauchement des inégalités de genre, de classe et de race les expose à un risque supplémentaire de peur et d'insécurité dans la mobilité urbaine, en raison de leurs conditions de vie, de leurs faibles revenus et du manque de qualité des infrastructures et de l'aménagement urbain, ce qui augmentent le potentiel d'émergence de conflits, de crimes et de violences, et permet à des groupes organisés et armés d'établir des sphères de pouvoir alternatives et informelles. À João Pessoa, les quartiers du Centre, de Varadouro et de Trincheiras sont particulièrement touchés par des taux élevés de morts violentes de femmes, résultant des activités des factions du trafic de drogue et du climat de guerre civile qui émerge dans la vie quotidienne de ces quartiers. Cette thèse étudie comment la violence affecte l'appropriation des espaces publics par les femmes, avec pour objectif principal de comprendre la relation entre l'appropriation féminine des espaces publics et le contexte de violence dans les communautés de João Pessoa, en particulier dans les zones où les taux de crimes violents et létaux visant les femmes sont élevés et sont sous le contrôle de groupes armés. Les méthodes mobilisées dans la recherche s'appuient sur la collecte de données quantitatives relatives aux cas de violence mortelle contre les femmes et au profil sociodémographique de la zone centrale de João Pessoa, ainsi que sur la réalisation d'entretiens courts et longs avec des femmes passantes, travailleuses et résidentes des quartiers analysés. L'approche méthodologique part de l'analyse de la vie quotidienne et des perceptions des femmes, en intégrant une dimension sensible concernant les émotions générées par l'appropriation des espaces publics. Il s'agit de défendre la thèse selon laquelle l'appropriation et les mouvements des femmes à travers les espaces publics de la communauté seraient conditionnés et limités aux territoires et aux frontières liés aux domaines d'activité des groupes armés, ajoutant aux inégalités de race, de classe et de genre, des restrictions spatiales supplémentaires en raison du climat de guerre civile qui se dessinerait dans la vie quotidienne des quartiers.

Mots-clés : Violence. Genre. Appropriation. Espace public. Climat de Guerre Civile.

LISTA DE FIGURAS

[F1]	Esquema conceito de violência.	30
[F2]	Esquema relações de gênero.	57
[F3]	Esquema interseccionalidade.	60
[F4]	Gráfico Renda domiciliar por pessoa (em R\$).	70
[F5]	Gráfico Tempo total de trabalho (em horas semanais).	70
[F6]	Vista do Varadouro a partir do Rio Sanhauá, 1930.	76
[F7]	Rua do Comércio (atual Rua Maciel Pinheiro), 1903.	77
[F8]	Frederick Stadt, 1634. Indicação da Rua das Trincheiras na seta vermelha.	78
[F9]	Rua das Trincheiras com a Igreja Nossa Senhora de Lourdes, 1928.	79
[F10]	Parque Solón de Lucena e Avenida Getúlio Vargas, em primeiro plano; Avenida Epitácio Pessoa e Oceano Atlântico, em segundo plano (1940).	81
[F11]	Expansão Urbana de João Pessoa.	83
[F12]	Casarões abandonados na Rua das Trincheiras.	85
[F13]	Mapa Zonas Especiais de Interesse Social localizadas na Área Central.	86
[F14]	Mapa Curvas de Níveis na Área Central.	87
[F15]	Mapa Coeficientes de Gini no mundo.	90
[F16]	Gráfico Coeficientes de Gini entre as 10 maiores economias do mundo.	91
[F17]	Regras da facção escritas no muro de uma comunidade em João Pessoa.	94
[F18]	Regras da facção escritas no muro de uma comunidade em João Pessoa.	95
[F19]	Mapa Facções no Brasil.	107
[F20]	Mapa Facções em João Pessoa.	111
[F21]	Hierarquia das facções de tráfico de drogas.	115
[F22]	CVLIs Femininos em João Pessoa (2011-2020).	136
[F23]	Taxas de CVLIs Femininos em João Pessoa (2011-2020)	137
[F24]	Comparação números x taxas de CVLIs femininos em João Pessoa (2011-2020).	138
[F25]	Favela Saturnino de Brito vista da Rua das Trincheiras.	147
[F26]	Ortofotocarta (1978), com contorno da Favela Saturnino de Brito na cor vermelha.	148
[F27]	Comunidade Saturnino de Brito inserida em uma encosta.	148

[F28]	Ortofotocarta (1989), com contorno da Favela Renascer na cor azul.	149
[F29]	Favela Renascer. Fonte: Acervo da autora, 2023.	149
[F30]	Demolição de residências na Saturnino de Brito.	150
[F31]	Muro de contenção construído na Saturnino de Brito.	150
[F32]	Conjunto Habitacional Saturnino de Brito.	150
[F33]	Conjunto Habitacional Saturnino de Brito.	151
[F34]	Vazios na Saturnino de Brito.	151
[F35]	Reconstruções na Saturnino de Brito.	152
[F36]	Territorialização das comunidades por facções.	153
[F37]	Territorialização das comunidades por facções.	153
[F38]	CVLIs Femininos na Área Central de João Pessoa (2011-2020), pelos dias da semana.	156
[F39]	CVLIs Femininos na Área Central de João Pessoa (2011-2020), pela localização do evento.	157
[F40]	Mapa Equipamentos de Transporte na Área Central.	159
[F41]	Mapa Rede de Trens Urbanos na Região Metropolitana de João Pessoa.	160
[F42]	Mapa Equipamentos de Saúde na Área Central.	161
[F43]	Mapa Equipamentos de Educação na Área Central.	162
[F44]	Mapa Praças e Parques na Área Central.	163
[F45]	Praça Dois de Fevereiro, ao lado do Cemitério da Boa Sentença.	164
[F46]	Praça da Alegria.	164
[F47]	Mapa Comércio e Serviços na Área Central.	165
[F48]	Habitantes da Área Central – Censo 2000, 2010 e 2022.	167
[F49]	Habitantes da Área Central, pelo responsável do domicílio (2010).	168
[F50]	Habitantes da Área Central, pelo cor, raça ou etnia (2010).	169
[F51]	Habitantes da Área Central, pela idade (2010).	170
[F52]	Habitantes da Área Central, pela renda do domicílio (2010).	171
[F53]	Mapa Renda dos bairros de João Pessoa.	172
[F54]	Mapa Relação raça x renda nos bairros de João Pessoa.	173
[F55]	Mapa Relação raça x renda x CVLIs femininos nos bairros de João Pessoa – CVLIs > 10.	174

[F56]	Mapa Relação raça x renda x CVLIs femininos nos bairros de João Pessoa – CVLIs = 0.	175
[F57]	Novem de palavras dos termos mais recorrentes nas enrevistas	180
[F58]	Análise de Similitude entre as palavras das entrevistas	181
[F59]	Vista da Saturnino de Brito, em primeiro plano, e do Renascer, em segundo plano.	183
[F60]	Mulheres na Saturnino de Brito.	199
[F61]	Oficina na Rua Rodrigues Chaves.	200
[F62]	Parada de ônibus situada em frente às oficinas.	200
[F63]	Avenida Beaurepaire Rohan durante o dia.	205
[F64]	Avenida Beaurepaire Rohan à noite.	205
[F65]	Paradas de ônibus no Varadouro, próximas à Avenida B. Rohan.	206
[F66]	Descida para o Terminal de Integração durante o dia.	207
[F67]	Descida para o Terminal de Integração à noite.	207
[F68]	Vista a partir do Conjunto Habitacional para o Renascer.	212
[F69]	Praça da Amizade, Renascer.	216
[F70]	Esquina Rua Rodrigues Chaves (à direita) e Saturnino de Brito (à esquerda).	219
[F71]	Itinerário Linha de Ônibus 602 – Alto do Mateus.	221
[F72]	Transeuntes descendo a Rua Rodrigues Chaves.	223
[F73]	Transeuntes subindo a Rua Rodrigues Chaves.	223
[F74]	Mapa Trajetos diários da Mulher 02	224
[F75]	Moradores nas calçadas - Saturnino de Brito.	226
[F76]	Moradores nas calçadas - Saturnino de Brito.	226
[F77]	Mapa Espaços Públicos de Medo.	227

LISTA DE TABELAS

[T1]	CVLIs femininos em João Pessoa (2011-2020).	136
[T2]	Taxas de CVLIs femininos em João Pessoa (2011-2020).	137
[T3]	Números x taxas de CVLIs femininos em João Pessoa (2011-2020)	138
[T4]	Detalhamento dos CVLIs femininos da Área Central de João Pessoa (2011-2020).	140
[T5]	Habitantes da Área Central, pelo número de domicílios (2010).	166
[T6]	Habitantes da Área Central, pelo número de domicílios (2022).	167
[T7]	Habitantes da Área Central – Censos 2000, 2010 e 2022.	167
[T8]	Habitantes da Área Central, pelo responsável do domicílio (2010).	168
[T9]	Habitantes da Área Central, pela cor, raça ou etnia (2010).	169
[T10]	Habitantes da Área Central, pela idade (2010).	169
[T11]	Habitantes da Área Central, pela renda do domicílio (2010).	170
[T12]	Termos mais recorrentes das entrevistas	180

LISTA DE ABREVIações

BNH	Banco Nacional de Habitação
CV	Comando Vermelho
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MVI	Mortes Violentas Intencionais
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCPB	Polícia Civil da Paraíba
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USF	Unidade de Saúde da Família
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 01 VIOLÊNCIA E DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ESPAÇO URBANO	266
1.1. NOÇÕES DE VIOLÊNCIA	26
1.2. COLONIALIDADE DE PODER	30
1.3. GÊNERO E PATRIARCADO	34
1.4. RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO URBANO	40
1.5. TIPOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	45
1.5.1. CRIMES TIPIFICADOS NAS LEIS BRASILEIRAS	48
1.5.2. INTRUSÕES NÃO-CRIMINAIS: O CASO DO ASSÉDIO DE RUA	53
1.6. INTERSECCIONALIDADE	58
CAPÍTULO 02 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESIGUALDADES DE RAÇA E CLASSE	62
2.1. FRAGMENTAÇÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS	62
2.2. FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: QUANDO AS DESIGUALDADES SE AMPLIAM NAS ÁREAS PRECÁRIAS	67
2.3. DESIGUALDADE E DIVISÃO RACIAL DO ESPAÇO URBANO: O CASO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA	73
CAPÍTULO 03 A EMERGÊNCIA DE PODERES PARALELOS DE TRÁFICO DE DROGAS NAS FAVELAS E COMUNIDADES	899
3.1. DA ÉTICA DO CRIME À GESTÃO DOS ILEGALISMOS	89
3.2. TERRITORIALIZAÇÃO DE FAVELAS POR FACÇÕES DE DROGAS NO BRASIL E NA PARAÍBA	106
3.3. A ATMOSFERA DE VIOLÊNCIA NAS COMUNIDADES DE JOÃO PESSOA DOMINADAS PELO TRÁFICO DE DROGAS	117
3.4. OBJETIVOS E HIPÓTESE DE PESQUISA	121

CAPÍTULO 04 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS: CIDADE SENSÍVEL E VIDA COTIDIANA	125
4.1. A VIDA COTIDIANA COMO FONTE PRIMÁRIA: INSTRUMENTOS PARA OBTENÇÃO DE DADOS	126
4.2. O DISCURSO DAS MULHERES COMO CENTRO DA ANÁLISE	133
4.3. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA DEFINIÇÃO DO RECORTE ESPACIAL	134
CAPÍTULO 05 CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE DE ESTUDO: A ÁREA CENTRAL DE JOÃO PESSOA	143
5.1. O ABANDONO DO CENTRO ANTIGO E O CONTEXTO ATUAL DE VIOLÊNCIA NAS COMUNIDADES DAS TRINCHEIRAS	143
5.2. ESPACIALIZAÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS FEMININOS NA ÁREA CENTRAL DE JOÃO PESSOA	155
5.3. INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ÁREA CENTRAL DE JOÃO PESSOA	158
5.4. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS BAIRROS CENTRO, VARADOURO E TRINCHEIRAS	166
5.5. PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS	176
CAPÍTULO 06 MEDO NO COTIDIANO E TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA: A ANÁLISE DO DISCURSO DAS MULHERES	179
6.1. MEDO DE HOMEM: RAZÕES E RESTRIÇÕES ESPACIAIS	182
6.2. MEDO DA NOITE: IMOBILIDADE FORÇADA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	201
6.3. MEDO DE TIRO: IMPREVISIBILIDADE, VIOLAÇÃO DA PAZ E TRANSTORNOS MENTAIS	208
6.4. MEDO DA VIDA URBANA: AS RESTRIÇÕES ESPACIAIS E TÁTICAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	217
CONCLUSÕES	228
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

A investigação sobre violência, tradicionalmente associada aos campos da criminologia, do serviço social ou da psicologia como uma questão de patologia individual, foi sendo expandida à medida que o crime e o medo passaram a ser reconhecidos como problemas críticos nas áreas urbanas. Pesquisadores e profissionais que lidam com o tema buscaram compreender o fenômeno de vários pontos de vista e conduziram estudos em campos diversos, como na sociologia, antropologia, filosofia, geografia e urbanismo, sendo os dois últimos aqueles que se interessaram especificamente nas conexões entre violência e espaço (Koskela, 2009; Moser, 2004).

O movimento feminista e a chegada das mulheres à universidade permitiram não somente o início dos estudos de gênero, adicionando perspectivas femininas dentro do universo acadêmico, mas, sobretudo, desenvolvendo análises específicas sobre a violência contra a mulher. Os estudos feministas revelaram a violência por meio da construção hierárquica entre o gênero masculino e o feminino como uma relação de poder e controle que estrutura a interação entre homens e mulheres em todos os aspectos da vida social e está incorporada em diversas situações e experiências cotidianas (Hester, Kelly & Radford, 1996; Maynard, 1993), inclusive no uso e apropriação da cidade pelas mulheres.

Os homens, sendo o gênero historicamente dominante nas funções de governantes, personalidades situadas nos centros de decisão e na profissão de planejamento urbano, concebem espaços públicos que, além de serem altamente caracterizados por gênero, ou “generificados” (traduzido do inglês *gendered*, Beebejaun, 2017), são predominantemente adequados às necessidades masculinas, indicando que as cidades se desenvolvem a partir de uma arquitetura e urbanismo que marginalizam e invisibilizam as necessidades

femininas dentro do ambiente construído. Por “espaços públicos” entende-se o conjunto de espaços de uso comum e posse coletiva, pertencentes ao poder público, como sendo em si mesmo o espaço da ação política, ou pelo menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade (Serpa, 2014).

Os recursos para a manutenção da ordem hierárquica de gênero e a dominação masculina compõem uma lista heterogênea de formas de violência, seja pelo poder dos simbolismos ou pela ameaça direta dos crimes e ofensas, que impactam a liberdade espacial e a mobilidade urbana feminina, contribuindo para o desequilíbrio no acesso e uso dos espaços da cidade pelas mulheres (Diego-Cordero *et al.*, 2020).

Os espaços públicos não apenas expressam a relação de poder de gênero, mas múltiplas dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas em constante tensão e conflito (Vargas, 2008). Ao definir *quem e onde* habitarão as pessoas, como os equipamentos e serviços serão dispostos e os sistemas de mobilidade serão estruturados, o planejamento urbano hegemônico, tecnocrático e isento de dispositivos de participação (Trigueiro, 2008) dispõe, inclui ou exclui os aspectos de gênero, classe, cor/raça e outras diferenças sociais, reforçando os privilégios dos grupos dominantes e a segregação de certos modos de vida (Masini, 2002; Sandercock, 2002).

Muitos estudos sugerem que o crime violento seria uma consequência das desigualdades sociais e econômicas que levam a diferentes oportunidades de vida entre os indivíduos (Imbusch, Misse & Carrión, 2011). O Brasil, como um dos países com as piores desigualdades de renda no ranking mundial, tem taxas oficiais de violência letal mais elevadas entre as pessoas que vivem em áreas de classes mais baixas. As vítimas são, em sua maioria, jovens, negros e

pobres, vivendo nas periferias e favelas¹ das cidades (FBSP, 2020).

Em quase todos os Estados, a cor negra² eleva o risco de ser vítima de morte violenta intencional, sobretudo na Paraíba, onde 94% dos casos de homicídios são de pessoas pretas e pardas, uma das maiores diferenças de vitimização entre negros e não-negros do país (FBSP, 2020). Em relação ao gênero feminino, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, sendo novamente na Paraíba onde a diferença fica mais explícita, pois as taxas de homicídios de mulheres negras foram quase 4 vezes maiores do que aquelas de mulheres não-negras (FBSP, 2020).

Esse cenário tem suas origens na discriminação racial proveniente da colonização e da escravidão, em que os chamados vazios de governança, que seguem uma divisão seletiva de classe e cor/raça, são conhecidos como um importante elemento na relação entre insegurança e violência (FBSP, 2020). A síndrome de longa data de pobreza urbana, desigualdade e exclusão social tem sido parte integrante dos padrões latino-americanos de urbanização desde os séculos passados, e foi intensificada, nas últimas décadas, pelas políticas públicas de dispersão e fragmentação do território, que reafirmaram as conotações de gênero, classe e cor/raça (Koonings & Kruijt, 2007; Maricato, 2015). Em toda a América Latina, a pobreza e a exclusão formam o pano de fundo dos crimes e do medo, e avançam em direção à generalização da violência como uma das marcas do continente, que apresenta o maior índice de homicídios do mundo (ONU, 2006).

¹ A nova nomenclatura “favelas e comunidades urbanas”, adotada pelo IBGE, passa a reconhecer as especificidades desses territórios no conjunto da cidade, abolindo a categoria “aglomerados subnormais” e superando o caráter estigmatizante do termo anterior. Na nova acepção, “favelas e comunidades urbanas são territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (...), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade. Em muitos casos, devido à sua origem compartilhada, relações de vizinhança, engajamento comunitário e intenso uso de espaços comuns, constituem identidade e representação comunitária” (IBGE, 2024, p.23)

² Segundo o FBSP (2020), a cor negra refere-se à soma de pessoas pretas e pardas.

Com números dramáticos de violência letal, o Brasil respondeu por cerca de 20,5% dos homicídios conhecidos perpetrados no mundo em 2020, com 47.722 mortes violentas intencionais (MVI)³ e taxa de 22,45 homicídios para cada 100 mil pessoas, sendo o oitavo país mais violento do mundo (ONU, 2020). Nesse cenário, a maioria dessas mortes ocorre nas cidades e resulta de violência interpessoal; não decorre de um contexto de guerra, mas de um nível exacerbado de violência cotidiana.

A rápida expansão demográfica das cidades brasileiras e o aumento da demanda por moradia, combinados com os vazios de governança do poder público na oferta de serviços básicos correspondentes a esse crescimento, evidenciaram os profundos contrastes de infraestrutura entre as classes mais ricas e as mais pobres, levando à formação de guetos, favelas e enclaves estigmatizados. As condições de vida das classes de baixa renda e a falta de qualidade de infraestrutura e do desenho urbano aumentam o potencial para surgimento de conflitos, crimes e violência, criando-se um vácuo de lei e ordem para resolver disputas nas favelas e abrindo espaço para que grupos organizados e armados constituam esferas alternativas e informais de poder (Koonings & Kruijt, 2007; Leeds, 2006; Maricato, 2015).

Estudos demonstraram que as variações das taxas de violência letal vêm sendo fortemente influenciadas pela dinâmica dos mercados ilegais e a ação de facções de tráfico de drogas que usam da violência para administrar conflitos que decorrem dos negócios (FBSP, 2022). Em João Pessoa, os territórios do tráfico de drogas passaram a se disseminar no tecido urbano de forma pulverizada, com uma estrutura organizacional diluída em vários bairros da cidade, que passaram a ser, pouco a pouco, dominados pelas facções. A expansão

³ Os dados utilizados pela ONU foram fornecidos pelo DATASUS. Entretanto, nos registros policiais, ocorreram 50.512 MVI, o que agravaria ainda mais o cenário descrito.

do crime organizado pelo país desde os anos 2000 e a chegada de facções paulista e carioca no Nordeste, além do crescimento das facções “Okaida” e “Estados Unidos” na Paraíba, geraram maiores ofertas de drogas e armas na região e aumentaram as rivalidades entre os traficantes, produzindo mais violência e, consequentemente, mais homicídios (FBSP, 2022; Machado, 2019).

Entre 2002 e 2011, o número de homicídios na Paraíba cresceu vertiginosamente – enquanto em 2002 tinha havido 608 assassinatos, em 2011 esse número saltou para 1.680 mortes –, motivo pelo qual João Pessoa ocupou o segundo lugar no ordenamento das capitais brasileiras por taxas de homicídio, ficando atrás apenas de Maceió - AL (FBSP, 2019). Na mesma década, diversos Estados brasileiros apresentaram forte aumento no número de assassinato de mulheres, sendo na Paraíba o segundo maior crescimento do país, onde os homicídios femininos mais que triplicaram - 229% (Paraíba, 2024b). Nesse ínterim, os grupos armados cresceram em número de membros. Enquanto em 2014, as facções “Okaida” e a “Estados Unidos” somavam cerca de 15 mil integrantes, em 2017, o número passou para aproximadamente 21 mil membros atuantes nos bairros da capital e no interior da Paraíba (Santos, 2017).

Desde o início da presente pesquisa, ano após ano, todas as modalidades criminais praticadas contra a mulher cresceram significativamente. Os últimos dados sistematizados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023), sobre o ano de 2022, revelaram o aumento do número de feminicídios em 6,1%, totalizando 1.437 casos; o crescimento de 1,2% dos homicídios de mulheres, resultando em 4.034 mortes; além do maior número de estupros da história, com 74.930 vítimas registradas em 2022, sendo 8,2% a mais que o ano de 2021.

Diante dos dados mais recentes acerca da violência contra a mulher (FBSP, 2023), há duas realidades opostas quando são analisadas as

diferenças entre feminicídios e homicídios dolosos ou demais modalidades de mortes violentas intencionais de mulheres. Tais diferenças ocorrem em relação à dinâmica do evento, às características dos autores e das vítimas, e ao local de ocorrência do crime. De fato, quanto ao local de ocorrência, sete em cada dez vítimas de feminicídio foram mortas dentro de casa. Já nos demais assassinatos de mulheres, o espaço público é o lugar mais frequente, representando o local da morte em 36,5% dos casos. Enquanto, nos casos de feminicídios, a arma branca é responsável pela metade das mortes, nos homicídios dolosos e demais assassinatos de mulheres, as armas de fogo ganham maior protagonismo e representam 68,6% dos casos. Entretanto, enquanto os feminicídios ganham cada vez mais manchetes jornalísticas e a atenção da sociedade, os homicídios dolosos com vítimas mulheres - normalmente relacionados à dinâmica da violência urbana e do tráfico de drogas, cometidos com armas de fogo, nas vias públicas, com mais vítimas negras e jovens, por autores desconhecidos - quase nunca ganham o mesmo destaque (FBSP, 2023).

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam ainda que nos casos dos feminicídios, em 53,6% dos casos, o autor é identificado como o parceiro íntimo; em 19,4% dos casos, trata-se do ex-parceiro íntimo; e em 10,7% dos registros, outro familiar, como filho, irmão ou pai. Quanto aos demais assassinatos de mulheres, 70,6% dos autores são desconhecidos no momento da consolidação da estatística criminal e, segundo o relatório, “são mulheres que muitas vezes restarão esquecidas pelas autoridades policiais, sem que uma resposta seja dada aos familiares a respeito do que e de quem foi o responsável pelo fim trágico da sua vida” (FBSP, 2023, p.144).

Em termos de raça/cor das mulheres vítimas de violência letal no país, o mesmo relatório aponta que 61,1% das vítimas de feminicídio são negras e 38,4% brancas; quanto aos demais assassinatos de

mulheres, o percentual de vítimas negras aumenta para 68,9% dos casos e para 30,4% no que se refere às brancas. A maior concentração de mortes entre as mulheres negras reafirma os elementos de racismo que perpassam todas as modalidades criminosas no país e revela a situação de vulnerabilidade socioeconômica e o contexto de violência a que este grupo populacional está submetido.

A partir dos dados informados pela Polícia Civil da Paraíba, em João Pessoa, bairros como o Centro e o Varadouro apresentaram altas taxas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) direcionados ao gênero feminino entre 2011-2020; tais percentuais chegaram, respectivamente, a 384,19 e 349,46 mulheres mortas para cada 100 mil habitantes (PCPB, 2021). Desde o início do século XX e o processo de dispersão urbana da cidade, o uso residencial da área central foi praticamente descartado pelas classes médias da população, sendo acompanhado de um declínio econômico e a emergência de novas centralidades periféricas, gerando um consequente e progressivo esvaziamento de seus imóveis. Apesar de ter se tornado economicamente mais desinteressante para o resto da cidade, o Centro ainda permanece com uma vasta oferta de comércio e de serviços, notadamente voltada às camadas mais populares, além de comunidades de baixa renda, que ocupam tanto edificações históricas arruinadas quanto outros tipos de moradias precárias (Andrade, 2007).

Nos últimos anos, enquanto a cidade de João Pessoa cresceu e intensificou a ocupação das bordas da zona sul da cidade, os bairros do Centro e do Varadouro reduziram ainda mais o número de moradores, emergindo problemas de violência e insegurança e a territorialização das comunidades da área central pelos grupos armados “Okaida” e “Estados Unidos”, que disputam o domínio do comércio de drogas nessa região da cidade (Machado, 2019; Rocha, 2016). Nessa dinâmica, os moradores presenciam frequentemente

confrontos entre facções e convivem com tiroteios, balas perdidas e assassinatos de indivíduos que não cumprem as “leis” impostas pelos traficantes, além de diversas outras ações violentas destinadas a manter o domínio do tráfico.

Em territórios controlados por poderes paralelos, a violência não se restringiria apenas aos crimes contabilizados pelas estatísticas, mas também se manifestaria por meio de uma atmosfera de desordem ou clima propício ao crime, caracterizada pela ocorrência de delitos em diferentes escalas de gravidade (Carrier, 2009; Toutin & Bénézech, 2006). Essa dimensão, muitas vezes ignorada, subestimada e de difícil mensuração, deveria ser analisada para uma compreensão mais abrangente do fenômeno da violência urbana.

Esses territórios operariam sob uma lógica semelhante à de um estado de guerra civil (Souza, 2008), no qual o medo e a instabilidade tornam-se elementos cotidianos da vida urbana, consolidando um contexto de violência difusa, não apenas física, mas também simbólica, no sentido de Bourdieu (2001). O medo seria mais agudo nos grupos historicamente marginalizados e socialmente vulneráveis, como os moradores das favelas e conjuntos habitacionais populares, que convivem diariamente com a arbitrariedade dos sistemas paralelos de poder, onde a ordem social é corroída pelos efeitos cumulativos e persistentes de incivilidades e comportamentos antissociais e, principalmente, onde a violência se faz sentir mais intensamente (Carrier, 2009).

Nesse contexto, a experiência feminina na apropriação dos espaços públicos é particularmente impactada, dado que a violência urbana não incide de maneira uniforme sobre todos os indivíduos. Esta tese toma como base o conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 1991), segundo o qual a violência deve ser compreendida a partir de desigualdades múltiplas e variadas que se combinam e se sobrepõem, pela interconexão de vários sistemas de opressão, determinadas pela

localização do indivíduo nas estruturas sociais, em relação à cor/raça, classe e, especialmente, ao gênero (Koskela, 2009).

Logo, as mulheres experienciam o espaço público de maneiras distintas a depender de sua etnia, idade, sexualidade, renda, localização etc., sendo aquelas com múltiplas identidades marginalizadas as mais propensas a sofrer violência ou até mesmo diferentes tipos de danos, por integrarem desvantagens estruturais cumulativas (Painter, 1992). Particularmente para as mulheres moradoras de favelas, que dispõem de poucos recursos e encontram-se na periferia da sociedade, a insegurança existencial básica amplifica a sensação de medo, frequentemente ligada a sentimentos de desamparo, impotência e vulnerabilidade.

Uma vez que mulheres negras, pobres e periféricas são desproporcionalmente tocadas por diferentes formas de violência incluindo feminicídios, homicídios, estupros e assédios, o controle exercido por grupos armados no território das comunidades adiciona mais uma camada de desigualdade social e territorial, criando gradações de risco, espaciais e temporais, e diferentes nuances de medo e violência para o gênero feminino.

Além dos confrontos entre facções, a presença da violência armada nas favelas e periferias geraria um sofrimento intenso, não apenas pela ameaça física direta, mas também pelos impactos psicológicos gerados pela exposição contínua a esse cenário de medo e insegurança (Efrem Filho, 2014; Machado & Leite, 2007).

Uma vez que os homens negros são as principais vítimas de lesões e mortes violentas, as mulheres também são impactadas pela letalidade e pela violência sobre seus filhos, companheiros, familiares e amigos. Essa divisão da espécie humana como uma política de raça, que estaria relacionada a uma política de morte, é denominada por Mbembe (2003) de “necropolítica”; no caso brasileiro, a necropolítica se manifesta na vida das mulheres negras pelo medo e

pela tensão constante com seus familiares e conhecidos, diante das violações praticadas por outros grupos armados, como também pelo Estado e agentes públicos, tal como a Polícia, aprofundando a precarização de suas vidas e conferindo uma alta carga de sofrimento para as mulheres.

Assim desenhada, a problemática desta tese leva a um questionamento inicial: como a violência no cotidiano influencia as mulheres na apropriação dos espaços públicos dos bairros onde moram? E, sendo as moradoras de bairros periféricos e de favelas aquelas que experimentam as desvantagens de gênero, juntamente com as desvantagens de classe e cor/raça, quais seriam os impactos do “clima de guerra civil” e da atividade das facções na mobilidade urbana das mulheres dos bairros com maior número de mortes femininas? Como a vulnerabilidade interseccional desse grupo se manifesta na sua dimensão territorial?

A apropriação é entendida, neste trabalho, como o conjunto de práticas que conferem a um espaço limitado as qualidades de um lugar pessoal ou coletivo. Apropriar-se de um espaço é estabelecer uma relação entre esse espaço e si mesmo (torná-lo seu) através de um conjunto de ações; a apropriação está, portanto, ligada à territorialidade, à proximidade, ao privado (Segaud, 2009).

O principal objetivo desta pesquisa é compreender a relação entre a apropriação feminina nos espaços públicos e o contexto de violência em comunidades de João Pessoa, sobretudo em áreas que apresentam altas taxas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) direcionados ao gênero feminino. Assim, partimos da ideia segundo a qual a apropriação e os movimentos das mulheres pelos espaços públicos da comunidade estariam condicionados e limitados aos territórios e fronteiras referentes às áreas de atuação das facções de tráfico de drogas, incluindo nas desigualdades de raça, classe e

gênero, restrições espaciais adicionais em razão do clima de guerra civil, que se conformaria na vida cotidiana do bairro.

Os métodos mobilizados para a realização da pesquisa apoiam-se na realização de dois tipos de entrevistas: entrevistas curtas, feitas durante observações com transeuntes e trabalhadoras da região observada, e entrevistas longas, realizadas com moradoras da área, pontuando as ruas do bairro a partir de critérios tais quais o sentimento de “segurança”, de “insegurança”, as alternativas utilizadas em contexto de violência, como também as vivências ou emoções já experimentadas no bairro.

Além disso, esta tese também permite questionar o planejamento urbano atual em relação ao tratamento da violência urbana e, particularmente, da violência de gênero que, além de moldar o comportamento feminino e influenciar o uso e apropriação dos espaços públicos pelas mulheres, nega a democracia, a igualdade e a justiça social e impacta o direito das mulheres à cidade. O aumento da criminalidade e da sensação de insegurança juntamente com a fragmentação do tecido socioespacial da cidade assolam, na prática, as possibilidades formais de exercício de vários direitos civis (Souza, 2008), além de interferir no poder de locomoção, fundamental para a participação no espaço público (Bowman, 1993).

A incapacidade de acesso a todos os pontos da trama urbana significa, no sentido de privação da liberdade, outra forma de violência: a violação do direito à cidade. O direito à cidade é aqui entendido como a capacidade de acessar as oportunidades econômicas, sociais, políticas e culturais oferecidas pela vida urbana para suprir as necessidades básicas da sobrevivência humana – como alimentação, abrigo e saúde, assim como a possibilidade de reivindicar o espaço da cidade como parte da construção do senso de pertencimento, não apenas no sentido de direito de uso e apropriação, mas também da possibilidade de participação política

na tomada de decisões relativas à garantia de um padrão de vida digno (Harvey, 2003; Purcell, 2003).

Este trabalho está organizado em seis capítulos, sendo os três primeiros capítulos dedicados à problemática de pesquisa, um de procedimentos metodológicos e dois referentes à análise espacial e à exploração do *corpus* das entrevistas. O capítulo 01 concentra-se nas noções de violência e, mais especificamente, nas desigualdades de gênero no espaço urbano. O capítulo 02 discorre sobre as desigualdades de classe e cor/raça e os processos de fragmentação urbana e segregação socioespacial, além do fenômeno da feminização da pobreza. O capítulo 03 coloca em evidência a emergência de facções em comunidades e favelas, que contribuem para a conformação do clima de guerra civil. Este capítulo também anuncia a hipótese de pesquisa. O capítulo 04 descreve os métodos de investigação. O capítulo 05 caracteriza o recorte espacial, descrevendo o universo da pesquisa. O capítulo 06, por sua vez, desenvolve a análise dos dados coletados ao longo das entrevistas realizadas com as mulheres nas comunidades da área central de João Pessoa. Em conclusão, retoma-se os principais achados da pesquisa, colocando-os em paralelo às hipóteses inicialmente traçadas e apresenta um conjunto de perspectivas, que se abrem a partir da tese.

1

CAPÍTULO 01

VIOLÊNCIA E DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ESPAÇO URBANO

Este capítulo examina o conceito de violência e seu entendimento como uma prática estrutural que evidencia relações de poder desiguais, tal qual aquelas estabelecidas pela colonização, fundamentadas na hierarquia racial, as quais moldaram as dinâmicas sociais e o espaço urbano brasileiro. Em seguida, trataremos das desigualdades de gênero e suas manifestações nos espaços públicos da cidade, incluindo tanto as violências consideradas crimes quanto as formas de intrusão não-criminais. Ao final, discutiremos como essas violências se interseccionam nas experiências de mulheres, negras, pobres e moradoras de periferias e favelas.

1.1. NOÇÕES DE VIOLÊNCIA

A violência é equiparada à guerra e, apesar de tudo, pouco definida. Até então, ainda não houve um consenso nem um conceito único para descrever esse fenômeno, em virtude de seus contornos complexos e de sua natureza multifacetada. Etimologicamente, a palavra “violência” é oriunda do latim *violentia* que significa a “força que se usa contra o direito e a lei”, enquanto “violento” (*violentus*) era usado para designar aqueles sujeitos que agiam de maneira impetuosa, intensa, excessiva, exagerada (Misse, 2006).

Contudo, nas construções teóricas mais recentes, a violência transcende o seu uso comum e a noção genérica do emprego da força bruta e adquire um sentido cada vez mais abrangente, possibilitando atribuir significados mais amplos e incorporar diferentes tipos e manifestações, a partir de novos valores estabelecidos pela sociedade, que estão em constante evolução no espaço e no tempo.

Sendo assim, a violência não estaria resumida às formas explícitas de caráter eventual e motivação isolada, nem seria exercida somente por pessoas de comportamento desviante ou patológico. Ela poderia ser compreendida também como um processo elaborado na estrutura da sociedade, em formas ocultas e difusas, e muito embora não tenha os mesmos efeitos palpáveis da violência explícita, poderia alcançar uma maior amplitude e causar danos igualmente destrutivos.

Em nossa sociedade, a violência expressar-se-ia tanto nas formas diretas – das ofensas às agressões, quando facilmente constatamos os danos físicos e/ou suas consequências fatais – quanto em casos de violência estrutural e simbólica, dificilmente reconhecíveis, porém presentes na vida cotidiana através de mecanismos sutis de funcionamento que refletem estruturas de poder desiguais. Nesse último caso, percebe-se, conseqüentemente, a experiência desigual em termos de oportunidades de vida, exemplificada na profunda assimetria econômica do país ou na discriminação de identidades minoritárias.

Walby (2009) entende a violência como sendo uma prática aprendida, consciente e orientada, exercida pelos grupos dominantes contra os grupos mais fracos da sociedade a fim de reproduzir padrões de desigualdades como também para “dominar outras pessoas, criar medo e moldar seu comportamento” (*ibid.*, p.198). Ou seja, seria exercida por quem sente mais direito de intimidar e controlar, e certamente envolve uma relação particular de poder que

mantém a identidade hegemônica dos mais poderosos e reforça a posição da vítima e de todo o seu grupo social.

No campo da filosofia, Arendt (1985) trabalha com a ideia de que a violência não seria um fenômeno animalesco ou irracional, nem decorreria da luta pela sobrevivência; mas, sendo instrumental por natureza, é racional e produto da consciência humana. A autora se debruça sobre a relação entre violência e poder nas práticas de dominação do outro, destacando a violência como elemento fundamental no exercício do poder, constituindo-se como um instrumento para governar e subordinar os semelhantes. Embora sejam dois fenômenos distintos, geralmente agem de forma simultânea: o poder subjuga e domina e, num ato de violência, encerra os questionamentos, levando à obediência.

Para Arendt (1985), a violência emerge quando o poder está em perigo, em vias de ser perdido, seja pelo governo ou pelos governados, como um recurso contra aqueles que se recusam a ser dominados pelo poder do consenso. Através de seus instrumentos e de suas formas de implementação, a violência aumenta e multiplica as forças do poder, tal como “do cano de uma arma desponha o domínio mais eficaz, que resulta na mais perfeita e imediata obediência” (*ibid.*, p.33)

No mesmo sentido, Foucault (1997) entende que a violência teria a função jurídico-política de reconstituir o poder ou a soberania lesada, uma vez que a força físico-política e a vontade do soberano estariam de certo modo representados na lei violada. A punição seria um aspecto do direito que tem o soberano de guerrear seus inimigos e, desse modo, o castigo proveria do “direito de espada, desse poder absoluto de vida ou de morte de que trata o direito romano ao se referir ao *merum imperium*, direito em virtude do qual o príncipe faz executar sua lei ordenando a punição do crime” (*ibid.*, p.50).

Os sistemas punitivos, ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, manifestam relações de poder e de dominação sobre o corpo e suas forças, sua utilidade e docilidade, visando torná-lo produtivo e submisso ao mesmo tempo. Para Foucault (1997), esse investimento político do corpo está ligado, segundo um sistema de sujeição, à sua utilização econômica, que seria obtida tanto por formas brutais e físicas de punição quanto por mecanismos sutis e invisíveis de violência.

Hooks (1984) identificou o pensamento dualístico, do tipo “isto ou aquilo”, como o eixo central de múltiplos sistemas de opressão, a partir da categorização de pessoas, coisas e ideias, em termos de diferença de uma em oposição à outra, tal qual as oposições branco/preto, masculino/feminino, razão/emoção etc. Essas dicotomias implicam invariavelmente em hierarquias de superioridade e inferioridade, gerando relações de dominação e subordinação de uma metade sobre a outra (Collins, 2016; Hooks, 1984).

Nos termos de Mbembe (2003), trata-se de uma necropolítica, na qual a função do racismo seria regular a distribuição da morte, mediante a divisão das pessoas em grupos que devem viver e que devem morrer, apelando para a noção de um inimigo ficcional, com o objetivo de alcançar a soberania e exercer o direito de matar. Essa estratégia, sob a qual funcionam todos os Estados modernos, estaria destinada a provocar a destruição de alguns grupos e tornar possíveis as funções assassinas do Estado, de modo que exercitar a soberania seria exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como manifestação do poder (Mbembe, 2003).

No esquema abaixo (*cf.* Figura [F1]), apresentam-se em tópicos as ideias centrais de Walby (2009), Arendt (1985), Foucault (1997), Hooks (1984) e Mbembe (2003) sobre a conceituação de violência.



←Figura [F1]
Esquema conceitual de violência. Fonte: Elaboração da autora, 2024.

Ademais, Mbembe (2003) identifica que o sistema de colonização, estruturado na seleção de raças, extermínio e escravidão dos colonizados, pode ser considerado como uma das primeiras instâncias de experimentação biopolítica, com o interesse de destruir ou submeter vastas populações a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (*ibid.*, p.146).

1.2. COLONIALIDADE DE PODER

Um novo padrão de poder mundial inicia-se com a conquista da América e a constituição do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado, que estabelece como eixo fundamental a classificação da população de acordo com a ideia de raça, segundo uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores. A ideia identificada com o conceito de “colonialidade” foi intitulada por Wallerstein (1992) e retomada posteriormente por Quijano (2005), que passou a nomeá-la de “colonialidade de poder”.

Wallerstein localiza a formação do sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial/europeu no período entre 1450-1650, que corresponde não apenas à criação de uma economia mundial de acumulação infinita de riquezas e o período de apogeu dos impérios espanhol e português, mas também ao processo de construção do privilégio do homem europeu às custas do genocídio e epistemicídio de povos ameríndios, africanos, mulçumanos e judeus (Grosfoguel, 2016).

Na América, a escravidão de negros e a servidão de índios foram estabelecidas e atuaram simultaneamente em torno do eixo do capital, organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial, configurando assim um novo sistema econômico: o capitalismo. O eurocentrismo estabeleceu-se como modo de produzir conhecimento, submetendo a perspectiva dos europeus para os colonizados, a fim de reproduzir a dominação igualmente no campo da subjetividade e da cultura (Quijano, 2005).

No momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América, codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados, produzindo identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços foram postos em uma situação de inferioridade, associados a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como maneira de legitimar as relações de dominação impostas pela conquista (Quijano, 2005).

Os colonizadores chamaram a si mesmos de brancos e se autodescreveram como uma civilização mais desenvolvida e superior, enquanto os outros foram vistos como atrasados e primitivos em relação à Europa, destituídos de voz, vontade e subjetividade. Diferentes povos que viviam no continente ameríndio foram reduzidos a “índios”, da mesma forma que diversas etnias trazidas do continente africano passaram a significar “negros”. Esse processo de transformações simbólicas reducionistas projetou

significados desumanizadores a determinados indivíduos e grupos, estabelecendo lugares sociais de “ser negro” e “ser indígena” e as expectativas sobre como deveriam ser, agir e pensar (Medeiros, 2018; Quijano, 2005).

A ideia racista da inferioridade social biológica foi utilizada juntamente com a de inferioridade epistemológica, de modo que o genocídio e epistemicídio caminharam juntos no processo de conquista da América. Os indígenas e os africanos estavam submetidos a um regime de racismo epistêmico que proibia a produção de conhecimento, bem como suas formas de pensar, rezar e praticar suas cosmologias, conhecimentos e visões de mundo, forçando os colonizados a aprenderem a cultura de seus colonizadores (Grosfoguel, 2016).

Desde então, a Europa concentrou o controle da subjetividade, da cultura e do conhecimento e articulou todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental, implicando a colonização não somente da tecnologia e da materialidade, como também das atividades subjetivas, do imaginário, da cultura, da religião e do universo (Quijano, 2005).

Os africanos, na ideologia brancocêntrica, foram tratados como não-pensantes e incivilizados e considerados como raças inferiores que produzem conhecimentos tendenciosos, inválidos, irrelevantes e sem seriedade; enquanto os europeus foram considerados alfabetizados, cultos, conhecedores e produtores de conhecimento e de civilização, o que não condiz com as informações históricas (Cunha Júnior, 2023). Depois de conquistar o mundo, os homens europeus eram os únicos dotados de uma superioridade que lhes davam um privilégio epistemológico sobre os demais, a partir de um discurso colonial e negativo da existência de sujeitos não completamente humanos (Grosfoguel, 2016).

As colônias, sendo então habitadas por “selvagens”, que não criaram um mundo humano nem estariam organizadas em uma forma estatal, representariam o lugar em que a soberania exerceu um poder à margem da lei, uma vez que as guerras não foram estabelecidas entre Estados civilizados ou exércitos regulares, nem estavam sujeitas a normas institucionais ou codificações legais. Nas colônias, o direito soberano de matar não estava sujeito a qualquer regra, o soberano podia matar em qualquer momento ou de qualquer maneira (Mbembe, 2003).

Com a expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo, essa perspectiva binária e dualista codificada a partir da ideia de raça impôs-se como mundialmente hegemônica, demonstrando ser o instrumento mais eficaz de dominação social. A raça passou então a ser o princípio organizador da divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal global, que estrutura a interseccionalidade de múltiplas hierarquias globais do chamado sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu, tal como uma hierarquia étnico-racial que privilegia povos europeus aos não-europeus, incluindo o privilégio de cosmologias, conhecimento, línguas e comunicação europeias em relação às não-europeias; uma hierarquia de gênero que privilegia homens em relação às mulheres; uma hierarquia sexual que privilegia heterossexuais em relação aos homossexuais e LGBTQIAPN+; uma hierarquia espiritual que privilegia o cristianismo em relação às espiritualidades não-cristãs, entre outras (Grosfoguel, 2016; Quijano, 2005; Wallerstein, 1992).

A colonialidade de poder implica na imposição de uma divisão sexual e racial do trabalho como fundamento da reprodução e expansão do sistema capitalista e das relações de poder desiguais que o constituem, de modo que produz lugares sociais distintos para indivíduos e grupos específicos e, portanto, também ordenam as relações entre os gêneros através de uma relação de dominação e

subordinação, denominada de patriarcado. Nesse sentido, as formas de dominação e opressão envolveriam a objetificação do dominado e a desvalorização de sua subjetividade. Tanto ideologias racistas como sexistas compartilham a característica comum de tratar grupos dominados - os “outros” - como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana, relegando o colonizado a uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto (Mbembe, 2003).

Segundo Cabnal (2010), a origem do patriarcado como um sistema estrutural de opressão contra as mulheres nativas ou indígenas seria anterior mesmo ao colonialismo. O patriarcado ancestral e as condições pré-existentes nas nossas culturas originais teriam possibilitado a penetração do patriarcado ocidental, assim como sua refuncionalização, viabilizando posteriormente a manifestação do capitalismo, do neoliberalismo, da globalização assim como outras formas de subordinação. Desse modo, a categoria gênero permitiria analisar não somente as relações de poder desiguais entre mulheres e homens, mas também todas as opressões que derivam da raiz do patriarcado.

1.3. GÊNERO E PATRIARCADO

Enquanto a categoria “classe” tem fundamento na teoria de Marx e Weber sobre a determinação econômica e histórica, o “gênero” apresenta uma ampla gama de posições teóricas relacionadas às construções sociais dos papéis adequados aos homens e às mulheres como também às origens dessas identidades subjetivas, em oposição ao “sexo”, que se refere à distinção biológica entre os corpos.

Cabnal (2010, p.16) considera que “o patriarcado é a raiz de todas as opressões, todas as explorações, todas as violências e discriminações que a humanidade (mulheres, homens e pessoas não-binárias) e a

natureza vivem, é um sistema historicamente construído sobre o corpo sexualizado das mulheres”. O gênero e a oposição binária dão significado às relações de poder e ambas se constroem reciprocamente, estabelecendo uma hierarquia implícita, como todos os binários estruturantes do pensamento ocidental (bom/mau, espírito/matéria etc.), na qual o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas (Bourdieu, 2012; Scott, 1995).

As características tidas como intrínsecas ou naturais às mulheres e aos homens são, na verdade, construções sociais de gênero, que naturalizam desigualdades de poder, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (Calkin & Freeman, 2020; Scott, 1995). A diferença socialmente construída elabora a diferença anatômica, isto é, segundo Saffioti (1992, p.197), “o vetor vai do social para o anatômico, e não o inverso. Ou melhor, o social engloba tudo, na medida em que o anatômico só existe enquanto percepção socialmente modelada”.

As mulheres são tidas como “identidades epistemicamente desfavorecidas” (Franzway, 2016), por práticas preconceituosas contra seu caráter, capacidade intelectual, corpo e natureza e, portanto, acredita-se ser uma população menos valiosa, sendo o “valor” baseado no gênero, e que também pode estar associado a outros aspectos como não-feminilidade normativa, orientação sexual, idade, raça e classe.

De outro lado, o privilégio masculino imporia ao homem o dever de afirmar todo tempo a sua virilidade – quer dizer, exibir a sua potência – para defender o patriarcado e validar a sua masculinidade, a fim de ser reconhecido como parte daqueles que seriam os “verdadeiros” homens (Bourdieu, 2012), de forma que a construção social da identidade masculina estaria ligada ao exercício do poder por meio da violência contra o gênero feminino (Hume, 2009).

O gênero é visto como uma “dimensão estruturante” (Beebejaun, 2017) ou uma “concepção normativa” (Perry, 2001) da identidade das pessoas, quer dizer, uma ideia bem estabelecida sobre como as pessoas devem se comportar e representar suas identidades, que são normativas, mas ao mesmo tempo essencialistas, estando seus corpos sujeitos a um regime regulatório que impõe os limites dos comportamentos de gênero adequados. Segundo Hancock (2002, p.260),

por pertencerem a determinado gênero, as pessoas são submetidas a condicionamentos sociais, levando-as a construir uma identidade de gênero ligada às expectativas que temos delas, aos padrões de conduta que lhes são decretados, ao incentivo ou à repressão que alguns de seus comportamentos despertam.

Na visão de Bourdieu (2012), a força simbólica atua através da incorporação de predisposições e injunções explícitas no trabalho de transformação das diferenças biológicas em normas sociais. A masculinização do corpo masculino e a feminização do corpo feminino são determinados por uma relação de dominação que se inscreve em duas classes de *habitus*⁴, classificando todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre masculino e feminino, de modo que,

cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo,

⁴ O termo *habitus*, enquanto um sistema de disposições socialmente adquiridas, estaria relacionado à corporificação de sugestões sobre práticas, percepções e atitudes regulares, através da experiência durável de uma posição do mundo social, determinando certos padrões de comportamento e fornecendo um senso prático – um *hexis* corporal (a palavra latina *habitus* é a tradução da grega *hexis*) –, que não são necessariamente coordenadas por alguma regra explícita, mas são resultado do processo gradual de “incorporação do social ao corpóreo” (McNay, 1999). Segundo Bourdieu, “o *habitus* funciona como a materialização da memória coletiva que reproduz para seus sucessores as aquisições dos precursores”, permitindo que os indivíduos, ainda que inventem novos meios de desempenhar antigas funções, estejam de acordo com a sua vinculação social, guiando-se pelas características sociais “naturalizadas” (Bourdieu, 1980, p.91).

veem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhes são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a lidar com a água, a erva, o verde (como arrancar as ervas daninhas ou fazer a jardinagem), com o leite, com a madeira e, sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes (Bourdieu, 2012, p.41).

As diferenças biológicas entre o corpo feminino e o corpo masculino, construídas segundo os esquemas da visão androcêntrica, podem ser vistas como uma justificativa natural da divisão sexual do trabalho e a partir daí de todo o cosmos. Para Bourdieu (2001), quando o dominado não conta com esquemas de crenças que permitam conceber outra realidade e, “quando a sua compreensão da situação e da relação só pode utilizar instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominador, (...) faz com que essa relação apareça como natural” (*ibid*, p.170).

O poder de sugestão exercido por meio das coisas e das pessoas é a condição para a eficácia do poder e da violência simbólica, operando através de um conjunto de pressupostos sobre o que é a feminilidade e o papel social da mulher. As relações de gênero moldariam a “construção narrativa do mundo” através da incorporação de uma série de ideologias e discursos que constroem o imaginário social, impondo figuras rígidas e estereótipos de como a mulher ou o feminino deveria ser, modelando a representação de si mesma como sendo socialmente impotente e fisicamente vulnerável à violação sexual (Fleetwood, 2016).

Essa divisão sexual do trabalho e os papéis atribuídos ao feminino e ao masculino são projetados nos arranjos espaciais, escalas e processos, desde o interior do ambiente doméstico até o planejamento dos espaços públicos, além de reforçarem as dualidades entre casa-rua, trabalho feminino-trabalho masculino, privado-público, centro-periferia e a separação da cidade em áreas

monofuncionais – as áreas residenciais associadas à vida comunitária e familiar *versus* as áreas produtivas relacionadas ao trabalho remunerado (Ciocoletto, 2014).

A partir de uma “natureza” ou associação “natural” do feminino com o lar, com a maternidade e com todo o trabalho de reprodução decorrente, o sistema patriarcal justifica a “guetização” da mulher no espaço doméstico. A cidade construída pelo homem seria moldada para manter o controle espacial e identitário das mulheres, excluindo-as das atividades políticas e econômicas de domínio público em espaços de confinamento – as residências em periferias distantes –, como também dificultando seu acesso e criando barreiras de mobilidade em espaços de constrangimento – a rua em determinados locais e horários.

Os “espaços públicos” são associados a certas formas físicas tais como calçadas, ruas, praças, parques etc., sendo entendidos como espaços que, independentemente de suas funções de base, representam a dimensão espacial da política, como *loci* da lei democrática. Esses espaços reúnem uma dimensão física de copresença de indivíduos diferenciados à dimensão mais abstrata de comunicação social. A acessibilidade, nesse sentido, vai além do aspecto físico definido por regulações e normativas; ela é também simbólica, resultante de um processo de conquistas de direitos na concretização dos espaços públicos urbanos e da heterogeneidade da vida democrática (Gomes, 2012).

O campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo aponta uma lacuna ainda mais evidente, uma vez que os estudos de gênero revelam que o planejamento urbano em geral, e dos espaços públicos em particular, baseados na visão universal, homogênea e centrada no papel de gênero masculino continuam a se reproduzir no modo de entender, pensar e fazer a cidade contemporânea, como representação dos pressupostos patriarcais (Ciocoletto, 2014). O

ambiente construído seria um produto das relações de poder de gênero, ou seja, o patriarcado escrito em pedra, tijolo, vidro e concreto, lembrando às mulheres sua vulnerabilidade e seu status desigual pela forma como as estruturas de poder são representadas na construção das formas urbanas (Bondi, 1992; Darke, 1998).

O patriarcado, como sistema de dominação político ideológica, se relaciona diretamente à hierarquia capitalista, como sistema de dominação econômica, de modo a favorecer e valorizar o trabalho produtivo remunerado e as atividades relativas à esfera pública, tidos como masculinos, em detrimento do reprodutivo, relacionados ao trabalho não remunerado, de cuidado, das atividades domésticas e familiares majoritariamente realizadas por mulheres, moldando o espaço e o tempo no ritmo do modo de produção (Calió, 1997; Leccardi, 1996).

O urbanismo funcionalista, baseado na concepção produtiva, invisibiliza a experiência das mulheres e as atividades relacionadas à reprodução e ao cuidado e traduz-se em uma disciplina rígida, de difícil adaptação à realidade, que impacta a vida cotidiana das pessoas. Ao reconhecer as desigualdades que se constituem através dos espaços, a teoria feminista também delimita a necessidade de investigar os efeitos da violência nas apropriações das mulheres na cidade, analisando as restrições espaciais e limitações comportamentais do gênero feminino no espaço construído *pelo* homem e *para* o homem.

1.4. RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO URBANO

O espaço sendo, simultaneamente, o meio e o resultado das práticas sociais, apresenta os domínios social e espacial profundamente interligados, produzido tanto em processos políticos e econômicos, quanto nas práticas e relações de poder da vida cotidiana (Soja, 1985). Desde o significado simbólico dos espaços às mensagens mais evidentes, os privilégios, visões e valores dos grupos dominantes são mantidos por meio de intenções, temporalidades e espacialidades de acesso na cidade (Staeheli *et al.*, 2012).

O domínio público tem sido historicamente vedado às mulheres, assim como certas horas e certos lugares são tidos como espaços masculinos, definindo as necessidades femininas condicionadas ou subordinadas, em certa medida, à presença masculina, a começar por não aparecerem ou andarem sozinhas nos espaços públicos, ou ainda pelo fato de utilizá-los apenas no sentido de circulação, desencorajando seu uso para permanência (Falú, 2014).

As mulheres foram restringidas à noite, considerada como um espaço-tempo historicamente proibido e perigoso para o gênero feminino. Essa ideia é reforçada por expressões negativas em relação ao corpo da mulher nos espaços públicos, como “mulher da noite”, “mulher pública”, que estariam associadas à prostituição, à ideia de uma mulher não respeitável, quer dizer, um corpo vulnerável e objetivado a ser dominado; mas também uma ameaça à ordem social, uma tentação sexual à autodisciplina masculina do “homem público”, expressão que, de maneira oposta, geraria uma percepção positiva de uma figura de estadista (Duncan 1996; Patel, 2010).

O “perigo” atribuído aos espaços públicos significaria que as mulheres estão constantemente sujeitas a uma forma de violência

simbólica que facilita um clima de medo intrusivo e ameaçador em suas vidas. O medo é inoculado através de mensagens inocentes, conselhos, avisos e instruções de segurança, internalizados desde a infância e adolescência como parte do *habitus* feminino, e tem um efeito duradouro que leva as mulheres a experimentarem o ambiente de maneira diferente dos homens como também a perceberem certas situações e certos espaços como ameaçadores e assustadores, fazendo parecer natural que elas sejam responsáveis pelo trabalho invisível e obrigatório de prevenir sua própria vitimização. O medo da violência assume uma ilusão de normalidade e a prevenção da violência passa a ser uma parte aceita da vida cotidiana da mulher (Stanko, 1985; Vera-Gray, 2018).

As mulheres vivenciam as restrições ligadas às normatividades de gênero que regem o que seria a “feminilidade adequada”, determinando sua experiência e a forma como se apropriam da cidade, limitando seus movimentos, moldando seus comportamentos e restringindo sua vida cotidiana, quando elas passam a evitar certas partes da cidade, deixam de sair em determinadas horas do dia ou não escolhem modos ativos de transporte a fim de prevenir, evitar e ignorar várias formas de violência sexual (Valdívia & Ciocchetto, 2012). Del Valle (1997) definiu esses comportamentos como sendo “os espaços dos quais negamos”, os lugares aos quais as mulheres renunciam, e que são basicamente mediados por medo.

A rotinização do medo do crime atua sob o pretexto de bom senso a fim de convencer as mulheres, ainda que de maneira inconsciente, a consentir a dominação masculina sobre o espaço: elas tomam as precauções ao invés dos homens assumirem o controle de si mesmos (Morgan, 2005). A repetição dessas estratégias torna-se uma “atitude corporal habitual” (Vera-Gray, 2016) e uma “vigilância rotineira” (Stanko, 1985) e, o que começou como um “trabalho de segurança”,

passa a fazer parte implicitamente do próprio cerne do que é ser mulher – não visto como algo que elas *fazem*, mas como algo que elas *são* (Stanko, 1985; Valentine, 1989). Quando essas decisões estratégicas para evitar a violência sexual se tornam rotineiras e as relações sociais acabam por ter consequências espaciais, o impacto do poder de gênero sobre as mulheres passa a ser compreendido não apenas em termos de segurança, mas também de sua liberdade (Vera-Gray, 2018).

As estruturas sociais e de poder são materializadas no espaço e inscritas na maneira como as cidades são construídas, de modo que articulam diferenças e desigualdades, estabelecem normas e limites, tanto espaciais como sociais, e definem padrões de apropriação de acordo com hierarquias, criando acessibilidades simbólicas (Serpa, 2014).

Lefebvre (1974) considera a noção de apropriação importante no sentido de ser um fato social e cultural, que refletiria a tensão entre socialização e individuação, integrando o processo de identificação e inscrição de um modo de ser, assim como a pertença a um grupo e a um conjunto de valores a estes associados, tal como um “modelo cultural” que estabelece a organização (Serfaty-Garzon, 2003). Os modelos culturais definiriam as formas de fazer, os modos de funcionamento, as boas maneiras ou as receitas que formariam as práticas a partir das quais os indivíduos organizam (conscientemente ou não) o seu mundo cotidiano numa determinada sociedade (Segaud, 2009).

Bem mais que a satisfação das necessidades práticas de abrigo que a arquitetura e o urbanismo propiciam em suas expressões materiais, o ambiente construído como espaço subjetivo acolhe o sujeito na sua necessidade de identificar-se, de reconhecer a si mesmo, de experienciar sua humanidade (Leitão, 2014). Essas reflexões sublinham a importância da apropriação no desenvolvimento de um

espaço de reconhecimento e na construção de um espaço protetor, geralmente associada a um processo de identificação, de personalização dos territórios a fim de torná-los familiares, como também para construir uma sensação de segurança (Zetlaoui-Leger, 2012).

Apropriar-se de um espaço é torná-lo seu, atribuindo-lhe características materiais e simbólicas que o distinguem dos demais, através da disposição de objetos ou de intervenções no espaço habitado (Serfaty-Garzon, 2003). O espaço é estudado como estruturante da identidade dos indivíduos, como componente essencial de afirmação de si e de sua personalidade. Apropriamos o espaço para poder; apropriamo-nos dele em relação aos outros, afirmando que o espaço em questão é o nosso (Segaud, 2009).

Entretanto, as diversas experiências de violência contra o gênero feminino, juntamente com o medo das mulheres em se movimentar pela cidade, criam obstáculos para que elas construam um senso de pertencimento ao espaço público, assim como de sentir-se confortável e ser capaz de operar com confiança em casa, na vizinhança, no espaço coletivo, às vezes chegando ao ponto de distanciar-se ou retirar-se do espaço público, como alternativas que trazem um consequente empobrecimento pessoal e social (Falú, 2014).

Diante de experiências de assédio que ocorrem na vida cotidiana, histórias de perigo ouvidas e reproduzidas no meio social e reportagens criminais divulgadas pela mídia, as mulheres também passam a elaborar imagens pré-concebidas e mapas mentais de lugares específicos em que ocorrem ataques, desenvolvendo uma geografia particular de medo como uma maneira de lidar com a situação (Falú, 2014; Valentine, 1989). Para Valentine (1989), uma vez que a mulher não pode ter medo de todos os homens o tempo todo, elas precisam estabelecer certos padrões de *onde* e *quando* podem

encontrar “homens perigosos”, transferindo sua avaliação para certos espaços públicos e certas horas do dia, a fim de manter a ilusão de controle sobre sua segurança.

Portanto, as restrições espaciais das mulheres não estariam simplesmente baseadas em escolhas livres e independentes, nem reduzidas a um problema pessoal de “mulheres medrosas”, mas na maneira como o espaço público é ocupado e controlado pelos homens e, ainda, nas relações de poder por trás do medo, revelando as dimensões ocultas de poder e exclusões de gênero (Koskela, 2009). O medo produz uma sensação de que algo precisa ser constantemente negociado, como um mecanismo que molda a compreensão, a percepção e o uso dos espaços públicos e funciona como uma das formas de controle da espacialidade feminina, de modo que as mulheres seriam concebidas como tendo menos capacidade de serem cidadãs plenamente ativas.

O espaço público seria um território sobre o qual os homens detêm maiores direitos, representado como a arena masculina, que reconhece apenas corpos masculinos, brancos, burgueses, heterossexuais, negando subjetividades diferentes e outros pontos de vista como posições invisíveis ou subordinadas. Foucault (1988) remonta a concepção dos espaços públicos como locais de expressão do poder desde as acrópoles e ágoras gregas, assim como o fórum romano, sendo exclusivo daqueles considerados “cidadãos” para o exercício de um “poder disciplinar” que, estrategicamente, facilita o controle do grupo dominante sobre a população.

A relevância da construção cultural das desigualdades de sexo e gênero parece indiscutível na ocorrência de comportamentos agressivos e se articula diretamente com a violência, desde a dominação de um grupo sobre outro até o entendimento de que, em uma sociedade onde prevalece uma cultura de dominação por hierarquias de poder, todas as pessoas seriam “socializadas para

enxergar violência como um meio aceitável de controle social” (Hooks, 2019, p.99).

O tópico seguinte reúne diversos processos e mecanismos, que sustentam e alimentam desigualdades e reproduzem a relação de poder de gênero no uso e apropriação dos espaços públicos pelas mulheres, seja por atos criminosos ou mesmo por comportamentos ofensivos, que não são considerados crimes.

1.5. TIPOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

No quadro teórico do patriarcado, a violência de gênero seria definida não apenas como resultado das discriminações de que as mulheres são vítimas, mas sobretudo como uma forma de controle e um instrumento para manter, produzir e reproduzir essas desigualdades. Os recursos para a conservação da ordem patriarcal compõem uma lista heterogênea das formas mais sofisticadas às mais grosseiras de violência, que desempenha um papel de destaque na manutenção da subordinação feminina (Diego-Cordero *et al.*, 2020).

Kelly (1987) desenvolve a abordagem de *continuum* de violência sexual que conecta essa ampla gama de formas de abuso e agressão que as mulheres vivenciam. A autora classifica as formas de violência de acordo com a incidência, sendo as mais comuns e mais vivenciadas – “típicas” (inofensivas) – aquelas mais prováveis de serem definidas como um comportamento masculino aceitável, enquanto as menos recorrentes – “aberrantes” (prejudiciais) – aquelas mais prováveis de serem reconhecidas e rotuladas como crimes. O conceito de *continuum* de violência sexual (Kelly, 1987; Stanko, 1985) sugere que (1) todas as formas de violência contra a mulher são de natureza sexual e estão interligadas a partir de semelhanças e caracteres comuns; (2) a expressão “violência sexual” é usada para integrar as formas de abuso, coerção e força que

sustentam, teoricamente, o poder e controle patriarcal (Radford, Friedberg & Harne, 2000).

O termo *continuum*, por sua vez, não quer dizer uma linha de experiências sequenciadas, mas “um caráter comum básico que subjaz a muitos eventos diferentes” ou “uma série contínua de elementos ou eventos que passam uns pelos outros e não podem ser facilmente distinguidos” (Kelly, 1987, p.48). O fator comum entre todos os eventos é que os homens frequentemente utilizam os mesmos padrões e métodos de pressão, ameaça, coerção e força para controlar as mulheres em encontros heterossexuais comuns, e não somente em eventos considerados criminosos. Alguns estudos sugerem que a força e a coerção podem estar presentes até mesmo em encontros heterossexuais ditos consentidos.

Bart (1983 *apud* Kelly, 1987), por exemplo, analisa o sexo heterossexual como um *continuum* que vai do sexo consensual (igualmente desejado pela mulher e pelo homem) ao sexo altruísta (as mulheres o praticam porque sentem pena do homem ou sentem-se culpadas por dizer não), ao sexo complacente (as consequências de não o fazer são piores do que as consequências de fazê-lo) e ao estupro, contestando a suposição de que toda relação sexual que não seja definida como estupro é, portanto, consensual. Da mesma forma, no trabalho de Tang *et al.* (2000), os entrevistados chegaram a um conceito de consentimento atrelado a uma noção de escolha. Eles alegaram que, ainda que a mulher permita que o incidente aconteça, se ela não teve escolha, o comportamento não pode ser considerado consensual.

De fato, as mulheres costumam descrever um evento como estupro apenas quando o estuprador é um estranho, a agressão acontece ao ar livre e à noite, usa-se força física e há resistência das vítimas. No entanto, os exemplos demonstraram que, muitas vezes, as mulheres experimentam sexo não consensual de tal maneira que nem mesmo

elas, nem a lei e, ainda mais improvável o homem, definiriam como estupro. Assim, uma vez que o sexo forçado ou coagido é uma experiência relativamente comum para as mulheres, não haveria uma distinção inequívoca entre sexo consensual e estupro, mas sim um *continuum* de pressão, ameaça, coerção e força (Kelly, 1987).

Nesse sentido, a perspectiva de gênero aponta uma lacuna na literatura sobre o que é realmente definido e medido como dano, bem como sobre os problemas da ótica criminalística a qual associa as atividades criminais somente ao que é tipificado pela lei, o que geraria uma provável subnotificação e subestimação da violência contra a mulher (Tang *et al.*, 2000). Ainda que as estatísticas de crime mostrem que as mulheres têm uma taxa mais baixa de vitimização do que os homens, elas relatam experimentar duas ou três vezes mais crimes (Hale, 1996). Os eventos registrados nos relatórios criminais poderiam não representar a quantidade de violência que as mulheres vivenciam na realidade, já que o fato dos homens vivenciarem mais crimes no espaço público perderia para a frequência de experiências cotidianas de “intrusões não-criminais” ou “pequenas vitimizações” que as mulheres passam, quer dizer, vários tipos de comportamentos que podem ser considerados ofensivos, mas que não são necessariamente caracterizados como criminosos (Stanko, 1985; Vera-Gray, 2016).

O crime é um conceito jurídico e a compreensão do que é criminoso varia entre culturas, localizações geográficas e períodos da história. Os próprios códigos jurídicos são cultural e socialmente construídos como parte dos sistemas de representação que descrevem o mundo como ele é e como deve ser e, portanto, refletem as desigualdades da sociedade, frequentemente ignorando os danos e formas de violência que são mais prováveis de serem experimentadas por mulheres (Koskela, 2009). Ao mesmo tempo, em razão do papel preponderante do homem na academia, os critérios científicos, os

objetos de estudo e os métodos de pesquisa seriam, segundo McDowell (1992), “androcêntricos”, ou seja, a ciência não seria apenas dominada pelo homem, mas associada ao que é culturalmente definido como masculino. Como resultado, as pesquisas com mulheres ainda são vistas como anedóticas ou marginais (Hancock, 2002).

Logo, a teoria feminista entende que a violência contra a mulher não poderia basear-se somente nas categorias jurídicas existentes, mas nas experiências de abuso percebidas cotidianamente, analisadas no contexto cultural e socioeconômico específico em que ocorrem, e através do conhecimento experiencial das próprias mulheres (Kearl, 2010), incluindo uma gama maior de comportamentos abusivos e agressivos, que podem coexistir e apoiar-se uns aos outros, como abusos físicos, emocionais e psicológicos.

1.5.1. CRIMES TIIFICADOS NAS LEIS BRASILEIRAS

Os comportamentos criminosos encontram-se definidos na legislação penal, no caso do Brasil, no Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940) e em algumas Leis Especiais – Lei dos Crimes Hediondos, Lei do Crime Organizado, por exemplo. Da mesma forma, alguns comportamentos socialmente percebidos como violência não são definidos como crime ou não encontram na legislação enquadramento penal adequado (Izumino, 2003).

No Brasil, os crimes contra a mulher praticados no espaço público podem ser reconhecidos dentro de quatro categorias: crimes contra a honra – calúnia, difamação, injúria (Decreto-Lei nº 2.848/1940), importunação sexual (Lei nº 13.718/2018), estupro (Lei nº 12.015/2009) e feminicídio (Lei nº 13.104/2015).

A Lei do Feminicídio enquadra o assassinato de uma mulher, cometido por razões de condição do sexo feminino, no qual a mulher foi morta por violência doméstica ou familiar, ou por discriminação pela condição de mulher. A Lei 14.944, aprovada em 9 de outubro de 2024, alterou o Código Penal para estabelecer o feminicídio como crime de homicídio e ampliando a pena de reclusão, a partir de então, de 20 a 40 anos de prisão.

O crime de feminicídio é entendido como uma forma de controle e dominação sobre o corpo feminino, bem como a afirmação da superioridade da força masculina, que consideraria ao arbítrio do homem o direito sobre a vida e a morte da mulher (Grassi, 2015). Essa forma de homicídio não constitui um evento isolado, nem repentino, ou inesperado; ao contrário, faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizariam o uso de violência extrema (Kelly, 1987).

A subjugação máxima da mulher por meio do seu extermínio tem relação direta com a cultural patriarcal e as desigualdades de gênero, tendo sido invisibilizada e, conseqüentemente, tolerada pela sociedade. As teses de defesa desse tipo de crime frequentemente atribuíam o resultado letal à própria mulher, que por meio de sua conduta, não teria deixado, ao agente infrator, nenhuma outra alternativa (Eluf, 2007). A honra masculina era entendida como um bem jurídico de valor maior que a própria vida da mulher, restando ao homem recuperá-la através da morte daquela que havia lhe causado desonra. Com o advento da Constituição Federal de 1988, homens e mulheres foram equiparados em direitos e obrigações, assim como todas as formas de discriminação de gênero foram legalmente proibidas, inclusive a tese de legítima defesa da honra (Segato, 2003).

Embora o feminicídio tenha como uma de suas principais características a violência de gênero no contexto doméstico ou

familiar, Gomes (2018) destaca que esse crime, além de vitimar pelo menos 50% das mulheres em relações afetivas pelo (ex-)marido ou (ex-)namorado, também envolve outros 50% dos casos associados ao contexto brasileiro de desigualdades sociais, pobreza, exclusão e racismo que precisam ser mais bem conhecidos, tal como o tráfico de mulheres, o turismo sexual e o tráfico de drogas.

Em países caracterizados pela desigualdade de gênero, o feminicídio se manifesta como um fenômeno que poderia alcançar qualquer mulher pela sua condição de gênero. Contudo, considerando que as vulnerabilidades não são uniformes entre as mulheres, especialmente quando se trata de mulheres negras, os riscos intensificam-se em decorrência de discriminações relacionadas ao gênero, classe social, idade, raça, cor, etnia, deficiência etc.

Existiria, sobretudo, um aspecto político relevante no crime de feminicídio, que evidencia a omissão ou a negligência do Estado como incremento para a ocorrência de crimes letais e ressalta sua responsabilidade na perpetuação dessas mortes. O feminicídio poderia ser interpretado como um crime de Estado, quando este não assegura às mulheres as garantias necessárias para sua sobrevivência, nem cria condições adequadas de segurança em suas comunidades, residências, nos espaços de trabalho e de lazer. Essa realidade se torna particularmente evidente diante da impunidade dos perpetradores, e da violência institucional presente nos serviços públicos. (Gomes, 2018).

O crime de estupro, por sua vez, é definido como qualquer conduta, com emprego de violência ou grave ameaça, para constranger alguém a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. O elemento mais importante para caracterizar esse crime é a ausência de consentimento da vítima. O Código Penal Brasileiro prevê, no artigo 213, penas que variam de 6

a 10 anos de prisão, podendo ser agravadas caso o crime resulte em morte, lesões corporais graves ou for praticado contra adolescentes.

Em 2017, um episódio envolvendo um homem que ejaculou no pescoço de uma mulher no transporte público de São Paulo foi o pretexto para a promulgação da Lei 13.718, que altera o Código Penal e define no artigo 215-A o crime de importunação sexual, além de revogar o que antes era contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor (artigo 61 da Lei de Contravenções Penais). Até então, condutas conhecidas popularmente por “assédio sexual”, como “apalpadas” e “passadas de mão” tinham que ser adequadas ao crime de estupro e, por ausência de proporcionalidade, implicava muitas vezes em situações de impunidade, como ocorreu no caso citado.

A lei procura sanar essa lacuna legislativa e propõe um tipo penal intermediário, nem grave como o estupro, nem tão leve como uma contravenção penal. O crime de importunação sexual prevê pena de 1 a 5 anos de prisão para quem praticar ato libidinoso contra alguém sem o consentimento dessa pessoa, com o objetivo de satisfazer o próprio desejo ou o de terceiros, mesmo que não toque o corpo da vítima, como nos casos em que o agressor se masturba e ejacula em alguém. O fato de que a importunação sexual é praticada “contra alguém” diferencia-a do ato obsceno (artigo 233 do Código Penal), e por não haver conjunção carnal, distingue-a do estupro. Outra diferença também se estabelece entre o crime de importunação sexual e o de assédio sexual (artigo 216-A do Código Penal), que ocorre em situações em que há hierarquia entre agressor e vítima, como por exemplo, em ambientes de trabalho.

Entretanto, a revogação da contravenção de importunação ofensiva ao pudor trouxe dificuldade para o enquadramento legal de comportamentos mais brandos que aqueles previstos pela importunação sexual, como por exemplo, as condutas por meio de

“cantadas”, conhecidas como “assédio verbal”, gerando dúvida sobre sua classificação como crime contra a honra, especificamente injúria, ou como contravenção de perturbação da tranquilidade (Santos, 2018).

Os crimes contra a honra – calúnia, difamação e injúria – protegem, respectivamente, contra a imputação falsa de um crime, contra um fato ofensivo à reputação e contra um fato que ofenda a dignidade e o decoro. O crime de injúria compreende também os casos em que se utilizam elementos referentes à cor, raça, etnia, religião, origem ou à condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, contudo não trata literalmente da questão de gênero.

Logo, utilizar outras nomenclaturas para esse dano oculta sua natureza de gênero e desconsidera suas ligações com outras formas de violência masculina contra a mulher. O assédio, experimentado cotidianamente pelas mulheres quando percorrem as ruas da cidade, permanece invisível como um dano e é reforçada pela ausência de enquadramentos legais, visto que o reconhecimento judicial só ocorre quando algo particularmente incomum acontece.

A necessidade de criar novos conceitos jurídicos ou de reformular as categorias jurídicas existentes tem sido apontada por estudiosas feministas para serem aplicadas, por exemplo, aos casos de assédio de rua⁵. A nomeação de certo evento é importante para que ele possa existir no mundo social feminino e, em uma linguagem direta, ser fiel à própria experiência da mulher e de sua vida subjetiva (Bowman, 1993; Kelly, 1987). Nomear as formas de violência masculina é fundamental para validar as experiências das mulheres conforme são vividas, entendidas e teorizadas e comunicar a natureza dessas experiências para aqueles que não as compartilham,

⁵ Ainda sem tipificação jurídica no Brasil, utilizou-se o termo “assédio de rua”, traduzido do inglês *street harassment*, em razão de ser a forma mais recorrente na literatura utilizada nesta tese.

tornando-as mais visíveis e engajando-as nas tentativas de combater o silenciamento histórico (Vera-Gray, 2016). Reconhecer o papel do assédio de rua no terrorismo sexual é crucial para compreender seu potencial de causar danos, seu papel no processo de subordinação feminina e seu impacto na apropriação dos espaços públicos pelas mulheres.

1.5.2. INTRUSÕES NÃO-CRIMINAIS: O CASO DO ASSÉDIO DE RUA

Larkin (1997) identificou que os incidentes diários de intrusão de mulheres perpetrados pelos homens são tão normalizados que raramente são chamados de assédio, como um tipo de violência aceitável que se naturaliza e se normaliza na vida cotidiana e torna-se parte do tecido social da esfera pública. As experiências de assédio de rua são frequentemente consideradas pelos homens como triviais, insignificantes, “um pouco de diversão” ou “apenas uma piada”, condicionando as mulheres a perceberem tal comportamento como inofensivo ou típico da natureza do homem, e culpando-as por atribuírem significados negativos aos seus atos (Gardner, 1995).

Algumas mulheres podem considerar o assédio de rua como uma cortesia, mas independentemente de tal interrupção ser sentida como prazerosa, isso não retira o efeito opressor nem as consequências prejudiciais desse ato. Segundo Vera-Gray (2016, p.12), “os sentimentos do atormentado não são prescritos pelas ações do ator, ou seja, não é necessário ter sentido o ato intrusivo para que seja uma intrusão”.

Os comportamentos masculinos se confundem e, por utilizarem comumente padrões de controle definidos como criminosos pelo sistema jurídico, as mulheres podem não compartilhar da mesma

definição de um incidente particular. Embora as mulheres possam se sentir violadas ou intimidadas por um comportamento masculino *típico*, elas não têm como especificar por que parece um comportamento masculino *aberrante* (Stanko, 1985).

O assédio de rua inclui uma ampla variedade de comportamentos verbais e não verbais – como assobios, olhares fixos maliciosos, piscadelas, agarramentos e comentários avaliativos sobre a aparência física de uma mulher (Gardner, 1995) – e Bowman elenca algumas características específicas que o definem:

(1) o alvo são as mulheres; (2) os assediadores são homens; (3) os assediadores não são conhecidos pelas vítimas; (4) o encontro é face a face (5) o fórum é público, como ruas, calçadas, ônibus, parada de ônibus (...); (6) o conteúdo do discurso, se houver, (...) é objetivamente degradante, objetivante, humilhante e frequentemente de natureza ameaçadora (Bowman, 1993, p.524).

Bowman (1993) menciona uma interpretação do assédio a partir de Wise & Stanley (1987) como sendo uma invasão no campo da consciência, uma intrusão indesejada e imprevista de homens “nos sentimentos, pensamentos, comportamentos, espaço, tempo, energias e corpos das mulheres”, removendo a capacidade de escolherem com quem interagir e se comunicar, afetando profundamente na sua sensação de segurança em público.

O assédio de rua reforça o medo de estupro e as mulheres passam a experimentar a conexão entre estupro e assédio de rua em um nível subjetivo. Gardner (1995) argumenta que muitas mulheres consideraram os comentários de rua como um “continuum com estupro, preâmbulo para estupro, estupro verbal, um pequeno estupro ou terrorismo sexual”. Embora o estupro seja um ato *aberrante* que ocorre em um contexto particular ou situações limitadas, ele poderia começar com um ato *típico* de assédio de rua. As agressões mais sutis poderiam despertar o medo de ataques sexuais mais graves e, sendo incapaz de identificar qual encontro

intrusivo levará ao estupro, uma mulher passaria a considerar cada encontro com um estranho como potencialmente perigoso (Bowman, 1993).

O assédio de rua configura-se, assim, como parte de um sistema de terrorismo sexual, que visa assustar, dominar e controlar a mulher, sujeita a avaliação como um objeto sexual de uma forma que os homens não o são (Kissling & Kramarae, 1991). Alguns autores demonstram que o assédio de rua objetifica a mulher e rebaixa as vítimas a objetos sexuais, apenas a um corpo ou a partes de um corpo, a serem olhados e tocados. Fredrickson & Roberts (1997, p.175) afirmam que “a objetificação sexual ocorre sempre que o corpo, as partes do corpo ou as funções sexuais de uma mulher são separados de sua pessoa, reduzidos à condição de meros instrumentos, ou considerados como se fossem capazes de representá-la”. A mulher é apreendida pelos outros como uma coisa, como uma coleção de partes sexuais sem um núcleo, rejeitando sua identificação como um ser inteligente ou como um indivíduo completamente humano.

As experiências de assédio de rua podem ser lidas como uma negação temporária da subjetividade e tornam-se parte do processo de formação feminina da representação de si como “o Outro”, constantemente apresentada como a particular, anedótica, a desviante em relação à norma masculina. O homem afirma seu direito de se intrometer na sua atenção e invadir sua privacidade, já que ao participarem da esfera pública, “elas devem fazê-lo de uma forma que dê prazer aos homens” (Davis, 1994, p.143), como se uma de suas funções fosse “estar aberta ao público” (Gardner, 1995).

Benard & Schlaffer (1984) também destacam o assédio de rua como uma forma de diversão que ajuda a promover o vínculo masculino, na qual se espera que as mulheres forneçam entretenimento. Hochschild (1985) demonstra que o trabalho emocional de “animar”

além de ser relacionado ao feminino, trata também de um tipo de coerção invisível e, de fato, uma exigência do papel da mulher.

Portanto, o gênero é uma forma pela qual o poder se exerce e, ao remover o direito básico de privacidade que as mulheres deveriam ter como cidadãs, o assédio de rua tem um efeito invasor e faz uma declaração à não cidadania das mulheres, refletindo e afetando as maneiras como as mulheres se comportam no espaço público, forçando-as a fazer adaptações para evitar comportamentos “inadequados”, que seriam entendidos como uma violação do papel de gênero, e não permitindo que elas sejam completamente autênticas.

A intenção dos assediadores, segundo Bowman (1993), é lembrar à mulher sua identidade de gênero e colocá-la “em seu lugar”, mostrando que o espaço público não lhe pertence e que estaria agindo fora de seu papel, simplesmente por sua presença em público, o que promoveria uma sensação de constante perigo e medo dos espaços públicos. O esquema abaixo (*cf.* Figura [F2]) ilustra as violências diretas e simbólicas relacionadas à condição de gênero, revelando como essas formas de discriminação se manifestam tanto de maneira explícita quanto sutil na vida das mulheres.



←Figura [F2]
Esquema relações de gênero. Fonte: Elaboração da autora, 2024.

As violências diretas incluem os crimes tipificados pelo Código Penal Brasileiro, assim como as intrusões não-criminais relativas ao assédio de rua; enquanto as violências simbólicas envolvem a perpetuação dos estereótipos de gênero e a marginalização das mulheres nos espaços públicos e privados. Contudo, as desigualdades de gênero operam interseccionadas à outras formas de opressão, como aquelas baseadas em raça e classe, que refletem as estruturas sociais de poder.

1.6. INTERSECCIONALIDADE

Embora o gênero constitua uma “base comum que subjaz cada existência individual feminina no presente estado de educação e costume” (De Beauvoir, 1974), não existe uma categoria monolítica de “mulher”. As experiências de vida continuam a ser determinadas pela localização do indivíduo dentro das estruturas sociais e do conjunto de circunstâncias de oportunidades de cada pessoa, em que o gênero está entrelaçado aos demais sistemas de poder e opressão que permeiam a existência situada do indivíduo (England, 1994).

A categoria analítica de gênero permite tornar visíveis, além das relações de poder de gênero, a conexão do sistema patriarcal com outras formas de opressão. A subordinação das mulheres exige a análise da dominação masculina juntamente com a dinâmica capitalista, percebendo-os como dois sistemas ou estruturas distintas, mas que não podem ser isolados a categorias singulares de análise, uma vez que se relacionam e operam simbioticamente na produção e reprodução dos padrões socioeconômicos e masculinos de poder no espaço urbano.

O enfoque nas mulheres como um grupo homogêneo unido pela opressão de gênero passou a ser criticado por parte das mulheres negras pertencentes às minorias da Europa, Estados Unidos e daquelas que faziam parte do “Terceiro Mundo”. As reivindicações de universalidade foram expostas como ilegítimas, apontando o viés eurocêntrico que omite a questão racial nas hierarquias de gênero e universaliza a cultura ocidental, assim como a voz da mulher branca, ocidental, heterossexual e de classe média para o conjunto de mulheres (Gonzalez, 1984).

A partir das ideias políticas do movimento feminista negro, os estudos de gênero na academia se expandiram e propuseram que os

diversos sistemas de opressão fossem interconectados para dar conta das experiências vividas por sujeitos específicos, cujas experiências estão circunscritas pelo racismo, patriarcado, exploração de classes, religião, homofobia, nacionalismo etc. Nos Estados Unidos, Crenshaw (1991) lança o conceito de “interseccionalidade” baseando-se na simultaneidade de opressões e organiza as desigualdades de poder ao longo de, no mínimo, três eixos – classe, cor/raça e gênero – como sistemas opressivos que podem se sobrepor, interagir e se articular entre si, gerando formas complexas e combinadas de dominação ou de relações sociais.

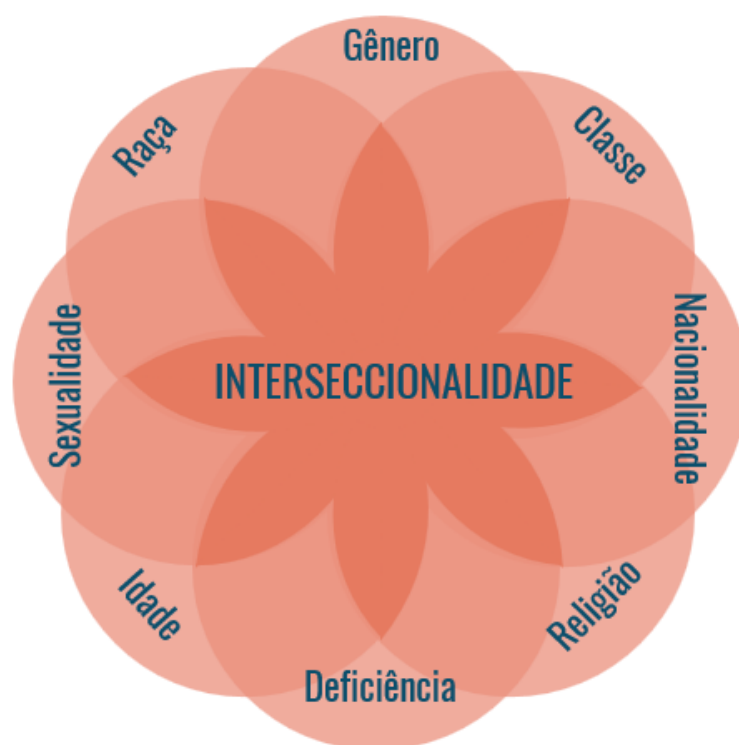
Gonzalez (1984) discorre sobre a articulação do racismo e do sexismo na produção de efeitos violentos sobre a mulher negra na sociedade brasileira, reconhecendo que a identidade das mulheres negras as posiciona em desigualdades sociais complexas e distintas das experiências vividas pelas mulheres brancas.

No Brasil, o legado histórico da colonização, o desenvolvimento econômico baseado na escravidão e exploração da população negra, e a estruturação da hierarquia étnico-racial não só aumentam o risco de violência letal, como geram condições de vida muito desiguais para esse grupo. O racismo funciona no sentido de permitir que algumas populações sejam livremente assassinadas, enquanto outras são intensamente protegidas; as mulheres negras, particularmente, aparecem como maioria nas taxas de violência letal feminina e fazem parte do grupo socialmente designado como disponível para ser assassinado com alto grau de impunidade, em razão da misoginia e do racismo (Butler, 2015 *apud* IPG, 2016).

Os indicadores sociais brasileiros revelam que as mulheres negras também são a maioria entre as pessoas que vivem em condições precárias de vida, vítimas em diversos tipos de violações de direitos humanos, pela ausência de trabalho, por dificuldade de acesso aos equipamentos públicos e à justiça, pela falta de acesso à educação e

saúde, assim como pelo racismo e violência institucional perpetrada pelos agentes públicos, apontando para a negligência do Estado como fator agravante para todas as formas de violência contra a mulher (IPG, 2016).

Uma perspectiva feminista interseccional analisa a conexão entre múltiplos sistemas de opressão que interagem entre si e se articulam nas experiências de opressão que as mulheres vivenciam nos espaços públicos, sobretudo aquelas que pertencem a vários grupos ou a identidades desfavorecidas. O esquema abaixo (*cf.* Figura [F3]) apresenta a interseccionalidade e a sobreposição de desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade, idade, deficiência etc. que se cruzam e se reforçam mutuamente, criando experiências únicas de marginalização.



←Figura [F3]
Esquema
interseccionalidade. Fonte:
Elaboração da autora, 2024.

Logo, quando se trata de mulheres negras, pobres, periféricas, moradoras de favelas, os efeitos de diferentes formas de dominação, em que o gênero se sobrepõe a outros tipos de discriminações, como classe e cor/raça, evidenciam experiências diferenciadas, contextuais

e situadas; nestas, as desvantagens estruturais de ser mulher e as desvantagens de viver em uma favela se cruzam e se reforçam. O próximo capítulo aborda esta sobreposição e dá ênfase à demarcação histórica dessas desigualdades no espaço das cidades brasileiras e, em particular, na cidade de João Pessoa, em seu Centro Histórico.

2 | CAPÍTULO 02 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESIGUALDADES DE RAÇA E CLASSE

Este capítulo inicia com as noções de fragmentação urbana e segregação socioespacial, compreendendo como esses fenômenos intensificam as desigualdades existentes e restringem o acesso de certos grupos a recursos e oportunidades, gerando impactos específicos para mulheres negras e pobres. Em seguida, explora-se a interseccionalidade das desigualdades de raça, classe e gênero, destacando o fenômeno da feminização da pobreza como um reflexo dessas desigualdades. Por fim, a discussão aborda a dinâmica histórica de expansão urbana e segregação socioespacial de forma particular na cidade de João Pessoa, com ênfase no Centro Histórico.

2.1. FRAGMENTAÇÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

As cidades brasileiras viram um crescimento populacional avantajado e uma estruturação urbana caracterizada por políticas públicas de expansão territorial com produção de periferias, tanto de condomínios horizontais fechados para classes de rendas mais altas, como de conjuntos habitacionais populares, localizados nas franjas ou bordas urbanas. Esse fenômeno recebe diversas denominações,

sendo mais utilizado na literatura internacional o termo espraiamento urbano (traduzido do inglês, *urban sprawl*), no sentido de uma cidade espalhada, que se irradia para todos os lados. Alguns autores entendem o espraiamento urbano como um efeito associado a uma expansão exagerada, descontrolada e desorganizada, que dispõe células urbanas de baixa densidade, com diversos tamanhos e localizações, formadas por grupos socioeconômicos semelhantes, criando, como resultado, uma estrutura de cheios e vazios desarticulados, distantes do centro tradicional e da mancha consolidada da cidade, potencializando a periferização física e social, além da multiplicação de novas centralidades (Ribeiro & Silveira, 2009).

A fragmentação espacial em territórios homogêneos de pobreza ou de riqueza expressa-se não apenas nos indicadores de distâncias de renda, ocupação e salário, mas também na concentração de investimentos em áreas mais rentáveis da cidade, atraindo postos de trabalho mais próximos da população de alta renda e prejudicando a acessibilidade do segmento mais pobre às oportunidades de emprego e às ofertas urbanas. Os territórios de pobreza vivem o “exílio da periferia”, como cunhou Milton Santos, uma vez que somam a pobreza econômica à distribuição desigual de bens e serviços públicos com uma forte deficiência de infraestruturas urbanas, agravada pela precariedade da mobilidade e da oferta de transporte público (Maricato, 2015).

As classes de alta renda recuam-se para enclaves fortificados e evidenciam uma lógica de produção de tipologias arquitetônicas e sistemas de transporte que privilegiam o espaço privado, o automóvel particular, a separação de pessoas dentro dos condomínios residenciais e centros comerciais fechados, com sofisticados sistemas de segurança projetados para obstruir outros modos de vida e isolar-se das classes de baixa renda na companhia

de seus semelhantes (Trigueiro *et al.*, 2020). A construção de espaços fechados fundados na lógica da vigilância e da distância, com intenções claras de dividir, segregar, excluir e manter separados seus habitantes, cria lugares que estão fisicamente dentro da cidade, mas socialmente afastados dela.

As cidades fragmentadas evidenciam profundos contrastes de condições urbanas de infraestrutura no seu interior e potencializam as dicotomias entre as classes mais ricas e as mais pobres, reforçando as dualidades ricos-pobres, formal-informal, organizado-desorganizado, regular-irregular, separado-conectado, cidade-favela, que coexistem contraditoriamente no mesmo espaço geográfico (Koonings & Kruijt, 2007).

A relação entre fragmentação urbana e segregação socioespacial também pode ser concebida em termos de distância social e espacial, baseada em práticas que fomentam a discriminação social e a exclusão da diversidade e das diferenças por impedir as oportunidades de encontro entre os diferentes grupos no espaço urbano, ou mesmo as possibilidades de verem-se, interagirem, pensarem como pares e criarem relacionamentos e redes sociais, perpetuando o medo do “Outro”. À medida que os espaços públicos são desvalorizados e tornam-se cada vez mais fechados, controlados e protegidos, na busca de espaços assépticos e privatizados, a vitalidade de ruas, praças e locais de lazer se modifica, o interesse e o respeito pelos outros se perdem, a falta de interação entre as pessoas diminui assim como a confiança social, o valor da socialização e o exercício da cidadania, reduzindo o controle social sobre o espaço e, com ele, a segurança coletiva. O abandono do espaço público e o confinamento em espaços privatizados produzem e reproduzem um ciclo vicioso de insegurança e medo que poderia facultar a ocorrência de delitos e, segundo Caldeira (2003), poderia estar associado ao aumento da violência.

As consequências ambientais e sociais da urbanização fragmentada são extremamente nocivas em termos de ampliação das desigualdades sociais. Além dos altos custos de implementação e manutenção que canalizam os investimentos públicos da área social para solucionar as irracionalidades geradas no plano das infraestruturas, essa decisão afeta diretamente a qualidade de vida e os direitos dos cidadãos à medida que determina os percursos dos atores no tecido urbano, gerando diferentes formas de apropriação por diferentes classes sociais, de acordo com as capacidades de movimentação e de participação de cada grupo nas situações urbanas (Netto, 2014).

A rápida expansão demográfica das cidades brasileiras e o aumento da demanda por moradia, combinados com a negligência do poder público na oferta de serviços básicos correspondentes a esse crescimento – como saneamento, iluminação e transporte público, equipamentos de educação e saúde, e espaços públicos – perpetua as condições de pobreza urbana e desigualdades sociais tanto nas periferias urbanas como nos centros degradados, e contribui para um processo flagrante de segregação espacial, seguido de uma segregação social, econômica e política no espaço da cidade, levando à formação de guetos, favelas e enclaves estigmatizados por parte do grupos em condições de maior vulnerabilidade social, que não possuem os recursos financeiros suficientes para ter acesso a habitações formais (Koonings & Kruijt, 2007; Leeds, 2006; Maricato, 2015).

A ineficiência do Estado é percebida como não somente social, mas também territorialmente seletiva, afetando de maneira mais intensa as áreas mais pobres. Ao longo do tempo, as formas de segregação social se refizeram e continuaram a reproduzir as desigualdades socioespaciais. O navio negreiro e a senzala se traduziram em favelas, bairros degradados e prisões, onde aqueles que estão mortos ou a

morrer estão fora dos limites conceituais de humanidade, cidadania e emancipação (McKittrick, 2011).

Em um dualismo esquemático, Gonzalez (1984) apresenta a noção de lugar social para um âmbito espacial e a distinção de “espaços negros” de “espaços brancos”, evidenciando que os brancos territorializam-se na cidade formal, nos bairros urbanizados, enquanto os negros territorializam-se nas favelas, nas ocupações:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias (*ibid.*, p.232).

Embora as favelas não tenham sido construídas por meio de um planejamento formal que atenda às necessidades dos moradores, sua presença em cidades da América Latina talvez seja agora reconhecida como uma nova normalidade. No Brasil, a habitação precária ou irregular aproxima-se do que seria a situação “normal” da moradia brasileira, uma vez que somente 30% da população teria acesso à habitação por meio do mercado privado ao mesmo tempo que a população moradora de favelas cresceu mais do que a população total ou do que a população urbana entre 1980 e 2010. O resultado é planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, cidadania para alguns; não se trata de direitos universais, mas de privilégios para poucos (Maricato, 2015).

Rodgers & O'Neill (2012, p.401) entendem o conjunto de “processos contínuos de marginalização, discriminação e exclusão” como sendo uma forma de violência em termos estruturais, de caráter lento e

desgastante, que normalmente não é vista como um dano, mas que tem impactos a longo prazo na vida íntima e social. Os autores explicam que a “violência infraestrutural” compreende a falta de acesso aos serviços básicos e equipamentos urbanos, sustentada pela infraestrutura ausente ou de baixa qualidade, seja passiva ou intencionalmente, ativada em múltiplas escalas, formas, locais e temporalidades, e dispersa no tempo e no espaço em ritmo gradual e contínuo de ameaças, riscos e barreiras, desde espaços íntimos a experiências na cidade, impactando todos os aspectos dos moradores dos bairros de baixa renda.

Nesse contexto, o Brasil, que ostenta altos índices de desigualdade e concentração de renda, conforma não somente a urbanização da pobreza, mas também apresenta, dentro dele, o fenômeno da “feminização da pobreza”. Há uma correlação de 120,1 mulheres pobres para 100 homens pobres (CEPAL, 2022), o que reflete a interseccionalidade das desigualdades de gênero, raça e classe, resultando em condições específicas de vulnerabilidade para mulheres negras e pobres.

2.2. FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: QUANDO AS DESIGUALDADES SE AMPLIAM NAS ÁREAS PRECÁRIAS

A proporção de mulheres e homens que participam do mercado de trabalho seria um dos indicadores que avalia a desigualdade de acesso às atividades economicamente reconhecidas. Esse dado revelaria as profundas desigualdades de gênero, raça e classe que ainda persistem em nossa sociedade. Em 2022, enquanto 74,3% dos homens participavam do mercado de trabalho, apenas 54,1% das mulheres estavam empregadas (IPEA, 2024). A taxa de desocupação masculina foi de 6,2% para os brancos e 9,1% para os negros. Entre

as mulheres, o padrão de vulnerabilidade no mercado se manteve: as mulheres negras apresentaram maior taxa de desocupação, com 13,0%, enquanto entre as não-negras esse índice foi de 9,1% (DIESSE, 2023).

Embora as mulheres negras não sejam as únicas afetadas pela pobreza, elas vivenciam esse processo de maneira particular, devido à estruturação dos sistemas de poder que geram lugares sociais desiguais para diferentes grupos e indivíduos. As desigualdades resultantes das construções sociais e históricas da colonialidade de poder interseccionam-se produzindo condições específicas de discriminação e inserção social para determinados grupos.

A mulher negra encontra-se nas margens da cidade e da cidadania, submetidas a condições indignas de sobrevivência, diante do modelo colonial, capitalista e patriarcal de urbanização desigual, em que seus direitos são sistematicamente negados. Esse modelo de segregação étnico-racial e sexista da sociedade mobiliza estratégias de invisibilidade, marginalização e desigualdades no espaço urbano, negando a diversidade de sujeitos sociais diversos no planejamento urbano, de maneira que mulheres e negros continuam sendo ignorados como parte integrante da cidade (Garcia, 2012).

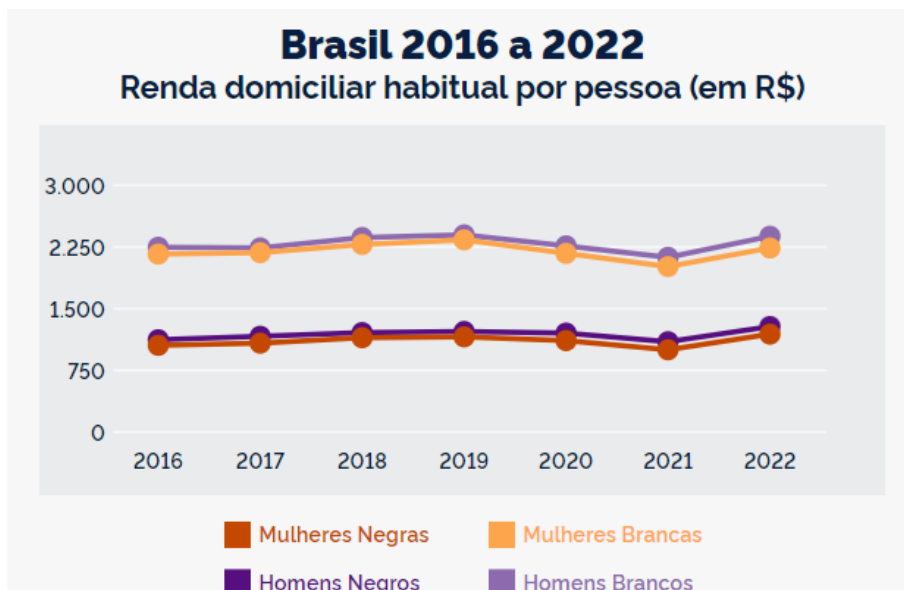
As mulheres negras e pobres vivenciam experiências singulares quando comparadas às mulheres brancas ou a homens negros, em razão da sobreposição não somente do racismo e do sexismo, mas também de outros processos discriminatórios relativos à segregação territorial, diferenças educacionais, poder aquisitivo, distribuição de recursos, o que resulta na posição mais subalternizada da hierarquia social (IPEA, 2024).

A reprodução das desigualdades raciais no país se manifesta nas diversas barreiras que a população negra enfrenta para acessar serviços públicos de qualidade, como saúde e educação, além de direitos básicos, como moradia digna, saneamento e a

complementação de renda. A precarização do trabalho para pessoas negras, com menores salários e desvalorização de suas habilidades e saberes, reflete a perpetuação de um sistema que marginaliza esse grupo (IPEA, 2024).

A feminização da pobreza, conceito que descreve o crescimento da pobreza entre as mulheres ao longo do tempo, é evidente entre aquelas que são chefes de família e são responsáveis sozinhas pelo seu sustento e o de seus filhos. De acordo com o boletim do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023), em 2022, o número de mulheres chefes de família (50,8%) ultrapassou o de homens (49,2%), representando 38,1 milhões de domicílios. Desse total, as mulheres negras lideram 21,5 milhões de famílias (56,5%), enquanto as não-negras chefiavam 16,6 milhões (43,5%).

Esse estudo também revelou que a renda das famílias negras é particularmente inferior à das não-negras, independentemente do arranjo familiar. Em termos de renda média da família, os domicílios de casais com e sem filhos recebem os maiores valores (R\$ 4.987 e R\$ 4.898, respectivamente). Já os arranjos mais vulneráveis são aqueles chefiadas por mulheres negras com filhos e sem cônjuge, sendo a renda média do trabalho da família de R\$ 2.362 e a renda per capita de R\$ 789, a mais baixa entre os grupos analisados, correspondendo a cerca de meio salário-mínimo por pessoa (DIEESE, 2023; IPEA, 2024 – cf. Figura [F4]).



← Figura [F4]
Gráfico Renda domiciliar por pessoa (em R\$). Fonte: IPEA, 2024.

A desigualdade de gênero, classe e raça fica ainda mais evidente ao analisar a divisão entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico não remunerado. Pesquisas de uso do tempo mostram que as mulheres negras passam, em média, 10 horas a mais por semana no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, em comparação aos homens brancos (*cf.* Figura [F5]). Essa sobrecarga produziria efeitos significativos em termos de perda de autonomia, escassez de tempo livre, pobreza e restrição de acesso a espaços sociais e direitos em geral (Okin, 1998 *apud* IPEA, 2024).



← Figura [F5]
Gráfico Tempo total de trabalho (em horas semanais). Fonte: IPEA, 2024.

A dificuldade de acesso aos recursos produtivos, combinada com a responsabilidade pelo trabalho doméstico, recai especialmente sobre as mulheres negras e pobres, que são frequentemente chefes de família e principais cuidadoras das crianças, idosos ou doentes. Essas mulheres assumem uma carga maior de trabalho não remunerado, o que reduz sua disponibilidade para mercado de trabalho formal (Falú, 2014). Como consequência, ficam cada vez mais distantes das melhores posições e dos maiores rendimentos, comprometendo sua autonomia financeira e poder de decisão. Além disso, acumulam menos anos de contribuição, o que limita uma proteção previdenciária adequada na velhice (IPEA, 2024).

Segundo Hirata (2003), embora tenha ocorrido uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado, no Brasil, esse processo foi acompanhado pelo crescimento da informalidade e do desemprego. Tal situação reforçou a tendência das mulheres a se concentrarem em atividades e empregos precários, com baixos rendimentos, perpetuando a condição histórica de feminização da pobreza.

De um lado, o aumento da escolaridade entre as mulheres brancas impulsionou a entrada desse grupo em ocupações mais formalizadas e com melhores salários, especialmente em serviços administrativos, assim como em áreas de educação e de saúde. Por outro lado, as mulheres pretas e pardas continuaram majoritariamente concentradas em ocupações caracterizadas por alta informalidade e remunerações inferiores (Bruschini & Lombardi, 2000). A intersecção entre as desigualdades de raça e gênero revela um forte contingente de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico remunerado, perpetuando a segregação ocupacional e econômica (IPEA, 2024).

O trabalho como empregada doméstica foi uma recorrência na trajetória de mulheres negras no Brasil, produto diretamente

relacionado à escravidão. Essa ocupação, caracterizada como sendo manual, mal remunerada e marcada pela informalidade, oferecia rara perspectiva de ascensão profissional e, até recentemente, carecia de direitos trabalhistas. Embora a Lei Complementar nº150/2015 tenha regulamentado os direitos das trabalhadoras domésticas e equiparado aos das demais categorias profissionais, a precarização do trabalho doméstico persiste, agravando as desigualdades de gênero e raça.

Por séculos, a mulher negra foi força de trabalho escravo nas lavouras, nas casas-grandes e nos sobrados; e nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas (Manzi & Anjos, 2021). Seja no campo ou na cidade, nos espaços públicos e privados, sua atuação foi fundamental na sustentação da base reprodutiva da sociedade brasileira, profundamente marcada por desigualdades e violências que perpetuam esse ciclo de marginalização histórica, sobrevivendo por meio de trabalhos precarizados, muitas vezes como únicas responsáveis pelo sustento familiar, já que seus companheiros, irmãos e filhos são sistematicamente alvos de perseguição policial, violência letal e encarceramento massivo (Gonzalez, 1984; Mbembe, 2003).

Nesse contexto, a vulnerabilidade dos jovens negros à pobreza e à marginalização se evidencia pelo número de adolescentes trabalhando para complementar a renda familiar, muitas vezes recorrendo aos setores mais perigosos, como prostituição e tráfico de drogas (Imbusch, Misse & Carrión, 2011). Essa realidade é agravada pela carência de infraestrutura urbana e pela negação de direitos básicos às populações periféricas, o que resulta numa vida cotidiana marcada pela insegurança e pela falta de acesso a empregos e oportunidades educacionais (Rolnik, 1999).

2.3. DESIGUALDADE E DIVISÃO RACIAL DO ESPAÇO URBANO: O CASO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

A questão da feminização da pobreza cruza-se não apenas com a questão de gênero, mas também com a discriminação racial e a desigualdade social provenientes da colonização e da escravidão que se estabeleceram nos cinco séculos de dominação externa e depois combinaram-se, internamente, à formação de elites com forte acento patrimonialista, em que a terra ocupa uma posição-chave na formação das cidades brasileiras (Maricato, 2015). Uma sociedade que se constituiu a partir de relações de raça também estrutura, em seu espaço geográfico, as marcas dessa distinção social, construindo espaços diferentes para cada cor e raça e atribuindo princípios valorativos a lugares e contextos diferentes. Além do estabelecimento de um sistema de valores baseado nas relações de hierarquização e dominação, a colonialidade de poder e a ideologia racista condicionaram e refletiram, na materialidade e na organização do território, uma “divisão racial do espaço”, resultando em grandes desequilíbrios sociais e práticas de violência espacializadas no interior das cidades brasileiras, desde a colônia até os dias atuais (Gonzalez, 1984; Santos, 2012).

A dominação portuguesa, legitimada pelo discurso da Igreja Católica, fundamentou-se na escravidão de negros vindos da África, na subalternização de índios do continente ameríndio e na distinção dos brancos europeus como aqueles que não podiam ser escravizados, pois possuíam o “direito divino” de dominar e a “obrigação moral” de catequisar os “primitivos” (Portela, 2022). A conquista do território ameríndio e o despovoamento indígena, realizados através da guerra, da destruição e da violência, marcaram o início do povoamento branco, dividindo a terra entre aqueles que

tinham capitais para fazer produzir e aqueles que eram portadores de uma folha de serviços prestados à Coroa, excluindo os indígenas do sistema de sesmarias. Através da doação de terras, desenvolveu-se a empresa colonial, os canaviais e os engenhos de açúcar, ao mesmo tempo em que se produzia uma sociedade segregada (Gonçalves, 2016).

Nesse processo, além dos indígenas, também foram deflagradas uma série de violências contra os negros nos processos de captura, transporte e escravização nas Américas, desde o navio negreiro até a senzala, com o sequestro e a desterritorialização forçada dos africanos, a imposição de condições de vida sub-humanas, mortes em escala massiva, amplos castigos e o apagamento do passado e da memória, culminando na construção de um lugar de não-existência, sem narrativas, sem terras e também sem direito à propriedade no novo território (Manzi & Anjos, 2021; McKittrick, 2011). Mais tarde, a divisão racial do espaço se efetivaria com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, que regia a medição e demarcação das terras do Império para serem possuídas por herança, por título oneroso (compra) a particulares nacionais e estrangeiros, ou por acordos com os proprietários, excluindo os povos escravizados do direito à propriedade privada. O impedimento à posse da terra resultou, historicamente, na pobreza estrutural de afrodescendentes no Brasil (Manzi & Anjos, 2021; Portela, 2022).

Desde a época colonial aos dias de hoje, é evidente a separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. A escravatura transatlântica e o racismo na América moldaram negativamente as comunidades negras, normalizando a violência racial e naturalizando a falta de lugar dos negros na manifestação do poder político colonial (Gonzalez, 1984). Esse debate remete ao conceito de “branqueamento do território”, proposto por Santos

(2019), como leitura crítica da formação do território brasileiro, aparecendo em três dimensões (*ibid.*, p.17):

- (i) branqueamento da ocupação, com a substituição dos estoques populacionais via extermínio (sobretudo dos indígenas), da expulsão (de grupos indígenas e negros quilombolas) ou de uma incorporação subalternizante na sociedade de hegemonia branca que comporta uma biopolítica de violências, condições sociais desiguais e sempre depauperadas na comparação com os brancos ou mesmo do genocídio (caso da juventude negra de favelas e periferias);
- (ii) branqueamento da imagem, com a construção de narrativas sobre o território que invisibilizam a presença (no presente ou no passado) de grupos não-brancos, o que interfere nas subjetividades e nas relações de pertencimento de indivíduos e grupos, e assim nas identidades territoriais, dado que informa posições de poder construindo hierarquias;
- (iii) branqueamento cultural, com a imposição de matrizes de relação sociedade e natureza eurocêntricas, o que envolve dimensões como práticas, matrizes de saberes, estéticas, e padrões de espiritualidade e religiosidade, entre outros aspectos.

Na história da evolução da cidade de João Pessoa, a primeira vitória das forças coloniais foi o passo necessário para o florescimento da nova capitania e de sua sede, iniciando a povoação com a escolha do sítio onde seria edificada. Em fins de 1585, durante o período da União Ibérica, João Pessoa foi fundada como Cidade Real pela Coroa, tendo sido nomeada de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. A cidade foi implantada no topo de uma colina relativamente plana, próxima ao Rio Sanhauá, no ponto em que se formava um porto natural (*cf.* Figura [F6]). Desde a conquista do território, a presença do rio e a morfologia do terreno foram critérios fundamentais de escolha do sítio e seguiram um padrão comum do urbanismo colonial português: a defesa da cidade colocada em posição elevada, de onde se permitia o controle visual dos arredores e dos percursos de ascensão à cidade, a definição de dois setores segmentados pela topografia: cidade alta e cidade baixa, além da proximidade com o porto, boas condições de ancoragem, fontes de água doce, pedra de cantaria e produção de cal (Tinem, 2006; Trajano Filho, 2006).



←Figura [F6]
Vista do Varadouro a partir
do Rio Sanhauá, 1930.
Fonte: Baratto, 2014.

A cidade colonial era organizada em duas partes distintas, as quais representavam não somente uma divisão física, mas refletiam também uma organização funcional e racial. A cidade alta e as ruas centrais estavam vinculadas às atividades institucionais, como o espaço dos homens a serviço do poder régio, do serviço de guerra ou da Igreja Católica, enquanto a cidade baixa, os lugares ermos e distantes, eram onde circulavam e viviam os trabalhadores:

A cidade alta, para além de corresponder ao núcleo defensivo, era o local do poder institucional, militar político e religioso, aí se localizava também o tecido habitacional com um estatuto mais elevado. A cidade baixa correspondia fundamentalmente às atividades marítimas e comerciais, aos respectivos serviços e equipamentos – armazéns, alfândega, ferrarias, estaleiros – e às áreas habitacionais mais pobres (Teixeira, 2004, p.24).

Os primeiros edifícios foram construídos na Cidade Alta, estruturando-se a partir de duas ruas principais e paralelas, a Rua Nova (atual Avenida General Osório) e a Rua Direita (atual Rua Duque de Caxias), numa quadrícula urbana ortogonal tipicamente portuguesa onde estavam localizadas a Casa de Câmara e Cadeia, as casas dos senhores de terra, dos funcionários d'El Rey e das classes mais abastadas, assim como as igrejas e as ruas que levavam ao Varadouro (Maia, 2016; Moura Filha, 2016). A edificação dos

conventos, localizados nas periferias, grafavam na morfologia urbana a cruz, símbolo do cristianismo, estando dispostos os franciscanos ao norte, os jesuítas ao sul, os beneditinos a oeste, e os carmelitas a leste, direcionando os eixos de crescimento da cidade.

Às margens do Rio Sanhauá, a Cidade Baixa abrigava os equipamentos de funcionamento do ancoradouro e um grande adensamento populacional nas imediações do porto, consolidando-se também como um centro comercial, com destaque para a Rua das Convertidas (atual Rua Maciel Pinheiro), considerada como a Rua do Comércio (Maia, 2016; *cf.* Figura [F7]).



←Figura [F7]
Rua do Comércio (atual
Rua Maciel Pinheiro), 1903.
Fonte: Stuckert Neto, 2003.

A cartografia de 1634 (*cf.* Figura [F8]) representa a área que se estende da margem do Rio Sanhauá até a Cidade Alta, destacando, em seu entorno, a Rua das Trincheiras. Esse caminho ligava a cidade da Parahyba à Capitania de Pernambuco, de onde o açúcar e o algodão eram exportados, e a sua relevância como rota comercial promoveu o início de uma ocupação espontânea de uma população de baixo poder aquisitivo em choupanas e casas de palha desde o final do século XVIII (Tinem, 2006).



←Figura [F8]
Frederick Stadt, 1634.
Indicação da Rua das
Trincheiras na seta
vermelha. Fonte: Reis Filho,
2000, adaptada pela autora.

Sem alterações durante quase três séculos – do período colonial a praticamente todo o oitocentos –, a então cidade da Parahyba, assim chamada após a ocupação holandesa (de 1634 a 1654), seguiu padrões de crescimento lento e permaneceu restrita a um aglomerado tipicamente colonial de “ruas tortuosas, becos e ladeiras” e à ocupação dos espaços vazios entre as Cidades Alta e Baixa (Maia, 2016).

A Cidade Alta se consolidava como polo administrativo e religioso, tendo as ruas Nova e Direita agregado, ao longo do tempo, novos usos e variados serviços como advogados, dentistas, professores e barbeiros, ao mesmo tempo que outras vias assumiram características mais residenciais, como a Rua do Tambiá (atual Rua Dep. Odom Bezerra), a leste, e Rua das Trincheiras, ao sul, constituindo dois novos núcleos habitacionais e eixos de expansão da cidade no século XIX.

A valorização do algodão nos mercados nacionais e internacionais (1850-1924) impulsionou a modernização da cidade da Parahyba com instalação e inovação de serviços urbanos – água, energia elétrica, bonde elétrico e saneamento. Nas proximidades da Rua das Trincheiras, foi aberto o primeiro *boulevard* da cidade, a Avenida João Machado, que alinhava ruas tortuosas de Jaguaribe e seguia os

molde das vias modernas – larga, com canteiro central e loteada –, acompanhada de abastecimento de água, determinando uma área de expansão urbana para as classes mais abastadas que se instalariam em sobrados luxuosos, conhecidos como “mansões do algodão”.

Particularmente na Rua das Trincheiras, a substituição de casas de palha por alvenaria e a construção de sobrados são entendidos como indícios de uma alteração do perfil socioeconômico e a elevação de renda dos seus residentes, no trecho mais próximo à Cidade Alta (*cf.* Figura [F9]); enquanto as edificações mais modestas ficaram mais afastadas, localizadas após a Igreja Bom Jesus dos Martírios – atual Igreja Nossa Senhora de Lourdes (Costa, 2017).



←Figura [F9]
Rua das Trincheiras com a
Igreja Nossa Senhora de
Lourdes, 1928. Fonte:
Stuckert Neto, 2003.

No início do século XX, diante das epidemias e a necessidade de saneamento básico, foram realizadas obras de ampliação do abastecimento de água e propostas de rede de esgoto, além de outros projetos de urbanização e arborização de espaços públicos, que visavam a prevenção de disseminação de doenças. No processo de modernização da cidade, médicos higienistas e o Estado realizaram intervenções voltadas à população pobre, atribuindo-lhes os riscos de epidemias e promovendo o controle do uso do espaço urbano e

suas formas de morar, o que resultou na queima, desocupação e demolições de mocambos e casas de palha, além da elaboração de leis e códigos voltados para vigiar, afastar e perseguir os pobres que habitavam a Área Central, tidos pela elite como “homens e mulheres com comportamentos incompatíveis com a modernidade” (Chagas, 2004, p.164).

A elite residente no Núcleo Principal passou a denunciar à Repartição de Higiene famílias pobres que habitavam em suas proximidades, alegando que eram “agentes transmissores de doenças” por viverem em uma moradia “precária, insalubre, fétida, detectada como origem de doenças, responsabilizada pela produção de comportamentos desviantes, como a prostituição e o crime, que revelavam a baixa moralidade das produções pobres” (Araújo, 2016, p.256).

Os pobres, juntamente com os refugiados da seca na época de crise da produção algodoeira, cujas habitações haviam sido demolidas e queimadas, foram sendo afastados para os arrabaldes que vieram a constituir os bairros de Cruz das Armas e Jaguaribe. Enquanto a ocupação de Cruz das Armas acontecia de forma espontânea, a elite passou a investir na porção mais popular de Jaguaribe e abrir loteamentos nos sítios dos quais eram proprietários. Nesse contexto, a Rua das Trincheiras era um importante acesso para o bairro de Cruz das Armas, onde ficavam as classes de menor poder aquisitivo, e posteriormente, para o primeiro loteamento aberto, por iniciativa privada: o subúrbio de Jaguaribe, em 1912 (Maia, 2016).

Ao longo do século XX, o desenho da cidade, antes marcado pelos traçados coloniais, foi sendo adaptado e transformado por intervenções urbanas emblemáticas. Na década de 1930, o urbanista Nestor de Figueiredo apresenta ao governo paraibano um Plano de Remodelação e Extensão para a Cidade de João Pessoa, no qual a Lagoa foi tomada como centro de irradiação dos eixos de expansão

da cidade e o ponto de origem da nova estrutura viária definida a partir de *parkways*, como a Avenida Getúlio Vargas, partindo do Parque Solón de Lucena em direção a leste (Vidal, 2016).



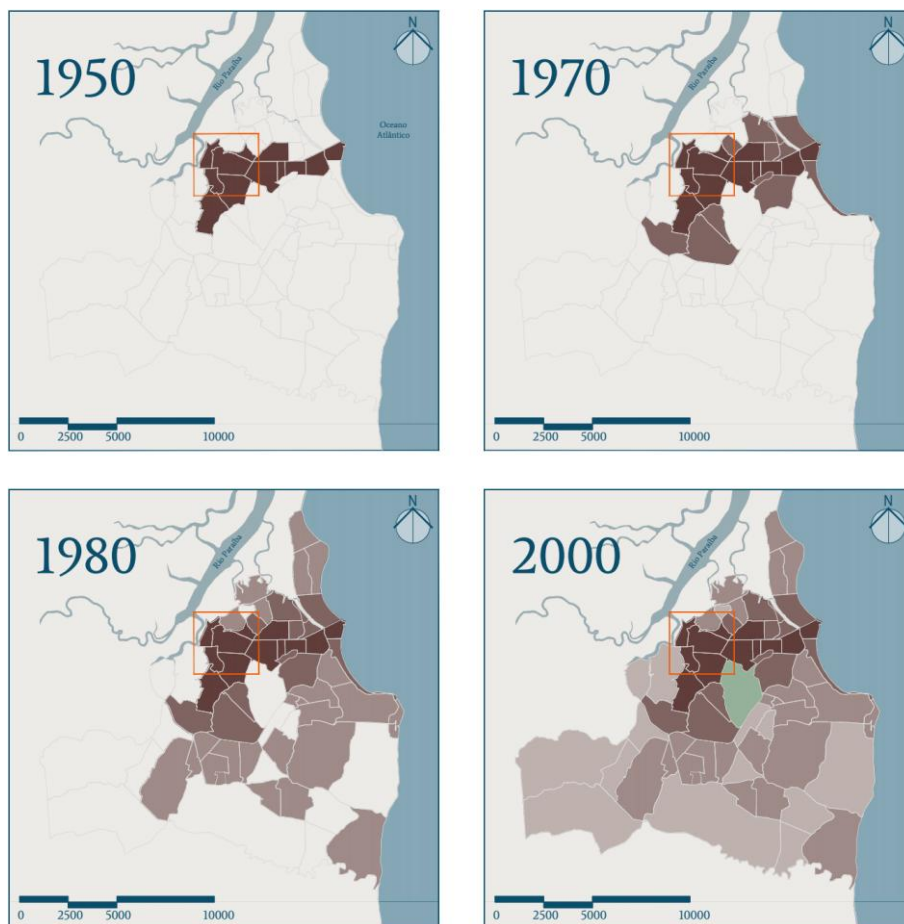
←Figura [F10]
Parque Solón de Lucena e Avenida Getúlio Vargas, em primeiro plano; Avenida Epitácio Pessoa e Oceano Atlântico, em segundo plano (1940). Fonte: Stuckert Neto, 2003.

Os anos seguintes corresponderam a um período marcado por grandes investimentos e numerosas obras de demolições, alinhamentos, extensões, alargamentos e construção de novas ruas, com destaque para a abertura da Avenida Epitácio Pessoa, que faria a conexão com um possível porto na Praia de Tambaú (*cf* Figura [F10]). Mesmo tendo se tornado inviável o porto, a avenida foi construída e impulsionou a expansão urbana em direção a Orla Marítima, que ainda era ocupada por comunidades de pescadores e famílias abastadas nos períodos de veraneio, tornando-se elemento fundamental de ligação entre a cidade existente, nascida às margens

do rio, e a cidade futura, que crescia em direção ao mar (Maia, 2016; Vidal, 2016).

A transferência do porto para Cabedelo, na década de 1930, em virtude do assoreamento do Rio Sanhauá, juntamente com a expansão da malha urbana para o leste, marca o processo de quebra das relações entre a cidade de João Pessoa e o seu nascedouro. A Cidade Baixa perde a sua força na dinâmica econômica em relação a outras áreas da cidade, passando a desenvolver suas atividades sem vínculo com o porto. A Cidade Alta foi perdendo a preferência dos ricos que ali habitavam e, a partir da década de 1960, as classes mais abastadas passam a ocupar a região litorânea como local de moradia fixa, abandonando pouco a pouco as mansões do Centro e iniciando o processo de desenvolvimento dos bairros da Orla Marítima, que se tornaria, nas décadas futuras, a área mais valorizada da cidade (Tinem, 2006).

A criação da Avenida Epitácio Pessoa e a expansão urbana para a direção leste contribuíram para o processo de segregação espacial e de estruturação do espaço urbano contemporâneo, com a ocupação da orla marítima pelas classes mais abastadas e seu afastamento das classes menos favorecidas. Enquanto a ocupação da porção sul da cidade gerava núcleos residenciais ocupados por população de baixa renda, seguindo o caminho de ligação com Recife, como os bairros Cruz das Armas e Oitizeiro, a expansão da malha urbana para o leste efetivou a ocupação de residências de uma classe mais abastada, atraída para os bairros como dos Estados, Expedicionários, Miramar e Tambaú, seguindo o percurso da Avenida Epitácio Pessoa (*cf.* Figura [F11]).



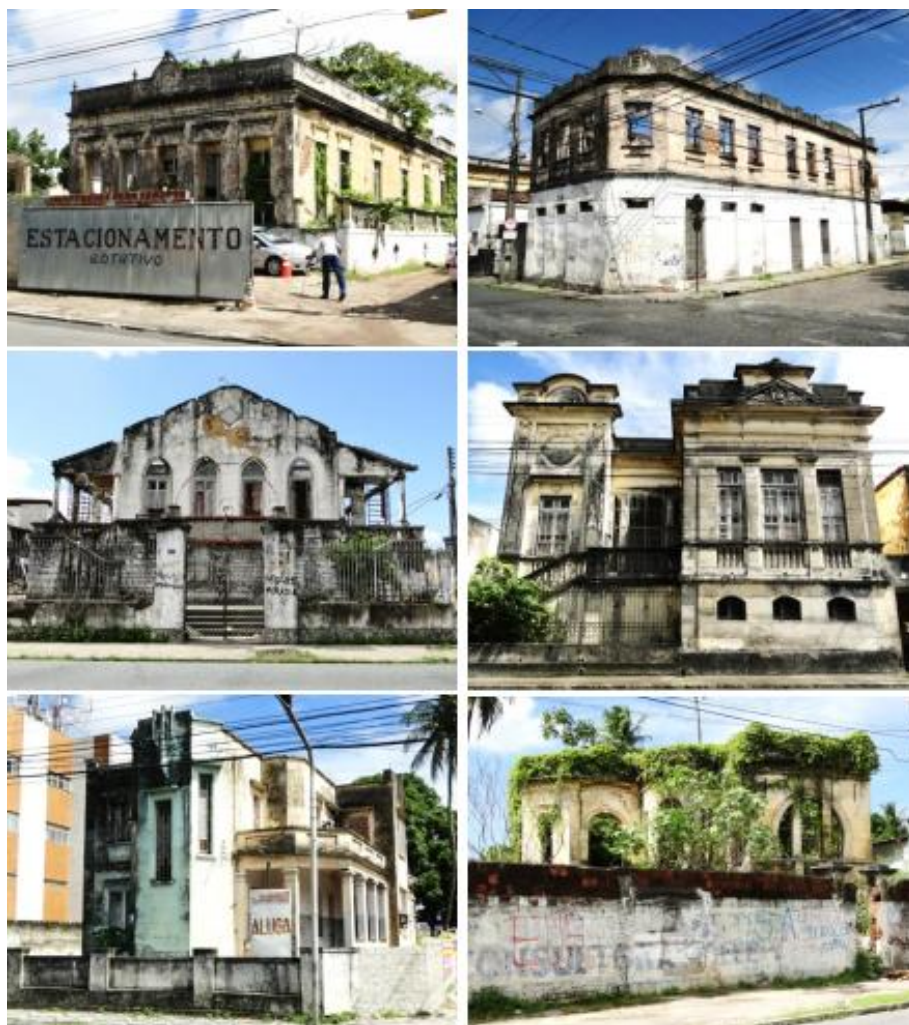
←Figura [F11]
Expansão Urbana de João Pessoa. Indicação da Área Central no quadrado laranja. Fonte: Elaboração da autora, 2024; adaptada de Martins (2019).

A partir de 1960, a ação do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), através da construção e financiamento de habitações, combinada com investimentos públicos em serviços de infraestrutura urbana e viária, a exemplo da criação das rodovias BR-101 e BR-230, foram os principais agentes de indução do processo de periferização da capital (Trajano Filho, 2006). O estabelecimento de grandes vias e a inserção de conjuntos habitacionais em áreas afastadas do centro foram os principais propulsores para o crescimento da mancha urbana em movimento centrífugo e tentacular. As periferias se consolidaram a partir de avenidas radiais, sob um processo fragmentado de expansão e intenso espraiamento da cidade, gerando vazios urbanos e valorizando o solo ainda não urbanizado, demandando infraestruturas que não acompanham o ritmo da expansão. Na direção leste e norte, se concentraram loteamentos e edifícios da

população de maior poder aquisitivo, enquanto na direção sul e sudeste, novos conjuntos habitacionais foram construídos para a população de baixa renda (Ribeiro & Silveira, 2009).

A implantação do campus da Universidade Federal da Paraíba contribuiu diretamente para promover a expansão da região sul, desencadeando o processo de construção do que podemos chamar de “cidade dos conjuntos habitacionais” (Maia, 2016), que se inicia com o conjunto Castelo Branco (em três etapas – 1969, 1970 e 1974), seguido pelos conjuntos dos Bancários e Mangabeira (1980) e, por fim, o conjunto Valentina de Figueiredo (1985). Na direção sudoeste foram entregues os conjuntos Costa e Silva (1971), Ernani Sátiro (1977), José Américo (1978), Ernesto Geisel (1978), Cristo Redentor (1981) e Bairro das Indústrias (1983) (Maia, 2016).

Nesse processo, o uso residencial no Centro Antigo foi praticamente descartado pelas classes médias da população, ocasionando o abandono do casario e a constante descaracterização das edificações históricas. A insatisfação da elite com a popularização da vizinhança e convivência espacialmente próxima com os pobres e flagelados da seca foram decisivas para o abandono da área central como local de residência pelas classes mais abastadas, a partir da segunda metade do século XX. A perda morfológica do Centro Antigo para outros trechos da cidade veio acompanhada de seu declínio econômico, da emergência de novas centralidades e, por consequência, o progressivo esvaziamento dos seus imóveis (*cf.* Figura [F12]).

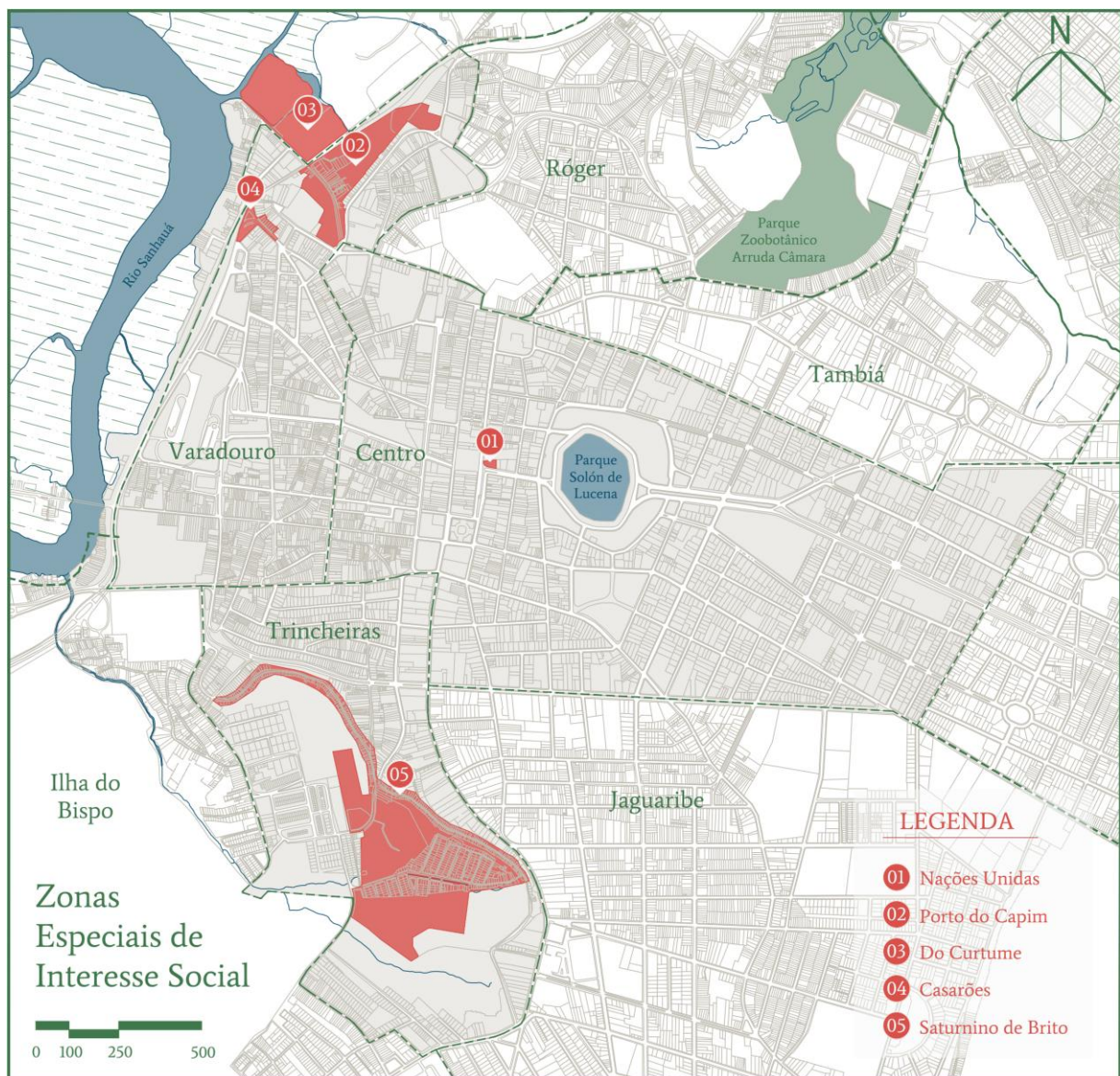


←Figura [F12]
Casarões abandonados na
Rua das Trincheiras. Fonte:
Silva, 2016.

Apesar da desvalorização imobiliária e do abandono das edificações, a centralidade exercida pelo Centro ainda mantém uma vasta oferta de comércios e de serviços, notadamente voltada às camadas mais populares, concentrando um intenso tráfego de pessoas e veículos. Na Cidade Baixa, onde antes encontravam-se todas as atividades comerciais da cidade, observa-se a perda de diversidade no uso e funções, reunindo atualmente serviços de oficinas mecânicas, comércio de peças automotivas, materiais de construção e serralherias, que coexistem no mesmo espaço de diversas edificações abandonadas e arruinadas (Andrade, 2007).

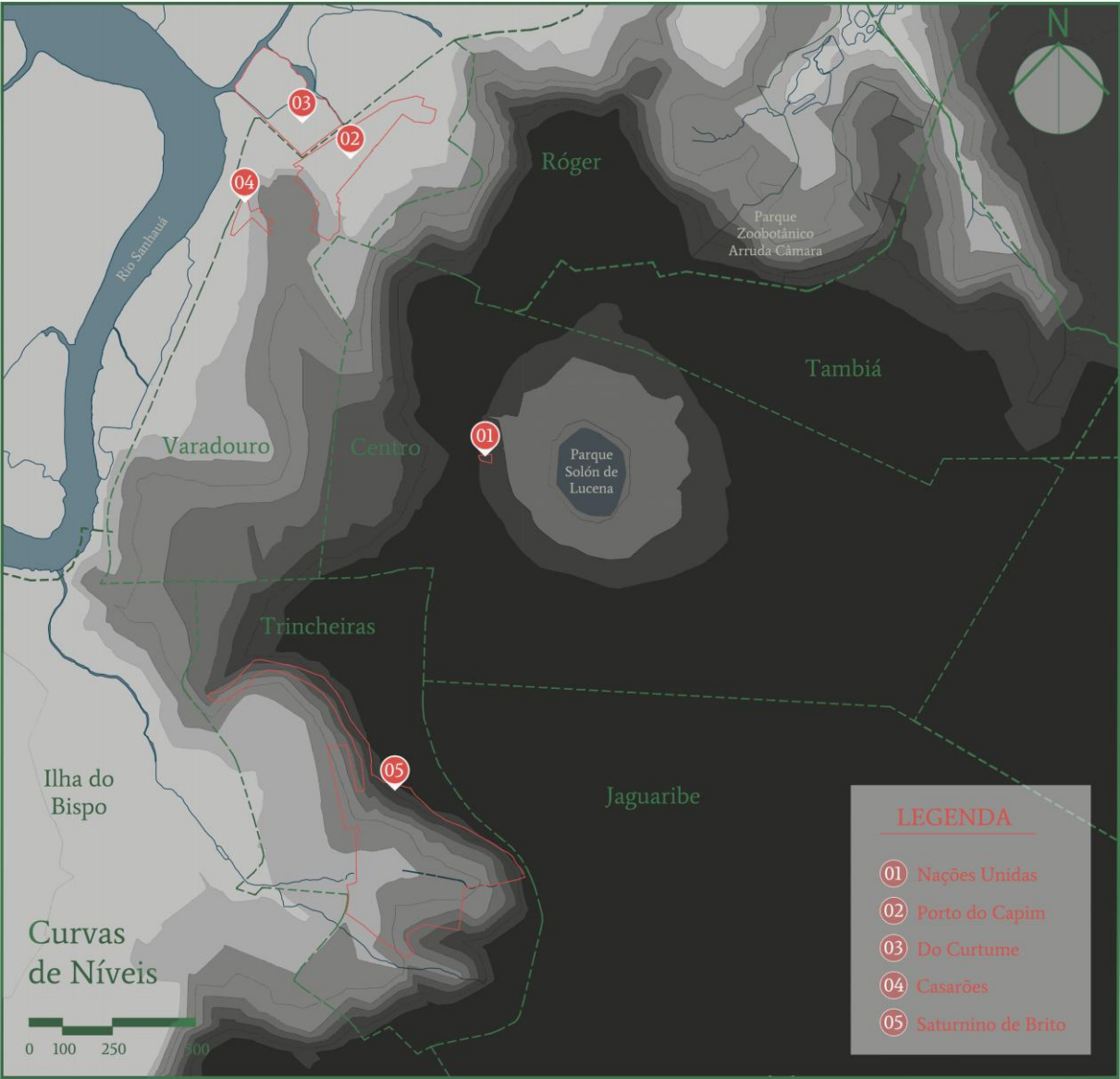
No Centro Histórico, a população pobre que não conseguiu inserção no mercado formal de habitação, resiste em comunidades de baixa renda, ocupando áreas desvalorizadas e irregulares, como margens de ferrovias, mangues e encostas. Na Figura [F13], podemos observar Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) da área central de João Pessoa. No Centro, tem-se a ocupação Nações Unidas; no Varadouro, as comunidades Porto do Capim, Curtume e Casarões; e nas Trincheiras, vemos a ZEIS Saturnino de Brito.

↓ Figura [F13]
Mapa Zonas Especiais de Interesse Social localizadas na Área Central. Fonte: Elaboração da autora, 2024, adaptada de Filipéia, 2024.



Em outro mapa (*cf.* Figura [F14]), observamos as curvas de níveis da área central de João Pessoa, sendo nas cotas mais altas onde está localizada a maior parte do bairro do Centro. Os bairros do Varadouro e das Trincheiras apresentam significativas variações de relevo, com declividades acentuadas em direção ao Rio Sanhauá. Observa-se que, nesses dois bairros, as comunidades estão situadas nas áreas mais baixas ou nas encostas íngremes, tal como a comunidade Porto de Capim, que se encontra às margens do Rio Sanhauá; e a comunidade Saturnino de Brito, localizada em um talude próximo à Rua das Trincheiras.

↓ Figura [F14]
Mapa Curvas de Níveis na Área Central. Fonte: Elaboração da autora, 2024, adaptada de Filipéia, 2024.



Nos últimos anos, enquanto a cidade de João Pessoa continua crescendo e ocupando as bordas da zona sul da cidade, os bairros do Centro Histórico reduziram ainda mais o número de moradores, emergindo problemas de violência e insegurança e a territorialização das comunidades da área central por parte dos grupos armados “Okaida” e “Estados Unidos”, que disputam o domínio do comércio de drogas nessa região da cidade (Machado, 2019; Rocha, 2016).

A ausência do Estado, particularmente no que se refere ao aparato jurídico e institucional, contribui para a formação de esferas alternativas e informais de poder. Nesses territórios negligenciados, a ilegalidade urbana favorece o expressivo aumento da violência, além de reforçar a informalidade não apenas nas formas de subsistência, mas também em relação à organização, ao *status* e às identidades sociais (Koonings & Kruijt, 2007).

O próximo capítulo explora esse contexto de territorialização das favelas e comunidades por facções de tráfico de drogas, discutindo a convivência dos moradores com tiroteios e conflitos entre os grupos armados, assim como diversas ações violentas empregadas para manter o comando do tráfico.

3

CAPÍTULO 03

A EMERGÊNCIA DE PODERES PARALELOS DE TRÁFICO DE DROGAS NAS FAVELAS E COMUNIDADES

Este capítulo discute a formação de grupos armados em áreas urbanas marginalizadas, destacando como a ausência seletiva do Estado molda essa realidade, tanto na gestão dos ilegalismos, quanto na implementação de políticas repressivas que perpetuam a estigmatização de grupos historicamente excluídos. Em seguida, explora-se a inserção e atuação das facções na Paraíba e, particularmente em João Pessoa, onde a presença desses grupos contribui para a conformação de uma atmosfera cotidiana de violência, nas favelas e comunidades do Centro Histórico. Por fim, o capítulo apresenta os objetivos e a hipótese de pesquisa.

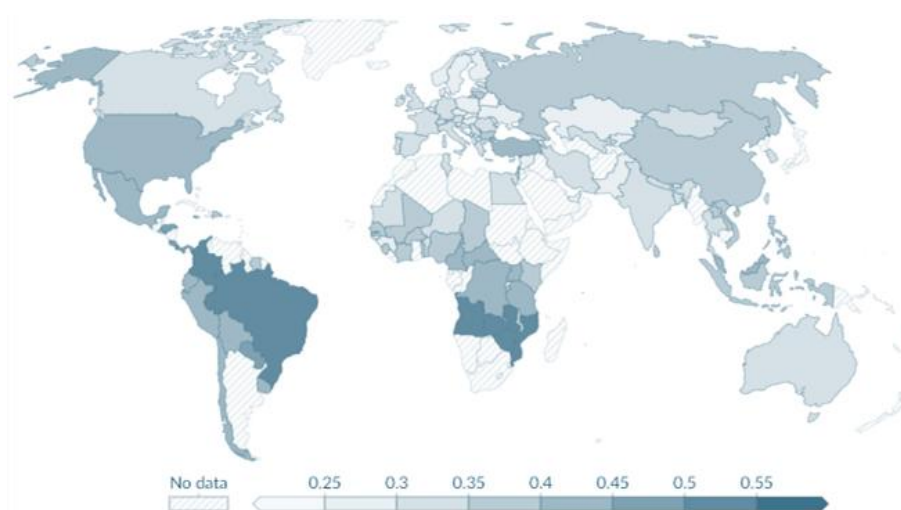
3.1. DA ÉTICA DO CRIME À GESTÃO DOS ILEGALISMOS

Estudos sugerem que o crime violento é uma consequência das desigualdades sociais e econômicas que levam a diferentes oportunidades de vida entre os indivíduos. Segundo Imbusch, Misse & Carrión (2011, p.122), “a violência afeta desproporcionalmente os pobres e corrói seus meios de subsistência e bens. (...) Quanto menos

recursos um indivíduo possui, mais provável é que ele recorra a meios alternativos de sobrevivência, incluindo a violência”.

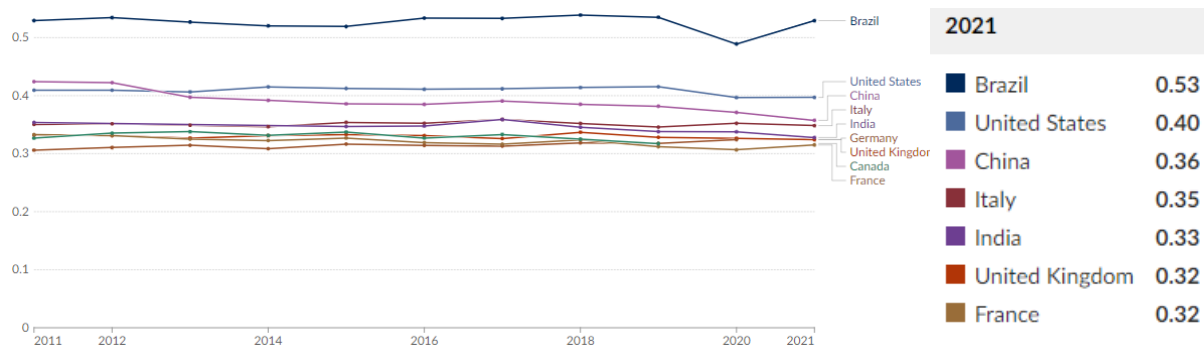
As restrições da exclusão social, a cidadania informal e os vazios de governança deixados pela incapacidade do Estado em várias áreas contribuem para a eclosão de formas alternativas de organização social, nas quais as pessoas se engajam estrategicamente em transações improvisadas, resultando na proliferação de grupos armados e organizados (Koonings & Kruijt, 2007).

Comparações intercontinentais revelam que, ao correlacionar os níveis de coeficiente de Gini⁶ e a incidência de violência urbana, países com uma distribuição de renda mais desigual tendem a ter taxas de criminalidade mais altas do que aqueles com padrões mais igualitários de distribuição de renda (Imbusch, Misse & Carrión, 2011). Entre as 10 maiores economias do mundo, o Brasil, com o 8º maior produto interno bruto (PIB), possui o pior índice de desigualdade entre ricos e pobres, de acordo com o nível de concentração de renda (*cf.* Figuras [F15] e [F16]).



← Figura [F15]
Mapa Coeficientes de Gini
no mundo. Fonte: OWD,
2023.

⁶ O coeficiente de Gini é um indicador utilizado para medir a desigualdade de renda em uma escala que varia de 0 a 1, sendo 0 uma distribuição de renda perfeita e 1 uma distribuição de renda totalmente desigual.



Nas últimas décadas, a violência aumentou significativamente na maioria dos países da América Latina, tornando-se a região com maior índice de homicídios do mundo (ONU, 2006); além disso, esse fenômeno passou a impactar especialmente a juventude, com a maioria das vítimas de atos violentos sendo jovens entre 14 e 29 anos, e uma grande proporção dos perpetradores de crimes também pertencentes a essa faixa etária (Imbusch, 2009). A vitimização pela violência tem idade, mas também tem cor: o aumento dos homicídios está imediatamente relacionado ao assassinato de jovens, pobres e negros, vivendo em periferias e favelas dos centros urbanos brasileiros (FBSP, 2022).

↑ Figura [F16]
Gráfico Coeficientes de Gini entre as 10 maiores economias do mundo.
Fonte: OWD, 2023.

Desde a década de 1990, houve um crescimento de grupos armados na América Latina, formados principalmente por jovens do sexo masculino, que são chamados de *maras* (El Salvador, Guatemala e Honduras), *bandas* (Colômbia e Equador), *chimbas*, *manchas* (no Peru), *pandillas* (México e Nicarágua), *barras* (Argentina), *parchas*, *chapulines* (Costa Rica); e *quadrilhas*, *facções*, no Brasil (Imbusch, Misse & Carrión, 2011).

O problema complexo e multifacetado da violência juvenil é descrito por pesquisadores sociais como uma reação violenta a uma sociedade desigual e injusta que ofereceria poucas oportunidades para adolescentes que vivem sob condições de intensa acumulação de desvantagens sociais. Muitos jovens, submetidos a um ciclo

vicioso de pobreza e exclusão, encontrariam nos mercados ilegais um meio de sobrevivência (Imbusch, Misse & Carrión, 2011).

Estudos apontam algumas causas comuns das atividades desses grupos armados juvenis na América Latina: áreas urbanas marginalizadas com acesso mínimo a serviços básicos, altos níveis de desemprego agravados pelo acesso insuficiente a oportunidades educacionais, níveis cronicamente altos de desigualdade social e econômica, sistemas de justiça sobrecarregados e ineficazes, o crescimento dos mercados de drogas, fácil acesso a armas e uma economia ilícita, famílias disfuncionais e altos níveis de violência intrafamiliar (USAID, 2006).

As favelas passaram a ser vistas como enclaves que obedecem a regras e códigos diferentes, onde emergem grupos armados e poderes paralelos em torno do tráfico de drogas, que passam a fazer, em certa medida, o papel de “gestor” do espaço da favela (Campos, 2005). Os grupos armados impõem à comunidade seu próprio código, ditam novas “leis” e estabelecem sua própria forma de justiça, definindo qual forma de violência é permitida e quem pode praticá-la (Koonings & Kruijt, 2007; Maricato, 2015). Alguns tipos de delitos costumam ser combatidos com ações igualmente violentas por parte do “dono”, que impõe sua forma de justiça (Leeds, 2006).

Nesse sentido, as facções de tráfico de drogas constituem meios violentos de organização que respondem à falta de oportunidades oferecidas e ao fracasso do Estado e das instituições sociais em atender adequadamente às demandas e necessidades da população mais pobre, representando tanto uma fonte alternativa de rendimento quanto um meio de integração social, que reconstrói, de alguma forma, um sentimento de segurança, reconhecimento e participação que a sociedade parece negar-lhes (Imbusch, Misse & Carrión, 2011).

Participar de uma facção seria fazer parte de uma “família”, representando vinculações substantivas, complexas e sofisticadas entre seus integrantes, como um coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias, no qual pessoas comprometidas em fazer o crime desenvolvem relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família e um sentimento de pertencimento desenvolvido por orientações políticas e éticas comuns (Paiva, 2019).

Para Imbusch, Misse & Carrión (2011), a filiação em uma organização de tráfico de drogas representa uma espécie de inclusão em situação de exclusão, pois o pertencimento a um grupo permite tanto uma identificação coletiva quanto um processo de socialização de jovens excluídos e marginalizados, garantindo a construção de uma identidade que não poderia ser alcançada por outros meios. Nessa luta social complexa, as pessoas veem na reprodução do crime uma forma para acessar bens materiais e simbólicos assim como exercer um poder de governo através do uso de violência.

A facção paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) opera sob um regime político interno, conhecido como “proceder”, que estabelece um conjunto de regras e práticas adequadas para os integrantes do grupo. Esses códigos, registrados em um estatuto próprio, definem o que é considerado “certo” e “errado”, regulando comportamentos, assim como cobrando punições em “tribunais do crime” para aqueles que violam tais diretrizes. (Rizzi, 2017).

O “proceder” orienta a ação e a conduta dos membros, chamados de “irmãos”, tanto nos presídios quanto nas comunidades sob o domínio da facção. Baseado nos ideais de paz, justiça, liberdade e igualdade, foi inicialmente criado com o propósito de pacificar as relações entre os presos em unidades carcerárias, auxiliar no processo de liberdade dos integrantes e buscar uma forma de “justiça social”. Posteriormente, o estatuto também passou a normatizar

comportamentos, estabelecer modalidades de justiça para resolução de conflitos, legitimando a atuação do PCC nas periferias urbanas de São Paulo (Feltran, 2010).

Quando necessário, os membros da facção organizam “debates” para mediar disputas e aplicar medidas que assegurem a justiça conforme os princípios do grupo. Nas periferias paulistas, muitos moradores consideram os integrantes do PCC como figuras de autoridade capazes de fazer justiça, acreditando que o ordenamento do crime é mais eficaz do que as leis formalmente instituídas pelo Estado (Feltran, 2010).

Em João Pessoa, a dinâmica de controle exercida pelos grupos armados “Okaida” e “Estados Unidos” se manifesta em intervenções diretas no espaço urbano das comunidades sob seu domínio. Os muros dessas áreas são utilizados como suportes para comunicar aos moradores as regras e códigos de conduta, revelando a presença e o poder exercido dessas facções, conforme ilustrado nas Figuras [F17] e [F18].



←Figura [F17]
Regras da facção escritas no muro de uma comunidade em João Pessoa. Fonte: Giovanni, 2022.



De maneira relativamente comparável, na França, o conceito de “zona sem direitos”⁷ (Carrier, 2009) descreve territórios onde grupos mais ou menos organizados se opõem à aplicação das leis por meio de atos criminosos, relativos ao desenvolvimento de uma economia paralela baseada no tráfico de drogas. Carrier (2009) demonstra que as “zonas sem direitos” não se caracterizariam pela ausência de aplicação de normas jurídicas ou pela ausência de autoridade formal, mas pela ineficiência da aplicação da lei, uma vez que o direito, menos presente que em outros lugares, se articularia com outras formas de regulação para resolver os conflitos. Da mesma forma, esses espaços também não seriam desprovidos de presença policial, mas seriam locais onde a autoridade não pode se impor por falta de reconhecimento⁸. Segundo Toutin e Bénézéch (2006), os fatores que

↑ Figura [F18]

Regras da facção escritas no muro de uma comunidade em João Pessoa. Fonte: Machado, 2019.

⁷ Traduzido do francês, *zone de non-droit*.

⁸ Há muitas razões para pensar que a lei é o principal modo de solução e eliminação de conflitos, mas poderiam existir formas de organização diferentes do direito, constituindo um “não-direito”, que regulariam os comportamentos dos indivíduos através de conjunto de normas incitadoras. Para Carrier (2009, p.133, tradução nossa), “como não podemos admitir a utopia jurídica de um direito atendendo perfeitamente às necessidades do seu tempo, só podemos conceber o direito em interação com a dinâmica social que pode divergir dela”, ou seja, em um sentido extremo, as interações sociais espontâneas poderiam, sob certas condições, substituir a lei formal para resolver eficazmente os conflitos.

caracterizam as “zonas sem direitos” na França referem-se a quatro elementos típicos: uma habitação degradada, uma porcentagem elevada de minorias culturais, uma elevada taxa de desemprego e uma minoria jovem desviante que impõe sua lei e suas prerrogativas territoriais.

Leeds (2006) elabora a noção de “poder paralelo” para descrever o controle das gangues de drogas e seus “donos” dentro das comunidades pobres no Brasil e identifica algumas variáveis relativas à formação desse poder na realidade brasileira: tráfico de drogas, altos índices de corrupção e violência policial, e um sistema de ensino e um mercado de trabalho, que oferecem poucas opções legítimas aos adolescentes e jovens da periferia. Para Mingardi (2007), o que definiria uma organização criminosa não seria a modalidade do crime praticado, mas características como (a) Hierarquia; (b) Previsão de lucros; (c) Divisão do trabalho; (d) Planejamento empresarial e (e) Simbiose com o Estado. Entretanto, o autor argumenta que o aspecto mais relevante na existência de uma organização criminosa residiria no item “simbiose com o Estado”, uma vez que, no Brasil, o jogo do bicho, o tráfico de drogas e o desmanche de veículos não existiriam sem a participação de agentes estatais.

Numa diferença relevante entre as duas descrições seria o fato de que, no Brasil, as organizações de tráfico de drogas funcionam ora como poderes paralelos ao poder oficial, ora misturados às instituições oficiais de repressão aos crimes. Os agentes responsáveis em oferecer segurança atuam como forças corruptas e repressivas que geralmente perseguem e matam em vez de proteger, fazendo uso de prerrogativas legais, *i.e.*, a autoridade que o Estado lhes confere, para acionar dispositivos extralegais e deslizar entre negociações, extorsões e uso da violência. O Estado brasileiro usa a presença dos grupos de tráfico de drogas como pretexto para táticas repressivas e

ação policial violenta, atuando em operações nas quais as fronteiras entre o cumprimento e a transgressão da lei ficam suspensas, assim como as diferenças entre a lei e o crime, em uma espécie de “licença para matar” (Leeds, 2006; Telles & Hirata, 2010).

A relação entre favela e Estado foi quase sempre conflituosa, tendo em vista os estigmas que foram criados para respaldar toda e qualquer ação contra a população que ocupa esses espaços. A repressão estatal, especialmente por meio do uso excessivo da força policial, tem exercido uma influência significativa na história brasileira, afetando desproporcionalmente a população afrodescendente e as pessoas de baixa renda como principais vítimas desse abuso de poder (Imbusch, 2008).

Segundo Koonings & Kruijt (2007), os pobres muitas vezes são vistos e temidos como inerentemente perigosos, visto que não só as elites, mas também o Estado, os relacionam diretamente com a violência, sobretudo como agentes, em uma associação fortemente carregada de estigma. Pobreza e violência são frequentemente atribuídas a bairros periféricos emblemáticos, que se tornaram estigmatizados como áreas “proibidas” e seus moradores, por sua vez, estigmatizados como “indesejáveis”.

As geografias negras, embora não sejam habitadas exclusivamente por corpos negros, são classificadas como perigosas, tendo sido constantemente associadas a locais de decadência, precariedade e violência, que precisariam ser vigiados, controlados e reprimidos. Essas áreas estão relacionadas a uma série de atividades mortíferas, resultantes das políticas de vigilância e intervenção repressiva do Estado e da polícia, que criam espaços de confinamento, encarceramento e de extermínio negro em presídios, manicômios e periferias da cidade (McKittrick, 2011). Gonzalez (1984) discute como a política repressiva do Estado contribui para a criação de um lugar social estigmatizado para as pessoas negras:

aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais (*ibid*, p.232).

A violência institucional e a alta letalidade nas respostas estatais ao crime, somadas às persistentes violações de direitos humanos direcionadas a grupos sociais específicos, devem ser compreendidas como elementos constitutivos da necropolítica, na qual o Estado adota uma estratégia que exerce seu poder soberano de “fazer morrer” e de “deixar morrer” através de um regime disciplinar rígido, fundamentado na tortura, punição e imposição de diversas privações (Mbembe, 2003). McKittrick (2011) estabelece uma correlação entre a prisão contemporânea e o navio negreiro, assim como a senzala, remetendo às características de deslocamento, isolamento, vigilância e morte lenta presentes nas lavouras escravocratas como sendo semelhantes às condições dos cárceres contemporâneos. Essa violência espacial racializada é conceituada como um “sistema urbicida”, que prejudica deliberadamente uma determinada população (*idem*).

Assim como no navio negreiro, as condições do sistema prisional brasileiro apresentam características similares de superlotação, precarização e insalubridade: o ambiente físico é igualmente marcado pela falta de ventilação, má qualidade de saúde e higiene, e uma série de violações de direitos em todas as áreas da vida humana: saúde, alimentação, afetividade, segurança e integridade física (Melo & Rodrigues, 2017).

O encarceramento vulnerabiliza não apenas indivíduos privados de liberdade, mas gera uma alta carga de sofrimento às suas famílias.

Nesse cenário, as mulheres desempenham um papel fundamental como responsáveis pela chefia de um extrato considerável das famílias de pessoas presas. Elas assumem as consequências de garantir o sustento e a estabilidade desses domicílios enquanto seus familiares estão encarcerados (Melo & Rodrigues, 2017).

Consequentemente, o genocídio e encarceramento da juventude negra desestabilizam e desestruturam as famílias negras e pobres, aprofundando a precarização de suas vidas. A violência letal praticada pelos agentes do Estado resulta na morte de jovens negros assim como insere as mulheres numa história escrita nos registros policiais e jurídicos, já que seus companheiros, irmãos e filhos são sistematicamente alvos de perseguição policial, violência letal e encarceramento massivo (Gonzalez, 1984; Mbembe, 2003). As mulheres negras são diretamente impactadas pela morte e pelo encarceramento de seus filhos, irmãos e companheiros negros, que representam a maioria das vítimas letais e constituem também a maior parte da população carcerária do Brasil (FBSP, 2024).

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) revelam que o recorte racial histórico se mantém nas prisões brasileiras, com quase 70% da população carcerária composta de pessoas negras. Atualmente, o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo – um universo de mais de 805 mil homens e 49 mil mulheres –, a maioria composta de jovens, negros, pobres e de baixa escolaridade, presos por crimes relacionados ao tráfico de drogas (FBSP, 2024).

Desde a promulgação da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/ 2006) até 2020, o número de presos por tráfico aumentou de 31.529 para 207.487 encarcerados (SISDEPEN, 2020), com as pessoas negras desproporcionalmente afetadas. Do total de pessoas condenadas por tráfico, 68% são homens negros, 72% têm menos de 30 anos e 67% têm baixa escolaridade. A maioria das investigações ocorre com

buscas domiciliares, sem mandado judicial, em residências localizadas em bairros pobres e com população majoritariamente negra (FBSP, 2023).

Essa realidade evidencia que a violência racializada persistiria ao longo do tempo e o encarceramento de pessoas negras no Brasil contemporâneo estaria profundamente enraizado na colonização e escravidão. Nesse contexto, “estamos lidando, portanto, com um processo criminal que tem cor. É razoável supor, a partir daí, que a decisão de quem será parado, revistado, detido e condenado é guiada pela raça” (FBSP, 2024, p.360).

A “solução da prisão” seria empregada para reproduzir preconceitos e construir a imagem dos negros como “menos que humanos”, perpetuamente criminosos e condenados (Gilmore, 2007 *apud* McKittrick, 2011). Da mesma maneira, a figura do traficante, diretamente associada à imagem estigmatizada da periferia, também passou a representar um inimigo a ser vencido, acentuando o caráter repressivo das políticas públicas nos territórios favelados (Telles, Arouca & Santiago, 2018).

Para Misse (2010), a acumulação de desvantagens de certos “tipos sociais” desenvolveu um persistente processo de “sujeição criminal”, construindo-se uma afinidade entre certas práticas criminais e certos tipos de agentes de práticas criminais, demarcados e acusados socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Nesse sentido, a sujeição criminal também se territorializa e ganha contornos espaciais, criminalizando todo um conjunto de moradores de favelas no imaginário social. O sujeito rotulado como “traficante” ou “bandido” é produzido tanto pela interpelação da polícia e dos códigos penais, quanto no discurso da acusação social e da moralidade pública, que constroem o criminoso e coincidem com o processo de incriminação (Foucault, 1997; Misse, 2010).

Misse diferencia o termo “sujeição criminal” de outras noções semelhantes, explicando que, enquanto “rótulo” (Becker, 1963) decorre de um tipo de status negativo atribuído ao desviante, e “estigma” (Goffman, 1963) resulta da identidade social deteriorada; na “sujeição criminal”, esses mesmos processos seriam potencializados por um ambiente de profundas desigualdades sociais e uma forte privação de recursos para resistência à estigmatização, restando ao sujeito incriminado poucos espaços para negociar ou abandonar a imagem pública deteriorada (Misse, 2010).

Desse modo, as práticas criminais não produziram sempre a sujeição criminal, seriam necessárias determinadas condições sociais para definir a estratificação dos agentes passíveis de sujeição criminal, que estariam ligadas menos às ações do que aos próprios sujeitos. Nesse processo, os sujeitos não são apenas criminosos ou alguém que comete crimes, são “marginais”, “violentos”, “bandidos”, aqueles que carregam o crime na sua alma, que sempre cometerão crimes, referindo-se não mais ao que eles fizeram, mas sobre o que eles são, serão, ou possam ser (Misse, 2010).

No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele cuja morte pode ser amplamente desejada, que pode ser morto, que seja “matável”, assim como lhes são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos e as punições mais duras, com vistas a modificá-lo, regenerá-lo e tratá-lo para a sua “reconversão” moral e sua “reinserção” às regras da sociedade que o acusa, a fim de torná-lo dócil, adestrado e útil (Misse, 2010).

Segundo Foucault (1997), a criminalização representaria o modo utilizado pelas instâncias e agentes estatais para manipular a “gestão diferencial de ilegalidades” e produzir a delinquência, em outras palavras, controlar e punir as classes e grupos sociais historicamente construídos como “perigosos” e “com tendências ao crime”, servindo à legitimação do poder punitivo. Para o autor, os crimes seriam

resultados de descumprimentos criminalizáveis empreendidos por sujeitos criminalizáveis, aqueles pertencentes a um pequeno núcleo de pessoas dentro das massas populares que seriam estigmatizados como os portadores privilegiados e exclusivos de comportamentos ilegais.

Foucault (1997) expõe a falsa neutralidade da categoria “crime”, argumentando que o sistema penal, sendo um modelo de reprodução das desigualdades socioeconômicas que estruturam a sociedade capitalista, delimita e hierarquiza determinados comportamentos e tipos sociais que são interditados e sancionáveis, ao mesmo tempo que seleciona crimes e criminosos imunes ao controle policial e penal. Dessa forma, o Estado produz e isola a delinquência quando diferencia, seleciona, hierarquiza e coloniza os ilegalismos, reservando as repressões severas e sua dimensão autoritária aos “ilegalismos dos bens” (roubo, tráfico), que recaem sobre os populares, enquanto aplica mecanismos não penais e jurisdições atenuadas aos “ilegalismos privilegiados” (fraudes, evasões fiscais), reservados à burguesia (Foucault, 1997).

O Estado determina os referenciais de aceitação e rejeição social dos comportamentos interditados pela sociedade, por meio de investimentos repressivos desiguais sobre as ações criminais, fazendo uso de uma série de procedimentos, mecanismos e estratégias que revelam recursos admissíveis de violência e controle da classe trabalhadora. Da mesma forma, os meios de comunicação constroem discursos para que os ilegalismos territorializados nas periferias, nas camadas de baixa renda, no varejo do tráfico sejam reprimidos, encarcerados e estigmatizados para que os ilegalismos das elites possam se desenvolver sem transtornos (Salla & Teixeira, 2020). Para Salla e Teixeira (*idem*), a noção de ilegalismo em Foucault revela não apenas a “gestão diferencial de ilegalidades”, mas a operação de eufemismo e ocultamento das criminalidades econômicas em

contraponto à excessiva dramatização da criminalidade comum, reforçando os rótulos da sujeição criminal.

O discurso, longe de ser transparente e neutro, é um dos lugares onde emergem as relações de poder. O sistema-mundo ocidental e o discurso hegemônico conseguiram modular no imaginário popular a imagem da pobreza como causa da degradação e um dogma a ser combatido, utilizando frequentemente uma linguagem de guerra, que afeta a autopercepção das favelas e recria a ideia de inferioridade genética e moral pregada pela colonialidade de poder (Foucault, 2014; Portela, 2022).

Por essa razão, Foucault (1994) compreende que as leis não seriam feitas para impedir esse ou aquele tipo de comportamento, mas para diferenciar as maneiras de contornar a própria lei. Os chamados ilegalismos diferenciariam “os espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei pode ser violada, outros em que pode ser ignorada, outros, enfim, em que as infrações são sancionadas” (*ibid.*, p.716). Práticas de racismo e discriminação de agentes de segurança e da justiça mantiveram a reprodução de esquemas de dominação e sujeição dos mais pobres, sendo a violência e o extermínio mecanismos recorrentes contra aqueles classificados como indesejáveis.

Segundo Leeds (2006), a presença de policiais significaria, para os moradores das favelas, a presença da violência e da criminalização, de modo que seria preferível a omissão do Estado, considerando que este se faz representar pela polícia e pelas forças de segurança. A autora explica que, no caso do Rio de Janeiro, “muitas favelas possuem postos da Polícia Militar no espaço físico comunitário, mas poucas são as que confiam nela o suficiente para procurá-la. Essa falta de confiança resulta de uma longa tradição de abusos praticados pela Polícia brasileira contra as classes inferiores no geral e contra os moradores de favela em particular” (*ibid.*, p.244).

As comunidades se veem no meio de duas forças armadas: a violência ilegal dos traficantes de drogas ilícitas e a violência oficial resultante da maneira abusiva e truculenta que as forças policiais administram e reprimem o tráfico de drogas nas favelas. Quando a violência policial se exerce contra os bandidos, a tendência dos moradores é manifestar-se contra a polícia, baseados numa “ética humanista e solidária”, um dos traços característicos da sociabilidade na favela (Paes de Carvalho, 1993). Um integrante da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, em entrevista à rede televisiva Record (FBSP, 2022), afirma que,

aqui na favela, pode ter certeza de que os moradores preferem 50 irmãos do comando do que 50 viaturas. A polícia bate muito na gente. Se a polícia tratasse bem e se a cadeia fosse do jeito que tem que ser, não ia precisar fazer uma organização. O governo criou isso. E agora tem que arcar com as consequências.

A percepção dos moradores das favelas de que, para eles, a justiça formal não funciona, levou uma parcela dessa população a aceitar esse sistema de justiça alternativo. Em troca de proteção que a comunidade oferece aos traficantes, ela pode receber uma série de serviços que o Estado não lhes presta: segurança interna, dinheiro para remédios, táxi para o hospital, creches, festas infantis e outras verbas de emergência, indicando a dinâmica de um “protetor local” que atua no contexto de “comunidades desprotegidas”, como pontuou Leeds (2006).

A convivência dos moradores com os traficantes geralmente é encarada com naturalidade, uma vez que eles são nascidos e criados juntos e estabelecem laços de convivência e de aproximação. As favelas, sendo comunidades estáveis, com residências a longo prazo e populações que abrangem várias gerações, produziram uma coesão social e um senso comunitário que criam sentimentos de pertencimento e identidade com a comunidade e com a condição social de favelado. No entanto, esse tipo de relacionamento não

impede que o traficante atue, se necessário, para fazer sua própria justiça, podendo haver momentos em que sua ação é violenta e arbitrária, atingindo moradores que não têm envolvimento com as atividades ilegais de tráfico de drogas. Desse modo, entrelaçam-se, de um lado, a ideia de convivência e, de outro, a do medo (Paes de Carvalho, 1993).

Para Souza (2008), a dinâmica de relação entre a comunidade e bandidos é complexa e variável; ao mesmo tempo que o tráfico de drogas acarreta benefícios para uma parcela da população favelada, diante da escassez de oportunidade de obtenção de renda, os custos desses benefícios são altos: mortalidade elevada, cotidiano de violência (truculência policial, guerras entre quadrilhas), aumento da criminalidade e da sensação de insegurança e, sobretudo, a deterioração do clima social, “solapando a cidadania e a civilidade” (*ibid.*, 2000).

Souza (2008) também aponta que, apesar de haver uma tendência romântica de certos intelectuais a enxergar os traficantes como “Robin Hoods” ou “bandidos sociais”, atuando como benfeitores em suas comunidades, eles seriam, na verdade, “oprimidos que oprimem outros oprimidos”. Na atividade de comerciantes do varejo de drogas ilícitas, dentro de uma mentalidade capitalista, eles podem, ao mesmo tempo, demonstrar solidariedade com pessoas da comunidade e cometer atos de crueldade contra elas.

Por outro lado, Trigueiro (2008), baseando-se no pensamento de Durkheim (1993), desmistifica a concepção de que as populações marginalizadas em suas comunidades, favelas ou bairros periféricos, tomados em sua situação de crise prolongados, seriam os receptáculos perfeitos para a instauração do estado anômico⁹. A

⁹ A anomia, derivada da modernização das sociedades, nasce do sentimento de frustração decorrente das desigualdades sociais e da oposição entre a abertura excessiva do horizonte do possível e a impossibilidade de ação dos sujeitos sociais, chamada de “doença do infinito” (Trigueiro, 2008, p.115).

autora considera prudente especificar que a anomia nesses bairros de baixa renda deve-se mais ao sentimento de impotência gerado pela impossibilidade de alcançar os objetos de desejo, paradoxalmente ilimitados na sociedade modernizada, do que pela falta de solidariedade social, tendo em vista que são bairros em que os laços sociais tenderiam a se desenvolver com mais força, reunindo as condições propícias para sociabilidades realmente comunais.

A pobreza em si normalmente não geraria uma violência sistemática ou organizada, porém as persistentes desigualdades sociais juntamente com a ausência do Estado em garantir a segurança dos cidadãos em seus territórios, em combinação com sentimentos de injustiça social, promoveriam motivos para ações violentas, que contribuem para a desintegração social (Imbusch, 2008). Arendt (1985) argumenta que o sentimento de ódio não seria uma resposta automática à miséria e ao sofrimento, nem seria a primeira reação a uma doença incurável, a um terremoto ou a condições sociais que parecem imutáveis. Na verdade, para a autora, “somente onde houver razão para suspeitar que as condições poderiam ser mudadas e não o são, é que surgirá o ódio” (*ibid.*, p.39).

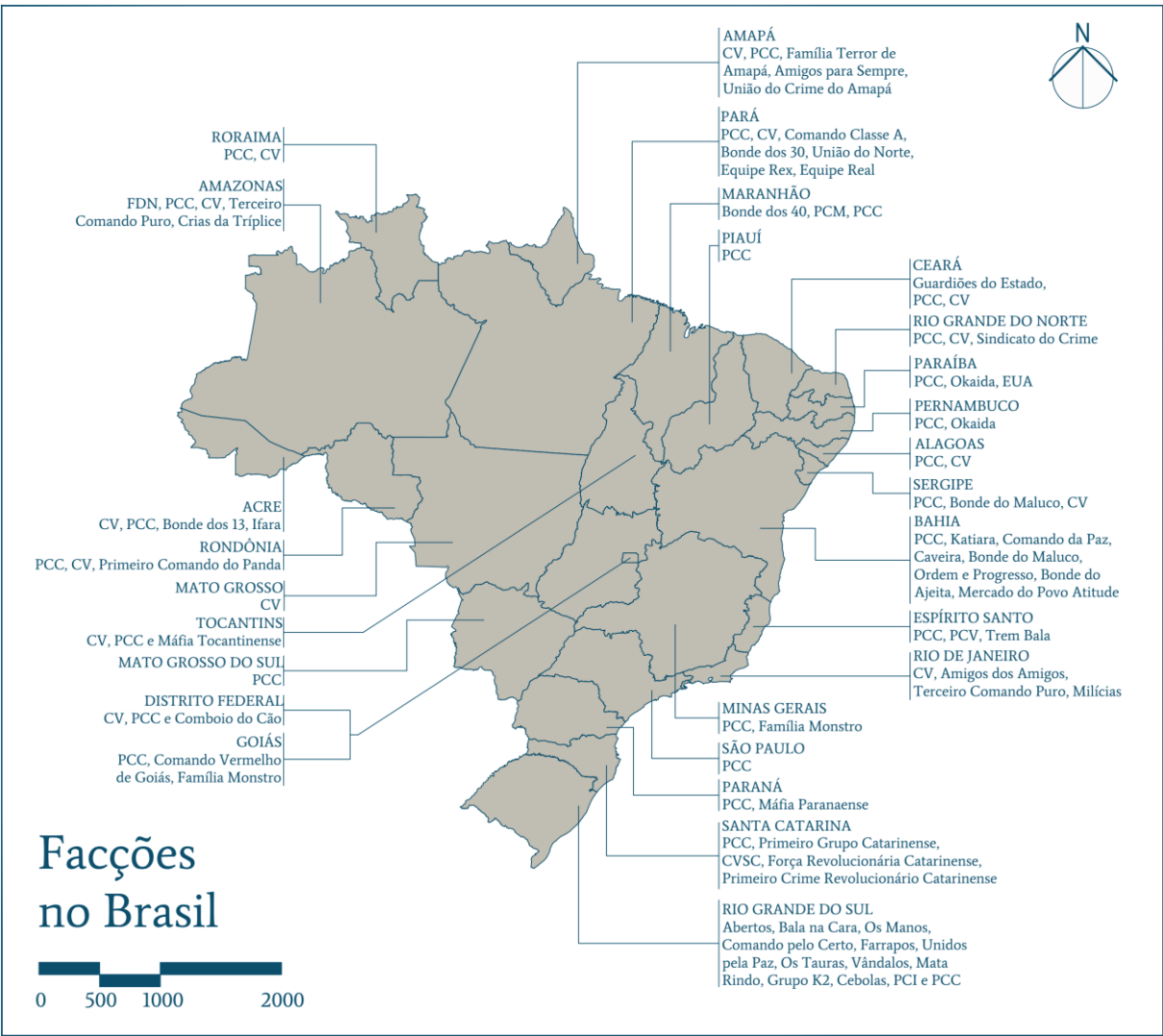
3.2. TERRITORIALIZAÇÃO DE FAVELAS POR FACÇÕES DE DROGAS NO BRASIL E NA PARAÍBA

No Brasil, o processo de territorialização de favelas por traficantes de drogas vem sendo registrado tanto em grandes cidades, como em cidades médias e pequenas, onde a criminalidade e os riscos diretos ou indiretamente relacionados com a violência ganham importância e visibilidade no cenário nacional, ainda que não apresentem a mesma proporção e intensidade do Rio de Janeiro e de São Paulo,

que são os exemplos mais didáticos dessa problemática (Souza, 2008).

Atualmente, o Brasil tem pelo menos 53 organizações de tráfico de drogas em atividade, sendo as duas principais facções o Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, e o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, que possuem alcance nacional, com atuação em diversas unidades federativas, além de 51 facções de alcance regional, que atuam dentro de cada estado. O PCC comanda sozinho os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Piauí, enquanto o CV tem o domínio do Rio de Janeiro e do Mato Grosso. Nos outros 11 Estados e no Distrito Federal, o PCC e o CV rivalizam com as facções regionais (FBSP, 2022), que estão distribuídas na Figura [F19].

↓ Figura [F19]
Mapa Facções no Brasil.
Fonte: Elaboração da autora, 2024; adaptada de FBSP (2022).



Até o final dos anos 1970, o mercado varejista de drogas ilícitas espalhou-se no país de forma desestruturada, sem o comando de grupos organizados. A primeira facção de tráfico de drogas, o Comando Vermelho, foi criada em 1979, no Instituto Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande (RJ). Os presos egressos começaram a pôr em prática todos os ensinamentos que haviam adquirido dentro da penitenciária nos anos de convívio com militantes que combatiam o regime militar, e passaram a organizar e praticar numerosos assaltos a instituições bancárias, algumas empresas e joalherias (Misse, 2002).

A cocaína, contudo, foi a responsável pela grande ampliação do poder do CV nos anos 1980, colocando o Brasil definitivamente na rota da droga. O CV atua desde o tráfico de drogas e armas até assaltos a banco, carros-fortes e sequestros. Apesar de ser a facção mais antiga do país e de ter sido a primeira a chegar no Paraguai, onde busca drogas e armas, o CV não tem tradição de exportar cocaína para outros continentes, ocupando hoje o posto de segunda maior facção do Brasil, sendo menor que a paulista PCC (Vergilius, 2002).

No início da década de 1990, o CV chegou a São Paulo injetando armamento e dinheiro no conjunto habitacional Cidade Tiradentes, na Zona Leste da capital, associando-se ao tráfico e aos grandes nomes do jogo do bicho. Chegou a ter cerca de 6.500 homens armados trabalhando diretamente e passou a dominar aproximadamente 70% do tráfico na cidade. Entretanto, seu crescimento acentuado e conflitos internos deram origem a outras organizações, como o Primeiro Comando da Capital – PCC (Vergilius, 2002).

O PCC nasceu em São Paulo, em 1993, motivado pelo Massacre do Carandiru ocorrido em outubro de 1992, e avançou rapidamente para outros Estados e países, conectando-se inclusive a outras

organizações de tráfico de drogas ao redor do mundo, como por exemplo, a máfia italiana “Ndrangheta”. O PCC age na compra de maconha e cocaína de países produtores, e na exportação de toneladas de drogas para Europa, África e Ásia, por meio de navios de carga que atracam na costa brasileira. O Ministério Público Paulista contabiliza que há pelo menos 35.000 integrantes na maior facção de tráfico de drogas do país. Em 2016, o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, aliadas há mais de duas décadas, romperam em razão de disputa de territórios nas fronteiras do Brasil com Paraguai, Bolívia e Colômbia, o que ocasionou uma rebelião nos presídios de Rondônia e Roraima (FBSP, 2022). Como resultado, em 2017 o país registrou mais de 64 mil mortes violentas intencionais e atingiu o ápice de sua taxa de violência letal.

A partir dos anos 2000, o surgimento de facções estaduais se deu pela expansão e abertura de franquias do CV e do PCC, com a migração de especialistas para outros estados do país, assim como pela inspiração das organizações locais nas facções carioca e paulista, mesmo tendo sido criadas em sua oposição, a exemplo da “Okaida”, na Paraíba, e do “Sindicato do Crime”, no Rio Grande do Norte. Segundo Nunes & Manso (2018 *apud* FBSP, 2022), "o crescimento do mercado consumidor de maconha, cocaína e crack em todas as regiões brasileiras, nas grandes, médias e pequenas cidades, permitiu a costura das redes carcerárias às malhas urbanas em todo o país", sendo as prisões os locais onde foram estabelecidas as conexões, as redes de relações, os vínculos e as alianças entre os traficantes de diversas regiões do país.

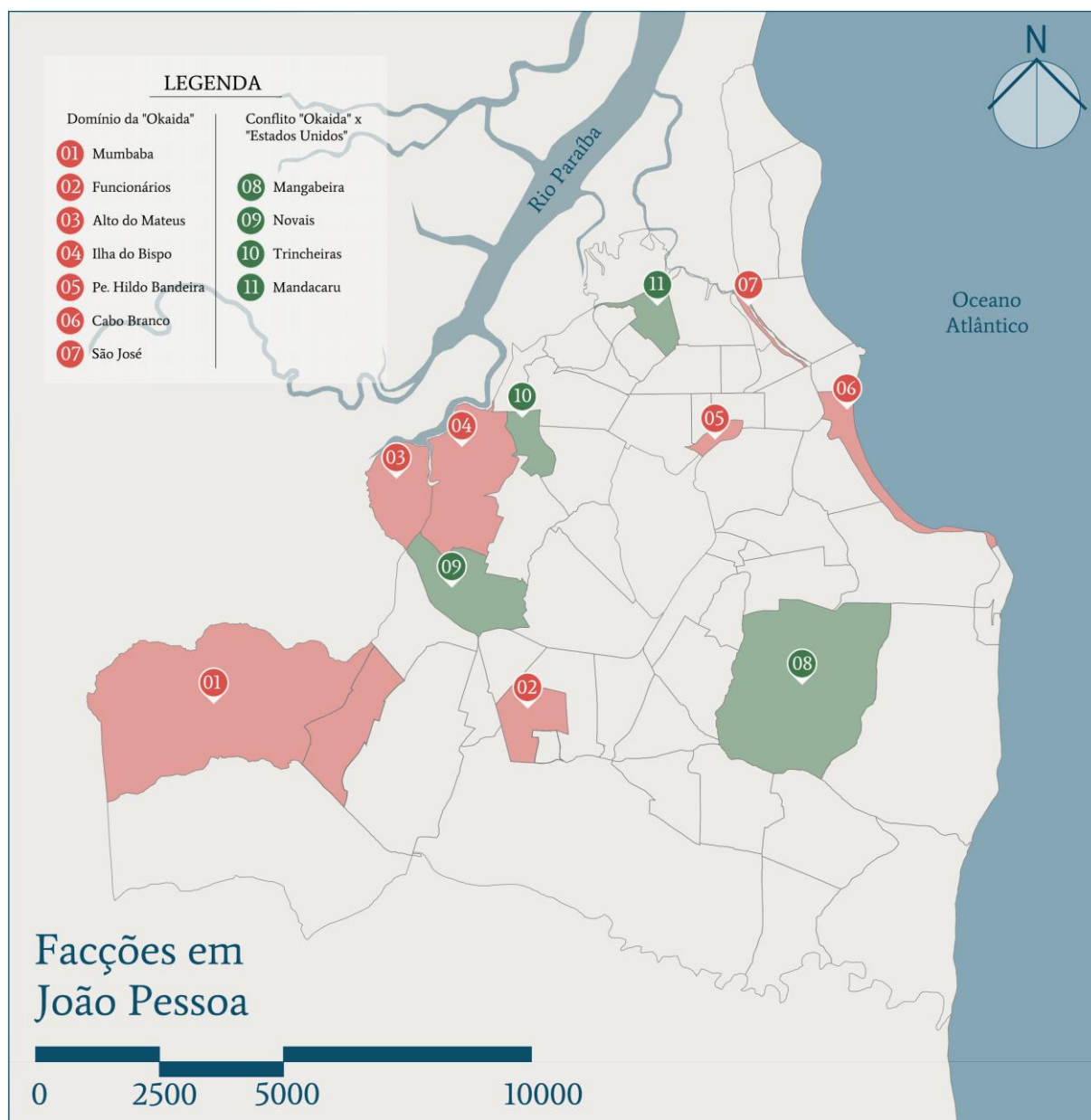
Na Paraíba, as facções “Okaida” e “Estados Unidos” disputam o mercado varejista de drogas, sendo a “Okaida” a facção com maior domínio territorial e maior número de integrantes, tendo contabilizado cerca de 6 mil “soldados” (Machado, 2019). Fundada em 2002, age no tráfico de drogas, roubos a bancos e tem a maioria

dos pontos de venda de drogas na cidade de João Pessoa e na sua região metropolitana. A palavra “Okaida” teria sido criada a partir de uma forma distinta de pronunciar o nome da rede terrorista islâmica Al-Qaeda, combinando com o fato de ter crescido em paralelo com sua maior rival, a facção “Estados Unidos”, formada por alguns de seus dissidentes e opositores.

Nos últimos anos, ainda que a facção “Estados Unidos” continue ocupando alguns bairros e pavilhões dos presídios de João Pessoa, segundo os agentes de segurança, o crescimento da facção “Okaida” praticamente suplantou sua rival em número e força. Como tática de tentativa de crescimento no Estado da Paraíba, a facção “Estados Unidos” teria estabelecido alianças comerciais e operacionais com o PCC, além de aliciar jovens e menores de idade; inclusive, em várias pichações da facção em muros da cidade, é possível ver as iniciais EUA e PCC juntas (Machado, 2019; Rocha, 2016).

Por outro lado, a “Okaida” teria se aliado ao Sindicato do Crime para formar uma rede de facções “anti-PCC” no Norte e no Nordeste, da qual também fazem parte o Comando Vermelho, do Rio de Janeiro, e a Família do Norte, atuante na Região Amazônica, tendo como um dos principais objetivos impedir que o PCC domine o tráfico de drogas na região e, sobretudo, na Paraíba (Machado, 2019).

Apesar de existirem chefes com maior influência, a “Okaida” não possui uma estrutura de hierarquia rígida; a facção fragmenta seu poder em vários territórios. De fato, os territórios do tráfico de drogas possuem a característica de estarem disseminados pelo tecido urbano de forma descontínua e pulverizada, com uma estrutura organizacional diluída em vários bairros da cidade, que passam a ser, pouco a pouco, dominados pelas facções, o que resultaria em uma rede de territórios aliados e inimigos, e áreas neutras, que não são diretamente territorializadas por nenhuma das facções (Machado, 2019 – cf. Figura [F20]).



A conquista do território por uma organização de tráfico de drogas alterna disputas e acordos, produz as guerras perpetradas entre facções, assassinatos de indivíduos que não cumprem as “leis” que regem os negócios, assim como diversas outras ações violentas para manter o comando do tráfico. As negociações vão além do lado comercial e envolvem, sobretudo, um certo poder político sobre a localidade, atendendo uma lógica de pertencimento territorial com demarcações claras da área de domínio de cada grupo armado (Paiva,

↑ Figura [F20]
Mapa Facções em João Pessoa. Fonte: Elaboração da autora, 2023, adaptada de Santos (2017) e Alves (2018).

2019). Há, inclusive, um controle da movimentação dos moradores que precisam transitar de um bairro dominado por uma facção a um bairro dominado por outra facção; quando há disputa entre as facções dentro de um mesmo bairro, a divisão é feita por quarteirões e o controle dos territórios é observada por olheiros de cada um dos grupos.

Nesse sentido, para o processo de dominação de favelas por traficantes de drogas, mobiliza-se aqui o conceito de “território”, sob uma perspectiva mais política que prioriza as relações de poder, nos conceitos elaborados por Souza (2013) e Haesbaert (2008; 2014). Souza (*op. cit.*, p.78), numa “primeira aproximação”, conceitua que território “é fundamentalmente, um espaço definido e delimitado *por e a partir de* relações de poder”; nesse caso, poder é entendido segundo Foucault, sendo inerente a toda relação social. No território, há de se buscar o componente de consentimento no controle sobre um espaço; em outros termos, “quem domina quem”, mas também a maneira como ocorre essa influência de um sobre o outro, não se referindo somente ao poder político ou ao governo estatal.

O autor não negligencia o espaço, porém ressalta que não se justifica confundi-lo com substrato espacial material, numa abordagem excessivamente ampla quando “território” é usado como sinônimo de “espaço geográfico”, delimitado com base em fronteiras e limites políticos ou como um pedaço qualquer da superfície terrestre. Para Souza (2013), ainda que seus limites espaciais, às vezes vagos, sejam mais ou menos perceptíveis, a influência implícita ou o poder explícito são sempre exercidos sobre um grupo social em conexão com um espaço. O poder só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio do território.

É preciso destacar, então, que os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim “campos de força”, que só existem como projeções espacializadas das relações sociais, enquanto estas durarem. Souza

(2013) trata-os, portanto, sob um ponto de vista de um substrato mais referencial que concreto, longe da ideia de “coisificação” do território. Importa saber, realmente, que “na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem” (*ibid.*, p.90).

Assim, em uma “segunda aproximação”, com o intuito de complementar ou abranger o aspecto espacial implícito na primeira, Souza (2013, p.96) esclarece que, uma vez que territórios são “antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos”, por definição, seriam “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. O autor considera que, ainda que a definição de território seja o poder e, sobretudo, a dimensão política das relações sociais, a cultura e o simbolismo estão igualmente contemplados no conceito, já que as motivações para conquistar ou defender um território podem ser, por exemplo, de cunho cultural ou econômico. Souza diz:

O desejo ou a cobiça com relação ao espaço podem ter relação com os recursos naturais da área em questão; podem ter a ver com o que se produz ou quem produz no espaço considerado; (...) e podem se vincular, também, às ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (Souza, *ibid.*, p.88).

Souza (2013) considera que os territórios podem ser até mesmo de efêmera duração, denominados de “territórios cíclicos”, como por exemplo, uma praça que, durante o dia, é frequentada por crianças para brincar e, à noite, é ocupada por prostitutas à espera de clientes. Entretanto, para definir as territorialidades das facções de tráfico de drogas, que se encontram dispersas pelo tecido urbano, poder-se-ia utilizar o termo “território-rede”. A territorialidade de cada facção ou organização do tráfico de drogas é uma rede complexa, unindo nós articulados, que pertencem a um mesmo comando. No espaço

concreto, os nós de uma rede se intercalam com os nós de outras redes, todas elas superpostas ao mesmo espaço e disputando a mesma área de influência, formando uma malha significativamente complexa (Souza, 2001).

O conceito de rede ressalta o caráter de articulação e interdependência dos elementos, sendo “um conjunto de nós interconectados” (Castells, 2003). Para Corrêa (2001), as redes geográficas são um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações, tal como os elos materiais e imateriais que conectam as sedes de uma grande empresa, suas fábricas, depósitos e filiais de venda.

Haesbaert (2004) afirma que território e rede não são dicotômicos. A rede pode ser um elemento constituinte do território, de forma que possui um duplo caráter territorializador e desterritorializador, com um efeito que pode ser ora de sustentação ou de construção de territórios, ora de desestruturação, desconstruindo territórios. O território-rede consiste justamente nesse caráter móvel que implica fluxos e conectividades, podendo ser desfeita e refeita em outras rotas, circuitos e fluxos, com outros personagens.

As redes do tráfico de drogas têm uma intrincada malha descentralizada, que vai dos níveis mais altos dos traficantes internacionais, responsáveis pelo abastecimento no atacado de grandes regiões, aos níveis mais baixos dos “aviões”, que distribuem a droga a varejo (Francisco Filho, 2004). Nesse contexto, não existe uma liderança principal, cada um dos líderes comanda uma área da cidade. Os indivíduos envolvidos com o crime se organizam em uma estrutura de caráter mais funcional, definida pelas próprias normas de conduta e pela função específica de cada membro dentro da organização de tráfico de drogas.

Misse (2002) descreve essa estrutura hierarquizada dentro das facções como sendo: o primeiro escalão composto pelo chefe local,

chamado de “dono” que, juntamente com seus “gerentes”, que estão no segundo nível, controlam o ponto de venda de tóxicos, a chamada “boca de fumo”; o terceiro nível é formado pelos “soldados” que são responsáveis pela defesa e estão preparados para os confrontos; e o último nível é formado pelos vendedores diretos, conhecidos como “aviões”, além dos “emboladores”, que são responsáveis pelo empacotamento da droga e os “olheiros”, responsáveis por avisar a chegada da polícia ou de invasores de outras áreas (*cf.* Figura [F21]).



←Figura [F21]
Hierarquia das facções de tráfico de drogas. Fonte: Elaboração da autora, 2024; Proscholdt & Spinassé, 2019.

No estudo das relações de gênero e sexualidade dentro das facções “Okaida” e “Estados Unidos” em João Pessoa, Rocha (2016) revela como as construções sociais de gênero se reproduzem dentro da estrutura organizacional dessas facções. Predominantemente compostas por integrantes do sexo masculino, a posição hierárquica mais elevada dentro da organização, conhecida localmente como “véio”, é sempre ocupada por um homem, independentemente do

bairro analisado pela autora. As adolescentes entrevistadas, pertencentes a ambas as facções, ilustraram as relações de gênero diretamente relacionadas às funções exercidas por homens e mulheres no comércio de entorpecentes.

As meninas seriam responsáveis pelo trabalho de fracionar, pesar e embalar as drogas a serem vendidas, atividades que são realizadas no espaço privado. Além disso, elas estariam encarregadas dos afazeres domésticos de limpeza e manutenção da residência onde residem o grupo de adolescentes da facção. No entanto, elas relataram receber remunerações inferiores às dos meninos, uma vez que as funções de venda e entrega de drogas, desempenhadas por eles no âmbito público, são consideradas como “mais perigosas”. As meninas receberiam o “apurado da semana” apenas pelo trabalho relacionado ao comércio de drogas, sem qualquer compensação adicional pelas atividades domésticas (Rocha, 2016).

Outra observação feita pelas adolescentes sobre as diferenças de gênero relaciona-se à figura do “véio”. Embora essa posição seja almejada pelas meninas como uma oportunidade de ascensão na hierarquia da facção, as chances de uma mulher ocupar esse cargo são raras, especialmente por adolescentes do sexo feminino. Outra possibilidade, além das posições subalternas que ocupam, é a figura de “esposa do véio”, que não estaria diretamente ligada às atividades de comercialização de drogas, mas assume o papel de “alguém que acompanha o véio” (Rocha, 2016).

3.3. A ATMOSFERA DE VIOLÊNCIA NAS COMUNIDADES DE JOÃO PESSOA DOMINADAS PELO TRÁFICO DE DROGAS

As organizações de tráfico de drogas contribuem consideravelmente para a violência no cenário nacional, tendo em vista o padrão de barbárie que utilizam para intimidar, coagir, causar sofrimento e matar os moradores de favelas e comunidades onde estabelecem seus domínios, sendo o termo “extermínio” aquele utilizado para expressar os altíssimos índices de homicídios de habitantes dessas zonas sensíveis da cidade (Feltran, 2011). A emergência das facções dinamizou, sobretudo, o recurso da morte enquanto ferramenta de resolução de conflitos internos ao mercado e na relação com os agentes do Estado, principalmente na ação com policiais civis e militares, em que “estar na vida errada” passou a significar a convivência direta com a morte ou com a sua possibilidade (Efrem Filho, 2014).

Para Efrem Filho (2014), o surgimento das facções de tráfico de drogas na Paraíba estabeleceu dois lapsos temporais: “antigamente”, antes das facções, e “hoje”, depois das facções. Marcela, uma de suas entrevistadas em uma ocupação de João Pessoa afirma que,

antigamente, quando eu vivi, era totalmente diferente de *hoje*. *Hoje* tem esse negócio de facção, foi o que acabou com o mundo. *Antigamente* não tinha, não tinha essas guerras, não tinha esse mata-mata. Quando se matava um não era nem por droga às vezes, era por causa de briga. Mataram um, não era tanto de bala, às vezes era de pancada. *Hoje* qualquer coisinha é pegar um revólver e matar (*ibid*, p.509, grifo nosso).

Nas publicidades mais recentes sobre a cidade de João Pessoa, promove-se a ideia de ser uma das capitais brasileiras que reúne características como “tranquilidade” e “qualidade de vida”. A imagem de “capital da tranquilidade”, posta em circulação pela mídia, pela gestão pública e nas promoções de empreendimentos imobiliários

(Alliance, 2023; Paraíba, 2024a; Petra, 2003), está atraindo novos moradores que procuram um ambiente que combina “ares interioranos” com “estrutura de cidade grande”, o que gerou um aumento de 110.417 habitantes entre 2010-2022, resultando na população atual de 833.932 habitantes (IBGE, 2022).

Entretanto, essa imagem projetada de cidade tranquila, que está refletida particularmente nos bairros litorâneos e turísticos de Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa, destinados às classes mais abastadas, dissolve-se no conflito com a área abandonada e degradada do Centro Histórico e de bairros periféricos, que abrigam uma população segregada social e economicamente, a qual convive com a violência cotidiana dos conflitos de facções de drogas e da Polícia, e não se enquadram na imagem propagada pela mídia sobre a capital paraibana (Efrem Filho, 2014; Machado, 2019; Rocha, 2016).

Os moradores do Centro Antigo e das periferias de João Pessoa ficam expostos à violência cotidiana derivada de disputas territoriais pelos grupos armados no controle do mercado ilegal, além das ações truculentas da polícia nas operações “antidrogas”. Nesse contexto, os termos “guerra”, “guerra civil” ou “clima de guerra civil”, usados nas situações de confronto entre as facções, foram introduzidos pela imprensa para designar a atmosfera de violência urbana que se conformou desde a emergência dos grupos armados, como também para explicar o ambiente de conflito que se sucedeu em múltiplas circunstâncias da vida cotidiana nas favelas.

As situações de violência que acontecem em bairros dominados por poderes paralelos não estariam resumidas apenas aos episódios criminais propriamente ditos, mas também pela existência de uma “atmosfera de desordem” que oportuniza, a qualquer momento, a ocorrência de delitos mais ou menos graves (Carrier, 2009). Na língua inglesa, Carrier (2009) indica que essa ideia seria expressa

pelo termo *lawlessness* que adquiriu, para além da ideia de ilegalidade, um sentido de “clima propício ao crime”.

Segundo Toutin & Bénézech (2006), os dados estatísticos sobre a criminalidade teriam apenas um valor informativo relativo, válidos apenas para os crimes visíveis e possíveis de serem contados, mas existiria um crime ignorado, subestimado, não declarado, dificilmente mensurado, das chamadas “incivilidades” que precisaria ser incluído para que realmente pudesse se conhecer o fenômeno da violência como um todo. Na verdade, a própria perspectiva de novos confrontos gera uma noção de violência, pois deixaria um rastro de possibilidade de novos episódios ocorrerem (Paes de Carvalho, 1993).

Sendo assim, é possível compreender que existe uma atmosfera de violência que os sociólogos descreveriam como sendo multidimensional: às vezes física, de fato, mas frequentemente simbólica (Bourdieu, 2001). Em outros termos, os moradores dessas comunidades estariam convivendo não somente com episódios criminais diretamente relacionados aos confrontos entre as facções, mas estariam inseridos cotidianamente em um contexto mais amplo de violência difusa, carregado de ações e reações de ódio de cidadão contra cidadão, que apresenta pontos compatíveis com um estado de guerra civil, pela nítida “deterioração do clima social” (Souza, 2008).

A “guerra” modifica a organicidade da vida na favela; a vida cotidiana é tensa, os moradores se veem permanentemente expostos a possíveis tiroteios e balas perdidas dos conflitos entre traficantes, que custam acidentalmente a vida de moradores comuns. Segundo Paes de Carvalho (1993), pode-se constatar, inclusive, que muitos moradores passam a apresentar problemas de saúde, geralmente ligados ao coração ou nervos, em consequência dessas ocasiões.

Nas conclusões de um estudo sobre o Rio de Janeiro publicado em fins da década de 1990, Cano (1997 *apud* Souza, 2008) observou que

são os moradores de áreas pobres, com escassos serviços urbanos e ausência de meios de proteção, aqueles que correm mais riscos e estão mais expostos à morte violenta; ao inverso, são as classes sociais mais privilegiadas e que moram nos melhores lugares da cidade, aquelas igualmente mais protegidas desse tipo de violência.

Embora a população em geral esteja ciente da existência do crime organizado através da mídia, e as classes média e alta possam se sentir eventualmente “acuadas” com a violência, são os moradores das áreas mais pobres aqueles desproporcionalmente afetados, notadamente como as principais vítimas da criminalidade violenta, a qual aparece como o principal problema de sua vida cotidiana, uma vez que não têm recursos políticos e econômicos que lhes garantam acesso à justiça e à segurança.

Nessas condições, o medo deixa de ser um fenômeno episódico e extraordinário, e passa a ser um elemento cotidiano dos moradores da comunidade, alastrando profunda insegurança na medida em que os indivíduos se sentem desprovidos dos meios para controlar aspectos essenciais de sua sobrevivência (Kowarick & Ant, 1982).

As mulheres moradoras de comunidades e favelas, particularmente, experimentam os processos discriminatórios resultantes das construções sociais e históricas da colonialidade de poder: a distribuição territorial racializada da população brasileira, que segregou negros e pobres em favelas, periferias e áreas fragmentadas do tecido urbano, com as condições mais precárias de acesso aos serviços públicos; assim como as diferenças educacionais e de poder aquisitivo, que dificultam o acesso de mulheres negras e pobres ao mercado de trabalho remunerado, devido à sobrecarga com o trabalho doméstico, e submetem-nas a empregos precários, com rendimentos baixos, geralmente como únicas responsáveis pelo sustento do núcleo familiar; além das discriminações de raça e gênero que colocam as mulheres negras como o grupo mais

vulnerável nas taxas de feminicídio, assassinatos em razão das desigualdades socioeconômicas, estupros e outras intrusões não-criminais, cotidianamente frequentes na apropriação dos espaços públicos.

Ademais, a emergência de poderes paralelos de tráfico de drogas introduziria mais um tipo de desigualdade social e territorial para os moradores de favelas, assim como gradações de risco, espaciais e temporais, e diferentes nuances de medo e violência para o gênero feminino, como será proposto na hipótese de trabalho. A presença da violência armada nas favelas e periferias gera um sofrimento intenso, não apenas pelos confrontos entre facções, mas sobretudo pelo sofrimento psíquico que é conviver nesse contexto de violência (Efrem Filho, 2014; Machado & Leite, 2007).

3.4. OBJETIVOS E HIPÓTESE DE PESQUISA

Nesta pesquisa, partimos do nosso objeto de estudo, as apropriações dos espaços públicos, por parte das mulheres moradoras de favelas, que convivem diariamente com a atuação das facções de tráfico de drogas em suas comunidades, e reconhecemos as múltiplas formas de violência que elas experimentam em suas vidas cotidianas, através da sobreposição das desigualdades de gênero, juntamente com as desigualdades de classe e cor/raça, assim como a simultaneidade dos sistemas de opressão e figuras masculinas de poder.

No cerne da condição de gênero, as mulheres, submetidas a um conjunto de violências e desigualdades, são confrontadas aos efeitos de uma cidade e de seus bairros modelados com base nas visões e valores do sistema patriarcal, e de espaços públicos “generificados”, controlados e ocupados pelo homem. Elas passam a restringir suas atividades, espacialidades e temporalidades nos espaços públicos, além de modificar seus comportamentos em razão das

normatividades de gênero e do *habitus* feminino, desenvolvendo um trabalho de segurança e de prevenção à violência, que molda suas práticas e apropriações sociais. Essa realidade de exclusões de gênero é sobreposta a outras camadas de dificuldades: as mulheres periféricas vivenciam efeitos das desigualdades de classe e cor/raça, onde experimentam a segregação social, espacial, econômica e política, assim como a falta de acesso e de oferta de equipamentos, serviços e infraestrutura urbana básica, além de dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, diminuindo sua autonomia financeira e reforçando o círculo de feminização da pobreza. Nesse contexto, revela-se ainda a dominação do território das favelas pelas facções de tráfico de drogas, que submetem as mulheres às leis e às ordens dos grupos armados, ou ainda à exposição cotidiana de violências sutis às violências de alto impacto.

Em João Pessoa, as populações dos bairros do Centro, Varadouro e Trincheiras convivem com o conflito entre as facções “Okaida” e “Estados Unidos”, e com as ações violentas desses grupos para exercer o comando do tráfico de drogas na região central da cidade, representando as localidades com maior número de homicídios de mulheres da cidade, o que reforçaria as emoções de medo e insegurança que influenciam a forma com a qual as mulheres vivem, utilizam e se apropriam dos espaços públicos, constituindo obstáculos para que elas construam um senso de pertencimento aos bairros em que habitam e aos seus espaços públicos. O processo de apropriação dos espaços públicos mostra-se relevante no desenvolvimento de um espaço de reconhecimento e na construção de um espaço protetor, a fim de torná-los familiares, como também para construir uma sensação de segurança (Zetlaoui-Leger, 2012).

Nesse contexto, o conceito de “tática”, definido por De Certeau (1994) oferece uma perspectiva para compreender as diversas “maneiras de fazer”, os modos insurgentes de proceder ou as astúcias

das práticas cotidianas das mulheres. Essas táticas constituem-se como “o movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado” (*ibid.*, p.100). Em um cenário onde os espaços públicos são locais de exercício do poder masculino e de suas “estratégias” de controle, as táticas femininas emergem como formas de resistência e subversão a essa dominação.

Assim desenhada, a problemática desta tese leva a questionamentos iniciais: como a violência influencia as mulheres na apropriação dos espaços públicos? E, sendo as moradoras de bairros periféricos e de favelas aquelas que experimentam as desvantagens de gênero, juntamente com as desvantagens de classe e cor/raça, quais seriam os impactos do “clima de guerra civil” e da atividade das facções nas apropriações dos espaços públicos, notadamente nos trajetos cotidianos realizados pelas mulheres dos bairros com maior número de mortes femininas? Como a vulnerabilidade interseccional desse grupo se manifesta na sua dimensão territorial?

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral compreender a relação entre a apropriação feminina dos espaços públicos e o contexto de violência em comunidades de João Pessoa, sobretudo em áreas que apresentam altas taxas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) direcionados ao gênero feminino. Mais particularmente, pretende-se: (a) identificar os tipos de violência contra a mulher no espaço público situado em áreas centrais controladas pelo tráfico e sob o clima de guerra civil; (b) compreender os elementos socioespaciais que constituem esses espaços públicos assim como as formas de apropriação social, por parte das mulheres moradoras dessas comunidades, dominadas por facções de tráfico de drogas; (c) apreender as táticas utilizadas por parte desse grupo de mulheres na apropriação dos espaços públicos de suas comunidades.

Colocadas nesses termos, a problemática desta tese leva à formulação da seguinte hipótese de trabalho: primeiramente, supõe-se que a apropriação social dos espaços públicos por parte das mulheres assim como seus movimentos pelos espaços públicos da comunidade estariam condicionados e limitados aos territórios e fronteiras referentes às áreas de atuação das facções de tráfico de drogas; em seguida, sugere-se que tais condicionamentos e limitações, associados às desigualdades de raça, classe e gênero, gerariam restrições espaciais adicionais, em razão notadamente do clima de guerra civil, que se conformaria na vida cotidiana do bairro.

4 | CAPÍTULO 04 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS: CIDADE SENSÍVEL E VIDA COTIDIANA

A investigação em bairros dominados por facções de tráfico de drogas requer procedimentos metodológicos que se articulem a uma abordagem da cidade sensível, que parte da observação da vida cotidiana da comunidade e das práticas que remetem às “maneiras de fazer” (De Certeau, 1994), aos usos e “contra-usos” dos espaços, às territorialidades e formas diversificadas de apropriação, ou seja, aos “territórios usados” (Santos, 1999), adicionando a este escopo um foco nas dimensões tipicamente informais, mundanas, rotineiras e cotidianas. A intenção é compreender como a violência presente nos territórios dominados pelo tráfico se expressa nos padrões de apropriação por parte das mulheres, nos espaços urbanos em geral e nos espaços públicos dos bairros onde moram, em particular, reconhecendo as práticas sociais consolidadas.

Ademais, a análise da vida cotidiana como ponto de partida metodológico concentra-se nas atividades de cuidado, que muitas vezes não são vistas, mas que são realizadas principalmente por mulheres e meninas devido à sua presença mais significativa nas esferas domésticas em comparação com os homens. Isso contribui não apenas para tornar as mulheres visíveis, mas também permitir a conexão da esfera local com a esfera global (Ciocoletto, 2014; Dyck, 2005). Usar a vida cotidiana como realidade a ser investigada implica

ainda reconhecer, em sua natureza, uma riqueza epistemológica (De Certeau, 1994; Groat & Wang, 2013; Lefebvre, 1991), uma vez que as mulheres e seus movimentos pela cidade são fontes de um saber-fazer original. Em particular, trata-se de considerar as mulheres como peritas de suas comunidades e bairros, notadamente pelo conhecimento acumulado, através da experiência complexa de execução de um conjunto de atividades produtivas, reprodutivas, pessoais e comunitárias, realizadas em um meio físico (bairro, cidade, território) e em um determinado tempo. Por isso, entende-se que as maneiras segundo as quais elas combinam essa pluralidade de tarefas adquirem, nessa abordagem, um valor relevante (McDowell, 1992; Vaiou & Lykogianni, 2006).

Nesse sentido, este capítulo apresenta, primeiramente, a descrição dos métodos de obtenção de dados, centrados em entrevistas realizadas com mulheres do Centro Histórico de João Pessoa, visando a apreensão de suas experiências cotidianas. Em seguida, detalha-se a abordagem de análise de dados, focada nos discursos dessas mulheres para compreender as nuances de suas narrativas. Por fim, define-se o recorte espacial da pesquisa, delimitado a partir da análise de dados sobre crimes violentos praticados contra o gênero feminino na cidade de João Pessoa.

4.1. A VIDA COTIDIANA COMO FONTE PRIMÁRIA: INSTRUMENTOS PARA OBTENÇÃO DE DADOS

A vida cotidiana pode se desenvolver de forma mais ou menos complexa, a depender dos papéis de gênero atribuídos a cada pessoa. Uma pessoa encarregada de cuidar de outras pessoas realizará um número maior de atividades diárias, em comparação com outra pessoa que cuida apenas de si mesma. Essa diferença se reflete diretamente no uso do espaço: se uma pessoa cuida apenas de si

mesma, seus movimentos serão simples e lineares, como por exemplo, quando vai sozinho de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Para uma pessoa que cuida de outras, seus movimentos serão mais complexos e poligonais, vinculando as atividades produtivas àquelas reprodutivas, como fazer compras ou acompanhar pessoas dependentes (Ciocoletto, 2014).

As práticas cotidianas das mulheres podem ser entendidas como “táticas” dentro do espaço historicamente controlado pelo homem, representado nas figuras do marido, pai, irmão, vizinho, integrantes dos grupos armados ou mesmo de um estranho na rua. Na presença de uma relação de poder, surge a possibilidade de resistência, na qual procedimentos minúsculos jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-la. Utilizando o binômio estratégia-tática, De Certeau (1994) diferencia que as “estratégias” são usadas pela disciplina e organizadas pelo postulado de um poder, enquanto as “táticas” compõem o que ele chama de antidisciplina e são determinadas, portanto, pela ausência de poder.

A diferença entre estratégia e tática é definida, sobretudo, no que concerne à propriedade. A estratégia postula um lugar capaz de servir de base a uma gestão de suas relações, que seria a vitória do lugar sobre o tempo, ao contrário da tática que, não dispondo de um próprio para assegurar sua independência em face das circunstâncias, depende do tempo, e de aproveitar a ocasião e os momentos oportunos para agir (De Certeau, 1994).

De Certeau (*idem*) também argumenta que as estratégias elaboram lugares teóricos, sistemas e discursos totalizantes, capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem; enquanto as táticas utilizam-se das falhas que vão se abrindo na vigilância do poder proprietário, uma vez que não tem por lugar senão o do outro; é a arte do fraco em vencer o poder pela maneira de aproveitar a ocasião.

Em relação à percepção da violência, a análise da vida cotidiana também revela as táticas utilizadas pelas mulheres nos seus movimentos e deslocamentos pelo bairro, assim como as sensações e sentimentos que integram as paisagens, compreendendo a importância dos lugares através das associações emocionais que inspiram espanto, medo, preocupação ou amor, utilizando do aporte metodológico da “Geografia das Emoções” (Bondi, Davidson & Smith, 2012). A proposta metodológica é utilizar-se da questão emocional para enriquecer a nossa compreensão dos fenômenos espaciais através das experiências vividas pelos sujeitos, integrando uma dimensão sensível que compõe a vida cotidiana que é, ao mesmo tempo, espacial e emocional. As emoções mediarão o trabalho de campo e foi inserida na pesquisa não como um objeto de estudo, mas como meio de conexão no qual a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa estão necessariamente imersos.

As emoções não existem independentemente da vida cotidiana, mas são moldadas pela experiência direta de atividades práticas e envolvimento com o mundo social, em termos da articulação socioespacial entre pessoas e lugares. Segundo Nogué (2015), interagimos emocionalmente e de maneira contínua com os lugares. A memória individual e coletiva, assim como a imaginação, mais do que temporais, são espaciais. Experimentamos emoções específicas em diferentes contextos geográficos e vivemos emocionalmente as paisagens, porque estas não são apenas materialidades tangíveis, mas também são construções sociais e culturais impregnadas de um denso conteúdo intangível que muitas vezes só é acessível através do universo das emoções.

As emoções permeiam os ambientes sociais e físicos, bem como as experiências subjetivas dos indivíduos. Para Nogué (2015), as topografias do cotidiano estão impregnadas de emoção e sentimento; o autor entende que os tratados de geografia não deixam de ser, no

fundo, uma espécie de psicogeografia pessoal e social, como uma cartografia cartesiana que subjaz uma cartografia emotiva, na qual os sentimentos subjetivos participam diretamente da apropriação do espaço (Clifton & Livi, 2004; Nogué, 2015).

As percepções e emoções referentes às avaliações subjetivas de um ambiente têm um efeito no comportamento de apropriação dos espaços públicos. Os estudos reforçaram que as mulheres reconhecem a cidade não só como espaço físico, mas também como espaço emocional onde existem sentimentos de inclusão, acolhimento e segurança, mas também espaços de medo e ansiedade, vivenciando os aspectos físicos e emocionais intimamente conectados às “emoções urbanas” (Sweet & Escalante, 2010; Walkowitz, 1992), *i.e.*, a importância dos lugares deriva das emoções que estão intimamente ligadas ao lugar (Urry, 2005).

No trabalho de campo no Centro Histórico de João Pessoa, foram realizados dois tipos de entrevistas: as entrevistas curtas, feitas durante os momentos de observação, direcionadas às transeuntes e trabalhadoras da Área Central; e as entrevistas longas, realizadas particularmente com moradoras do bairro das Trincheiras. As entrevistas curtas consistem em perguntas e respostas rápidas, com duração de 5 a 10 minutos, sem estrutura fixa, com objetivo de pesquisar os espaços do Centro Histórico que as mulheres elegiam como sendo seguros e aqueles considerados inseguros. Foram realizadas 12 entrevistas curtas e seu local de aplicação foi escolhido de acordo com o mapeamento dos CVLIs femininos, mais especificamente nas proximidades do Terminal de Integração e da Praça Pedro Américo, no perímetro das ruas Padre Azevedo, Beaurepaire Rohan, Maciel Pinheiro e da República, em diferentes horários: no período da manhã, em pleno horário comercial e no turno da tarde, contemplando o fim do expediente, fechamento das lojas e esvaziamento do movimento do Centro. Em paralelo, as

entrevistas longas seguiram um formulário semiestruturado e tiveram duração média de 30 a 40 minutos. A aproximação se deu através de uma das entrevistadas, conhecida anteriormente pela pesquisadora e habitante do bairro das Trincheiras que, por sua vez, mobilizou seu círculo social e possibilitou a realização de 10 entrevistas longas.

Neste estudo, optou-se pela entrevista semiestruturada na qual, de acordo com Moreira (2002, p.55), “o entrevistador pergunta algumas questões em uma ordem predeterminada, mas dentro de cada questão é relativamente grande a liberdade do entrevistado”. Minayo (2007, p.64) entende que, nesse tipo de enquête, há uma combinação de perguntas fechadas e abertas de modo que “o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”, assim como Moreira acrescenta que “outras questões podem ser levantadas, dependendo das respostas dos entrevistados, ou seja, podem existir questões suplementares sempre que algo de interessante e não previsto na lista original de questões aparecer” (*ibid.*, p.55).

Para Minayo (2007), as entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidade, mas, acima de tudo, uma conversa a dois, destinada a construir informações pertinentes sobre um objeto de pesquisa que tratam da reflexão mais subjetiva do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia, sua maneira de pensar, opiniões; maneiras de sentir, sentimentos; maneiras de atuar, condutas; assim como razões para determinadas atitudes e comportamentos.

A estrutura seguiu dois tópicos de interesse: o primeiro abordou as atividades e espaços da vida cotidiana das mulheres, as formas de deslocamento utilizadas, a oferta de comércios, serviços e espaços de lazer da área; a segunda parte, por sua vez, relacionou-se à percepção da violência no bairro, pontuando as ruas em que as mulheres se sentiam mais seguras e aquelas nas quais se sentiam mais inseguras

ou pelas quais evitavam passar, além das táticas de segurança que utilizavam nos seus deslocamentos pela comunidade, e sobretudo, as emoções envolvidas ao falarem do bairro e de suas experiências vividas no local.

ROTEIRO DA ENTREVISTA

→ 1ª SEÇÃO – Perfil da Entrevistada

1. Você nasceu em João Pessoa?
2. Há quanto tempo mora na cidade?
3. Em que bairro você mora?
4. Há quanto tempo mora no bairro?
5. Qual a sua idade?
6. Qual o seu estado civil?
7. Qual a sua identidade de gênero?
8. Qual a sua orientação sexual?
9. Qual a sua etnia/cor/raça?
10. Possui alguma deficiência? Se sim, qual?
11. Você possui filhos? Se sim, quantos?
12. Qual a sua ocupação?
13. Qual o seu grau de escolaridade?
14. Qual a sua renda?

→ 2ª SEÇÃO – Atividades diárias e Percursos no Bairro

15. Quais são suas atividades diárias (trabalho, compras, cuidado)?
Como costuma ser a sua rotina?
 - a) Onde você trabalha?
Como você se desloca para ir ao trabalho?
Quantas vezes por semana?
A oferta de rotas e horários do transporte atende às suas necessidades?
 - b) Onde você costuma ir fazer compras?
Quantas vezes por semana?
Como você se desloca para ir a essas atividades?
 - c) Que outras atividades você costuma realizar no bairro?
Onde estão localizadas?
Como você se desloca para ir a essas atividades?
 - d) Que atividades você costuma realizar fora do bairro?
Onde estão localizadas?
Como você se desloca para ir a essas atividades?
 - e) Como é a rotina com os seus filhos?
Onde você costuma acompanhá-los?
Como você se desloca com os seus filhos?
Quantas vezes por semana?

[continua]

16. Onde você costuma ir para o seu lazer?
Existem atividades de lazer no seu bairro?
O que você costuma fazer?
Como você se desloca até esses espaços?
Com que frequência você costuma ir a esses espaços?

→ 3ª SEÇÃO – Percepção de Segurança do Bairro

17. Como você se sente quando caminha pelo bairro? Quais emoções você sente nos seus percursos?
18. a) Quais são as ruas ou áreas que você se sente segura no bairro?
b) Por quê? Que fatores provocam essas emoções?
c) O que lhe deixa segura em um espaço público?
19. a) Quais são as ruas ou áreas que você se sente insegura no bairro (causa medo, evita passar)?
b) Por quê? Que fatores provocam essas emoções?
c) O que lhe deixa insegura em um espaço público?
20. O que poderia mudar para que você se sentisse mais segura no bairro?
21. Você já experimentou algum tipo de violência ou assédio no bairro? Se sim, você poderia relatar esse evento?
22. Que aspectos poderiam ter influenciado nas experiências de violência que você sofreu?
23. O que você costuma fazer para evitar ou enfrentar situações de violência?

As entrevistas foram realizadas com auxílio de um gravador, para posterior transcrição dos discursos das mulheres. Entretanto, esse recurso foi um dos fatores de intimidação para a maioria das mulheres, que se sentiram acuadas e desconfiadas em responder algumas perguntas, temendo a divulgação da gravação de suas falas e, com isso, possíveis represálias, caso as informações fornecidas pudessem comprometê-las ou comprometer seus familiares, quando esses estão envolvidos diretamente com o tráfico. Por essa razão, algumas mulheres respondiam com certa limitação sobre alguns temas; posteriormente, durante o encontro, ao perceberem o gravador sendo desligado, a maioria se sentia visivelmente aliviada e conseguia desenvolver com mais detalhes o assunto.

O processo das entrevistas permitiu a apreensão dos espaços de medo citados pelas mulheres, nas entrevistas curtas ou longas, com base no método de Toro-Jiménez & Ochoa-Sierra (2017); esse último, dá conta dos espaços temidos, proibidos, assim como das práticas, vivências, imaginários, medos, expectativas e frustrações de mulheres nos seus processos de apropriação social dos espaços públicos, assim como nas táticas espaciais desenvolvidas, as quais permitem sua sobrevivência, dentro do contexto de violência em que estão inseridas.

4.2. O DISCURSO DAS MULHERES COMO CENTRO DA ANÁLISE

Para a análise textual das entrevistas transcritas, foi utilizado o *software* Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), gratuito e com fonte aberta, ancorado no *software* R, desenvolvido pelo pesquisador francês Pierre Ratinaud (2009), que auxilia a interpretação dos resultados e análises estatísticas de textos.

A análise de dados textuais propõe a superação da dicotomia entre quantitativo e qualitativo, possibilitando que se quantifique e empregue cálculos estatísticos sobre variáveis essencialmente qualitativas – os textos –, contribuindo nos estudos das ciências sociais com rigor estatístico e diferentes possibilidades de análise facilmente compreensíveis e visualmente claras.

Esse método informatizado de análise de texto busca apreender a estrutura do discurso, informando as relações lexicais enunciadas pelos sujeitos, desde métodos simples, como a lexicografia básica e o cálculo da frequência de palavras, até análises mais complexas como

a análise de similitude, que apresenta a relação entre as palavras e os temas.

Na inserção das transcrições das entrevistas dentro do software, primeiramente foi necessário o ajuste para o formato de texto exigido pelo programa, além dos seguintes passos: identificar as participantes por número, editar os sinais e pontuações permitidas e/ou proibidas, retirar expressões orais sem necessidade, revisar gramaticalmente o texto, eliminar recuos, margens e tabulações e, ao final, gerar um tipo de arquivo de texto sem formatação (.txt).

Depois de inserir corretamente a base de dados no *software*, foram realizadas três análises dentro do programa: estatísticas textuais, nuvem de palavras e análise de similitude. Além da lista que informa a frequência de enunciação de cada palavra pronunciada nas entrevistas, a nuvem de palavras possibilitou a identificação de elementos-chaves do *corpus* textual, que são apresentados com tamanhos diferentes de acordo com a sua repetição. Quanto maior a palavra, mais relevante ela pode ser considerada na pesquisa. A análise de similitude mostrou, através de um grafo, a ligação entre as palavras do *corpus* textual, permitindo compreender a estrutura de construção do discurso e os temas mais relevantes para os sujeitos entrevistados.

4.3. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA DEFINIÇÃO DO RECORTE ESPACIAL

Para definir o recorte espacial a ser investigado nesta pesquisa, foi utilizado como base para a coleta de dados os crimes violentos letais intencionais (CVLI)¹⁰ praticados contra o gênero feminino, por

¹⁰ De acordo com a categorização da Polícia Civil da Paraíba, “crimes violentos letais intencionais” englobam, no caso das vítimas do gênero feminino, tanto os crimes de homicídio quanto os de feminicídio.

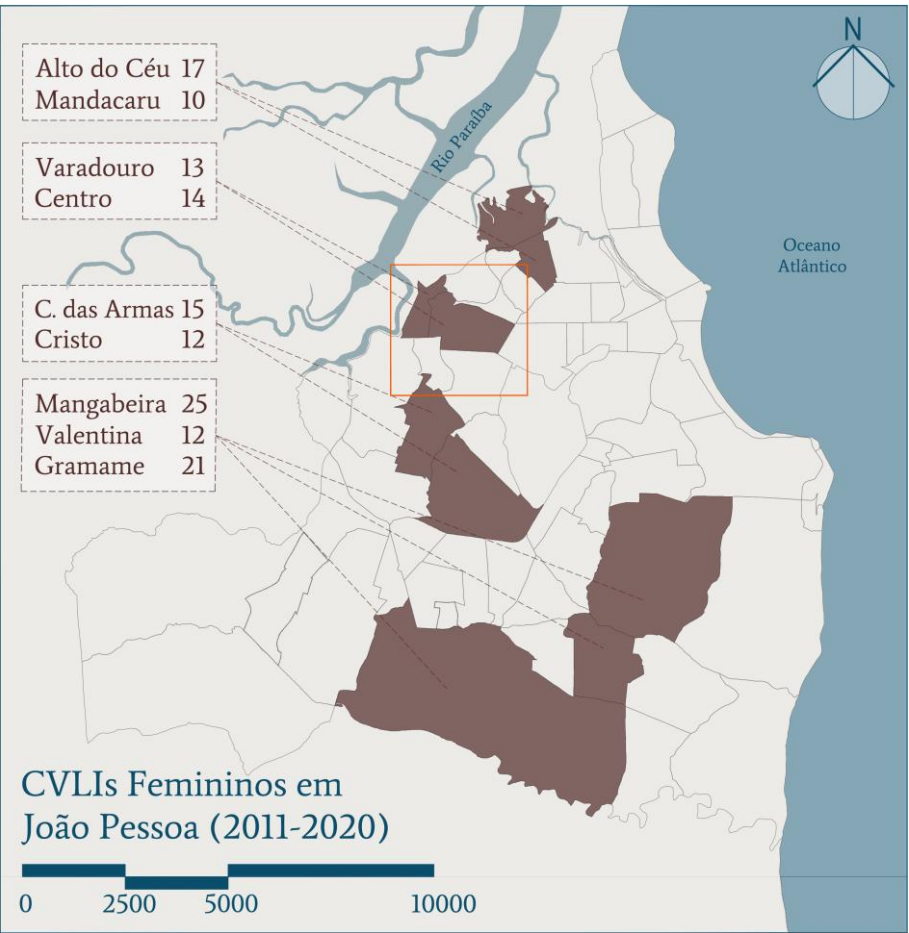
entender que o homicídio e o feminicídio constituem os tipos de crimes mais graves, que resultam em morte e põem fim à vida da vítima. Como visto no Capítulo 01, segundo o Código Penal Brasileiro, no art. 121, comete homicídio um ser humano que mata outro ser humano, enquanto o feminicídio é definido como o assassinato de uma mulher cometido por razões de condição do sexo feminino, no qual a mulher foi morta por violência doméstica ou familiar, ou por discriminação pela condição de mulher.

Sendo assim, em junho de 2021, foram solicitados à Polícia Civil o número de crimes violentos letais intencionais ocorridos em cada bairro de João Pessoa, no período entre 2011 e 2020, referente à última década, somente dos casos ocorridos contra o gênero feminino. A escolha desse recorte temporal teve o intuito de compatibilizar as análises produzidas nesta tese com os dados fornecidos pelos recenseamentos demográficos de 2010 e de 2022, em etapas futuras.

Em seguida, os números de CVLI disponibilizados pela Polícia foram sistematizados em tabelas e espacializados no mapa da cidade, com o objetivo de identificar os bairros com maior incidência criminal e escolher aqueles que seriam trabalhados nesta investigação. Foram produzidas tabelas e mapas referentes (1) aos valores absolutos de CVLI feminino, (2) às taxas de CVLI feminino e (3) ao cruzamento entre os números absolutos de CVLI *versus* as taxas de CVLI de cada bairro de João Pessoa.

Na Tabela [T1] e na Figura [F22] a seguir, relativas aos números absolutos de CVLI por bairro de João Pessoa, foram listados aqueles que possuíam pelo menos 10 casos durante a década de 2011-2020, com média maior ou igual a 1 caso por ano. Acima de 10 casos, destacaram-se os bairros: Mangabeira (25), Gramame (21), Alto do Céu (17), Cruz das Armas (15), Centro (14), Varadouro (13), Valentina (13), Cristo Redentor (12) e Mandacaru (10).

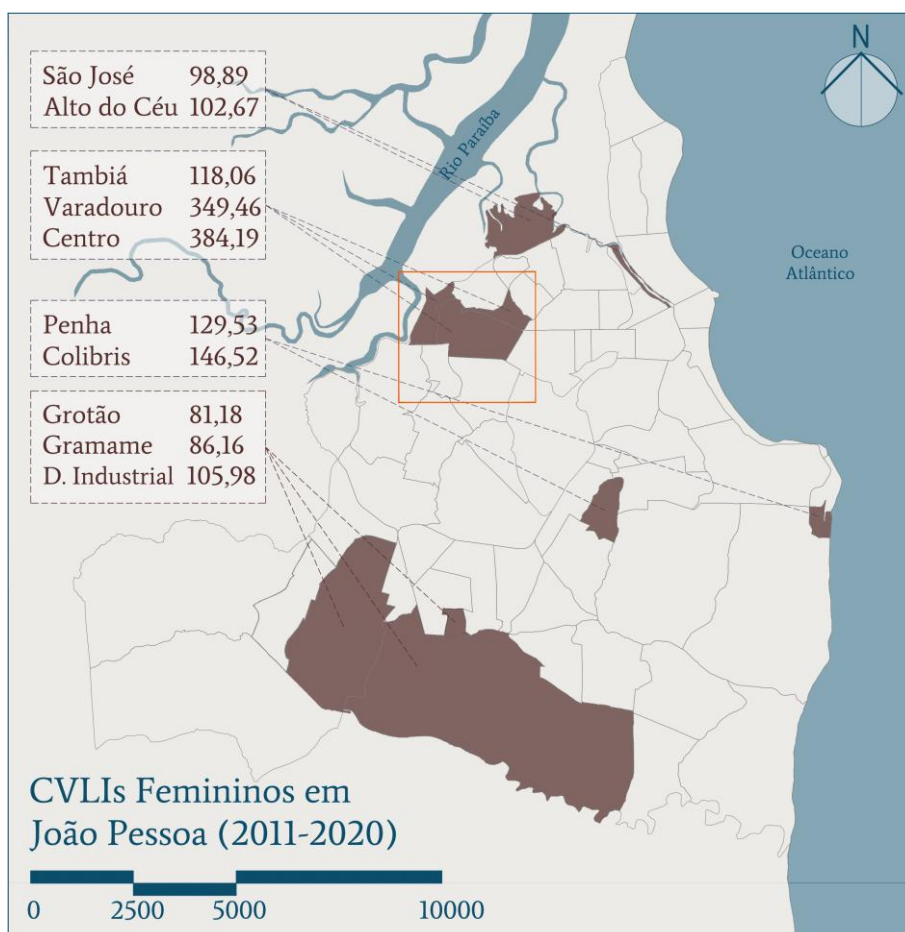
Tabela [T1] Números de CVLIs femininos 2011-2020 em João Pessoa												
Nº	BAIRRO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
01	Mangabeira	1	9	2	5		4	1	2	1		25
02	Gramame	1	2	2	3	5	2		2	3	1	21
03	Alto do Céu	2	5	1	6	2	1					17
04	Cruz das Armas	2	4	2	2		1	1	1	2		15
05	Centro	2	3	1	2	2				2	2	14
06	Varadouro	1	3	1	5	2			1			13
07	Valentina		1		2	3	3	2	2			13
08	Cristo Redentor	2	3	1	2	2		1			1	12
09	Mandacaru	1		1		3	2	1		1	1	10



↑ Tabela [T1] e
← Figura [F22]
CVLIs femininos em João
Pessoa (2011-2020).
Indicação da Área Central
no quadrado laranja. Fonte:
Elaboração da autora, 2024;
PCPB, 2021.

As taxas de CVLI feminino foram calculadas dividindo-se o número de eventos ocorridos durante a década (2011-2020) pelo número de habitantes de cada bairro, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), e multiplicando o valor por 100.000. A partir desses cálculos, foram elaboradas a Tabela [T2] e a Figura [F23].

Tabela [T2] Taxas de CVLIs femininos 2011-2020 em João Pessoa				
Nº	BAIRRO	TOTAL DE CVLIs	POPULAÇÃO DO BAIRRO	TAXA DE CVLIs
01	Centro	14	3.644	384,19
02	Varadouro	13	3.720	349,46
03	Colibris	6	4.095	146,52
04	Penha	1	772	129,53
05	Tambiá	3	2.541	118,06
06	Distrito Industrial	2	1.887	105,98
07	Alto do Céu	17	16.557	102,67
08	São José	7	7.078	98,89
09	Gramame	21	24.371	86,16
10	Grotão	5	6.159	81,18



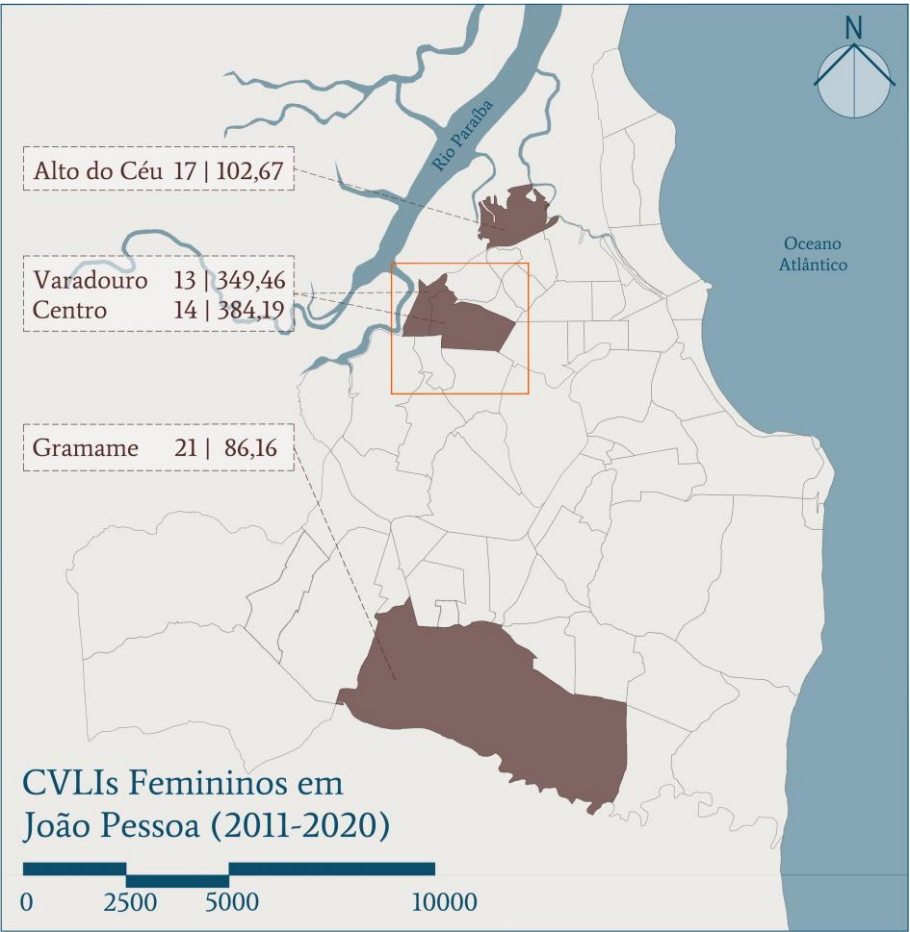
↑ Tabela [T2] e
 ←Figura [F23]
 Taxas de CVLIs femininos em João Pessoa (2011-2020). Indicação da Área Central no quadrado laranja. Fonte: Elaboração da autora, 2024; IBGE, 2010; PCPB, 2021.

Destacaram-se, com as maiores taxas de CVLI feminino, em ordem decrescente, os bairros: Centro (384,19), Varadouro (349,46), Cidade dos Colibris (146,52), Penha (129,53), Tambiá (118,06), Distrito

Industrial (105,98), Alto do Céu (102,67), São José (98,89), Gramame (86,16) e Grotão (81,18).

Ao final, para compatibilizar os dois tipos de dados – números absolutos de CVLIs feminino e taxas de CVLIs femininos – foram selecionados, entre os 10 bairros com as maiores taxas de morte feminina, aqueles que possuíam mais de 10 crimes no período de 10 anos (ou seja, média maior ou igual a 1 caso por ano) – cf. Tabela [T3] e Figura [F24].

Tabela [T3] Números x Taxas de CVLIs femininos em João Pessoa				
Nº	BAIRRO	TOTAL DE CVLIs	POPULAÇÃO DO BAIRRO	TAXA DE CVLIs
01	Centro	14	3.644	384,19
02	Varadouro	13	3.720	349,46
07	Alto do Céu	17	16.557	102,67
09	Gramame	21	24.371	86,16



Esse cruzamento de informações selecionou 4 bairros que reúnem, ao mesmo tempo, a maior quantidade de crimes absolutos e as maiores taxas de morte de mulheres, são eles: Centro (14 casos; taxa 384,19), Varadouro (13 casos; taxa 349,46), Alto do Céu (17 casos; taxa 102,67) e Gramame (21 casos; taxa 86,16).

Após essa sistematização dos CVLIs femininos, foram escolhidos como recorte de estudo desta tese os bairros do Centro e do Varadouro em virtude de (1) os valores das taxas de CVLI feminino desses bairros serem consideravelmente maiores que os outros consequentes (384,19 e 349,46); (2) serem bairros adjacentes dentro da trama urbana e integrarem a área central de João Pessoa; (3) os dois bairros configurarem uma região historicamente importante para a cidade de João Pessoa, desde sua fundação, compondo o núcleo colonial formado pela Cidade Alta (Centro) e Cidade Baixa (Varadouro), embora que, a partir do século XX, com o processo de periferização e expansão da cidade em direção ao mar, passou por um processo de declínio econômico, progressivo esvaziamento, abandono e descaracterização dos imóveis da área.

Após definido o recorte espacial da pesquisa, foi feito o segundo pedido de dados à Polícia Civil da Paraíba, datado de abril de 2022, referente ao detalhamento dos 27 crimes violentos letais intencionais femininos ocorridos nos bairros do Centro e Varadouro e solicitou-se as informações de data, dia da semana, hora, idade da vítima e logradouro do evento e, posteriormente, foram organizados na Tabela [T4].

Tabela [T4] Detalhamento dos CVLIs femininos da Área Central de João Pessoa								
ANO	Nº	DATA	DIA	HORA	IDADE	INSTRUMENTO	BAIRRO	ENDEREÇO
2020	01	18.11	Qua	Madru- gada	27	Enforcamento	Varadouro	Rua da República
	02	01.11	Dom	14:30	64	Estupro/ Arma Branca	Varadouro	Terminal Rodoviário
	03	17.05	Dom	05:23	41	Arma Branca	Centro	Av. João Amorim
	04	29.02	Sáb	20:52	32	Arma de Fogo	Centro	Rua Dom Ulrico
2019	05	03.12	Terça	15:08	-	Arma de Fogo	Trincheiras	Av. Saturnino de Brito
	06	31.10	Qui	Madru- gada	46	Pedras/ Fogo	Centro	Av. General Osório
2018	07	10.07	Ter	23:44	24	Arma de Fogo	Varadouro	Tv. Anísio Salatiel
2015	08	28.11	Sáb	Madru- gada	-	Arma Branca	Varadouro	R. Olímpio Pessoa de Arruda
	09	17.11	Ter	Madru- gada	-	Arma de Fogo	Trincheiras	R. Rodrigues Chaves
	10	25.10	Dom	13:34	19	Arma de Fogo	Varadouro	R. Francisco Londres
	11	14.10	Qua	21:10	48	Arma de Fogo	Varadouro	R. Padre Azevedo
	12	19.08	Qua	-	-	Arma de Fogo	Trincheiras	Rua das Trincheiras
2014	13	25.10	Sáb	20:30	29	Arma de Fogo	Centro	-
	14	23.09	Ter	01:30	27	Arma de Fogo	Varadouro	R. Maciel Pinheiro
	15	20.07	Dom	00:23	37	Arma de Fogo	Centro	Rua Riachuelo
	16	01.06	Dom	14:05	24	Arma de Fogo	Centro	Rua da Areia
	17	13.04	Dom	13:46	32	Arma de Fogo	Varadouro	R. Maciel Pinheiro
	18	28.03	Sex	18:53	19	Arma de Fogo	Centro	Av. Pres. Getúlio Vargas
	19	09.01	Qui	19:57	-	Arma de Fogo	Varadouro	R. Maciel Pinheiro
2013	20	12.10	Sáb	20:27	18	Arma Branca	Varadouro	-
	21	06.03	Qua	19:20	34	Arma de Fogo	Centro	-

[continua]

Tabela [T4] Detalhamento CVLIs femininos da Área Central de João Pessoa								
ANO	Nº	DATA	DIA	HORA	IDADE	INSTRUMENTO	BAIRRO	ENDEREÇO
2012	22	21.11	Qua	22:01	26	Arma de Fogo	Varadouro	-
	23	18.09	Ter	20:45	-	Arma de Fogo	Centro	-
	24	02.08	Qui	20:39	45	Arma de Fogo	Varadouro	-
	25	27.07	Sex	04:04	-	Arma Branca	Centro	-
	26	07.06	Qui	23:35	-	Arma de Fogo	Varadouro	-
	27	19.05	Sáb	18:19	35	Arma Branca	Centro	-
2011	28	20.12	Ter	01:42	-	Enforcamento	Centro	Rua Duque de Caxias
	29	18.10	Ter	23:46	35	Fogo	Varadouro	-
	30	01.05	Dom	05:00	20	Arma de Fogo	Centro	-

Ao receber os dados da Polícia, observaram-se algumas diferenças em relação aos números informados na etapa anterior, datada de junho de 2021. Em relação à quantidade de CVLI por bairro de João Pessoa, na primeira etapa, tinham sido informados 14 crimes no Centro e 13 crimes no Varadouro, totalizando 27 eventos. Entretanto, na segunda etapa de detalhamento, foram contabilizados 30 crimes, sendo 16 no Centro e 14 no Varadouro. Além disso, perceberam-se equívocos sobre a identificação do bairro correspondente à localidade do crime. Houve 3 casos em que a Polícia considerou a Rua das Trincheiras, a Avenida Saturnino de Brito e a Rua Rodrigues Chaves, pertencentes ao bairro das Trincheiras, como sendo do bairro do Centro. Logo, retirando esses 3 eventos, o bairro do Centro teria tido 13 CVLI femininos, e não 16 casos, como tinha sido informado anteriormente; assim como o Varadouro teria tido 14 CVLI, e não 13 eventos. Isso fez o Centro e o Varadouro trocarem de posição no ranking das maiores taxas: o Varadouro passou de 2º para

↑ Tabela [T4]
 Detalhamento dos CVLIs femininos da Área Central de João Pessoa (2011-2020).
 Fonte: Elaboração da autora, 2024; PCPB, 2022.

1º lugar, chegando à taxa de 376,34 e o Centro passou de 1º para 2º lugar, ficando com a taxa 356,75.

Em relação às Trincheiras, esse bairro teria tido pelo menos 6 CVLI feminino na década de 2011 a 2020, sendo 3 crimes que ocorreram respectivamente em 2011, 2015 e 2020, informados pela Polícia na primeira etapa, e mais 3 crimes que estavam equivocadamente contabilizados como sendo do bairro do Centro. Apesar de o Centro e o Varadouro terem sido inicialmente escolhidos como recorte de estudo em virtude das maiores taxas de CVLI feminino da cidade, decidiu-se levar em consideração esses eventos excedentes e incorporar o bairro das Trincheiras à área de estudo por fazer parte da história da dinâmica urbana da Área Central e constituir-se como uma área predominantemente habitacional, onde se encontra a população local. O próximo capítulo dedica-se à caracterização deste recorte de pesquisa, a fim de apreender tanto os aspectos físicos relativos à infraestrutura disponível, quanto o perfil social da população presente nesses bairros do Centro Histórico.

5

CAPÍTULO 05

CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE DE ESTUDO: A ÁREA CENTRAL DE JOÃO PESSOA

Este capítulo discute os processos urbanos no Centro Histórico de João Pessoa, desde o século XX até os dias atuais, destacando a formação das comunidades no bairro das Trincheiras e sua posterior territorialização por facções de tráfico de drogas. Em seguida, serão analisadas a rede cotidiana de infraestrutura relativa aos equipamentos e serviços públicos disponíveis no Centro, Varadouro e Trincheiras, além da composição do perfil sociodemográfico desses bairros, permitindo uma visão abrangente das condições socioespaciais que permeiam a vida cotidiana das mulheres e suas experiências nos espaços públicos da Área Central.

5.1. O ABANDONO DO CENTRO ANTIGO E O CONTEXTO ATUAL DE VIOLÊNCIA NAS COMUNIDADES DAS TRINCHEIRAS

A expansão urbana de João Pessoa em direção ao mar, apoiada no percurso da Avenida Epitácio Pessoa e na ocupação entre o Centro Histórico e a Orla Marítima, inaugura um novo padrão de urbanização que guia as intervenções a partir da segunda metade do

século XX. A superação dos limites seculares de diversas cidades brasileiras tornou-se possível, em grande parte, devido aos investimentos privados que impulsionaram o consumo de automóveis e a implantação de infraestruturas rodoviárias, viabilizando um novo padrão de mobilidade, principalmente pelo aumento das taxas de motorização das classes de rendas mais altas (Villaça, 1998).

Villaça (1998) considera esse novo padrão de mobilidade como a força necessária que promoveu a ruptura do Centro com a elite que o sustentava, consolidando seu abandono pelos estratos de maior renda. Em João Pessoa, a dinâmica de expansão da cidade refletiu-se diretamente na desvalorização e esvaziamento dos imóveis do Centro Antigo, assim como na degradação dos espaços públicos e no enfraquecimento de sua economia, apesar de ser uma área historicamente investida de infraestruturas básicas e transporte público (Andrade, 2007).

O aumento da mobilidade privada e o novo padrão de produção do espaço permitiram que as classes de maiores rendas priorizassem outros fatores vantajosos em detrimento da proximidade com o Centro, efetivando a ocupação leste da cidade, atraídas pelas amenidades da Orla Marítima. Por outro lado, a população de baixa renda foi adensando os novos bairros na porção sul da cidade, outro vetor de expansão que ocorria em razão da ligação com Recife, Pernambuco (Tinem, 2006).

Apesar da promoção e divulgação dos novos loteamentos da Orla Marítima e em toda a extensão da Avenida Epitácio Pessoa, a ocupação ocorria de maneira descontínua, lenta e esparsa, de cunho predominantemente residencial. Essa ocupação era dificultada pela ausência de infraestrutura urbana, como calçamento, abastecimento de água e esgotamento sanitário, na época de seus lançamentos. Essa situação mantinha uma forte dependência das classes mais altas em

relação ao Centro Antigo, onde estavam concentradas as ofertas de emprego, a vida cultural e as atividades terciárias (Martins, 2014).

Com a evasão residencial, a redução dos investimentos públicos e o crescimento urbano para novas centralidades, o Centro deixa de ser um espaço hegemônico, mas conserva seu forte poder simbólico e atrativo na cidade, mantendo sua importância como centralidade intraurbana, local de encontro, de moradia e de trocas sociais. Para Maia (2009, p.181), o Centro representa “a área mais dinâmica da cidade, movida pelo fluxo de pessoas, de veículos e de mercadorias, decorrente da marcante presença de comércio, dos serviços varejistas, das instituições financeiras, administrativas, de ensino, de saúde e também religiosas”.

No entanto, ao consolidar-se como principal polo gerador de deslocamentos automotivos intraurbanos, os problemas da Área Central foram intensificados, resultando em diversos fatores negativos, como a perda de amenidades, o congestionamento do tráfego, os altos custos do sistema de transporte e a dificuldade de obtenção de espaço para expandir as atividades. A convergência de todos os corredores viários para essa região, combinada com a incapacidade da estrutura viária central de atender à crescente demanda de automóveis, condenou a área ao congestionamento, tornando a intensa circulação de veículos um dos principais motivos para o gradual desinteresse e abandono dos imóveis pelos proprietários (Costa, 2017).

Além disso, a popularização da vizinhança e a proximidade com a população de baixa renda tiveram um impacto negativo sobre os habitantes mais abastados, tornando-se outro fator decisivo no processo de abandono do Centro Antigo. Como discutido no Capítulo 02, as construções realizadas pela população pobre geravam reações de insatisfação nas camadas de alta renda, que organizavam campanhas para demolir os mocambos e casas de palha

existentes, visando substituí-las por residências de alvenaria e, assim, deslocar os pobres para fora do Núcleo Central (Chagas, 2004).

A população de baixa renda, que não conseguiu se estabelecer no mercado formal de habitação, passou a residir em ocupações irregulares, favelas e comunidades em áreas pouco atrativas para os promotores imobiliários e de difícil regularização. Essas áreas incluem margens de ferrovias, manguezais e áreas vulneráveis a deslizamentos, desmoronamentos e inundações, mas que ainda permitiam a permanência na área mais consolidada da cidade (Abramo, 2009).

De acordo com Maricato (2000), o processo de urbanização no Brasil é caracterizado pela proliferação de processos informais e ilegais, que fragmentam a cidade em duas categorias: a cidade “legal”, assegurada pela lógica do mercado imobiliário; em contraponto à cidade “ilegal”, caracterizada pela irregularidade e pela desobediência às normas técnicas de ordenação urbana. Esta última também é definida pela autoconstrução e pela falta de regulamentação das edificações, onde parte expressiva da população brasileira encontra possibilidade de acesso ao solo urbano e à moradia.

Enquanto os bairros da região litorânea e do entorno da Avenida Epitácio Pessoa estavam sendo valorizados, a Área Central passava pelos processos de omissão do poder público municipal, desvalorização imobiliária, abandono, precarização e deterioração das edificações. Apesar desse cenário, a centralidade exercida pelo Centro Antigo atraiu a instalação de comércio e serviços voltados às camadas populares (Andrade, 2007). Segundo Villaça (1998), a partir da década de 1980, observou-se uma intensificação das apropriações de Áreas Centrais pelas classes populares em diversas metrópoles e cidades médias brasileiras, um fenômeno que se manifestou de forma similar na cidade de João Pessoa.

Essa apropriação ocorreu também pelo uso residencial com uma população de baixa renda, notadamente nas Trincheiras e em suas imediações, como os bairros de Jaguaribe, a leste; Cruz das Armas, ao sul; e a Favela Saturnino de Brito, a oeste. Esta última foi implantada na borda do relevo tabular, cortada para a implantação do coletor do sistema de esgoto projetado por Saturnino de Brito (*cf.* Figura [F25]).



←Figura [F25]
Favela Saturnino de Brito
vista da Rua das
Trincheiras. Fonte:
Alcântara, 2013.

A favela Saturnino de Brito ocupou uma área entre dois taludes de alta declividade, variando entre 60° e 80°, sujeita a deslizamentos, desmoronamento e erosão, tendo sido cadastrada pela Defesa Civil como uma área de risco desde 2006. O primeiro registro da comunidade foi feito em 1978 por meio de ortofotocarta, mas o reconhecimento oficial pela municipalidade ocorreu somente em 1981 (Nascimento, 2012) - *cf.* Figuras [F26] e [F27].



←Figura [F26]
Ortofotocarta (1978),
contorno da Favela
Saturnino de Brito na cor
vermelha. Fonte: Filipéia,
2024, adaptado pela autora.



←Figura [F27]
Comunidade Saturnino de
Brito inserida em uma
encosta. Fonte: Acervo da
autora, 2023.

Nas proximidades da Saturnino de Brito, a Favela Renascer foi inicialmente planejada em 1986 como parte do projeto de “urbanização de favelas” do governador Wilson Braga. No entanto, devido às suas condições precárias, rapidamente adquiriu as características de uma favela (Nascimento, 2012) - cf Figuras [F28] e [F29].



←Figura [F28] – Ortofotocarta (1989), com contorno da Favela Renascer na cor azul. Fonte: Filipéia, 2024, adaptado pela autora.



←Figura [F29] Favela Renascer. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Em fevereiro de 2020, a Prefeitura Municipal de João Pessoa entregou o conjunto habitacional Saturnino de Brito destinado a parte dos moradores da comunidade Saturnino de Brito que foram removidos das áreas mais vulneráveis da encosta, juntamente com a construção de um muro de contenção (cf. Figuras [F30] e [F31]).

← Figura [F30]
Demolição de residências na Saturnino de Brito. Fonte: Rodrigues, 2014.
↓ Figura [F31]
Muro de contenção construído na Saturnino de Brito. Fonte: Gutierrez, 2016.



O residencial foi construído na área mais baixa próxima à comunidade Renascer e é composto por 25 blocos, cada um contendo 4 pavimentos e 16 apartamentos com área de 48 m², totalizando 400 apartamentos e uma média de 1600 pessoas vivendo nesse empreendimento (PMJP, 2020; cf. Figuras [F32] e [F33]).

↓ Figura [F32]
Conjunto Habitacional Saturnino de Brito. Fonte: Google Street View, 2019;





←Figura [F33]
Conjunto Habitacional
Saturnino de Brito. Fonte:
PMJP, 2020.

Na ocasião da inauguração, a PMJP anunciou que as antigas casas dos moradores realocados da Avenida Saturnino de Brito seriam demolidas para dar lugar à construção de uma nova avenida, além de uma escadaria que ligaria a comunidade à Rua das Trincheiras. No entanto, até o momento, essas obras não foram realizadas. Segundo relatos, algumas das casas permaneceram intactas e foram reocupadas por outros moradores, assim como as casas demolidas estão sendo reconstruídas nos espaços vazios (*cf.* Figuras [F34] e [F35]).

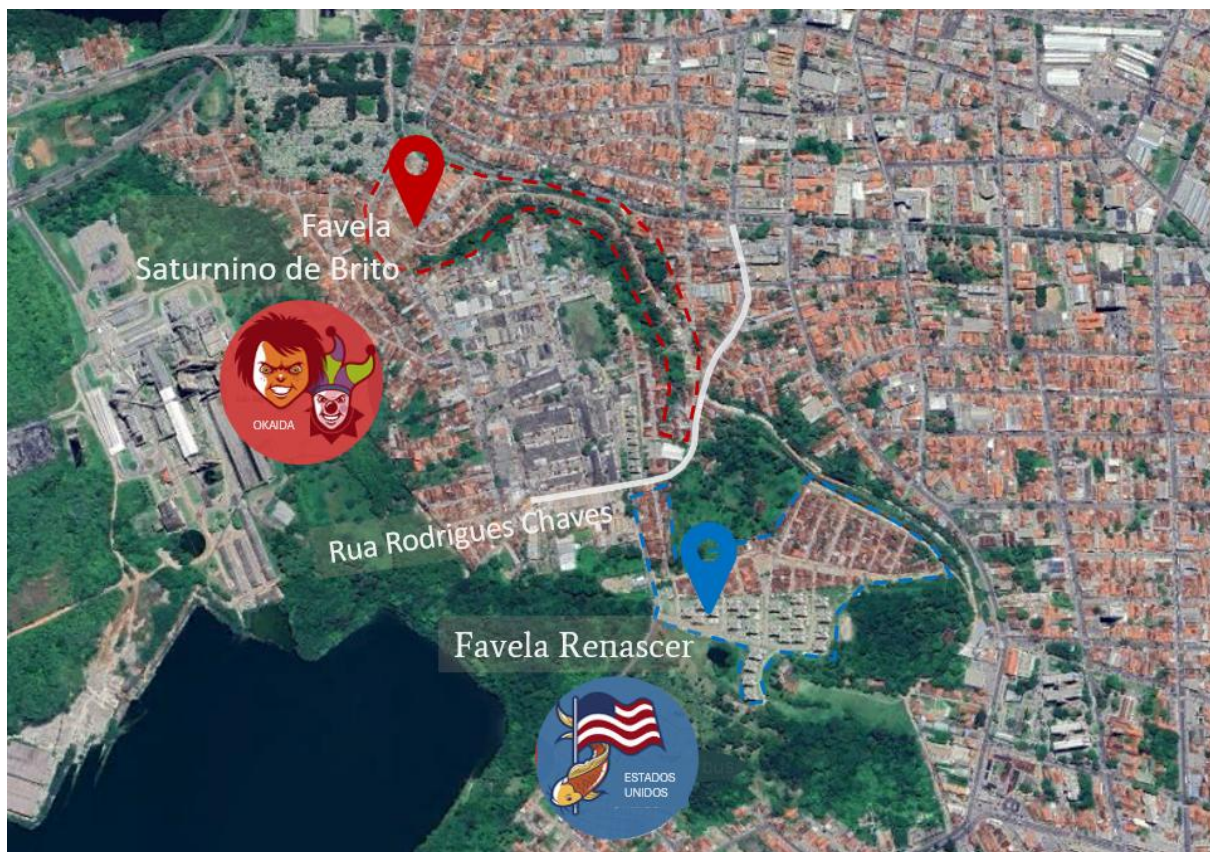


←Figura [F34]
Vazios na Saturnino de
Brito. Fonte: Acervo da
autora, 2022.



←Figura [F35]
Reconstruções na
Saturnino de Brito. Fonte:
Acervo da autora, 2022.

Gerou-se, a partir disso, uma distinção entre aqueles que se mudaram para o conjunto habitacional, no Renascer, e aqueles que permaneceram na favela, na Saturnino de Brito, por estarem fisicamente separados pela rua Rodrigues Chaves, a via principal, e pela declividade natural do bairro, estando a favela localizada na cota mais elevada e o conjunto, na cota mais baixa. Além disso, destaca-se o fato de que ambos estão dominados por duas facções distintas: a “Okaida”, que comanda a Saturnino de Brito, e a “Estados Unidos”, que domina o Renascer (cf. Figura [F36]). No Renascer, a pichação das siglas de uma das facções nos edifícios do Conjunto Habitacional é um exemplo claro da dominação territorial do grupo (cf. Figura [F37]).



↑ Figura [F36]
 ← Figura [F37]
 Territorialização das comunidades por facções.
 Fonte: Google Maps, 2024, adaptado pela autora; Acervo da autora, 2023.

De acordo com o levantamento de uso e ocupação das Trincheiras realizado por Costa (2017), essa área apresenta um perfil de ocupação distinto em relação aos outros bairros centrais de João Pessoa, como o Centro e o Varadouro, onde há uma predominância de atividades comerciais e de serviços sobre o uso residencial. Nas

Trincheiras, o uso residencial foi preservado e ainda se mantém significativo, ocupando 40% dos lotes, enquanto na Cidade Alta e no Varadouro esse percentual é de apenas 17,5%. Em contraste, o uso de comércio e serviços, que ultrapassa 50% na Cidade Alta e no Varadouro, representa apenas 14,5% nas Trincheiras.

A presença da favela Saturnino de Brito, entretanto, impactou a dinâmica urbana nas Trincheiras, já que o estigma associado à população de baixa renda repercutiu no desinteresse dos proprietários e herdeiros dos imóveis do bairro. Segundo Vargas & Castilho (2006), uma zona ocupada pelo uso residencial de uma população estigmatizada tende a sofrer desvalorização do solo, sendo vistas como “zonas cristalizadas” marcadas pela imagem de pobreza e criminalidade. Como consequência, o número de vazios urbanos nas Trincheiras é significativo, sendo o dobro da Cidade Alta e 10% maior que no Varadouro.

Os bairros da área central passaram a adotar predominantemente usos comerciais como oficinas mecânicas, lojas de materiais de construção e comércio de peças automotivas. Essa mudança de funções das edificações resultou na descaracterização de suas estruturas originais, alterando significativamente paisagem do Centro Antigo da cidade. A degradação física das edificações, tanto residenciais quanto comerciais, refletiu-se também nos espaços públicos, antes tidos como locais de permanência e convívio social. Nos últimos anos, esses espaços foram se tornando inseguros, especialmente no período noturno, quando o comércio encerra suas atividades. A insegurança e violência tornaram-se problemas evidentes na área central. A contínua decadência do comércio local, marcada pelo fechamento de lojas e aumento das edificações vacantes, tem gerado ruas comerciais desertas, onde roubos e furtos são cada vez mais recorrentes, afetando tanto comerciantes, quanto moradores e transeuntes da região (JPB1, 2023; Tv Tambaú, 2023).

Para Wilson & Kelling (1982), ambientes abandonados, com edifícios vazios, janelas quebradas e sinais visíveis de degradação indicam uma desordem tanto de ordem física quanto social. A teoria do “efeito da janela quebrada” (traduzido do inglês, *broken window effect*), sugere que um ambiente deteriorado “comunica” a falta de coesão e de controle social informal da comunidade. Nessas condições, as ações dos criminosos passariam despercebidas, criando um ambiente que encorajaria mais desordem e crimes graves. Em contrapartida, um ambiente ordenado e edificações bem cuidadas transmitiriam a sensação de que há uma vigilância natural, o que desencorajaria potenciais criminosos (Block & Davis, 1996).

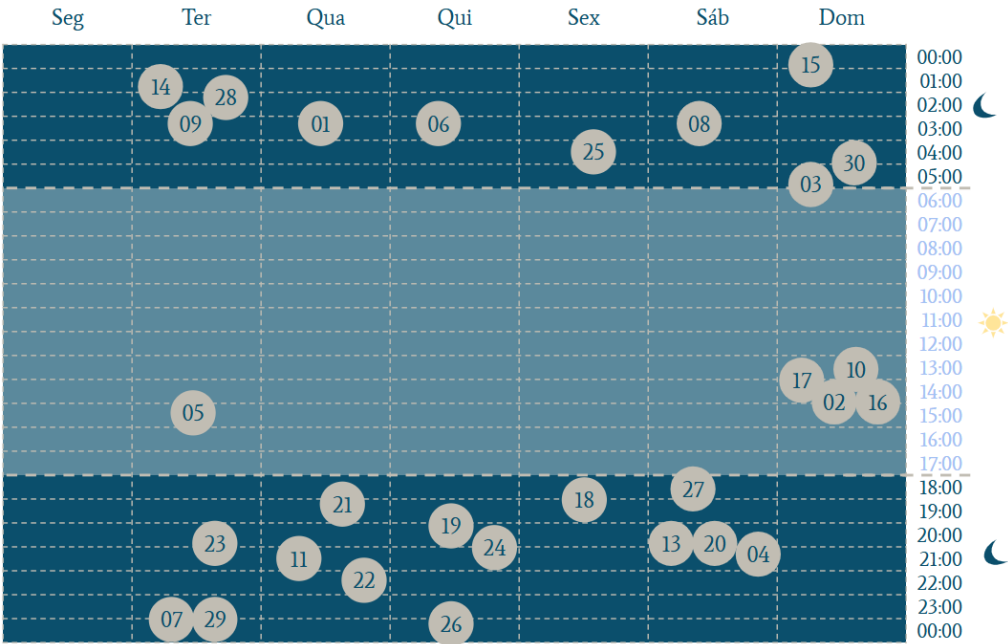
A violência nos espaços públicos traz à tona a relevância do ambiente construído na prática do crime e nas oportunidades de cometê-los. As características dos espaços construídos poderiam tanto aumentar quanto reduzir os eventos criminais, além de impactar diretamente na percepção de segurança dos usuários. Nesse âmbito, uma solicitação adicional de dados da Polícia Civil da Paraíba constituiu a possibilidade de tentar identificar uma relação entre certas características do ambiente construído e oportunidades para os crimes (Valentine, 1989), a partir do detalhamento dos crimes violentos letais intencionais praticados contra as mulheres no Centro Histórico de João Pessoa.

5.2. ESPACIALIZAÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS FEMININOS NA ÁREA CENTRAL DE JOÃO PESSOA

Em relação às informações detalhadas dos 30 CVLIs recebidos na segunda solicitação de dados à Polícia Civil da Paraíba, todos tinham informações de data, hora e instrumento ou arma utilizados na ação. Quanto à localização, os crimes de 2014 a 2020 traziam o logradouro

exato, enquanto aqueles anteriores a 2013 traziam apenas a informação do bairro. Tendo em vista os equívocos já identificados em relação ao endereço, não seria possível ter certeza que o bairro informado estaria de acordo com a designação institucional da Prefeitura, apenas que eles teriam ocorrido na Área Central.

Os dados coletados foram sistematizados em tabelas e mapas para que fosse possível uma melhor visualização dos crimes femininos ocorridos na Área Central. Primeiro, elaborou-se a Tabela [T4], apresentada anteriormente, com todas as informações fornecidas pela Polícia Civil. Em seguida, organizou-se os crimes pelo dia da semana e horário do evento, a fim de observar quais são períodos mais ou menos recorrentes (cf. Figura [F38]).



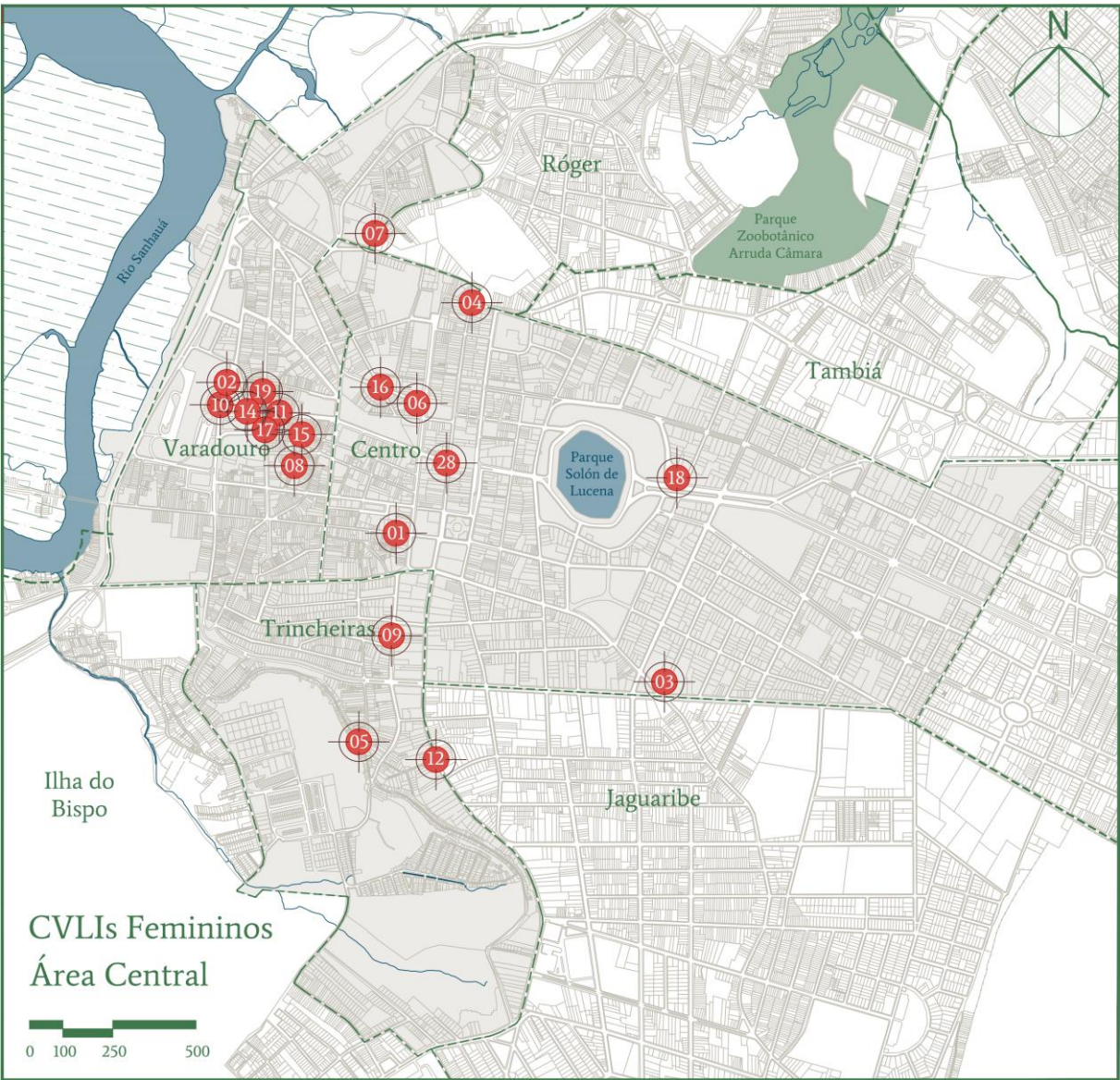
Ao distribuir todos os CVLIs femininos da Área Central de 2011-2020 pelos dias da semana, observa-se que, em relação ao horário do dia, 82,75% deles (24/29 eventos) ocorreram durante a noite e a madrugada, sendo a noite de sábado aquela com mais ocorrências (4 casos); somente 17,25% dos crimes (5/29 eventos) ocorreram durante o dia, sendo 4 deles no domingo à tarde. Em relação aos dias da semana, 60% (18/30 eventos) ocorreram entre os 5 dias úteis da

↑ Figura [F38]
CVLIs Femininos na Área Central de João Pessoa (2011-2020), pelos dias da semana. Fonte: Elaboração da autora, 2024.

semana, de segunda a sexta-feira, enquanto 40% (12/30 eventos) ocorreram nos 2 dias do final de semana, entre sábado e domingo. Os dias mais recorrentes são a terça-feira e o domingo, ambos com 7 casos cada. Contudo, as 24 horas seguidas com mais crimes seria, de fato, o período das 18h do sábado às 18h do domingo, contabilizando 11 casos, o que corresponderia a 36,66% do total de CVLIs femininos de 2011-2020.

Os crimes também foram sistematizados e dispostos na Figura [F39], com base na localização dos eventos, conforme os dados fornecidos pela Polícia, que incluíam o logradouro exato em 19 casos.

↓ Figura [F39]
CVLIs Femininos na Área Central de João Pessoa (2011-2020), pela localização do evento.
Fonte: Elaboração da autora, 2024.



Tais informações revelaram a concentração de 8 CVLIs femininos na área próxima ao Terminal de Integração, no Varadouro. Além disso, foi possível localizar as notícias de jornal sobre a maioria dos casos, que forneceram detalhes adicionais, como o fato de essa região ser conhecida como “Cracolândia”, situada no perímetro delimitado pelas ruas da República, Beaurepaire Rohan, Padre Azevedo e Maciel Pinheiro.

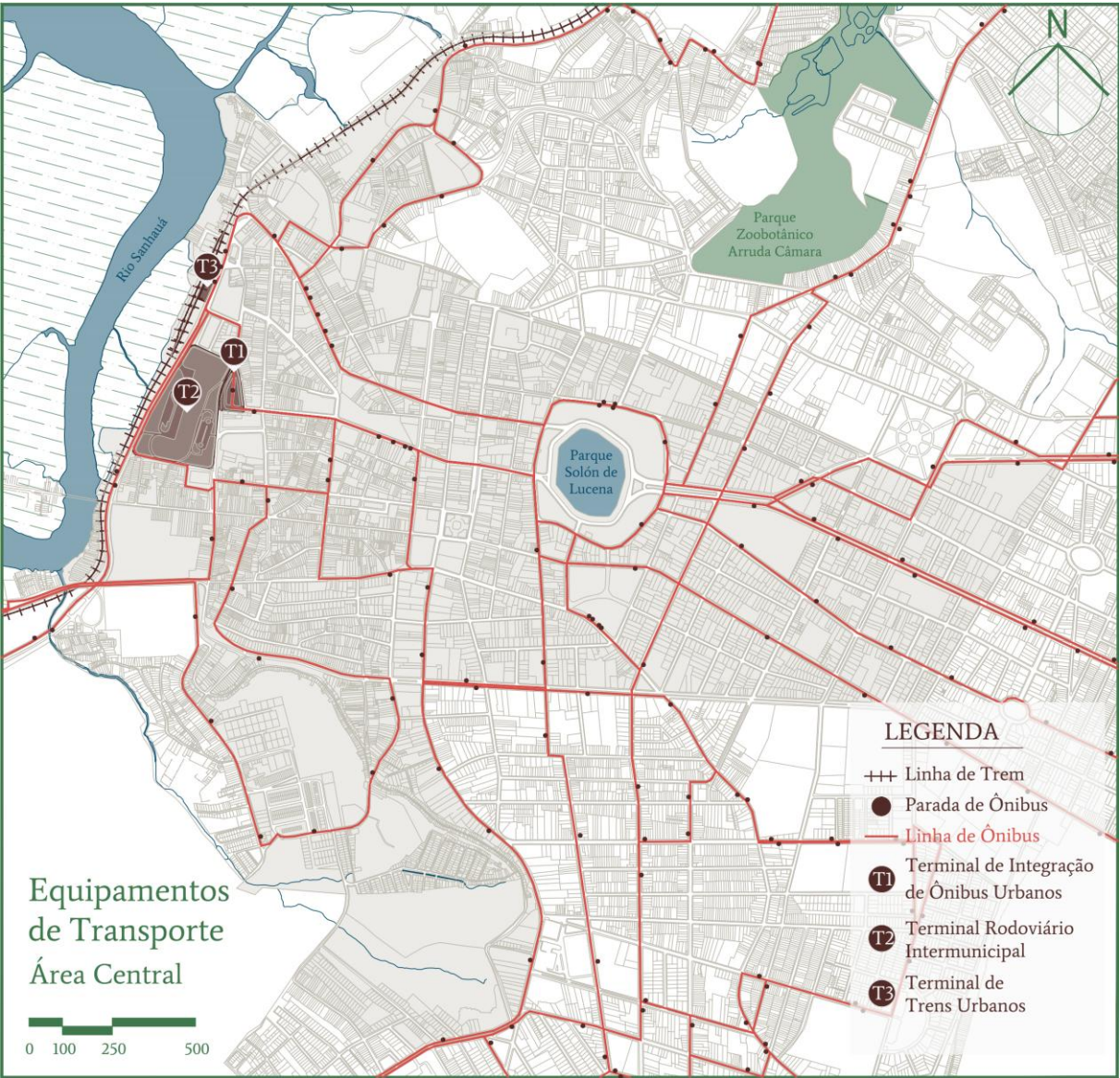
5.3. INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ÁREA CENTRAL DE JOÃO PESSOA

Essa etapa consiste em uma leitura urbana que analisa os equipamentos e serviços públicos utilizados cotidianamente pelas pessoas dos bairros do Centro, Varadouro e Trincheiras, identificando essa rede oferecida no bairro, assim como a disponibilidade de transporte público, a oferta de espaços públicos, as rotas mobilizadas pelos pedestres, os comércios locais etc. Em suma, pretende-se compreender a composição da rede cotidiana de infraestrutura e equipamentos, entendendo-se, por este termo, os percursos de pedestre e a distribuição de equipamentos e serviços próximos à habitação como estruturas para a vida social de um bairro que permitem o desenvolvimento de diferentes atividades e a capacidade de apropriação dos espaços públicos (Ciocoletto, 2014). A proximidade entre a habitação e a rede cotidiana, assim como o acesso com equidade aos recursos coletivos e aos espaços públicos, aumentam as oportunidades de vida, o acesso à educação e às oportunidades de emprego e, conseqüentemente, acaba por gerar impactos no desenvolvimento econômico, na autonomia das mulheres, na percepção de segurança e na diminuição da violência de gênero (Ciocoletto, 2014).

As informações coletadas nos percursos de reconhecimento foram utilizadas para a elaboração de mapas relativos à rede de transporte e aos equipamentos e serviços públicos de cada bairro, usando como suporte os mapas de satélites (Google Maps, 2024) e a base de dados da Prefeitura Municipal de João Pessoa (Filipéia, 2024).

A Área Central de João Pessoa atrai um grande fluxo de pessoas devido à concentração de diversos modais de transporte público, incluindo a Estação Ferroviária, o Terminal de Integração de ônibus urbanos e o Terminal Rodoviário de ônibus intermunicipais, consolidando-se como uma centralidade em termos de transporte urbano (Andrade, 2007) – cf. Figura [F40].

↓ Figura [F40]
Mapa Equipamentos de Transporte na Área Central.
Fonte: Elaboração da autora, 2024.



A cidade de João Pessoa conta com um total de 72 linhas de ônibus em circulação, das quais 64 rotas passam pelo Parque Solón de Lucena, no Centro, e 46 chegam ao Terminal de Integração, no Varadouro, os dois principais pontos de concentração de paradas de ônibus da Área Central.

Ademais, no Varadouro encontra-se também a estação de Trens Urbanos, que atende a região metropolitana, conectando João Pessoa aos municípios de Santa Rita, Bayeux e Cabedelo (CBTU, 2013), conforme ilustrado na Figura [F41].

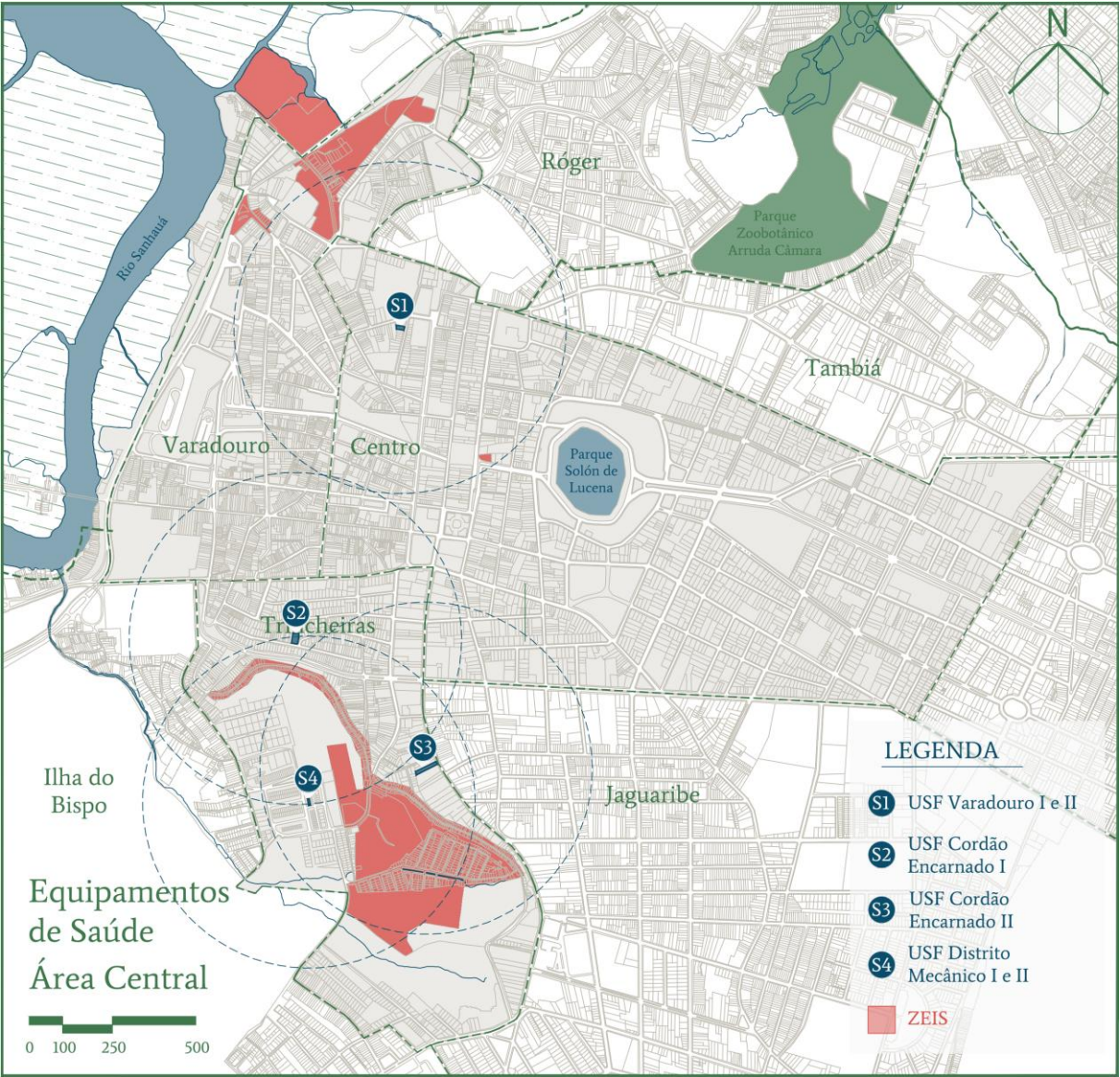


←Figura [F41]
Mapa Rede de Trens Urbanos na Região Metropolitana de João Pessoa. Fonte: CBTU, 2013.

Em relação à oferta de equipamentos e serviços públicos, a Figura [F42] ilustra a distribuição de equipamentos de saúde nos bairros do Centro, Varadouro e Trincadeiras, com a indicação de um raio de 500 metros de abrangência a partir de cada equipamento. O bairro das

Trincheiras dispões de três unidades de saúde da família (USF) situadas próximas à ZEIS Saturnino de Brito, enquanto o Varadouro não conta com nenhum equipamento de saúde, e o Centro possui apenas uma USF. Apesar disso, as ZEIS localizadas no Varadouro de no Centro estão dentro do raio de abrangência da USF [S1]. Nenhum dos três bairros, no entanto, possui hospitais públicos.

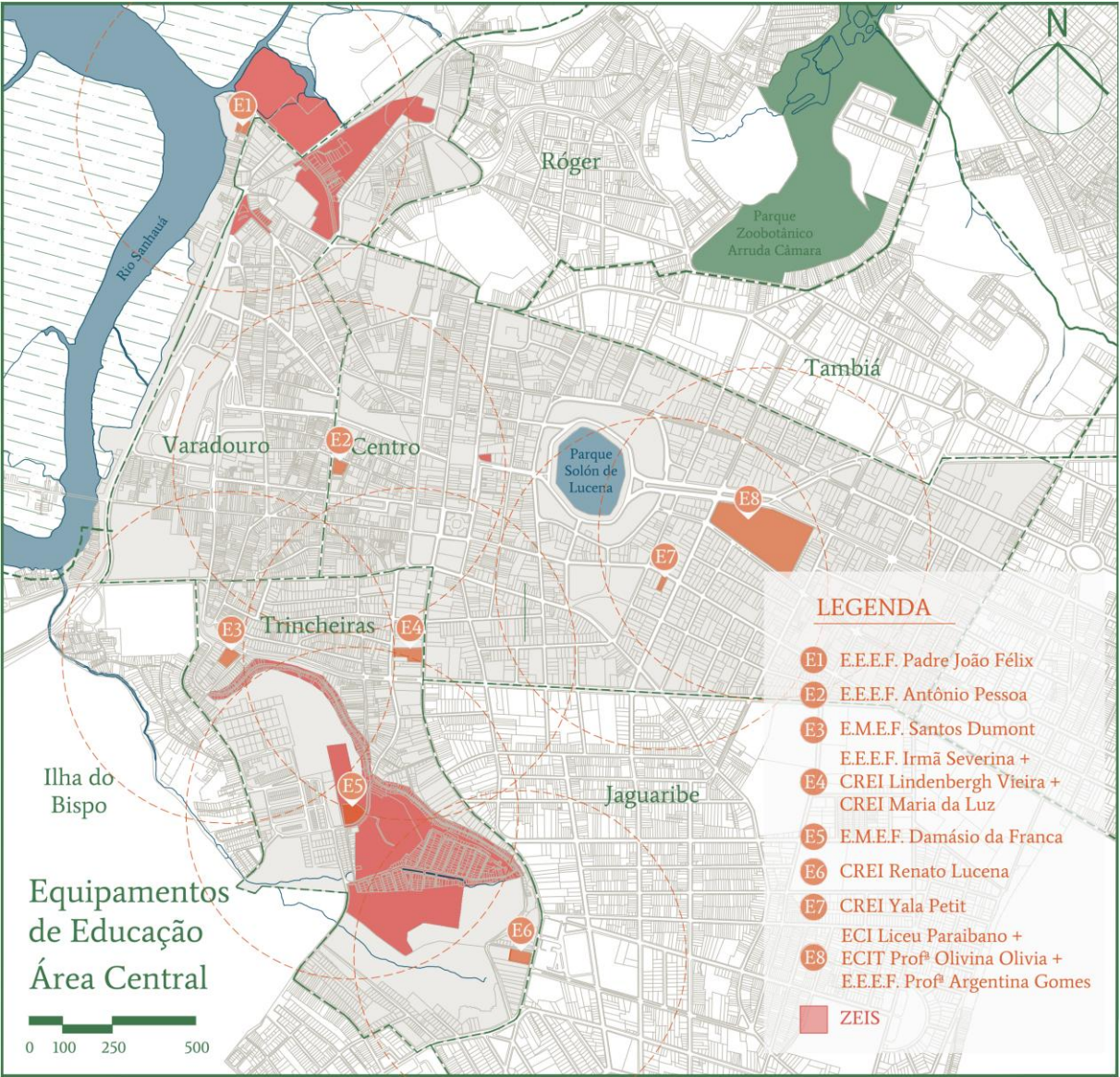
↓ Figura [F42]
Mapa Equipamentos de Saúde na Área Central.
Fonte: Elaboração da autora, 2024.



A Figura [F43] apresenta a distribuição de equipamentos públicos de educação nos bairros em estudo, com a indicação de um raio de 500 metros de abrangência a partir de cada equipamento. O bairro do Varadouro conta com apenas uma escola de ensino fundamental

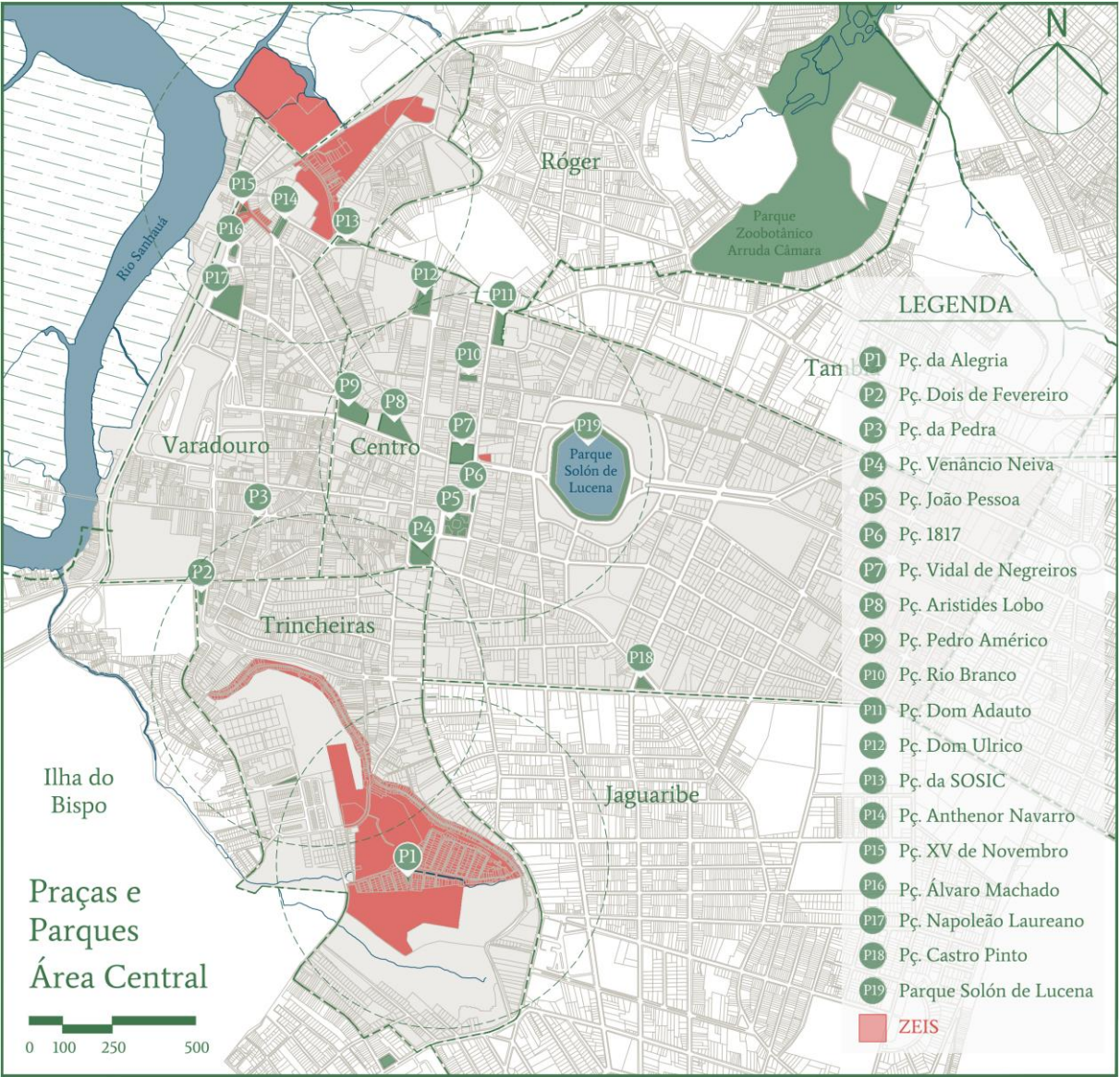
e carece de creches e escolas de ensino médio. O Centro, por sua vez, dispõe de duas escolas de ensino fundamental, uma creche e duas escolas de ensino médio, embora esses equipamentos não cubram toda a extensão do bairro. As ZEIS localizadas no Varadouro e no Centro estão dentro do raio de alcance das escolas de ensino fundamental, mas ficam a mais de 500 metros da creche e das escolas de ensino médio. Já o bairro das Trincheiras possui três escolas de ensino fundamental e duas creches, mas não dispõe de escolas de ensino médio. Observa-se ainda que a ZEIS Saturnino de Brito está dentro da área de abrangência de pelo menos uma escola de ensino fundamental ou creche.

↓ Figura [F43]
Mapa Equipamentos de Educação na Área Central.
Fonte: Elaboração da autora, 2024.



A Figura [F44] ilustra a distribuição das praças nos bairros analisados, indicando um raio de abrangência de 500 metros a partir de cada ZEIS, permitindo identificar quantas praças estão presentes no entorno de cada uma delas. O bairro do Centro possui 11 praças, além do Parque Solón de Lucena, popularmente conhecido como “Lagoa”. O Varadouro conta com 5 praças, enquanto o bairro das Trincheiras possui 2, sendo: a Praça Dois de Fevereiro [P2], conhecida como Praça do Cemitério, localizada ao lado do Cemitério da Boa Sentença, próxima à comunidade Saturnino de Brito (cf. Figura [F45]); e a Praça da Alegria [P1], situada na comunidade Renascer (cf. Figura [F46]).

↓ Figura [F44]
Mapa Praças e Parques na Área Central. Fonte: Elaboração da autora, 2024.





← Figura [F45]
Praça Dois de Fevereiro, ao
lado do Cemitério da Boa
Sentença.
↓ Figura [F46]
Praça da Alegria.
Fonte: Google Street View,
2022.

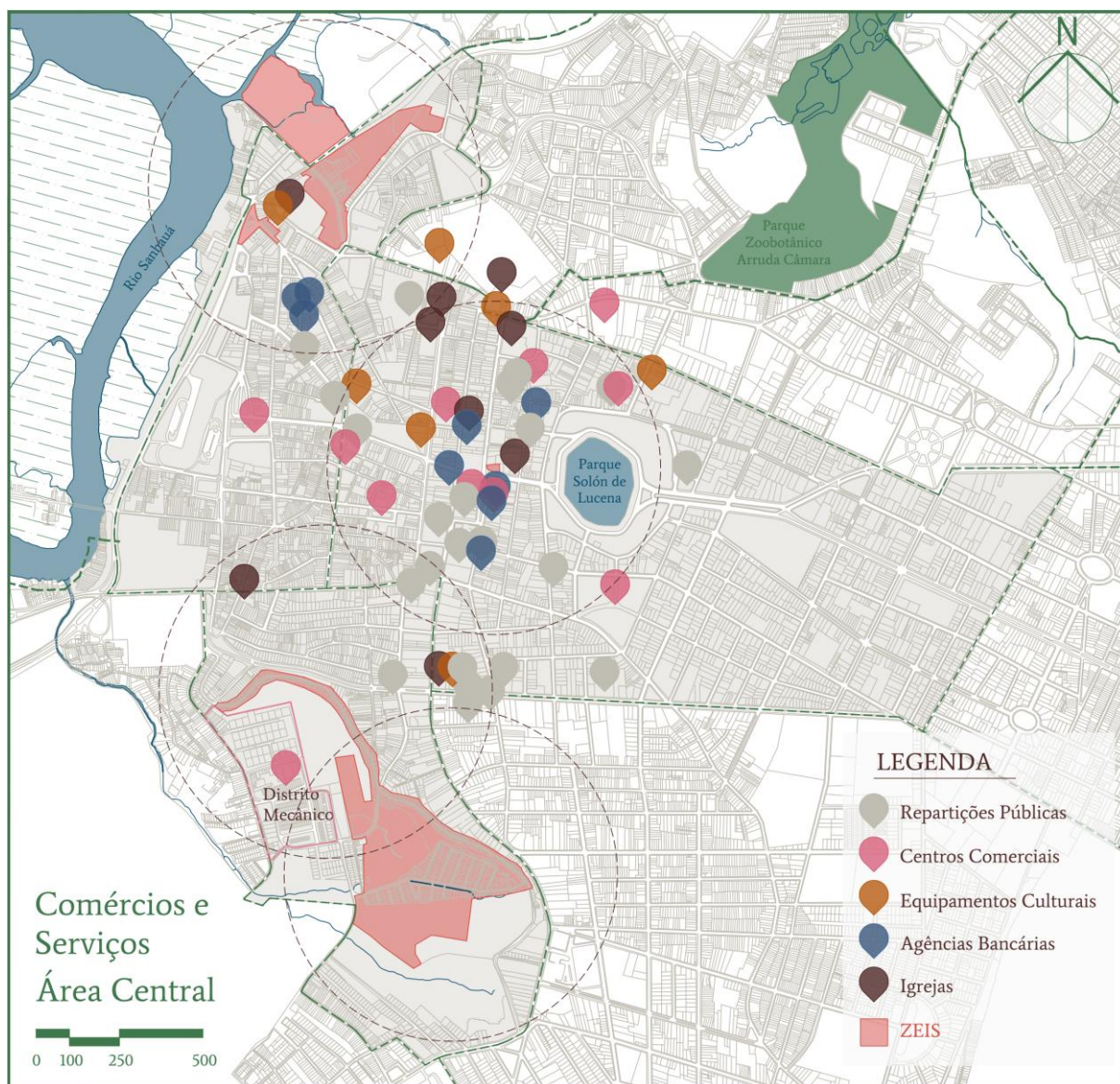


Em relação à proximidade das praças e parques com as ZEIS, a ocupação Nações Unidas, situada no Centro, dispõe de 9 praças e o Parque Solón de Lucena a menos de 500 metros de distância. As comunidades localizadas no Varadouro - Porto do Capim, Curtume e Casarões - contam com 6 praças em um raio de 500 metros. E a ZEIS Saturnino de Brito possui 3 praças ao redor da comunidade Saturnino de Brito e apenas a Praça da Alegria contida no entorno da comunidade Renascer.

A Figura [F47] apresenta a distribuição de comércios e serviços presentes nos bairros do Centro, Varadouro e Trincheiras, com a indicação de um raio de 500 metros a partir de cada ZEIS. O Centro possui uma maior concentração de repartições públicas, centros comerciais, equipamentos culturais, agências bancárias e igrejas, notadamente no entorno da ocupação Nações Unidas. No raio de 500 metros das comunidades do Varadouro, há acesso às agências

bancárias, igrejas e equipamentos culturais. No entorno da ZEIS Saturnino de Brito, encontram-se diversas repartições públicas do setor jurídico, o Teatro Lima Penante, a Igreja Nossa Senhora de Lourdes e a Igreja da Conceição, além do Distrito Mecânico.

↓ Figura [F47]
Mapa Comércios e Serviços na Área Central. Fonte: Elaboração da autora, 2024.



Além do levantamento relativo à infraestrutura de equipamentos, serviços e transporte públicos ofertados na área central de João Pessoa, foram pesquisados os dados referentes à população dos bairros do Centro, Varadouro e Trincheiras, a fim de conhecer o perfil sociodemográfico do recorte de estudo, detalhado no tópico a seguir.

5.4. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS BAIRROS CENTRO, VARADOURO E TRINCHEIRAS

Os dados demográficos foram obtidos a partir do Recenseamento Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) sobre os bairros da cidade de João Pessoa, com a seleção de informações relacionadas às características sociodemográficas de gênero, idade, raça, renda, escolarização e composição de domicílios. Entre os dados coletados estão: número de domicílios, número de moradores, rendimento médio mensal dos responsáveis, pessoas alfabetizadas etc.

Na área de estudo, o bairro das Trincheiras possui a maior população, sendo 6.995 habitantes em 2054 domicílios; seguido do Varadouro, com 3.720 moradores em 1.150 domicílios; e depois o Centro, com a população de 3.644 habitantes em 1.200 domicílios. A população total dos três bairros soma 14.359 habitantes em 4.404 domicílios, representando cerca de 2% da população da cidade em 2010 (IBGE, 2010; cf. Tabela [T5]).

Tabela [T5] Habitantes da Área Central, pelo número de domicílios (2010)				
	Domicílios	Moradores	Média Moradores/Domicílio	População Bairro/Cidade
João Pessoa	213.256	718.822	3,37	100%
Centro	1.200	3.644	3,04	0,51%
Varadouro	1.150	3.720	3,23	0,52%
Trincheiras	2.054	6.995	3,41	0,97%
Soma Bairros	4.404	14.359	3,26	1,99%

← Tabela [T5]
Habitantes da Área Central, pelo número de domicílios (2010). Fonte: Elaboração da autora, 2024; IBGE, 2010.

De acordo com o Recenseamento Demográfico 2010 (IBGE, 2010), João Pessoa possuía 718.822 habitantes em 213.256 domicílios. Dados preliminares do Censo 2022 indicam um crescimento de 16% na população da cidade, o que corresponde a um acréscimo de 115.110 pessoas, totalizando 833.932 habitantes. Ao contrário desse crescimento populacional, os bairros do Centro, Varadouro e

Trincheiras continuaram a apresentar uma redução no número de moradores (IBGE, 2000, 2010, 2024; cf. Tabela [T6]). A Figura [F48] e a Tabela [T7] ilustram de forma comparativa a evolução da população desses bairros, conforme os recenseamentos demográficos de 2000, 2010 e 2022, destacando a diminuição gradual de habitantes na Área Central ao longo das duas últimas décadas.

Tabela [T6] Habitantes da Área Central, pelo número de domicílios (2022)				
	Domicílios	Moradores	Média Moradores/ Domicílio	População Bairro/Cidade
João Pessoa	377.756	833.932	2,20	100%
Centro	1.505	2.710	1,80	0,32%
Varadouro	1.702	2.829	1,66	0,34%
Trincheiras	2.613	5.589	2,13	0,67%
Soma Bairros	5.820	11.128	1,91	1,33%

← Tabela [T6]
Habitantes da Área Central, pelo número de domicílios (2022). Fonte: Elaboração da autora, 2024; IBGE, 2022.

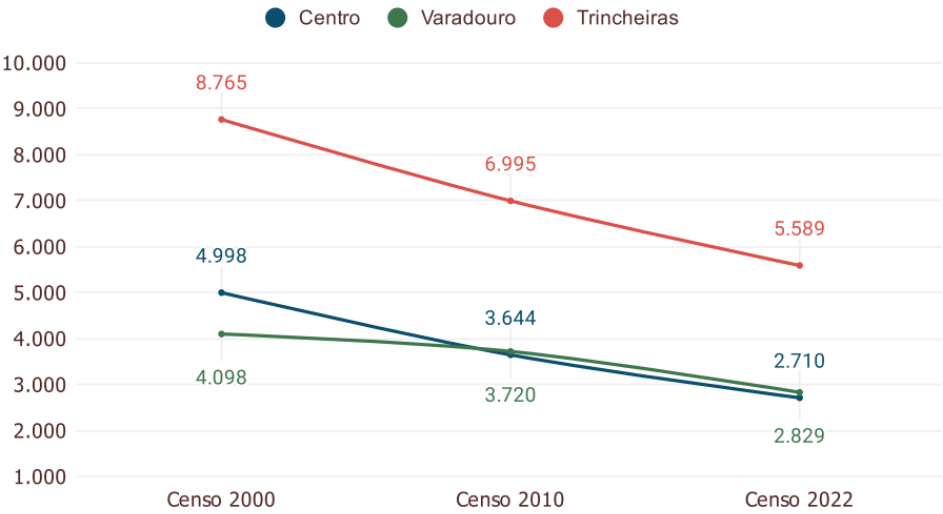


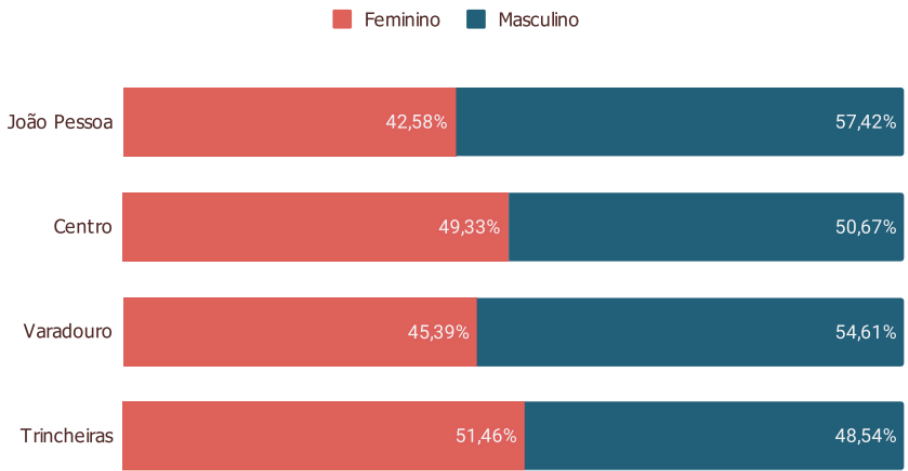
Tabela [T7] Habitantes da Área Central – Censos 2000, 2010 e 2022				
	Moradores (Censo 2000)	Moradores (Censo 2010)	Moradores (Censo 2022)	Diferença Populacional 2010-2022 (%)
João Pessoa	595.429	718.822	833.932	↑ 16%
Centro	4.998	3.644	2.710	↓ 26%
Varadouro	4.098	3.720	2.829	↓ 24%
Trincheiras	8.765	6.995	5.589	↓ 21%
Soma Bairros	17.861	14.359	11.128	↓ 23%

↑ Figura [F48]
←Tabela [T7]
Habitantes da Área Central – Censo 2000, 2010 e 2022. Fonte: Elaboração da autora, 2024; IBGE, 2000, 2010, 2022.

Em relação ao gênero dos responsáveis dos domicílios (*cf.* Tabela [T8] e Figura [F49]), a cidade de João Pessoa possui 57,42% do sexo masculino e 42,58% do sexo feminino. Os bairros do Centro e Varadouro seguem o perfil da cidade, com maioria dos responsáveis sendo do sexo masculino (50,67% e 54,61%), com exceção das Trincheiras, que possui a maioria das chefes de família do sexo feminino (51,46%).

Tabela [T8] Habitantes da Área Central, pelo responsável do domicílio (2010)					
	Domicílios	Feminino		Masculino	
João Pessoa	213.256	90.803	42,58%	122.453	57,42%
Centro	1.200	592	49,33%	608	50,67%
Varadouro	1.150	522	45,39%	628	54,61%
Trincheiras	2.054	1057	51,46%	997	48,54%
Soma Bairros	4.404	2171	49,30%	2233	50,70%

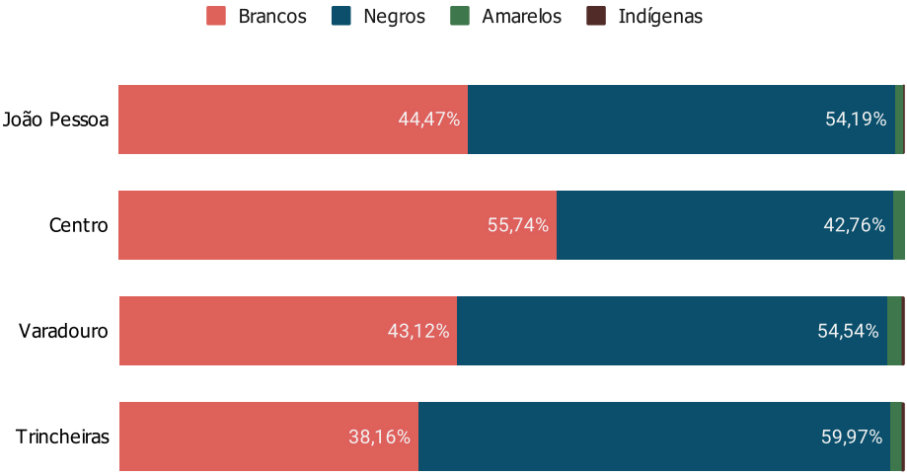
← Tabela [T8]
↓ Figura [F49]
Habitantes da Área Central, pelo responsável do domicílio (2010). Fonte: Elaboração da autora, 2024; IBGE, 2010.



Quanto à cor, raça ou etnia, João Pessoa possui 44,47% da população de brancos, 54,19% de negros, 1,07% de amarelos e 0,27% de indígenas. Os bairros em estudo seguem o perfil da cidade de João Pessoa de maioria preta e parda, com exceção do Centro que possui 55,74% de brancos (*cf.* Tabela [T9] e Figura [F50]).

Tabela [T9] Habitantes da Área Central, pela cor, raça ou etnia (2010)									
	Habi- tantes	Brancos		Negros		Amarelos		Indígenas	
João Pessoa	718.822	319.632	44,47%	389.533	54,19%	7.706	1,07%	1.951	0,27%
Centro	3.644	2.031	55,74%	1.558	42,76%	49	1,34%	6	0,16%
Varadouro	3.720	1.604	43,12%	2.029	54,54%	65	1,75%	22	0,59%
Trincheiras	6.995	2.669	38,16%	4.195	59,97%	102	1,46%	29	0,41%
Soma Bairros	14.359	6.304	43,90%	7.782	54,20%	216	1,50%	57	0,40%

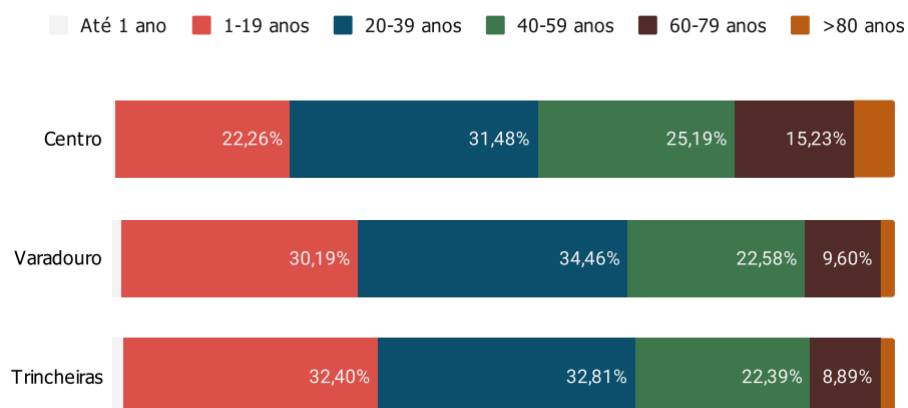
← Tabela [T9]
↓ Figura [F50]
Habitantes da Área Central, pela cor, raça ou etnia (2010). Fonte: Elaboração da autora, 2024; IBGE, 2010.



Em relação à idade, os três bairros estudados apresentam como maioria da população os jovens adultos, na faixa dos 20 aos 39 anos, com percentuais de 31,48% no Centro, 34,46% no Varadouro e 32,81% nas Trincheiras (cf. Tabela [T10] e Figura [F51]).

↓ Tabela [T10]
Habitantes da Área Central, pela idade (2010). Fonte: Elaboração da autora, 2024; IBGE, 2010.

Tabela [T10] Habitantes da Área Central, pela idade (2010)													
	Habitantes	Até 1 ano		1-19 anos		20-39 anos		40-59 anos		60-79 anos		> 80 anos	
Centro	3.644	21	0,57%	811	22,26%	1147	31,48%	918	25,19%	555	15,23%	192	5,27%
Varadouro	3.720	45	1,21%	1123	30,19%	1282	34,46%	840	22,58%	357	9,60%	73	1,96%
Trincheiras	6.995	108	1,54%	2266	32,40%	2295	32,81%	1566	22,39%	622	8,89%	138	1,97%
Soma Bairros	14.359	174	1,21%	4200	29,25%	4724	32,90%	3324	23,15%	1534	10,68%	403	2,81%

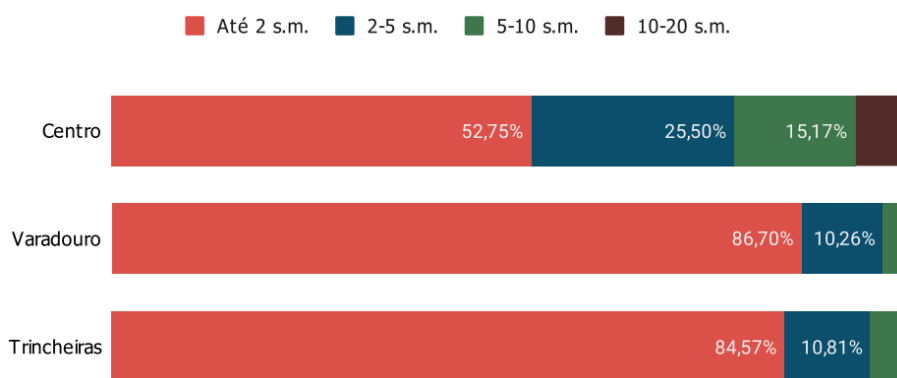


←Figura [F51]
Habitantes da Área Central,
pela idade (2010). Fonte:
Elaboração da autora, 2024;
IBGE, 2010.

Sobre a questão da renda dos domicílios, Varadouro e Trincheiras apresentam proporções semelhantes em relação às médias salariais, com a maior parte da população recebendo até um (01) salário-mínimo (60,35% e 64,95%, respectivamente). Nesses dois bairros, aproximadamente 85% dos moradores têm renda de até dois (02) salários-mínimos, enquanto apenas 15% recebem entre dois (02) e 20 salários-mínimos. O Centro apresenta uma distribuição mais heterogênea que os outros dois bairros, mas ainda concentra a maioria dos domicílios com a renda dentro da faixa de até dois (02) salários-mínimos (52,75%), cf. Tabela [T11] e Figura [F52].

Tabela [T11] - Habitantes da Área Central, pela renda do domicílio (2010)								
	Domi- cÍlios	Renda Média	Média Salarial	Até 1 s.m.	De 1 a 2 s.m.	De 2 a 5 s.m.	De 5 a 10 s.m.	> 10 s.m.
João Pessoa	213.256	1.674,79	3,28	34.195	79.883	60.095	26.123	12.960
				16,03%	37,46%	28,18%	12,25%	6,08%
Centro	1.200	1.899,45	3,72	369	264	306	182	79
				30,75%	22,00%	25,50%	15,17%	6,58%
Varadouro	1.150	812,30	1,59	694	303	118	26	9
				60,35%	26,35%	10,26%	2,26%	0,78%
Trincheiras	2.054	755,25	1,48	1.334	403	222	79	16
				64,95%	19,62%	10,81%	3,84%	0,78%
Soma Bairros	4.404	1.115,66	2,18	2.397	970	646	287	104
				54,43%	22,02%	14,67%	6,52%	2,36%

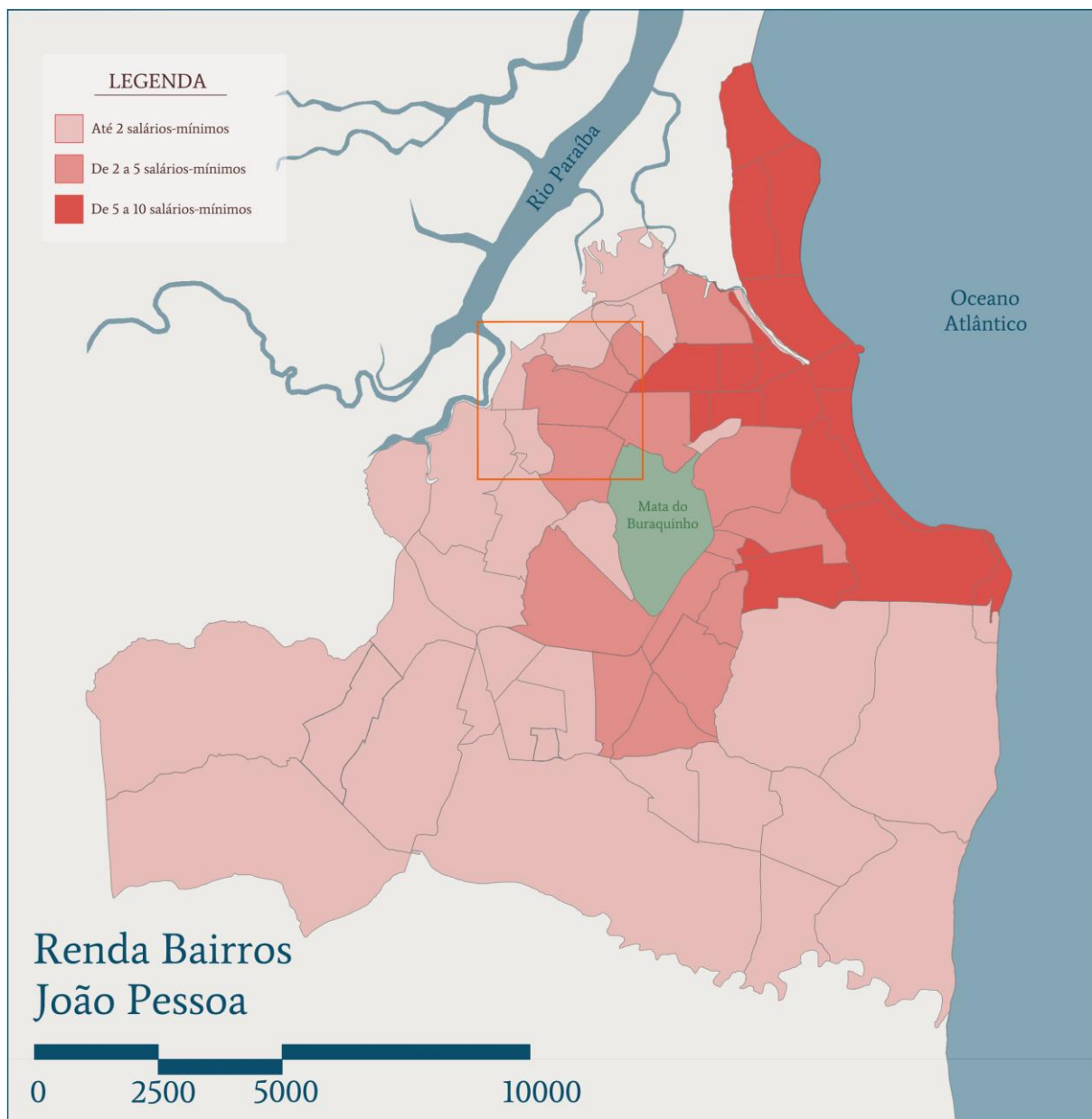
←Tabela [T11]
Habitantes da Área Central,
pela renda do domicílio
(2010). Fonte: Elaboração
da autora, 2024; IBGE,
2010.



← Figura [F52]
Habitantes da Área Central,
pela renda do domicílio
(2010). Fonte: Elaboração
da autora, 2024; IBGE,
2010.

Nos bairros do Varadouro e das Trincheiras, onde a população negra é predominante, observam-se as menores rendas salariais da área de estudo. Nas Trincheiras, em particular, concentra-se a maioria das chefes de família do sexo feminino, apresentando rendas relativamente inferiores às do Centro e Varadouro. Tais dados corroboram com os estudos do DIESSE (2023) e do IPEA (2024), previamente mencionados, que apontam uma disparidade de renda significativa entre famílias negras e não-negras, sendo os arranjos familiares liderados por mulheres negras os mais vulneráveis economicamente.

Os dados de renda dos domicílios também foram espacializados no mapa da cidade de João Pessoa (*cf.* Figura [F53]), onde puderam ser observadas concentrações territoriais bem definidas. A população com a maior renda média (5 a 20 salários-mínimos) está fortemente concentrada nos bairros da região Leste, na borda marítima, como Bessa, Jardim Oceania, Aeroclube, Manaíra, Tambaú e Cabo Branco, além dos bairros adjacentes, como Portal do Sol, Altiplano, Miramar, Tambauzinho, Brisamar, Pedro Gondim e Bairro dos Estados. Por outro lado, nas bordas Oeste e Sul, estão concentradas as populações com renda de até dois (02) salários-mínimos, onde estão localizados os bairros que compõem o recorte de estudo desta pesquisa.



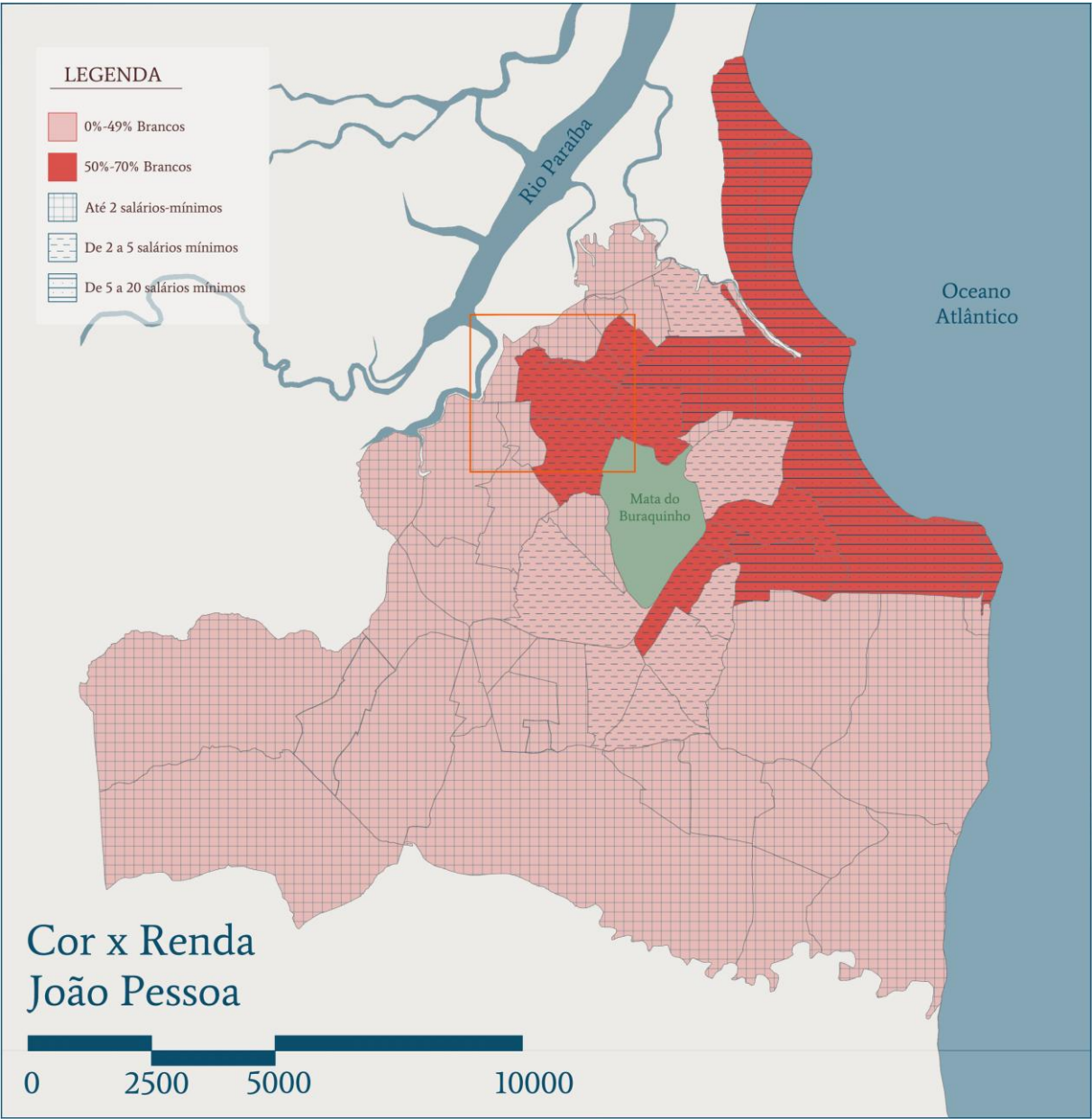
A distribuição espacial por nível de renda coincide com a distribuição da população branca e negra em João Pessoa, revelando uma maior concentração de brancos nos bairros com as rendas mais altas e uma maior proporção de negros nos bairros de rendas mais baixas (cf. Figura [F54]).

↑ Figura [F53]
Mapa Renda dos bairros de João Pessoa. Indicação da Área Central no quadrado laranja. Fonte: Elaboração da autora, 2024; IBGE, 2010.

Essa constatação reforça a análise de Rios Neto & Riani (2007) sobre as cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Segundo os autores, a configuração racial no espaço intraurbano está fortemente associada aos

indicadores de pobreza e a outros indicadores socioeconômicos, assim como

percebe-se que a distribuição espacial da população branca e negra parece estar associada com a distribuição espacial por nível de renda, ou seja, a maior proporção de negros concentra-se nas áreas de ponderação de maior incidência de pobres (*ibid.*, p.92).

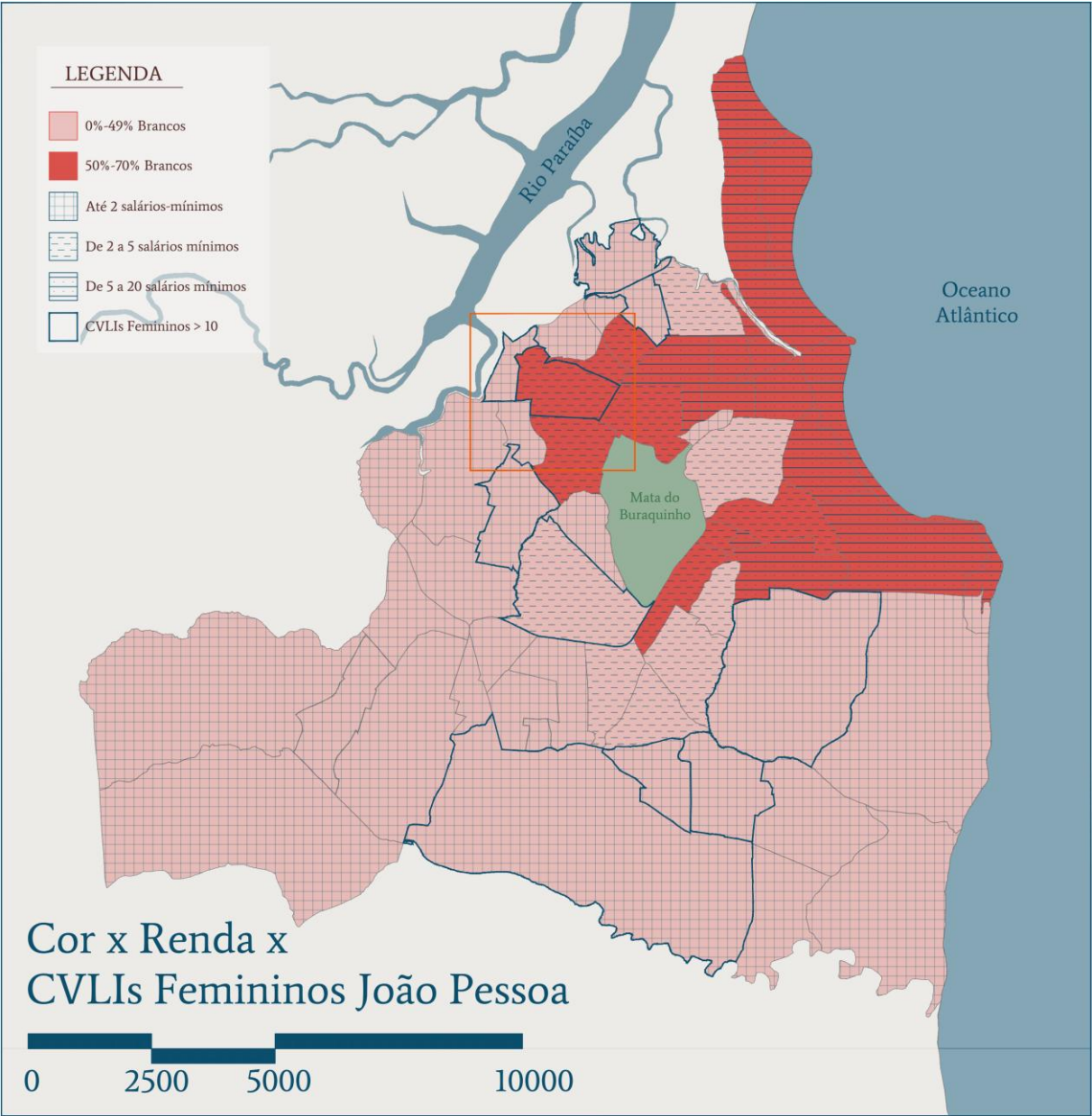


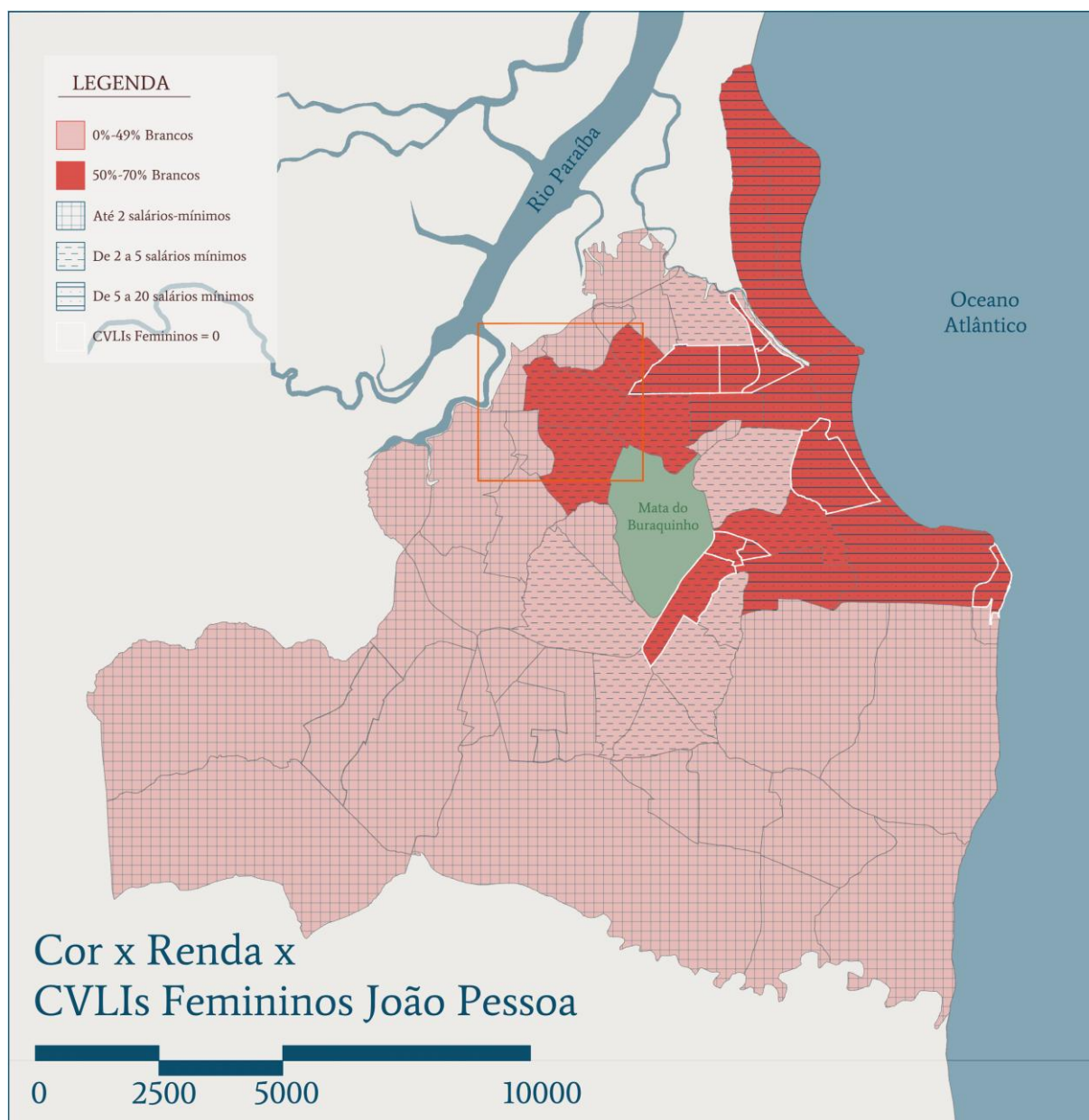
Conectada à análise dos dados de renda e concentração das populações branca e negra, foram incorporados aos mapas os dados sobre o número de crimes violentos letais intencionais (CVLIs) direcionados ao gênero feminino, identificando os bairros com mais

↑ Figura [F54]
Mapa Relação raça x renda nos bairros de João Pessoa. Indicação da Área Central no quadrado laranja. Fonte: Elaboração da autora, 2024; IBGE, 2010.

de 10 homicídios assim como aqueles que não possuíam nenhum caso de morte de mulheres. Os resultados obtidos foram os seguintes: primeiramente, observou-se que os bairros com maior incidência de CVLIs femininos são também os que apresentam as menores rendas da cidade, além de possuírem a maioria da população da cor negra (cf. Figura [F55]). Em contrapartida, os bairros que não registraram nenhum caso de CVLIs femininos correspondem àqueles com as rendas mais elevadas da cidade e são predominantemente habitados pela população branca (cf. Figura [F56]).

↓ Figura [F55]
Mapa Relação raça x renda x CVLIs femininos nos bairros de João Pessoa – CVLIs > 10. Indicação da Área Central no quadrado laranja. Fonte: Elaboração da autora, 2024; IBGE, 2010; PCPB, 2022.





Essas constatações alinham-se aos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020) que revelam que, na Paraíba, 94% dos casos de homicídios são de pessoas pretas e pardas e, em relação ao gênero feminino, as taxas de homicídios de mulheres negras foram quase 4 vezes maiores do que aquelas de mulheres não-negras (FBSP, 2020).

Analisado o perfil demográfico dos bairros da região central de João Pessoa com maiores taxas de crimes violentos letais intencionais direcionados ao gênero feminino – Centro, Varadouro e Trincheiras

↑ Figura [F56]
Mapa Relação raça x renda x CVLIs femininas nos bairros de João Pessoa – CVLIs = 0. Indicação da Área Central no quadrado laranja. Fonte: Elaboração da autora, 2024; IBGE, 2010; PCPB, 2022.

– apresenta-se a seguir o perfil das mulheres entrevistadas nesta pesquisa.

5.5. PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS

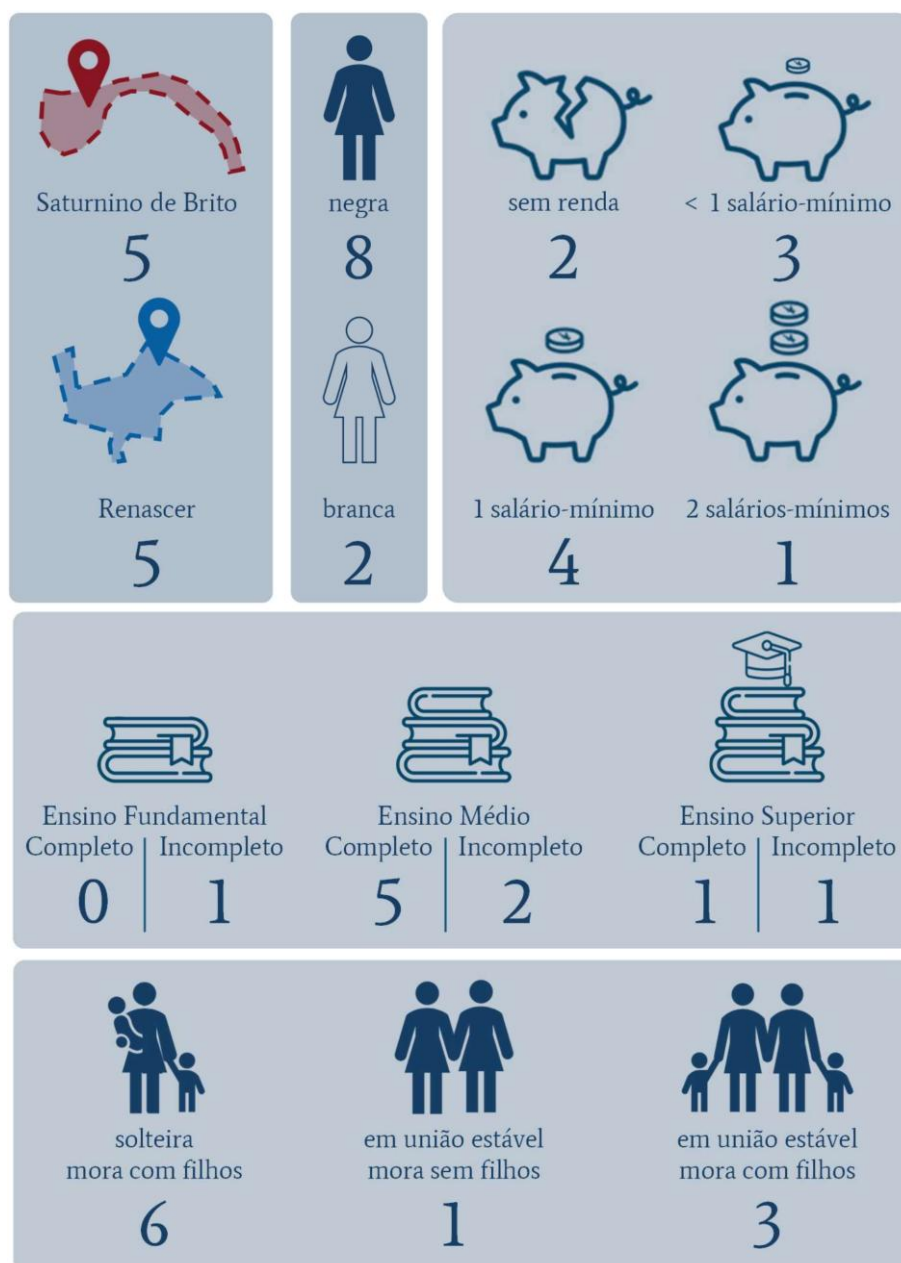
Das 22 entrevistas conduzidas com mulheres que residem e trabalham na Área Central de João Pessoa, 10 entrevistas longas foram realizadas com moradoras das Trincheiras abordando questões sobre: (1) seu perfil pessoal, (2) suas atividades diárias e percursos no bairro, e (3) sua percepção de segurança na região. Paralelamente, 12 entrevistas mais curtas foram conduzidas com trabalhadoras do Varadouro, nas proximidades do Terminal de Integração, com foco nas questões relacionadas aos locais percebidos como seguros e inseguros na Área Central.

Nas entrevistas longas, foi possível descrever o universo das entrevistadas: 5 mulheres moravam na Favela Saturnino de Brito e 5 na Favela Renascer. Quanto à faixa etária, 6 mulheres tinham entre 40 e 49 anos; 3 entre 30 e 39 anos e 1 estava acima dos 70 anos. Em relação à identificação racial, 8 se declararam negras e 2 brancas.

No grupo entrevistado, todas as mulheres eram mães, sendo 6 solteiras, vivendo com os filhos; enquanto 4 estavam em união estável ou casadas, das quais 3 moravam com os filhos e o(a) companheiro(a) e 1 que viva apenas com o(a) companheiro(a), sem os filhos.

Em termos de escolaridade, 5 mulheres haviam concluído o ensino médio e 2 tinham ensino médio incompleto; 1 possuía ensino superior completo, 1 ensino superior incompleto e 1 não concluiu o ensino fundamental. No quesito renda familiar, 8 mulheres eram chefes de família e 2 estavam desempregadas, dependendo financeiramente do(a) parceiro(a) ou dos filhos ocupados. Entre as 8 mulheres que possuíam alguma renda, 3 recebiam auxílio de

programas de transferência de renda do governo, com valor inferior a um (1) salário-mínimo, 4 tinham renda de 1 salário-mínimo, sendo 2 por pensão ou aposentadoria e 2 pela soma de trabalhos informais ao longo do mês, e apenas 1 recebia dois salários-mínimos.



Quanto às ocupações, 4 mulheres estavam em trabalhos informais no comércio ou em serviços; 3 atuavam como diaristas em serviços domésticos, 1 era estudante de ensino superior, 1 aposentada e 1 possuía emprego formal na área de saúde.

Em relação ao local de nascimento, 6 mulheres eram naturais de João Pessoa, e 4 vieram de cidades do interior do Estado ou de outras regiões do Nordeste. Dentre as 10 entrevistadas, 7 residiam no bairro há pelo menos 20 anos enquanto 3 moravam há menos de 5 anos.

Esse conjunto de entrevistas permitiu não apenas um mapear as condições de vida das mulheres que habitam e trabalham na Área Central de João Pessoa, mas também oferecer uma visão mais ampla de suas experiências e percepções de segurança nos bairros do Centro, Varadouro e Trincheiras. Essa perspectiva, moldada no cotidiano e nas relações sociais ali construídas, será explorada em maior profundidade no próximo capítulo, que detalha e aprofunda as maneiras segundo as quais elas percebem, apropriam-se e vivenciam seus territórios.

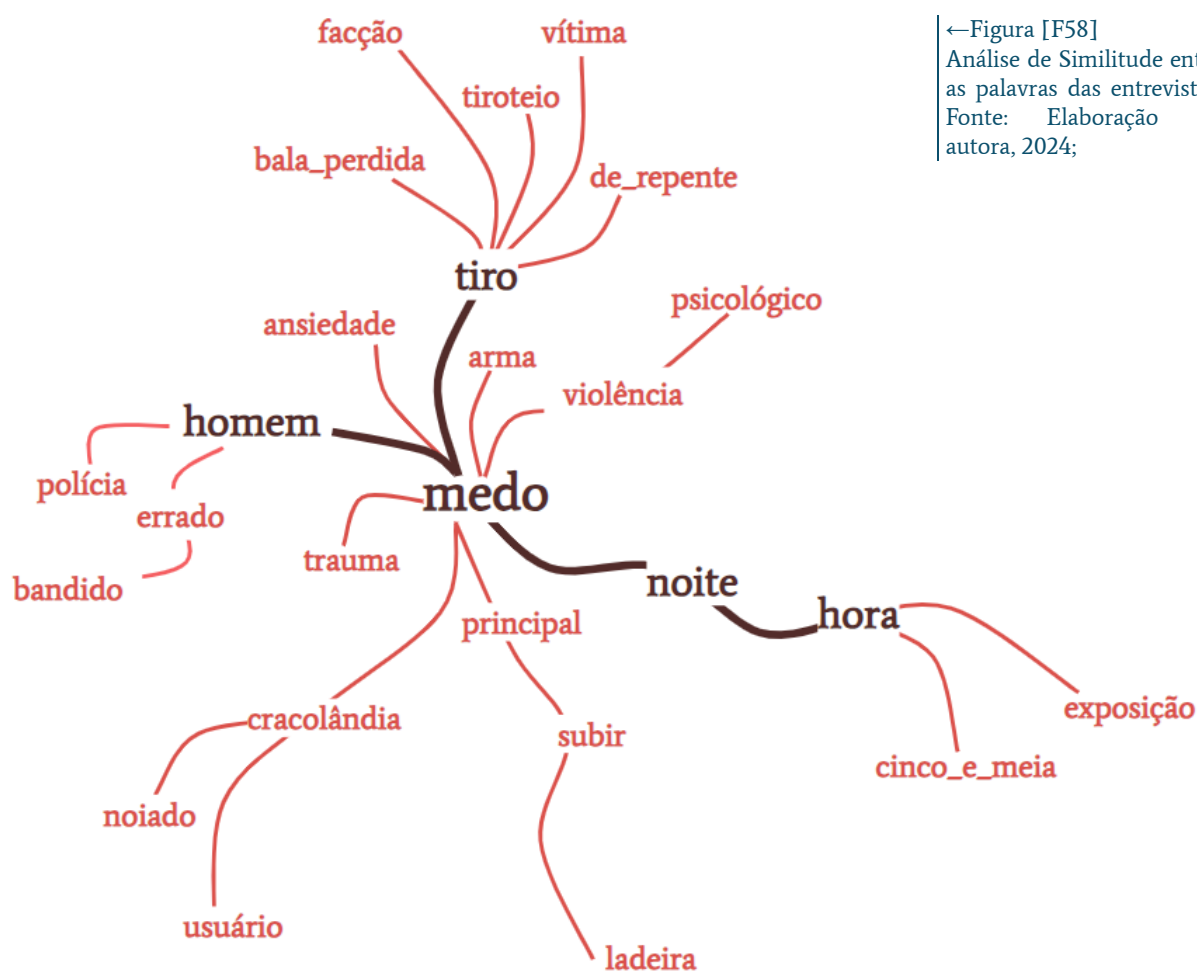
6

CAPÍTULO 06 MEDO NO COTIDIANO E TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA: A ANÁLISE DO DISCURSO DAS MULHERES

Neste capítulo, são exploradas as entrevistas realizadas com mulheres moradoras e usuárias da área central de João Pessoa. Inicialmente, a análise do *corpus* textual é feita no *software Iramuteq* buscando identificar padrões e conexões entre os termos mais frequentes, por meio da elaboração de nuvens de palavras e a análises de similitude com os termos conectados. Em seguida, aprofundaremos a análise com o exame do conteúdo das entrevistas, seguindo os principais termos capturados anteriormente, a fim de compreender de forma mais detalhada as percepções e experiências das mulheres das comunidades Saturnino de Brito e Renascer.

De acordo com as estatísticas geradas pelo *software Iramuteq*, a nuvem de palavras (*cf.* Figura [F57]) evidencia que o termo “medo” se destaca como a palavra mais relevante e mais frequentemente mencionada pelas entrevistadas, aparecendo 103 vezes. Em seguida, o termo “homem” surge com 63 ocorrências, “rua” com 54, “hora” com 43, “tiro” com 35, e “noite” com 31 menções. As frequências dos outros termos relevantes podem ser consultadas na Tabela [T12].

Na Análise de Similitude, conforme mostrado na Figura [F58], observamos as relações entre os termos pronunciados pelas entrevistadas. A palavra “medo” apresentou uma forte conexão com os termos “tiro”, “homem” e “noite”, além de estar associada a locais específicos do bairro, como “cracolândia”; a (rua) “principal” e a ação de “subir ladeira”, quando se referem à Rua Rodrigues Chaves. Também foram identificadas relações com as questões psicológicas decorrentes da violência, como “ansiedade”, “trauma” e o medo de “arma”.



Dessa forma, a análise dos trechos das entrevistas seguiu as conexões da árvore de palavras, separando os tópicos com base na identificação de pequenos grupos de termos associados aos principais medos que permeiam o cotidiano das mulheres entrevistadas: medo de “homem”; medo da “noite”; medo de “tiro”,

além dos espaços públicos do bairro que evocam insegurança. A partir desses medos, foi possível investigar como eles repercutem nos trajetos realizados pelas mulheres em seu cotidiano, assim como suas formas de apropriação dos espaços públicos dentro da comunidade, revelando as táticas que elas elaboram para lidar com o perigo e a violência presentes no bairro onde moram.

6.1. MEDO DE HOMEM: RAZÕES E RESTRIÇÕES ESPACIAIS

A relação das mulheres entrevistadas com o território da favela é rodeada de sentimentos diversos e contraditórios, que perpassam tanto a sensação de insegurança gerada pelas ações violentas das facções quanto o vínculo de pertencimento e solidariedade construído nas relações entre os moradores do território. Para essas mulheres, a noção de “comunidade” se expressa nos laços de convivência e afetividade entre aqueles que compartilham da mesma realidade e se manifesta nos momentos de cooperação e assistência mútua entre os moradores que se ajudam nas situações cotidianas, nas atividades reprodutivas e nos cuidados dos filhos uns dos outros.

O relato de 7 das 10 mulheres interrogadas nesta pesquisa, que residem nas comunidades analisadas há pelo menos 20 anos, revela que o sentimento de segurança dentro da favela emerge do fato de conhecerem bem todos os moradores e desenvolverem um espaço de reconhecimento com o grupo, a partir de códigos e valores comuns. Essa segurança é reforçada pela familiaridade com o território, o que permite a essas mulheres identificar, em suas práticas cotidianas, os lugares por onde devem ou não circular para se manterem seguras e evitarem situações de violência, numa modalidade de apropriação dos espaços públicos que mesmo não sendo totalmente espontânea, pois calculada, manifesta-se nos seus cotidianos.

Essa perspectiva dialoga com as ideias de Fenster (2005) que sugere que a memória espacial de um lugar, acumulada por meio do uso diário e do conhecimento do ambiente, contribui para o sentimento de pertencimento. Além disso, Valentine (1989) afirma que a percepção de segurança de uma mulher em seu ambiente está fortemente relacionada ao grau de familiaridade em relação ao espaço físico e social ao seu redor.

Particularmente nas favelas, onde o território é percebido, em certa medida, como resultado de uma história pessoal, familiar e coletiva de “conquista” do espaço, assim como de realização de um projeto compartilhado, observa-se uma construção sólida de um sentimento de pertencimento territorial, e de identificação com seus espaços públicos.



←Figura [F59]
Vista da Saturnino de Brito, em primeiro plano, e do Renascer, em segundo plano. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Ao mesmo tempo, pelo fato de terem nascido e crescido na comunidade, as mulheres entrevistadas relatam que estabelecem laços de convivência até mesmo com integrantes dos grupos armados, sentindo-se respeitadas como mulheres e, em certos casos, protegidas de possíveis ameaças e situações danosas, justamente por serem conhecidas desses homens. Esse reconhecimento por parte dos grupos armados cria uma dinâmica complexa, na qual a violência circundante é, de certa forma, mitigada pelo vínculo de

pertencimento e familiaridade entre os atores envolvidos, tal como relata a mulher 04 em dois momentos:

Como eu sou nascida e criada aqui, a gente conhece a maioria das pessoas desde criança, você tem aquela coisa que é como se fosse uma família, a pessoa que me viu crescer, então provavelmente, por ser mulher, não tende a te provocar algum mal. (Mulher 04)

Aqui em si, como mulher, como eu te falei, não tem esse ataque, porque a maioria das pessoas que a gente conhece aqui, são pessoas que a gente conhece desde criança. E as demais [pessoas], independente de sua posição aqui na comunidade, não costuma desrespeitar. (Mulher 04)

Os integrantes das facções também são percebidos como parte da rede de solidariedade e apoio para as mulheres da comunidade, sendo vistos como pessoas que poderia socorrê-las em momentos de dificuldade, quando precisam ir ao hospital ou quando precisam de dinheiro para comprar algum medicamento, por exemplo.

A mulher 01 relatou um episódio quando um “cara errado” a ajudou em uma noite de emergência, levando-a rapidamente de carro até uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) enquanto ela enfrentava uma crise de pânico.

Eu sei que, você sabe, a vida do crime é hoje, não é amanhã, mas eu acho que um bandido ajuda a gente mais rápido do que um SAMU chegar. Porque um cara errado na rua, independente do que ele esteja fazendo, é a única pessoa que socorre a gente dentro de uma favela. Um bandido socorre uma pessoa melhor do que um governador, um presidente, um prefeito faz, porque eu não acho que eles fazem nada. (Mulher 01)

Essa dinâmica revela que, apesar da violência associada a esses homens, muitos moradores recorrem a eles em busca de apoio em situações críticas. Leeds (2006) corrobora com a ideia de que, diante da incapacidade do Estado na prestação de serviços básicos, os integrantes das facções atuam como “protetores locais”, oferecendo assistência que as instituições públicas não fornecem adequadamente à população. Esses “protetores” atuam com

segurança interna, transporte para hospitais, disponibilização de dinheiro para medicamentos e outras verbas de emergência.

Por outro lado, quando as mulheres entrevistadas mencionam o “medo” relacionado ao “homem”, elas se referem principalmente ao que costumam chamar de “homem errado”. Os termos “errado”, “coisa errada” e “lado errado” são utilizados para designar as atividades ilegais associadas ao tráfico de drogas, contrastando ao que elas chamam de “homens de bem” ou “pessoas de bem”, expressões usadas para diferenciar aqueles que não exercem esse tipo de atividade.

Embora as mulheres entrevistadas relatem estar habituadas ou até mesmo tentarem se acostumar à dinâmica violenta das facções, elas demonstraram que não há um processo de naturalização dessas atividades, nem que se sentem confortáveis com a presença de grupos armados. Essa situação gera uma sensação de cerceamento de suas possibilidades de atuação frente ao poder bélico desses grupos, dificultando sua capacidade de resistir e se proteger da violência, especialmente quando o autor é integrante de uma facção, ou possivelmente possui uma arma de fogo. Uma das participantes, ao refletir sobre essa realidade, comentou:

Se tiver algum problema, eles dizem ‘qualquer problema, me chame, que eu resolvo’. Ninguém quer chamar, porque ninguém quer ficar devendo nada a esse povo, porque depois ninguém sabe como eles vão cobrar o favor que faz. Ele lá no canto dele e eu aqui no meu. Eu conheço ele desde pequeno, ele é mais novo que eu. Ele passa por mim, diz bom dia, boa tarde, boa noite, eu respondo e vida que segue. Ele para lá e eu para cá. (Mulher 07)

Além do homem exercer seu poder sob a forma de marido, pai, irmão etc. no espaço íntimo e doméstico, os membros das facções atuam como figuras masculinas de opressão, agindo como “donos” do território (Leeds, 2006), ou “gestores” da favela (Campos, 2005). O controle que esses grupos armados exercem sobre determinados territórios, impondo suas próprias leis e desenvolvendo práticas

ilegais, é analisado por Zatlaoui-Leger (2012) como uma forma de apropriação nociva, organizada em detrimento dos demais habitantes. Essa dinâmica de dominação e controle reforçaria ainda a vulnerabilidade feminina e a complexidade das relações de poder de gênero na vida cotidiana das mulheres.

Ademais, podemos analisar as favelas Saturnino de Brito e Renascer à luz da relação entre anomia e a construção de solidariedades comunitárias proposta por Durkheim (1993). O sociólogo argumenta que, diante das desproporções geradas pela modernização da sociedade e do sentimento de frustração nascido da discrepância entre a abertura do horizonte do possível e a impossibilidade de admissão de todos os indivíduos no empreendimento comum, a sociedade poderia passar de um estado de normalidade para o estado anômico. Nesse contexto de desequilíbrio, as desigualdades externas poderiam constituir condições propícias para a mudança de uma sociedade anômica para uma sociedade comunitária por excelência (Trigueiro, 2008). Nesse sentido, as populações pobres e marginalizadas, que são mais fortemente afetadas pelas desigualdades sociais, tenderiam a se reagrupar e formar uma comunidade, através de laços de solidariedade social construídos mecanicamente. A coesão, nesse caso, estaria assegurada então por um vínculo social muito mais forte (Durkheim, 1993).

Nas comunidades analisadas nesta tese, constata-se que essa solidariedade comunitária estaria sendo fragilizada pelas atividades violentas das facções de tráfico de drogas, o que evidenciaria a complexidade que os habitantes enfrentam na busca por segurança e coesão social. O medo gerado pela presença de armas no território impacta a apropriação dos espaços públicos por parte das mulheres, mesmo diante da coesão social observada nas comunidades em questão.

De fato, segundo os dados da FBSP (2023), nos homicídios dolosos com vítimas mulheres – normalmente relacionados à dinâmica da violência urbana e do tráfico de drogas, as armas de fogo representam o instrumento de 68% dos casos, geralmente cometidos nas vias públicas, com mais vítimas negras e jovens. Além disso, na Paraíba, mais de 80% dos casos de crimes violentos letais intencionais registrados no Estado envolvem o uso de armas de fogo (Paraíba, 2024b). Essa ideia corrobora com a análise de Efrem Filho (2014) de que o surgimento das organizações de tráfico de drogas na Paraíba estabeleceu dois marcos temporais: “antigamente”, antes das facções, e “hoje”, depois sua emergência. Marcela, uma das entrevistadas na pesquisa de Efrem Filho (*idem*), expressa essa transformação ao afirmar que, “*antigamente*, quando eu vivi, era totalmente diferente de *hoje*. *Hoje* tem esse negócio de facção, foi o que acabou com o mundo. *Antigamente* não tinha, não tinha essas guerras, não tinha esse mata-mata” (*ibid.*, p.509, grifo nosso).

A emergência das facções contribuiu significativamente para os índices de violência na Paraíba, uma vez que utilizam a presença de armas de fogo no território para intimidar, coagir, causar sofrimento e matar os moradores de favelas e comunidades onde estabelecem seus domínios, dinamizando o recurso da morte, como ferramenta de resolução de conflitos (Efrem Filho, 2014). A fala da entrevistada 07 destaca não somente a presença de armas no território, mas o medo que os integrantes impõem à população, criando uma atmosfera de violência e gerando um sentimento de ansiedade diante dos disparos e conflitos inesperados.

Tem tempo que eles estão pra lá e pra cá. Tem tempo que, do nada, acalma, fica calmo um bom tempo. Aí depois, qualquer coisinha, uma briguinha que tem, uns tirinhos que tem não sei aonde, (...), aí eles vêm de lá pra cá, passa no carro, atira pra cima pra botar medo, aí os daqui vai pra banda de lá, atira pra cima também pra botar medo, aí fica nesse negócio. Aí a gente não pode ver um carro nem uma moto ligeira, que a gente tá tudo correndo pra casa. Se soltarem uma bomba, a gente está tudo correndo, se jogando no chão. (Mulher 07)

Desde a emergência das facções, a Paraíba registrou um aumento significativo nos índices de homicídios, passando de 608 assassinatos em 2002 para 1.680 mortes em 2011, o maior número de casos nas últimas duas décadas (FBSP, 2019). Entretanto, desde então, os números se mantiveram entre 1069 e 1549 casos por ano (Paraíba, 2024b).

Os grupos armados impõem à comunidade seu próprio código, estabelecem sua própria forma de justiça e utilizam da violência como instrumento de poder para governar e subordinar seus semelhantes, restringindo a liberdade de ação daqueles que se encontram sob seu domínio (Feltran, 2010; Koonings & Kruijt, 2007). O relato da mulher 07 exemplifica uma das situações de conflito entre os moradores que foi solucionada por um integrante da facção:

Eles não se metem com a gente, com morador nenhum, pelo contrário. Até que teve um problema com um homem aqui da rua que se estranhou com os meninos, disse um bocado de coisa porque os meninos estavam brincando na rua, jogando bola na rua, fazendo zoada, proibiu os meninos na rua. Aí o cara lá soube e disse 'quem é ele pra mandar os meninos ficarem dentro de casa? Se ele não quer barulho, ele tape os ouvidos, mas os meninos vão ficar na rua'. Desde esse dia pra cá, os meninos podem fazer o que quiser, ele não olha mais nem para os meninos. Porque o rapaz falou com ele, disse 'olhe, você não tem direito de mexer com as crianças, as crianças são livres, as crianças têm que brincar mesmo. Se você está achando ruim, você mesmo se mude, ou bote alguma coisa no ouvido pra você não escutar a zoada dos meninos'. E isso ele tem dois filhos que vive no meio da rua brincando. Minha gente, a rua é pública, a rua não é de ninguém. Nem a calçada é, que a calçada é da prefeitura, imagine a rua. Aí assim, se qualquer um dos moradores mexer com outro morador, eles já não gostam, já chamam a atenção. (Mulher 07)

Algumas entrevistadas explicitaram a relação de distância que são levadas a estabelecer com os integrantes das facções. Mesmo os conhecendo desde a infância ou convivendo com eles há muitos anos, elas afirmam manter uma relação de indiferença, sem intimidade, e sem permitir que eles adentrem o seu espaço privado. Esse comportamento visa preservar suas identidades dissociadas das

facções, evitando o envolvimento com seus integrantes, o que revela uma tática de evitação ou rendição à estratégia de poder dos grupos armados. Alguns relatos das entrevistadas expressam o dilema das mulheres na convivência diária com a realidade da presença de grupos armados no território.

[O que você faz para enfrentar as situações de violência que acontecem?] Em qualquer lugar, é não dar atenção. Não ter amizade, é cada um no seu canto. Conheço todo mundo, mas é cada um no seu lugar. É só respeitar e não se envolver. [Tem uma distância então?] Sim, é daí do portão para lá. (Mulher 06)

Pronto, eu sou uma pessoa que eu falo com todo mundo, mas eu não me sento para conversar com todo mundo. Geralmente, se você chegar, você me encontra dentro de casa. (Mulher 04)

A gente não abre o bico para nada. Se uma pessoa que mora do outro lado, mesmo você conhecendo, se perguntar por fulano de tal, o dono da boca (não é o dono da comunidade não, os donos somos nós que moram aqui, mas esse povo assim, uma hora está aqui, outra hora não está, uma hora está aqui, outra hora está no hospital, outra hora está no presídio, outra hora está em outra comunidade, porque não pode ficar só aqui), então mesmo eu conhecendo, eu digo, eu não sei quem é fulano, eu não sei quem é sicrano, eu não sei quem é ninguém, eu nunca vi. Eu conheço, mas eu vou lá dizer a ninguém? Outra coisa, a gente tem que preservar a vida da pessoa, independente da facção que ele é, mas eu tenho que preservar a minha vida e a dele. Não tem pra que eu dar satisfação da vida de fulano. (Mulher 02)

Além de serem as principais vítimas dos confrontos entre facções, os moradores de favelas experimentam também o preconceito da sociedade. Eles seriam frequentemente estigmatizados e vistos como perigosos, uma associação construída pela ideia de que a pobreza estaria intrinsecamente ligada à violência (Koonings & Kruijt, 2007). Machado & Leite (2007) argumentam que, particularmente nas comunidades dominadas por facções de tráfico de drogas, essa estigmatização seria acentuada pela rejeição decorrente da convivência dos moradores com os grupos armados. No mesmo sentido, Misse (2010) reforça essa perspectiva a partir do conceito de “sujeição criminal”, que se desenvolve sobre certos tipos de agentes

de práticas ilegais, acusados socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida, resultando na territorialização do estigma que criminaliza todo o conjunto de moradores de favelas no imaginário social.

Em relação às mulheres das comunidades do bairro das Trincheiras, elas interpretam que, se um filho, marido ou outro homem da família passe a integrar as facções de tráfico de drogas, a família inteira será estigmatizada dentro da comunidade, assim como as disputas e as consequências dos conflitos estabelecidos entre os grupos armados poderão igualmente atingi-las, em caso de acertos de contas, tal como relata a Mulher 07.

Meu menino mais velho foi atingido com dois tiros e o amigo dele morreu lá em casa, que vieram para matar ele, mas meu menino estava na hora e pegou dois tiros de raspão. Na hora eu não estava em casa não, eu estava trabalhando. Mas porque assim, a família dele era envolvida, aí provavelmente por isso ele morreu. O medo que eu tenho é esse, porque às vezes você não tem nada a ver com a história, como muitas vezes você vê na televisão. Foi pegar fulano, não estava, matou o irmão, matou o pai, matou a mãe. (...) Depois de muito tempo, a gente descobriu que tinha sido por conta do familiar do menino. Depois foi que disseram que na minha casa não tinha problema nenhum, que não tinha problema nenhum na minha família, que está tudo certo. O problema era só ele estava na hora errada, no lugar errado. (Mulher 07)

Uma das entrevistadas compartilhou a experiência do assassinato de um de seus filhos por uma facção. Na época, ela vendia drogas, mas queria deixar de fazê-lo. Os integrantes do grupo foram até a sua casa com a intenção de matá-la, mas não a encontrando, acabaram matando seu filho, como relatado por outra entrevistada.

Ela vendia droga para esse povo daqui, ela prestava conta tudinho direitinho, mas sabe aquela coisa assim, quando chega um certo tempo que você desiste daquilo ali e não quer mais? Ela tem medo por quê? Porque alguém pode chegar e querer fazer mal a ela. (...) [Por que depois que entra não pode mais sair?] Não pode sair, só sai morto. E no caso do filho dela não mataram ele por engano, queriam fazer mal a ela, mas não teve oportunidade, aí mataram o filho dela. (Mulher 02)

Por outro lado, essa relação de distanciamento possibilita que as mulheres estabeleçam limites, quando necessário, mobilizando algumas táticas de movimentação pelo território e de resistência à dominação dos grupos armados e às “leis” impostas pelos “donos” nesses territórios. A fala da Mulher 06 ilustra o que identificamos como uma tática ativa de enfrentamento das mulheres ao controle exercido pelas facções, quando ela resiste às ordens diretas dos integrantes ou arrisca-se em movimentos dentro de áreas dominadas por grupos rivais à sua comunidade.

Para fazer as ações [comunitárias] aqui, a gente tem essas dificuldades, tem todas essas variáveis. Tem questão de eu reunir pessoas aqui e eu ser proibida. Eu dizer que vai ter reuniões aqui e ele dizer: pode trazer não. E eu: ‘como é, rapaz? É para trabalhar. Da entrada para lá, eu faço. Pronto. Na minha casa elas vão, sim, buscar as coisas e vão sair para trabalhar lá fora’. Ele disse: ‘tá certo, de lá pra lá’. Eu sou afrontosa, eu não estou errada. (Mulher 06)

[Tem alguma área que você se sente insegura, evita passar?]
Lá no Distrito Mecânico, justamente por questão de facção, entendeu? Eu não me sinto segura, mas eu vou, porque eu não tenho envolvimento com nada, não tenho envolvimento com macho bandido. Conheço tanto lá como aqui, mas a gente não confia, a gente não se sente segura. [Então você que não tem envolvimento, ainda pode ir tranquila?] Com receio, sim. Até quem é mulher, não pode. Eu faço a minha unha numa menina lá no Distrito. A gente não pode mais ir fazer lá, ali tá pior que nunca. É restrito, é complicado. (Mulher 06)

De Certeau (1994) argumenta que as práticas cotidianas incluem atividades de manobra e disputa nos espaços urbanos, criadas por instituições e agentes de poder, que são consideradas como estratégias. Em oposição a essas estratégias, De Certeau define que as táticas são reações através das quais indivíduos e comunidades aproveitam oportunidades para manipular e converter os espaços moldados pelas estratégias de poder (De Certeau, 1994). Nesse sentido, as mulheres entrevistadas demonstram possuir um conhecimento cotidiano e experiencial para adotar determinadas táticas de apropriação social do espaço, permitindo-lhes resistir às restrições impostas pelas facções.

Por outro lado, a escolha de amizades pelo “lado errado” provoca nas mulheres sentimentos de angústia e tristeza, em virtude das consequências negativas que esse tipo de atividade pode acarretar para a vida delas. A Mulher 01, por exemplo, afirma que, em sua perspectiva, existem somente dois caminhos possíveis para os envolvidos com o tráfico de drogas: “cadeia” ou “cemitério”.

Agora aqui eu tenho trauma. Porque assim, minha vida foi aqui, minha história todinha foi aqui, aí tipo eu conhecia muita gente, era muita gente, então hoje a gente não vê mais essa ‘muita gente’, porque até então partiram para o lado errado, entendeu? Porque você sabe, vida de crime é cadeia ou cemitério. A maioria a gente não vê mais, e eu fico com aquilo tudo na cabeça, que a gente se criou junto, que a gente conviveu junto. [Mulher 02: Uns já morreram, né?] Então, aí eu fico pensando, meu Deus, eu mais velha que eles, uns meninos que eu vi e coloquei no braço, hoje eu passo na rua aquele deserto, aí fico com aquele nervoso. (Mulher 01)

Quando uma dessas situações acontecem, as mulheres reconhecem que novos homens assumirão o comando do tráfico na comunidade, substituindo aqueles que eram seus conhecidos. Por essa razão, elas dizem sentir um medo ainda maior em relação aos novos integrantes, tanto pela falta de vínculo e relação relativamente próxima, quanto pelo desconhecimento das “leis” que os “novatos” poderão impor.

Apesar de também não ter nem tanto traficante mais por lá, já não tem mais, já não existe mais, já mataram a maioria, morreram todos, é porque a gente já não conhece mais os que têm agora, os novatos, o medo maior é esse. Quando a gente conhecia, tudo bem, mas a gente não conhece mais. (Mulher 02)

Essa realidade seria resultante das políticas de vigilância e intervenção repressiva do Estado e da polícia, que criam espaços de confinamento, encarceramento e de extermínio negro em presídios, manicômios e periferias da cidade, amplamente discutidas por diversos autores (Gonzalez, 1984; Mbembe, 2003; McKittrick, 2011). A necropolítica brasileira se manifesta na vida das mulheres negras na condição de mãe, irmã, filha, esposa de negros assassinados pela violência policial ou aprisionados pelo sistema jurídico (Mbembe,

2003; McKittrick, 2011). As mulheres fazem parte desse processo como responsáveis pela chefia de um extrato considerável de famílias, sobrevivendo por meio de trabalhos precarizados, muitas vezes como únicas responsáveis pelo sustento familiar, já que seus companheiros, irmãos e filhos seriam alvos constantes de perseguição policial sistemática, violência letal e encarceramento massivo (Gonzalez, 1984).

Diante dessa realidade, nas comunidades do bairro das Trincheiras, as mães de adolescentes do sexo masculino manifestam constante preocupação em relação à movimentação de seus filhos em outras comunidades, notadamente pelo risco de serem abordados por integrantes de facções rivais. A Mulher 07 demonstra esse sentimento ao narrar situações em que seu filho vai visitar amigos em outras comunidades e ao descrever o caso de um adolescente oprimido por uma facção rival quando foi jogar futebol em outra comunidade.

Agora a gente tem medo porque eu tenho dois rapazes, aí eu não quero que eles vão. Porque mesmo que eles não sejam envolvidos, mas como são daqui e são jovens, muitos de lá são novatos, como tem muitos daqui também que são novatos, não conhece, não sabe de qual é a família, podem fazer alguma coisa, não sabem se é ou não. (...) A gente tem medo é dos adolescentes, a partir de 12 anos, 13 anos. 'Mãe, vou na casa de fulano, na Ilha'. 'Não, meu filho, não vá não'. 'Então eu vou chamar ele'. 'Também não chame não'. A gente não sabe o que vai acontecer. Vai que eu chamo o filho de fulano pra vir na minha casa e, Deus o livre, acontece um negócio? Eu não vou me perdoar nunca na vida. Eles estão privados de ir para outras comunidades. Tanto eles têm medo, como os pais, porque a gente não sabe o que vai acontecer. É isso. (Mulher 07)

É tanto que um amigo do meu menino, que mora aqui, tem nada a ver, ele sempre joga bola, tem um campo lá perto, pegaram ele lá. Os de lá de baixo pegaram ele lá, deram um susto nele, que ele pensou que ia morrer. Ele só gosta de jogar bola, mal sai de casa, só sai pra ir pro colégio e jogar bola. Ele sempre vai com um bocado de gente mais velha, aí nesse dia ele foi só mais uns rapazinhos. Depois foi cada um pro seu canto, ele vinha pra casa, aí pegaram ele no caminho. Aí por sorte que alguém conheceu, que sabia ele morava por aqui e não tinha nada a ver, mas fizeram um susto a ele, que ele pensou que ia morrer, pensou que não ia voltar pra casa.

Deram nele, fizeram ele tirar foto fazendo a marca da facção de lá. Eles colocam nos grupos dizendo que os boys daqui estão lá, que estão levando história daqui pra lá. (Mulher 07)

Ainda que os homens negros sejam as principais vítimas de lesões e mortes violentas, as mulheres também sentem o impacto da letalidade e pela violência sobre seus filhos, companheiros, familiares e amigos. No papel de cuidadoras e responsáveis pelo trabalho produtivo e reprodutivo dentro da família, elas são afetadas pelo medo e pela preocupação com seus familiares e conhecidos, diante das violências e violações praticadas por outros grupos armados, como também pelo Estado e agentes públicos.

As mulheres entrevistadas nas Trincheiras citam o medo da truculência da Polícia em relação aos adolescentes da comunidade, uma vez que percebem a diferença entre a abordagem da Polícia dentro e fora do território da favela. A Mulher 06 observa que a forma como os sujeitos favelados são tratados pelos agentes policiais difere significativamente daquela recebida por moradores dos bairros da Orla ou áreas mais abastadas da cidade. A mulher 06, tendo presenciado essas incursões policiais no território da favela, relata:

Os investimentos estão todos na praia, na orla, para você ver, e não deixa de ter violência. Porque mesmo ali na orla, o tanto que estão matando naquela orla..., mas como é a abordagem de uma viatura lá e aqui? [Como é?] É para eu dizer? Lá eles vão chegar assim: ‘desculpe, senhor’, e aí vai conversar e tal. Aqui é ‘ei, misera, bota a mão na cabeça’. ‘Bora, filha da puta’. E paf, já chega metendo a mão, entendeu? Lá eles chegam, ‘senhor, qual foi o ocorrido?’ ‘o que está acontecendo aqui?’ Aqui já chega chamando aqueles nomes, aqueles palavrões. Às vezes os meninos que não têm nada a ver, estão sentados aqui, finalzinho de tarde, eles se sentam ali assim, se juntava dois, três para ficar conversando aresia, mulher. Aí a polícia parava, chegava empurrando, e vai, levanta e não sei o que. Às vezes eles já vem, entram desembestados e já param em quem está aí, é fogo mesmo. Quem é para eles pegarem, eles não pegam. (Mulher 06)

Essa diferença também é discutida por Machado & Leite (2007), destacando que, nas favelas, ao contrário das zonas nobres e das

camadas mais abastadas, os policiais são frequentemente violentos, arbitrários e mais temidos do que os próprios integrantes das facções. O Estado, que deveria atuar para proteger e garantir a segurança da população, é aquele que atua de maneira repressiva, justificando uma série de violações nas incursões policiais dentro das favelas, tendo como principais vítimas do abuso de poder a população afrodescendentes e as pessoas de baixa renda (Imbusch, 2008).

O extermínio da juventude negra desestabiliza e desestrutura famílias negras e pobres, aprofundando a precarização de suas vidas e conferindo uma alta carga de sofrimento para as mulheres, uma vez que os impactos da guerra às drogas recaem sobre a sociedade de maneira seletiva e desigual (Telles, Arouca & Santiago, 2018). Embora as drogas sejam ilegais para todos, o Estado escolheria prender e matar jovens negros e moradores de favelas e periferias das cidades, tornando a política de drogas diretamente relacionada ao racismo, à criminalização da pobreza e ao extermínio da população negra (Telles, Arouca & Santiago, 2018).

De fato, em termos de representatividade e porcentagem, sabe-se que 78% das mortes violentas intencionais assim como 83% das mortes decorrentes de intervenção policial são de pessoas negras (FBSP, 2023). Especificamente em relação às mortes decorrentes de confrontos policiais na Paraíba, houve um crescimento de 284% nos últimos 4 anos, passando de 26 para 74 casos anuais (Paraíba, 2024b).

A conquista do território por uma facção segue uma lógica de pertencimento territorial com demarcações claras das áreas de domínio de cada grupo armado (Paiva, 2019). Nessa dinâmica, o espaço seria definido e delimitado *pore a partir de* relações de poder (Souza, 2013), afetando a circulação dos moradores, particularmente dos jovens, grupo que compõe majoritariamente os grupos armados. Entretanto, as entrevistadas também reconhecem o controle territorial exercido pelas facções, bem como as restrições espaciais

que as impedem de circular livremente em ambos os territórios. As entrevistadas explicam a divisão das áreas do bairro de acordo com a dominação de cada facção e como funciona a movimentação das mulheres no território, principalmente aquelas que fazem parte da família dos integrantes.

É porque o povo de lá não vem para cá e o povo daqui não pode ir para lá. Assim, quem é errado né? A gente não, que a gente é cidadão de bem. Inventaram esse negócio de facção, né? Aí não pode. A gente tem medo na subida somente, porque às vezes pode ter uma bala perdida. A gente tem medo disso, mas tirando isso, aqui eu não tenho medo não. [Aqui tem duas facções?] É porque lá é uma e aqui já é outra. A gente tem medo só de subir a ladeira. O ruim é para lá, que ninguém conhece ninguém, ninguém sabe quem é quem, e aqui os meninos daqui não mexem com ninguém não. Lá que o povo é desconhecido. (Mulher 03)

A maioria que está morrendo são os homens mesmo. Agora as mulheres ficam penalizadas. Porque quem é mulher de um deles, se ele morrer, ela tem que sumir do mapa. As mães sofrem muito mais do que as mulheres. Porque as mulheres estão hoje com um, mas depois deixam e pronto. As mães são as que mais são penalizadas. Ah, essa é a mãe de fulano, a mãe de sicrano e assim elas não podem transitar da forma que querem. Em todas as comunidades, são muitos órfãos de pai, e que acabam sendo órfãos de mãe, porque as mulheres têm que ir embora. Ou acabam deixando um para pegar outro pior. (Mulher 07)

A presença das facções nas comunidades analisadas impacta a liberdade espacial e a mobilidade urbana feminina, quando controlam determinadas áreas do bairro e determinam a apropriação dos espaços públicos pelos moradores, sobretudo, interferindo fortemente nas práticas cotidianas de trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres. As mulheres moradoras de uma área que pertence ao perímetro de domínio de uma facção sentem medo de circular no território da facção vizinha, mesmo que não estejam envolvidas nas atividades de tráfico de drogas nem sejam companheiras, mães ou parentes dos integrantes dos grupos armados. Essa ideia reforça as articulações contidas na hipótese desta tese, confirmando que a apropriação e os movimentos das mulheres pelos espaços públicos da comunidade estariam condicionados e

limitados aos territórios e fronteiras referentes às áreas de atuação das facções de tráfico de drogas, incluindo nas desigualdades de raça, classe e gênero, restrições espaciais adicionais em razão do clima de guerra civil que se conformaria na vida cotidiana do bairro.

Em algumas falas das mulheres pertencentes ao universo de pesquisa, é possível perceber que momentos de relaxamento ou lazer geralmente acontecem fora do território em que vivem, quando vão para praias ou rios em cidades da região metropolitana, como Conde e Cabedelo; em praias urbanas como Cabo Branco, Bessa e Penha; ou em outros bairros periféricos, como Geisel. Além disso, elas mencionam momentos de descanso e sentimento de segurança quando viajam para outros Estados.

Eu me sinto insegura em todo canto. Só no Rio [Rio de Janeiro], quando eu fui agora com a minha filha, que não tinha medo de andar para canto nenhum. Não tinha medo de sair para canto nenhum. Agora aqui eu tenho trauma. (Mulher 01)

[E onde você costuma ir para o seu lazer?] Canto nenhum, serve? Pobre não tem lazer (risos). Tem, assim... aqui, por exemplo, se a gente quiser tem duas piscinas, aí o pessoal aluga. Eu gosto muito de ir pra fora, nada perto aqui não, Conde, Jacumã, meu lazer é todo pra lá, nunca é aqui em João Pessoa não. [Você vai para a praia então?] Sim, praia ou rio. (Mulher 06)

[Que outras atividades você costuma realizar no bairro?] Aqui mesmo eu não faço não, porque esse bairro não tem nada pra fazer. Tem nada, mulher, aqui nesse bairro. Até uma academia que tinha aqui pertinho de casa, tiraram, botaram não sei pra onde. A pessoa não tem o que fazer, não tem pra onde ir. [Onde você costuma ir para seu lazer?] Quando eu vou assim, eu vou na praia, mas dificilmente eu vou. Eu não gosto de sair não, gosto de ficar em casa, não gosto muito de sair não. Às vezes quando eu vou, é na praia, passo o domingo na praia, às vezes, mas dificilmente eu saio. (...) Geralmente a gente vai para Cabo Branco, mas eu gosto mais de ir pra Praia da Penha ou no Bessa, que é mais calmo assim, não tem muita gente. Não gosto de onde tem muita gente. (Mulher 07)

[Você tem lazer sem as crianças? Você costuma ir para onde?] Eu não costumo sair sem eles [os filhos], eu já não tenho mais costume de sair sem eles. Acho que duas vezes que eu saí sem eles foi para lancha lá no Geisel. Tem uma rua bem

movimentada que tem cachorro-quente, pizzaria, tudo numa rua só. (Mulher 09)

Hancock, Blanchard & Chapuis (2018) observam esse mesmo comportamento entre as mulheres moradoras das periferias de Paris que preferem socializar-se fora de seus bairros para escapar do controle social que lhes é exercido e desfrutar de uma maior mobilidade no espaço urbano, escolhendo áreas de classe semelhante às das periferias onde vivem.

De acordo com as observações e narrativas das entrevistadas, há uma forte coesão social entre os moradores do bairro e, sobretudo, uma colaboração mútua entre as mulheres da comunidade. Elas organizam toda a estrutura social do bairro, mantendo uma rede de solidariedade ativa e, com isso, garantindo também o desenvolvimento de outras formas de cooperação; por exemplo, quando levam os filhos de outra mulher à escola; quando passam a noite na casa de uma vizinha que está com medo; quando compartilham refeições com uma amiga não teve tempo de cozinhar. Elas também desenvolvem ações de entreajuda, cuidando dos filhos umas das outras para que possam trabalhar como diaristas, faxineiras, panfletistas, ou “bandeirinhas” durante campanhas eleitorais. Em virtude desta forte rede de apoio, uma das entrevistadas relatou ter desenvolvido um episódio de depressão ao se mudar para outro bairro, preferindo voltar a morar na comunidade alguns meses depois, apesar da insegurança presente no bairro.

Eu quase entro numa depressão lá [no outro bairro], porque era trancado, não conhecia ninguém. Bom de lá era só a área de lazer, eu vivia mais na piscina. Tomava banho de piscina e voltava. Ia para o trabalho e voltava. Não conhecia ninguém, não tinha ninguém para conversar. Dia de domingo quando ia conversar, cada um com sua família, os casais... E dia de semana, ninguém desce. Aí pronto, quase entro numa depressão. Aí eu voltei de novo. (Mulher 05)



← Figura [F60] - Mulheres na Saturnino de Brito. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Essa reflexão coincide com a concepção de Segovia (2009) sobre a apropriação social das diferentes áreas de um bairro, em que a autoavaliação da vida pessoal e social dos moradores estaria ligada ao grau de sociabilidade e de integração comunitária existentes em seus espaços públicos, bem como ao processo de identificação espacial da população com esse habitat, refletindo-se em uma maior ou menor confiança comum e em níveis de percepção de segurança/insegurança aí construídos.

Quando questionadas sobre a sensação de passar em frente às oficinas de automóveis do bairro, as mulheres relatam que se sentem seguras durante o dia, pois conhecem os mecânicos que trabalham nos estabelecimentos, assim como grande parte das pessoas que cruzam na rua são facilmente identificáveis. No entanto, à noite, quando o comércio está fechado, o sentimento de segurança diminui, visto que deixam de ter o contato visual e o controle informal dos trabalhadores. As oficinas mecânicas, localizadas na rua principal, acabam tendo o papel de vigilância natural das paradas de ônibus e do movimento das mulheres durante o dia quando sobem ou descem a ladeira da Rua Rodrigues Chaves (*cf.* Figuras [F61] e [F62]).



[E aqui na parada de ônibus do Distrito Mecânico?] Aí eu não tenho medo não, tenho não, porque é muito movimentada. Tem as oficinas tudinho, é muito movimentado, tenho medo não, é bom ali de ficar. De dia, de noite não. [Você não tem medo de passar pelas oficinas?] Não, tenho não. Ninguém mexe, ninguém diz nada. E na parada tem sempre alguém, raramente eu chego naquela parada e não tiver ninguém, tem muita gente. O povo da oficina a maioria eu conheço: o baixinho do olho verde, tem o menino que ajuda ele, tem a esposa dele que a gente conhece também. Tem, deixa eu ver... Tem Fulano, que era cunhado de Sicrana, está sempre ali também. Tem o dono da oficina, Beltrano, que a gente também conhece, tem um carequinha que sempre fala com minha menina, a gente conhece também. Eu só não gosto muito de um que tem um cabelo enroladinho. (...) Aí a gente não fala, mas a maioria ali tudinho a gente conhece. (Mulher 02)

← Figura [F61]

↑ Figura [F62]

Oficina na Rua Rodrigues Chaves e Parada de ônibus situada em frente às oficinas. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Esses dados contrastam com pesquisas anteriores de que as mulheres relatam ser alvo de comentários sexuais quando passam por espaços masculinizados ou com maior presença de homens, como oficinas, pontos de táxi, lojas de ferragens, quadras de bairro e esquinas (Toro-Jiménez & Ochoa-Sierra, 2017; Brito, 2021). A sociabilidade entre os moradores das comunidades das Trincheiras e a ausência dessas situações de intrusão reforça a análise de Bowman (1993) de que, no assédio de rua, os assediadores geralmente seriam desconhecidos da vítima. No caso das mulheres do bairro das Trincheiras, que vivem na mesma área do Distrito Mecânico e passam frequentemente em frente às oficinas em seus percursos diários, elas demonstram que, apesar de serem ambientes predominantemente masculinos, a

relação de convivência existente entre os habitantes e os trabalhadores cria um ambiente de respeito e segurança.

6.2. MEDO DA NOITE: IMOBILIDADE FORÇADA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

No léxico mobilizado pelas mulheres entrevistadas, o “medo” relacionado à “noite” está diretamente associado à “hora” e, mais especificamente, ao período após às “cinco e meia” da tarde, quando os comércios e serviços começam a encerrar suas atividades e fechar seus estabelecimentos, gerando um completo esvaziamento do movimento do bairro. Esse momento é percebido como o de maior vulnerabilidade para o gênero feminino, com as mulheres relatando uma sensação de “exposição” a possíveis atos de violência. Nas falas coletadas, as entrevistadas indicam que esse medo se manifesta através da imobilidade forçada nos espaços públicos, restringindo seus movimentos e evitando programas ou atividades noturnas. Muitas vezes, elas renunciam à possibilidade de sair de casa à noite não apenas pelo medo de violência, mas também pelas restrições de gênero, pois a noite é entendida como um espaço-tempo inadequado para as mulheres (Duncan 1996; Patel, 2010).

Além disso, esse horário também é percebido pelas mulheres interrogadas como uma barreira social invisível, sendo o momento de maior atuação dos grupos armados, e, conseqüentemente, mais suscetível à violência letal. De fato, segundo os dados fornecidos pela Polícia Civil da Paraíba para esta pesquisa, os casos de CVLIs direcionados às mulheres ocorrem mais frequentemente entre as 18h da noite e às 6h da manhã. A fala da mulher 07 sugere esse sentimento de medo associado à noite, que se intensificou com a emergência das facções de tráfico de drogas na região.

Eu trabalhava perto da Igreja da Conceição, na época de festa assim, eu vinha de lá pra cá a pé sozinha, eu vinha nove e meia, dez horas da noite. Tinha dia que eu ficava lá até onze horas da noite, meia noite. Às vezes eu vinha com Painho porque ele ligava ‘filha, tu vai vir de que horas?’, ‘sei não’, ‘pois quando tu sair daí, tu liga, que eu vou te buscar, pra tu não vir sozinha’, mas tinha vezes que, quando ele pensava em ligar pra mim, eu já estava chegando em casa. Não tinha problema nenhum, mas hoje em dia a gente não fica mais. Durante o dia eu não tenho tanto medo não. Apesar de, se for de acontecer, acontece qualquer hora, mas durante o dia, à tarde, eu não tenho tanto medo de andar por aqui não, eu vou tranquila. Mas à noite, não. De noite, eles estão mais na rua. (Mulher 07)

Entre as mulheres entrevistadas, as saídas noturnas restringem-se, em sua maioria, ao trajeto direto entre o local de trabalho ou estudo e suas residências, bem como a participação em atividades religiosas. No entanto, esses percursos contam frequentemente com a companhia de familiares do sexo masculino, como também a mobilização de caronas oferecidas por colegas ou vizinhos e, em alguns casos, através de viagens em aplicativos de transporte privado, semelhantes aos táxis. Essas táticas visam proporcionar uma maior sensação de segurança pelas ruas do bairro. Diego-Cordero *et al.* (2020) apontam a figura de um “guardião masculino” como uma das táticas de enfretamento utilizadas pelas mulheres, destacando o papel do acompanhante masculino como protetor frente a possíveis ameaças, notadamente no retorno para casa após suas atividades noturnas. Algumas falas das entrevistadas corroboram essa perspectiva, evidenciando que a necessidade de adotar medidas de proteção nos espaços públicos no período noturno.

[Você costuma sair de noite?] Só para a igreja. Mas já tem uma pessoa que vem buscar nós. O dirigente da igreja, ele sempre passa por ali e vem buscar a gente. Geralmente, né, não é todas as noites não. Porque na realidade a gente vai para a igreja domingo, terças e quintas. Porque na maioria das vezes eu vou de dia também. Aí quando é à noite, ele passa e leva a gente. (Mulher 02)

Dependendo do horário, se eu sair tarde, eu só consigo descer aqui embaixo porque ele [o ônibus] não sobe mais para lá. Se meu esposo estiver em casa, não estiver trabalhando, eu desço na Praça do Cemitério, ele vai me buscar. Para descer sozinha, eu tenho medo de vir. (Mulher 09)

Eu trabalhava perto da Igreja da Conceição, na época de festa assim, eu vinha de lá pra cá a pé sozinha, eu vinha nove e meia, dez horas da noite. Tinha dia que eu ficava lá até onze horas da noite, meia noite. Às vezes eu vinha com Painho porque ele ligava ‘filha, tu vai vir de que horas?’, ‘sei não’, ‘pois quando tu sair daí, tu liga, que eu vou te buscar, pra tu não vir sozinha’, mas tinha vezes que, quando ele pensava em ligar pra mim, eu já estava chegando em casa. Não tinha problema nenhum, mas hoje em dia a gente não fica mais. (Mulher 07)

Ou às vezes eu pego carona, às vezes eu divido o Uber. Às vezes tem um amigo meu que fica lá de madrugada perto de onde eu trabalho, ele mora na metade do caminho da minha casa, mas ele me deixa em casa e eu dou um prato de comida a ele. Aí eu não gasto o Uber. (Mulher 08)

As falas também expressam uma sensação recorrente de medo, que leva as mulheres entrevistadas a descartarem certas opções de mobilidade, como retornar para casa a pé ou de bicicleta sozinhas à noite, principalmente quando os trajetos incluem áreas consideradas perigosas. Essa exclusão de alternativas reflete as restrições impostas a partir de suas percepções de insegurança.

[Quais são as ruas ou áreas que você se sente segura no bairro?] Depende do horário, porque o Centro no horário comercial, é uma maravilha. Agora saindo do horário comercial, para a mulher, a mulher já se torna vulnerável. Por exemplo, eu gosto muito de andar de bicicleta, eu resolvo minhas coisas de bicicleta. Vou lá, faço as minhas compras, venho com as sacolas. Eu sempre transportei meus filhos de bicicleta, com menos de um ano eu já botava naquelas cadeirinhas que tem assim no guidão, andava para todo canto com eles. Mas, por exemplo, eu não vou para o meu trabalho de bicicleta, porque para ir é uma maravilha, mas para voltar é de madrugada. Para voltar, o percurso é o mesmo, o cansaço não seria mencionado. Mas é levado em questão porque tem um monte de crackento [usuários de crack] no meio da rua, doido para roubar uma bicicleta, um celular, ou um dinheiro que eu trabalhei da minha diária para usar em droga ou coisa pior. Então eu não vou trabalhar de bicicleta por causa da violência. (Mulher 08)

O uso do solo predominantemente comercial no Centro de João Pessoa gera um completo esvaziamento do movimento de pessoas durante a noite, de modo que as ruas deixam de ter a vigilância natural e o controle informal das pessoas, ou “os olhos da rua” (Jacobs, 1961). As mulheres entrevistadas elegeram o horário das

“cinco e meia” da tarde como um limite considerado seguro para saírem do trabalho, caminhar até as suas casas ou esperar o ônibus na parada, pois esse momento antecede o anoitecer, coincidindo com a hora do pôr do sol na maior parte do ano na cidade.

Você tem uma exposição ali em horários mais cedo, antes das 7h da manhã, no horário entre 11h e 13h da tarde e após às 17h, então, é uma exposição, uma insegurança total. Nos outros horários, entre 8h e 10h, tem um movimento maior, porque ali tem bancos, tem lojas, tem outras coisas, então tem uma movimentação maior, você se sente um pouco segura. (Mulher 04)

Depois que as lojas estão fechadas, aí não é favorável a pessoa ficar numa parada de ônibus, depois de altas horas. Quando as lojas estão abertas ainda, que tem movimentação, mas depois eu acho que não. A senhora andaria também quando tivesse as lojas fechadas por aqui? Eu mesma não me arriscaria não. Depois que tivesse as lojas tudinho fechada por aqui, que não tivesse um pé de gente, e ficar esperando na parada do ônibus, não é arriscado? (Mulher 19)

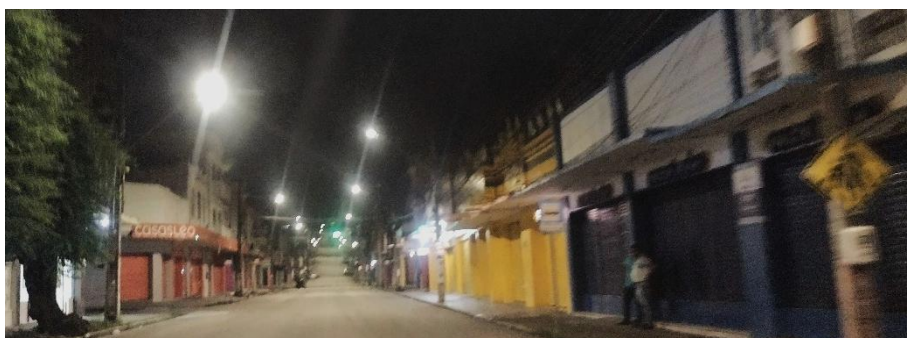
[E como é aqui à noite?] Aqui de noite? É muito assalto, minha filha. [A senhora fica até que horas?] Eu vou mais cedo para casa, eu saio daqui cinco e meia, mas quem fica aqui até seis horas, sete horas da noite, já é todo mundo assaltado. (Mulher 13)

Durante horário de pico, horário comercial, é tudo normal. Agora ninguém vai andar depois de sete horas, oito horas da noite, aí realmente é perigoso. (Mulher 16)

Essa constatação reforça a crítica de Jacobs (1961) em relação à separação dos usos da cidade e à concepção do território baseada no zoneamento, no crescimento disperso e monofuncional. A autora indica uma perspectiva de leitura da vida cotidiana que busca compreender as necessidades reais de homens, mulheres e crianças no espaço urbano, bem como as atividades e os lugares utilizados pelas pessoas no dia a dia. Sua proposta de bairros com usos mistos e curtas distâncias, integrando comércio, serviços e transporte público frequente e acessível, representa um conceito de cidade multifuncional, que geraria diversidade e vida urbana, capazes de satisfazer as necessidades das mulheres e beneficiar todas as pessoas.

As áreas com maior concentração de comércios e serviços, localizadas no Varadouro e no Centro, além de serem predominantemente monofuncionais, são relativamente distantes das comunidades Saturnino de Brito e Renascer, situadas a pelo menos 800m ou a cerca de 15 minutos de caminhada. Após o fechamento das lojas, caso as mulheres optem por retornar para casa a pé, durante a noite, elas se deparam com ruas comerciais desertas, o que intensifica o medo e a insegurança em relação à possibilidade de serem vítimas de violência. Uma das entrevistadas narrou um episódio de assalto na Avenida Beaurepaire Rohan, quando caminhava de volta para casa, ao final de seu expediente de trabalho.

Eu fui assaltada quando vinha do trabalho, (...) foi no Centro, perto do Shopping 4400, na B. Rohan. Eu vinha do trabalho, vinha eu e minha prima, a gente trabalhava em lojas separadas, aí a gente se encontrava e vinha andando para casa pra economizar a passagem. A gente vinha, aí duas moças, uma botou a faca no pescoço da minha prima e a outra botou a faca na minha barriga. Eu até pensei em reagir na hora, mas como eu vi que a outra estava a faca no pescoço da minha prima e ela podia fazer alguma maldade, ela não tinha nada a perder, a gente tinha, aí eu só fiz entregar o celular a ela, minha prima entregou o celular e a gente teve que vir embora. (Mulher 09)



←Figura [F63]
↓ Figura [F64]
Avenida Beaurepaire Rohan durante o dia e à noite.
Fonte: Acervo da autora, 2023.

Caso as mulheres optem por voltar para casa de ônibus ao fim da tarde ou à noite, elas precisam caminhar até o Terminal de Integração ou até o Parque Sólon de Lucena para acessar as linhas de ônibus que atendem a área central. Entretanto, as entrevistadas relatam sentir medo nas proximidades da Integração, especialmente devido à presença da “cracolândia”, situada entre a Avenida B. Rohan e a Rua Maciel Pinheiro. Além disso, elas expressam insegurança ao ficarem esperando nas paradas de ônibus após o encerramento do horário comercial, por medo de experimentarem algum tipo de violência (cf. Figura [F65]).



← Figura [F65]
Paradas de ônibus no Varadouro, próximas à Avenida B. Rohan. Fonte: Acervo da autora, 2023.

As trabalhadoras entrevistadas na área próxima ao Terminal de Integração associam os delitos ocorridos nessa região aos usuários de drogas, referidos como “noiados”. Elas são capazes de reconhecê-los pela frequência com a qual os veem circulando na área, entrando e saindo da “cracolândia”, e também relatam observá-los praticando roubos e furtos. Quatro entrevistadas relataram que preferem “subir” até o Parque Solón de Lucena, por ser mais movimentado, ao invés de “descer” para o Terminal de Integração, ainda que estejam mais próximas deste último. Elas escolhem fazer um percurso maior para evitar passar pela “cracolândia”, que está situada no caminho para a Integração (cf. Figuras [F66] e [F67]).



←Figura [F66]

↓ Figura [F67]

Descida para o Terminal de Integração durante o dia e à noite. Fonte: Acervo da autora, 2023.

E subindo na Integração, também ficam várias pessoas lá, eles mexem, ficam soltando gracinha, tem muito usuário de droga, você vê aqueles usuários de droga na rua. Eu tenho muito medo de passar lá, principalmente à noite. É próximo à cracolândia. As moças que me assaltaram correram para lá. É um lugar que eu evito ao máximo passar. (Mulher 09)

De noite a galera pega o ônibus lá em cima [na Lagoa], porque não desce para a Integração com medo. Se descer, é capaz de ser roubado. A Cracolândia é aí atrás, filha, aí aqui até cinco e meia, você pode vir até cinco e meia, seis horas. Não, você pode ir ali agora que já tem um noiado na esquina. Outro dia aqui, na época da Copa [do Mundo de Futebol], levaram a bolsa da mulher, saíram correndo, os caras saíram atrás, o cara puxou uma faca maior do que eu. O Centro de João Pessoa é uma vergonha. Acabou-se. (Mulher 14)

Mulher, [eu me sinto] insegura, com medo, com medo de assalto, essas coisas, principalmente quando eu vou para a parte ali do Teatro [Santa Roza], eu vou lá sempre fazer depósito, e sempre eu vou com medo. Embora eu vá mexer no celular, que eu sei que é errado, mas eu vou com aquele medo de assalto, de alguém. [Lá você sente medo por quê?] Porque tem muito morador de rua, essa área aqui [apontando para a Cracolândia] tem muito usuário de droga, né? [Aqui nessa rua?] É. (Mulher 11)

Como eu vivo mais aqui, (...) eles [os usuários de drogas] passam, vê a gente, eles vêm comprar. Eu não tenho nada contra, cada um tem sua vida. Mas eu tive que levar minha irmã lá em cima no ponto do ônibus [na Lagoa] para ela não ser assaltada, infelizmente, porque era quase essa hora [18h]. [Por aqui tem muita violência?] Muito noiado, muitos usuários de drogas, aí eles pegam qualquer pessoa. [E quais são as áreas mais perigosas?] Aqui nesse beco, nessa esquina aí [Av. B. Rohan]. (Mulher 20)

Esses relatos corroboram com a ideia de Valentine (1989) de que as mulheres, diante de experiências de violência vividas, ouvidas e reproduzidas no seu meio social, elaboram mapas mentais de lugares específicos onde ocorrem ataques. Assim, elas desenvolvem uma geografia particular de lugares aos quais renunciam por medo, como uma maneira de lidar com a situação de violência. A região do Terminal de Integração, por sua vez, coincide diretamente com a localização dos crimes violentos letais intencionais direcionados ao gênero feminino que, segundo as notícias jornalísticas, estariam associados à dinâmica do tráfico de drogas na “cracolândia”.

6.3. MEDO DE TIRO: IMPREVISIBILIDADE, VIOLAÇÃO DA PAZ E TRANSTORNOS MENTAIS

As entrevistadas utilizam expressões relacionadas ao “medo” de “tiros” e “tiroteios”, para descrever a atuação das “facções” e o contexto dos conflitos entre os grupos armados. Termos como “briga de facção”, “troca de tiro” e “bala perdida” são mencionados como eventos recorrentes, mas sobretudo, inesperados e imprevisíveis. As mulheres relatam que tais ocorrência podem acontecer “de repente”, seja em brigas entre traficantes ou até mesmo em conflitos entre vizinhos, em caso de alguém munido com arma de fogo.

A iminência e imprevisibilidade dos confrontos a qualquer momento causam medo e tensão constantes, impactando negativamente a

saúde mental dos moradores das favelas. Os efeitos da violência armada acarretam prejuízos objetivos e subjetivos, resultando em um conjunto de violações individuais e coletivas relacionadas à presença de armas no território. Essa dinâmica não se limita apenas pelo impacto imediato dos confrontos, mas se estende de maneira mais ampla ao sofrimento psíquico de viver cotidianamente com grupos armados, conforme discutido por Machado & Leite (2007).

Por ser em comunidade, a gente sabe, essa questão de briga, de facção, troca de tiro, essas coisas, então o temor é mais por isso, que de repente, surja uma confusão e você não estar esperando e ser vítima de uma bala perdida. (Mulher 04)

Porque, como a gente mora numa área de risco, o povo fala área vermelha, né, a qualquer momento pode aparecer um tiroteio, porque já teve muito por aqui, no início que a gente veio morar aqui. Uma vez teve aqui, aqui atrás de casa. (Mulher 02)

Eu tenho medo de um tiroteio, de repente, pelo fato de a gente já ter presenciado tantos, fica com medo. Eu tenho medo disso. (Mulher 02)

Mas porque assim, se tiver uma troca de tiro de repente, Deus o livre, e a gente for passando...Várias vezes aconteceu, né, pega em gente que não tem nada a ver. (Mulher 03)

Porque, muitas vezes, mesmo sendo da área, vira e mexe acontecem episódios de assalto, às vezes não é diretamente com você, tem alguma briga do lado e você tem medo que alguém esteja armado e saia um tiro. (Mulher 04)

Mas gente passa por muito risco aqui. [Quais são os tipos de risco que você passa?] Uma bala perdida. A gente quando sai de casa, a gente já está correndo risco, a gente está arriscando nossa vida. [Já aconteceu aqui?] Aconteceu já, muitas vezes aqui, já morreram muitos aqui em João Pessoa de bala perdida, pessoas inocentes. Na hora errada, você está ali na hora errada e pega em você. (Mulher 17)

A violência armada impacta o corpo, o psicológico e o emocional das mulheres que permanecem em estado constante de alerta diante dos sons dos tiroteios. O corpo fica tenso, assustado, amedrontado, em desespero e, ao longo do tempo, torna-se doente, física e mentalmente. Diversos transtornos de saúde acometem as mulheres

moradoras de favelas, como depressão, crises de ansiedade, ataques de pânico, episódios de insônia, estresse e dores corporais, em virtude do contexto de violência no qual estão inseridas.

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC, 2023) revela que os moradores de comunidades afetadas pela violência apresentam maiores chances de desenvolver insônia, ansiedade, depressão e pressão alta, com cerca de 51% afetados com pelo menos uma dessas doenças. Outro estudo da ONG Gerando Falcões (Garrett Júnior, 2021) constatou que a taxa de ansiedade entre os moradores de favelas (36%) é quatro vezes superior à média nacional (9%), afetando principalmente mulheres e pessoas com renda de até um salário-mínimo.

Segundo Riba (Galvão, 2023), a exposição a situações de violência aumenta significativamente o risco de desenvolver problemas de saúde, pois o tempo de exposição está diretamente relacionado à gravidade das consequências. Assim, a possibilidade de que uma experiência pontual de violência cause efeitos prolongados é geralmente menor em comparação àquelas pessoas que enfrentam violências de forma contínua e cotidiana.

A vida de uma mulher negra moradora de favela representa um ato de resistência a múltiplas formas de violência, principalmente aquela perpetradas pelo Estado, em que as desigualdades socioeconômicas expõem as mulheres a situações de violência infraestrutural (Rodgers & O'Neill, 2012). Além disso, muitas das dificuldades vivenciadas pelas mulheres negras e faveladas são frequentemente invisibilizadas e subestimadas, por emergirem de uma população historicamente desumanizada na sociedade brasileira (McKittrick, 2011).

Os indicadores sociais brasileiros demonstram as diferenças interseccionais enfrentadas por mulheres negras moradoras de favelas. Elas representam a maioria das pessoas com condições

precárias de vida, em grande parte devido à ausência de trabalho e às dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos, incluindo educação e saúde. Além disso, a exclusão de atividades voltadas ao cuidado físico e aos serviços de saúde mental e assistência psicológica, que poderiam minimizar os impactos das desigualdades e dessa violência armada dentro dos territórios da favela, sugere a negligência do Estado como incremento de todas as formas de violência contra a mulher (IPG, 2016).

Nas narrativas das mulheres entrevistadas nas comunidades Saturnino de Brito e Renascer, destaca-se a necessidade de políticas públicas de saúde mental que atendam aos moradores das favelas expostos aos confrontos armados nesses territórios dominados por facções e aos traumas psicológicos decorrentes de experiências de violência com familiares e amigos.

O que poderia mudar? Era que, sei lá, governador, presidente, agilizasse esses negócios de postinho para, na verdade, a gente saber o que é isso, porque a gente depende de médico. A gente depende dessas coisas, porque faz mais de 15 dias que eu pedi uns exames, a médica passou uns exames no posto e até agora nada. Eu não sei se isso é depressão, eu não sei o que é. Eu só sei que eu vou precisar de fazer uns exames para saber, na verdade, o que é. A minha segurança que eu queria era isso, um atendimento melhor. Porque, na verdade, a gente está morrendo à míngua. (Mulher 01)

[Quais são os impactos e as consequências que você sente da violência no seu cotidiano?] Eu acho que isso influencia muito no psicológico, principalmente, porque acho que depois que aconteceu isso com meu primo, eu não tenho mais psicológico, mais nada, depois eu tive ansiedade, crise de ansiedade. Além das crianças que eram acostumadas com ele. Porque meu filho pergunta, aí para você explicar o que foi a situação, o porquê ocorreu, como ocorreu, é mais difícil explicar. O meu mais velho faz terapia, ele sente tudo ao extremo, eu evito contar. A forma dele de se expressar é se isolar e chorar o tempo todo. E a falta de acessibilidade para psicólogos, psiquiatra, para fazer o tratamento. (Mulher 09)

Eu tenho muito medo, eu acho que eu tenho algum problema de ansiedade, essas coisas assim. Eu acho que eu estou, não sei. Eu não tenho nem dúvida, deve ser, porque eu tenho medo, às vezes, de pessoas. Tenho medo de homem que veste aquelas roupas de marca, tenho medo. Chapéu, tenho medo. Se eu ver um menino andando de chapéu, eu tenho medo,

tenho trauma dessas pessoas, desses boys que andam de chapéu. [Foi por causa do seu filho?] Foi. (Mulher 01)

Além do medo de circular nos espaços públicos devido aos confrontos entre as facções, o estado de insegurança e alerta permanece até mesmo dentro de casa. A Mulher 02 descreve situações em que fica acordada e vigilante durante a noite, observando e escutando a movimentação das facções para garantir que ela e seus filhos estejam em segurança para dormir e relaxar seus corpos. O medo se intensifica ao ouvir tiros de origem desconhecida, o que a impede de dormir tranquilamente. Além disso, ela expressa uma constante preocupação com os filhos pequenos, refletindo as dificuldades como mãe solo em um ambiente permeado pela violência. Para lidar com a situação, ela recorre à companhia de uma amiga na tentativa de encontrar apoio emocional nessas noites tumultuadas.



← Figura [F68]
Vista a partir do Conjunto Habitacional para o Renascer. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Eu só durmo depois de uma hora da manhã, se eu não tomar o remédio, eu só durmo depois de uma hora da manhã. Ontem eu fazendo umas coisas, colocando umas roupas para estender, uma hora da manhã, fica esse povo no meio da rua, com medo de invadirem, com medo dos outros caras invadir isso aqui. (Mulher 02)

Eu estava aqui e de vez em quando, de madrugada, eu escutava tiroteio. Madrugada, ou antes da gente dormir mesmo, mas lá na pista. Eu já não tinha medo porque não vinha para cá. Mas quando foi aqui, a gente já teve medo. Outro [tiroteio] que teve ali eu não tive medo, porque foi para ali, não foi para cá. (Mulher 02)

Fulana essa semana dormiu lá em casa, eu estava meio com medo e disse 'Fulana, dorme aqui mais eu' (...) Estava me sentindo muito assim. Porque, na noite anterior, me deu aquela coisa ruim. Imagina, se um cara sobe aqui, e eu só com aqueles meninos? Sicrana, não. Sicrana ainda tem Beltrana [a companheira] para dar um suporte. E eu com aqueles três meninos sozinha? (Mulher 02)

Um levantamento realizado no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, apontou que 63% dos entrevistados sentem medo de serem alvejados por tiros em suas comunidades e 71% expressaram um temor ainda maior em relação à possibilidade de que alguém próximo seja vítima de violência (Xavier, 2021).

Os casos de violência ocorridos com vizinhos, familiares e outros moradores da comunidade impactam fortemente o imaginário das mulheres e não se esgotam no momento em que ocorrem. Nas favelas das Trincadeiras, 6 das 10 mulheres entrevistadas descreveram episódios em que familiares ou conhecidos foram atingidos por tiros, muitas vezes tendo testemunhado esses incidentes pessoalmente. Essas situações geraram medo, além de traumas físicos e psicológicos, tendo sido atribuídos aos integrantes das facções, conforme relatam as mulheres.

É, como já teve tiroteio também aqui na praça. Um carro preto passou e meteu bala no menino, o menino ficou sequelado. Até hoje ele tem sequela, ele tem um problema no braço e puxa de uma perna, porque a bala atingiu ele. Mas eu sinto medo. (Mulher 02)

Ave Maria, eu tenho medo, às vezes eu tenho medo só de andar. Eu não tenho medo de sair, eu tenho medo de uma bala perdida, um assalto. Agora está mais tranquilo, mas quando eu cheguei aqui com 15 dias, mataram um cara aí na porta, quase que eu volto para a minha cidade. Mataram aí nessa ladeirinha, quase que eu morro. (Mulher 05)

Quando eles tomaram a Saturnino, eu vi uns vídeos que as meninas estavam mostrando, sabe o que é uma guerra, aquelas coisas que você vê em filmes de guerra? Eles entrando, ocupando, avançando, atirando nos outros. Quem era da facção que eles estão tirando, eles saíram arrastando. Na hora que o velhinho se levantou, o tiro passou assim no ouvido dele, ele ficou 15 dias sem escutar. Eu já passei por isso já, já passei por isso. (Mulher 06)

Mulher, já mataram bem uns 6 aqui na frente da minha casa, tu acredita? Eu ver o rapaz cair, a pessoa atirar, tu vai fazer o que? Tu vai fazer nada. Eu via na hora que a bala entrava e o sangue saía para fora. Tu tem noção? Aqui na frente, aqui na esquina, o cara estar gritando pedindo socorro e não chegar ninguém. Ninguém pode ir lá socorrer, ninguém pode ir lá fazer nada. (Mulher 06)

Na minha rua mesmo, mataram uma menina de 16 anos. A gente escutou um barulho de madrugada, 4 horas da manhã, quem ia na rua para olhar o que era aquilo? No outro dia a gente ficou sabendo que era dentro da casa abandonada, que o cara estava matando uma moça. Então tudo isso gera situação de violência, uso de droga, um uso totalmente equivocado daquele espaço que poderia estar sendo útil. (Mulher 08)

[Quais os impactos dessa violência no seu dia a dia?] Só questão da liberdade, você não tem, você não se sente seguro na rua. Até aqui mesmo que está calmo, mas você fica esperando uma hora ou outra, ter bala aí e tu morrer. Já aconteceu aqui, criança levar tiro, perder massa encefálica. Não morreu porque Deus não quis, mas ele levou 6 tiros. Tá vivo aí até hoje, mas com sequelas. Você sai na rua, você não sabe se ou fica sequelado ou morre. É de repente, é do nada. (Mulher 06)

Esses relatos se alinham ao entendimento de Adorno & Nery (2019) de que o fenômeno “violência” é mais abrangente do que o conceito de “crime”. A subordinação e o cerceamento de direitos podem manifestar-se de formas sutis e encobertas, que inicialmente podem parecer distantes da imagem coletiva de violência (Adorno & Nery, 2019). Uma das entrevistadas exemplificou essa dinâmica ao relatar que, em situações de discordância com os vizinhos, opta por adotar

uma postura pacífica para a resolução do conflito, mesmo que compulsoriamente, evitando “debater” e prolongar a discussão. Nesse contexto, uma simples divergência envolvendo filhos e crianças gera, nas mulheres entrevistadas, preocupações sobre as reações e comportamentos dos vizinhos, levando as mulheres a temerem possíveis vinganças ou retaliações. Mas, sobretudo, existe um medo latente de disparos de arma de fogo, como se a presença das facções de tráfico de drogas na comunidade criasse uma “atmosfera de desordem” (Carrier, 2009), que oportuniza, a qualquer momento, a ocorrência de delitos mais ou menos graves, mesmo entre os moradores que não integram os grupos armados.

Eu prefiro não me envolver, por exemplo, quando a pessoa quer brigar comigo. Eu procuro me sair, para não debater com a pessoa, porque às vezes você está falando, falando, falando, termina acontecendo alguma coisa, a pessoa querendo vir para cima de você. Eu prefiro me sair e não debater. E procuro me dar bem com todo mundo para depois a pessoa não criar rixa sobre mim e vir para cima de mim. Se acontecer de um menino descer, vai brincar, depois acontecer alguma coisa com eles brigando, eu procuro até deixar para lá do que bater boca com a mãe da criança para a gente não acabar se estressando. Se tiver pessoas conhecidas, estar sempre de boa com a pessoa. (Mulher 02)

A gente tem uma certa confiança por ser da área desde criança, mas o medo não deixa de existir não. Porque, muitas vezes, mesmo sendo da área, vira e mexe acontecem episódios de assalto, às vezes não é diretamente com você, tem alguma briga do lado e você tem medo que alguém esteja armado e saia um tiro. Essa minha tia mesmo foi vítima de uma bala perdida de uma briga, há uns anos atrás, quando a gente morava mais em cima. Os caras estavam brigando naquela esquina lá, e o cara atirou com uma pistola e pegou na artéria femoral dela, quase que morre. Então, além do conhecimento que a gente tem, teve uma vivência dentro de casa, isso reforça o medo. (Mulher 04)

A Mulher 02 compartilhou uma experiência em que, levando seus filhos para a escola, passaram em frente a uma residência de onde emanava o cheiro de maconha. Visivelmente chateada, ela expressou em voz alta, “que cheiro podre!”. No entanto, as suas crianças ficaram amedrontadas, pedindo para que ela parasse de reclamar, temendo que, se o vizinho estivesse armado, ele poderia sair imediatamente

da casa para atirar na mãe. Neste sentido, as mulheres entrevistadas reconhecem que as crianças vivenciam o impacto de violência no cotidiano e, em resposta, também desenvolvem rituais e táticas de sobrevivência para lidar com situações inesperadas de tiroteios ou confrontos entre facções quando estão brincando na rua.



← Figura [F69]
Praça da Amizade,
Renascer. Fonte: Acervo da
autora, 2023.

[E na vida cotidiana, como é?] Mulher, aqui a gente está até acostumada, meio que se acostumou, às vezes os meninos estão na rua, a gente escuta um barulho, ‘corre, corre’. Até os meninos mesmo, os pirralhinhos dizem ‘tiro, tiro, tiro, entra todo mundo’. Aí entra pra casa, a gente já fica esperando o que vai acontecer, mas meio que já se acostumou com tudo. A gente escuta até quando, às vezes, é uns tiros lá pra longe. Como a gente mora aqui mais alto, aí vem a zuada [barulho], a gente pensa que é perto, mas não é, é longe. (Mulher 07)

Para tentar lidar com a imprevisibilidade dos confrontos entre os grupos armados, as mulheres entrevistadas relataram acompanhar os telejornais locais, com o intuito de entender o movimento das facções e saber os locais da cidade onde estão ocorrendo os confrontos, o que lhes permite prever se algum dos conflitos noticiados pode repercutir na comunidade onde residem.

Você não assiste jornal? Você não vê o que passa no jornal? Só tragédia(...). Eu assisto. A gente convive em um ambiente perigoso, a gente tem que assistir o jornal para ficar mais orientado. (Mulher 21)

A violência daqui está até mais tranquila, agora está em Bayeux e Cabedelo. (Mulher 06)

6.4. MEDO DA VIDA URBANA: AS RESTRIÇÕES ESPACIAIS E TÁTICAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Ao longo de suas vidas, elas desenvolvem múltiplas táticas de proteção contra situações de violência, moldadas por suas trajetórias e experiências individuais e coletivas. As relações de poder exercidas pelas facções no território das favelas influenciam a maneira segundo a qual as mulheres se movimentam pelo espaço. Nesse contexto, o poder das facções assume proporções subjetivas maiores do que sua real capacidade de domínio, uma vez que, sendo afetadas pelo medo do poder bélico dos grupos armados, as mulheres passam a orientar-se com base no que acreditam ser lugares permitidos ou proibidos, perigosos ou seguros, ficando condicionadas às fronteiras estabelecidas por esses grupos para garantir sua segurança e preservar suas vidas.

Essas fronteiras ficam evidentes nas descrições que as entrevistadas fazem entre as facções e os diferentes níveis topográficos do bairro das Trincadeiras. As moradoras do Renascer, localizado na parte mais baixa, descrevem ter medo da Saturnino de Brito, utilizando expressões como “medo da principal lá em cima”, “medo da subida”, “medo de subir para o Centro”. Por sua vez, as mulheres que residem na parte alta do bairro expressam a percepção de que descer para a área do Renascer é um movimento arriscado, refletindo as dinâmicas de insegurança e a divisão espacial que permeiam o território.

[Quais são as ruas ou áreas que você se sente segura no bairro?] Só por aqui mesmo, (...) é mais seguro porque aqui a gente conhece todo mundo, até aqui próximo à Praça do Cemitério. Do lado de cá, porque na praça mesmo, eu acho perigoso, porque já vai o pessoal do outro lado da Ilha do Bispo, que já é contrário do pessoal daqui. [E como você sabe quais são os territórios de outra facção?] É porque aqui a gente mora há muito tempo né? Eu moro aqui há 33 anos. Geralmente a gente não sabe quem são as pessoas mais,

porque muda de tempos em tempos, mudam as pessoas, porque umas são presas, outras são assassinadas e assim vai, mas a gente conhece as áreas. Dessa rua principal para o lado de cá, já é uma facção. Aí passa a pista, depois do cemitério pra trás, descendo o viaduto, já é outra, que é rival da daqui. A gente conhece porque como a gente mora aqui há muito tempo, aí a gente sabe. [E lá nos prédios?] E lá nos prédios já é outra. (Mulher 07)

[Onde você evita passar?] Aqui na [comunidade] Saturnino de Brito. [Por quê?] Porque é aí onde eles ficam brigando para querer mandar, querer tomar conta da rua. Aí só vai se for eles. (...) Por exemplo, se você morar em um bairro que tem tráfico, você não pode entrar no bairro do outro. Se morar no Treze de Maio, você não pode vir aqui. Eu moro aqui, mas se eu vier ali de onde Fulana mora [no Renascer], não pode entrar aqui. (Mulher 05)

[Quais são as ruas que você tem medo ou evita passar?] Ali em cima. [‘Ali’ que você fala é onde?] Na Saturnino, a subida aqui das Trincheiras. Por aqui eu tenho medo não, tenho medo mais na principal lá de cima. (Mulher 03)

As moradoras das favelas do bairro das Trincheiras elegeram a rua “principal” como sendo um lugar de medo, referindo-se à Rua Rodrigues Chaves, onde já ocorreram inúmeros “tiros” e “tiroteios” envolvendo traficantes. Nesse local, elas já foram vítimas de “bala perdida”, assim como a maioria das histórias de violência se passaram ali, marcando fortemente o imaginário das moradoras. Elas explicaram que essa rua, sendo o limite entre territórios das duas comunidades e, portanto, entre as duas facções, seria o local onde os integrantes de uma facção passam atirando para chamar os rivais e incitar o confronto entre os grupos.

Eles chegam ali e atiram para cima, ‘vem, misera, vem’, chamam lá aqueles nomes bem lindinhos, chamam lá fora, viu, e vão embora. Ali é a Faixa de Gaza, ali é uma divisória. [É uma zona neutra?] Ali só sai e entra quem é daqui, quem é de lá não vai vir pra cá. Passa para subir a ladeira, mas não entra, nem na comunidade nem no condomínio, porque tem gente dos dois lados. Atira lá nessa área, fica chamando e vai embora. Aqui a gente mora numa cuia (fazendo movimento circular), isso aqui tudo é outra facção aos arredores, só aqui é uma. Eles passam e atiram aqui na avenida, aqui nessa balaustrada, nos matos ali no escuro. (Mulher 06)

Ao subirem a rua Rodrigues Chaves, as mulheres que moram na parte baixa passam pela esquina da rua Saturnino de Brito, onde têm a opção de virar à esquerda para pegar um caminho mais curto e com menor declividade para vencer a topografia íngreme. Nesse momento, elas hesitam entre continuar pela rua Rodrigues Chaves e fazer o caminho mais extenso e mais íngreme, ou entrar na Rua Saturnino de Brito e ir pelo caminho mais curto, mas atravessando o território da facção rival (*cf.* Figura [F70]). Esses relatos reforçam a hipótese lançada nesta tese de que a territorialização das comunidades por grupos armados restringe os movimentos das mulheres nos espaços públicos do bairro, limitando seus percursos às fronteiras referentes às áreas de atuação das facções de tráfico de drogas.



← Figura [F70]
Esquina Rua Rodrigues Chaves (à direita) e Saturnino de Brito (à esquerda). Fonte: Acervo da autora, 2023.

As mulheres que precisam equilibrar o trabalho reprodutivo e o produtivo usam seu tempo não remunerado para “costurar a colcha de retalhos” das instalações urbanas, dentro de um sistema de transporte e padrões de uso e ocupação do solo, que não são adequados às atividades femininas, em termos de horários, rotas, e distâncias, desfiando-se em deslocamentos dentro de uma cidade construída para o homem (McDowell, 1992).

As entrevistadas acabaram por ressaltar a questão da precariedade da mobilidade dentro do território da favela como potencializadora das relações desiguais de gênero. As mulheres, tendo menos acesso a

veículos próprios, menos recursos financeiros para usar serviços de transportes privados e dispondo de um sistema de transporte público ineficiente em horários e rotas, além do medo da violência ao se deslocarem a pé nos espaços públicos, enfrentam restrições particulares em termos de dinheiro, segurança e tempo em seus trajetos diários, afetando suas atividades produtivas e reprodutivas. Essas condições moldam suas escolhas de mobilidade, levando-as a escolher opções mais caras, apesar de seus orçamentos restritos. Um total de 6 das 10 mulheres entrevistadas mencionou a preferência por viagens em aplicativos de transportes privados para superar as barreiras da topografia, reduzir o tempo de deslocamento para o trabalho e ter mais autonomia durante a noite. Para minimizar os custos, elas planejam compartilhar o percurso com outras mulheres da comunidade, dividindo o custo da corrida.

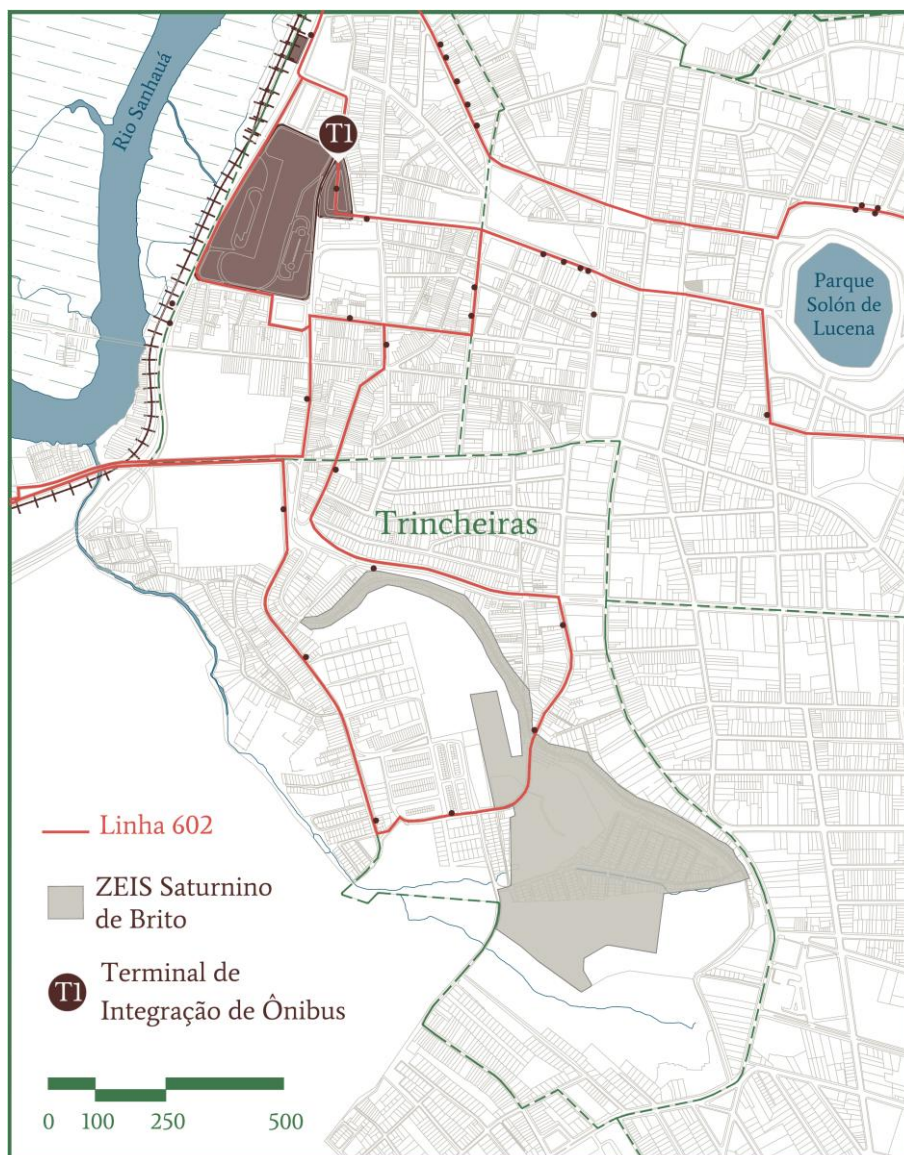
[Como você se desloca para ir ao trabalho?] Uber, geralmente, eu não sei nem como anda de ônibus mais. Depois que aprende, depois que você junta duas, três pessoas para andar de Uber, sai bem mais em conta, sai mais barato que você andar de ônibus. (Mulher 06)

[O que você costuma fazer para evitar ou enfrentar situações de violência nos seus trajetos diários?] Depois desse dia, eu nunca mais fui de bicicleta para o trabalho. Para ir é uma maravilha. Eu economizaria o Uber, né? Porque para a gente que é mãe, qualquer 5 conto, é o lanche da criança levar para a escola. Nesse caso, a economia é eu pagar os 5 de ir, mais 7 de voltar, ou 10, sei lá. (...) Então assim, tudo tem alternativas. É melhor do que eu perder meu celular, que eu vou gastar muito mais para recuperar. (Mulher 08)

[Você faz muitos percursos a pé?] Muito. Se eu for para o banco, que é aqui no centro da cidade, eu vou a pé. Não precisa de carro. Se eu for para a igreja, vou a pé, é pertinho. Vou levar os meninos na escola, vou a pé. Vou para a LBV, vou a pé. Ando muito. [E existe transporte aqui, para subir?] Tem Uber, no caso. Pronto, semana passada, duas vezes. Eles foram de Uber duas vezes, porque estavam tudo atrasado. Uma vez eu deixei, na outra vez eles foram só. Era uma mulher, aí eu deixei eles irem só. Coloquei eles dentro e disse vão embora. Mas se for um homem eu não deixo não. [Você vai com eles?] Eu vou com eles, mas se for mulher eu deixo. 'Mulher, deixe eles ali na escola'. Porque no caso é mãe, né? A maioria das mulheres é mãe, e elas sentem a dor de outra mãe. Aí eu deixei, nesse dia eu deixei. Foi a primeira vez também, nunca

acontece, mas foi a primeira vez. Mas se todas as vezes que eu pegasse um Uber fosse uma mulher, era bom, a gente se sentia mais segura.

Apesar da Área Central contar com uma ampla oferta de rotas de ônibus, as comunidades Saturnino de Brito e Renascer, particularmente, tem acesso direto à apenas uma linha de ônibus circulando na Rua Rodrigues Chaves, a linha 602 – Alto do Mateus, o que restringe as opções de destinos e aumenta o tempo de deslocamento, uma vez que as mulheres precisam frequentemente combinar dois ou mais modais de transporte para chegar aos seus destinos (*cf.* Figura [F71]).



←Figura [F71]
Itinerário Linha de Ônibus
602 – Alto do Mateus.
Fonte: Elaboração da
autora, adaptada de
SEMOB, 2024.

Normalmente, elas pegam um ônibus da favela até o Terminal de Integração, assim como outro ônibus para chegar ao destino final. Por vezes, dependendo do horário e do destino, elas optam por caminhar e subir ladeiras íngremes para acessar as linhas de ônibus ofertados nos bairros limítrofes, como Centro, Jaguaribe ou Cruz das Armas. Essa escolha, embora fisicamente desgastante, é considerada como uma alternativa para contornar a oferta limitada de transporte público na área onde residem e garantir maior flexibilidade de escolhas.

Ainda é privilegiado quem está aqui, quando você vai para a região Sul, que pega Gramame, Valentina, ainda é pior, porque não tem nem a viabilidade do Centro da cidade. Aqui, se não tem uma coisa, mas se eu quiser ir a pé, eu vou no Centro da cidade. Mas querendo ou não, aqui a gente é perto de tudo. Comparado a Valentina, aqui é perto de tudo. Aqui são várias direções, você subiu ali onde vocês desceram, tem o Centro. Subiu aqui nesse outro ângulo, você vai pra Jaguaribe, aqui tem hospital infantil, tem maternidade, tudo aqui em cima. Você vai aqui para Cruz das Armas, é mercado público, tudo que você quiser, tem aqui desse lado. São várias direções, onde você subir aqui, você está perto de tudo. Infelizmente, o que torna distante, o que atrapalha muito, é a subida, somente, nem tanto pela distância. Você desceu, você está na rodoviária, você vai pra qualquer lugar. Se morrer, já está dentro do cemitério. Mesmo andando, em 15 minutos, você está lá no Centro. (Mulher 06)

É porque só tem um ônibus só aqui embaixo. Se você quiser pegar pra Valentina, Mangabeira, para qualquer outro bairro, você tem que subir, tudo é subida. Ou você vai para Cruz das Armas, ou para Jaguaribe, ou para o Centro. Tudo é subida, tudo é uma ladeira, tudo é uma escada, e ladeira de novo. (Mulher 06)

O terreno em declive também foi uma barreira indicada pelas mulheres nos seus percursos e escolhas de viagem. Na Rua Rodrigues Chaves, a distância entre a cota mais baixa e a parte mais alta é de cerca de 500 metros, mas a inclinação acentuada faz parecer que o trajeto é muito mais longo, exigindo mais tempo e esforço físico, além da falta de qualidade das calçadas, com desníveis intensos, pavimentos irregulares ou inexistentes, e dimensões estreitas, tornando o trajeto dificultoso e inacessível para diversos tipos de

pessoas, o que aumentaria ainda mais os riscos de danos físicos, quedas, acidentes e atropelamentos, principalmente para idosos e crianças (cf. Figuras [F72] e [F73]).



Para mitigar esse esforço, as mulheres optam por solicitar viagens por aplicativos de transporte privado e aproveitar as oportunidades de caronas de familiares ou vizinhos que possuem veículos próprios. Esse caso é particularmente relevante para aquelas mulheres que precisam realizar esse percurso várias vezes ao dia, nas suas atividades diárias de reprodução e rotina com os filhos. A Mulher 02 descreveu sua rotina e suas atividades diárias em torno desse trajeto (cf. Figura [F74]), relatando, inclusive, o medo constante de que suas crianças caminhem por essa rua.

[Como costuma ser a sua rotina?] Dona de casa, correria, levo os meninos para a escola, levo os meninos para a LBV, vou buscar na escola, depois vou deixar na LBV, minha rotina é essa. Rotina muito puxada. (...) Quando eu deixo eles na terça-feira com a minha irmã para ir trabalhar, minha irmã leva eles para a LBV, mas eu tenho medo, morro de medo. Porque um pode correr na frente do carro. Criança cega a gente.

← Figura [F72]
↑ Figura [F73]
Transeuntes descendo ou subindo a Rua Rodrigues Chaves. Fonte: Acervo da autora, 2023.



← Figura [F74]
 Mapa Trajetos diários da
 Mulher 02. Fonte:
 Elaboração da autora, 2024.

Além das deficiências relativas às características físicas da rua, haveria, por parte das mulheres entrevistadas, o sentimento de medo relacionado à possibilidade de ocorrer um tiroteio “de repente”, uma bala perdida, um tiro de forma inesperada ao subir ou descer a Rua Rodrigues Chaves.

Uma das entrevistadas também mencionou o medo em relação às edificações abandonadas presentes na Área Central, que como sugere Wilson & Kelling (1982), indicariam uma desordem tanto de ordem física quanto social, “comunicando” a falta de controle social informal da comunidade. Nessas condições, as ações dos criminosos passariam despercebidas, criando um ambiente que encorajaria ainda mais desordem e crimes graves. Esses espaços degradados se

tornam pontos de vulnerabilidade, intensificando a sensação de insegurança das mulheres em circularem pelas ruas do bairro.

Porque essas casas que ficam vazias, o que acontece? Entra os crackentos [usuários de crack], porque eles furam aquela parede, aquele muro, e ficam utilizando aquele espaço só para fazer coisa errada, para usar drogas, já aconteceu até homicídios, que a gente sabe. Nem um, nem dois, acontece direto. Na minha rua mesmo, mataram uma menina de 16 anos. A gente escutou um barulho de madrugada, 4 horas da manhã, quem ia na rua para olhar o que era aquilo? No outro dia a gente ficou sabendo que era dentro da casa abandonada, que o cara estava matando uma moça. Então tudo isso gera situação de violência, uso de droga, um uso totalmente equivocado daquele espaço que poderia estar sendo útil. (Mulher 08)

Outros impactos da violência no cotidiano da comunidade, relatados pelas mulheres entrevistadas, envolvem as limitações das mulheres e o cerceamento de apropriações femininas nos espaços públicos no território da favela. O uso e a apropriação de praças e ruas foram modificados em função do domínio de grupos armados em espaços públicos anteriormente utilizados pela comunidade, assim como pelo medo de conflitos entre essas facções e suas ações violentas dentro da favela. Por exemplo, as mulheres relataram ter deixado de frequentar a Praça do Cemitério e de levar seus filhos para brincar no local. Apesar de ser a praça ou espaço de lazer mais próximo do território da Saturnino de Brito, ele está localizado na fronteira entre duas comunidades comandadas por facções distintas. As mulheres também mencionaram ter deixado de sentar-se nas calçadas para conversar à noite ou restringiram as brincadeiras dos filhos à frente de suas casas, por medo de tiroteios e confrontos de grupos armados.



O que impacta aqui é isso, a gente ficava na rua até tarde levando um vento, um calor danado, a gente ficava sentada na porta lá de casa conversando, os meninos jogando bola, andando de bicicleta aqui em cima, até tarde, a gente olhando, levando vento, até ir dormir. Hoje em dia a gente não faz isso, a gente parou de fazer por medo. Porque quando vem um carro em alta velocidade a gente não sabe o que está acontecendo, se é perseguição, se é só um palhacinho daqui da rua que gosta de fazer isso. A gente tem medo de estar no meio da rua e uma moto bater nos meninos, um carro, nas carreiras. O que impactou foi isso, porque a gente ficava sempre até tarde da noite. (Mulher 07)

Aqui na rua eu me sinto segura, aqui nunca teve questão de assalto, mas nas outras ruas, a partir da esquina para a praça, eu não costumo ir, já é outra comunidade, outra facção. (...) Na Praça do Cemitério, teve a morte de um primo que foi lá, assassinaram um primo meu lá na Praça do Cemitério. Eu não gosto de ir para lá, eu já tinha medo de passar lá por conta desses assaltos que tem lá direto. (Mulher 09)

← Figura [F75]

↑ Figura [F76]

Moradores nas calçadas –
Saturnino de Brito. Fonte:
Acervo da autora, 2023.

Algumas mulheres chegaram a mencionar que só se sentiam seguras dentro de casa, renunciando sair para realizar atividades de lazer. Essa necessidade de autoproteção reforça a perda de acesso e autonomia feminina no espaço público, limitando suas interações sociais, em um contexto em que a convivência comunitária demonstra ser um elemento crucial para o desenvolvimento de habilidades socioespaciais.

[E por aqui onde você mora?] Não. Não tem área aqui que a gente se sinta segura. Eu estando dentro de casa. Dentro de casa, eu estou segura. Mas a nossa segurança está em Deus, a gente nunca sabe. (Mulher 02)

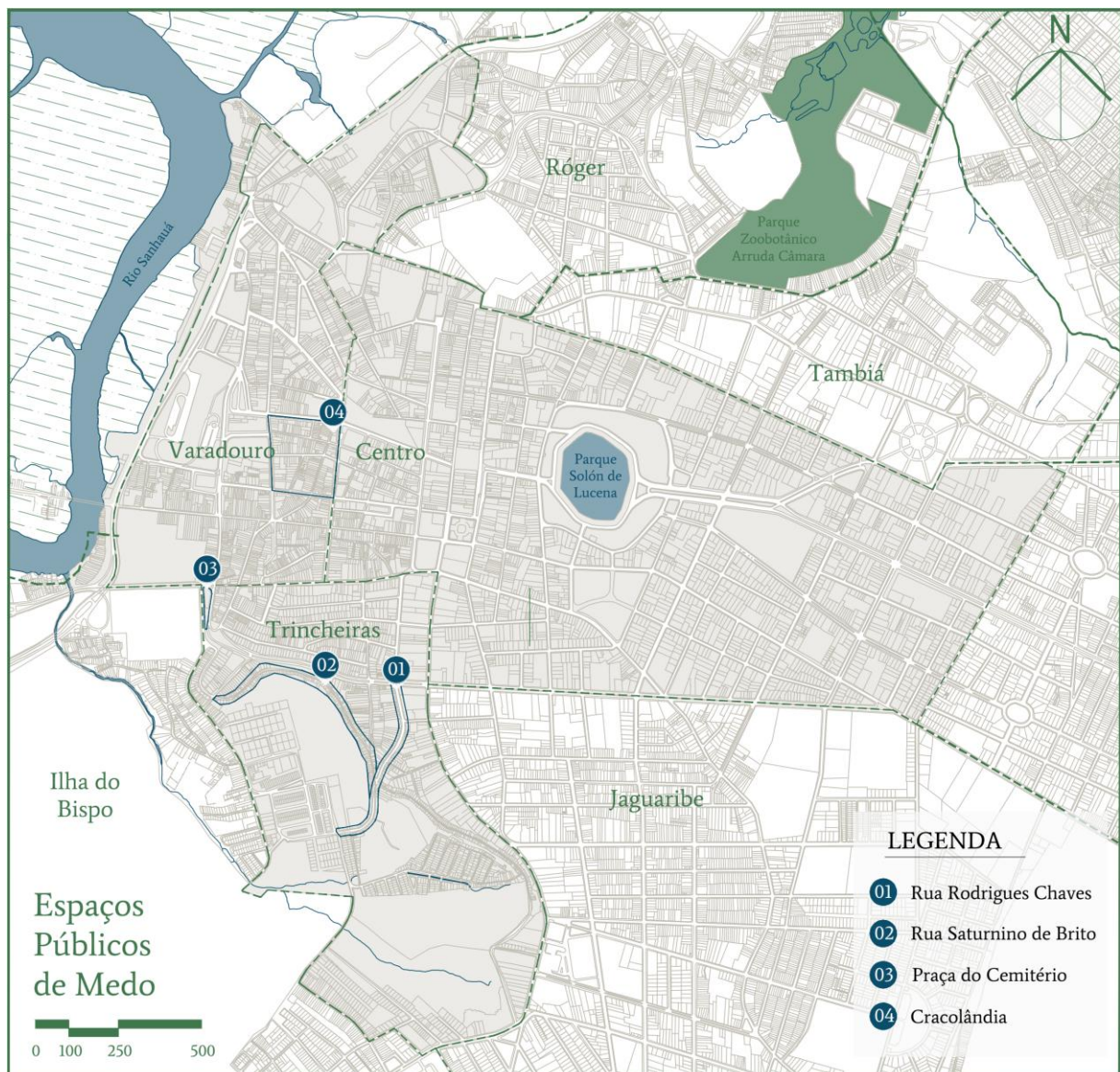
Quais são as ruas ou áreas que você se sente segura no bairro?
A rua? Segura a gente só se sente dentro de casa. (Mulher 03)

Eu não saio muito mesmo porque eu não gosto de sair, eu gosto de ficar em casa. Mas quando eu saio assim, não tem segurança não, eu acho que não tem não. (Mulher 07)

[Onde você costuma ir para seu lazer? Existem atividades de lazer no seu bairro?] Não, tem não. Às vezes no meu lazer eu fico só em casa e às vezes é que eu vou na praia, mas é muito difícil. (Mulher 05)

A partir das falas das mulheres entrevistadas nas comunidades Saturnino de Brito e Renascer, elaborou-se um mapa com os locais de medo, destacando a Rua Rodrigues Chaves, a Rua Saturnino de Brito, a Praça do Cemitério e a Cracolândia (cf. Figura [F77]).

↓ Figura [F77]
Mapa Espaços Públicos de Medo. Fonte: Elaboração da autora, 2024.



CONCLUSÕES

Esta pesquisa partiu da constatação de que as mulheres, em razão das experiências de violências cotidianas, se movimentam pela cidade com medo, limitando seus percursos e apropriações nos espaços públicos. A violência foi compreendida como uma forma de controle e um instrumento para manter, produzir e reproduzir relações de poder, que se manifesta através de uma ampla gama de formas, desde punições explícitas e brutais até mecanismos simbólicos e invisíveis de violência. Os múltiplos sistemas de opressão têm, como eixo central, o pensamento dicotômico e hierárquico que divide e categoriza as pessoas em termos de suas diferenças, tal como branco/preto, homem/mulher, gerando relações de dominação e subordinação (Hooks, 1984).

A constituição do capitalismo colonial e eurocentrado estabeleceu uma perspectiva binária e dualista de classificação da população fundamentada na ideia de raça como mundialmente hegemônica. A raça passou a ser o princípio fundamental da divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal, estruturando múltiplas hierarquias globais e, portanto, ordenando as relações entre gêneros em torno da colonialidade de poder (Quijano, 2005; Grosfoguel, 2016). As construções sociais de gênero estabelecem uma hierarquia implícita semelhante a todos os binários do pensamento ocidental, adotando o princípio masculino como medida de todas as coisas (Bourdieu, 2012; Scott, 1995).

Os papéis atribuídos ao feminino e ao masculino repercutem nos arranjos espaciais, escalas e processos, desde o ambiente doméstico aos espaços públicos, reforçando dualidades como casa-rua, trabalho feminino-trabalho masculino, centro-periferia, além da separação da cidade em áreas residenciais destinadas ao trabalho de reprodução e áreas produtivas relacionadas ao trabalho remunerado (Ciocoletto,

2014). Os espaços públicos seriam percebidos como um território no qual os homens detêm maiores direitos, configurando-se como uma arena masculina, onde as mulheres teriam menos capacidade de serem cidadãs plenamente ativas.

Ao reconhecer as exclusões de gênero e as desigualdades que se constituem através dos espaços, o campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo aponta a necessidade de investigar os efeitos da violência nas apropriações das mulheres na cidade, analisando as restrições espaciais e limitações comportamentais do gênero feminino no ambiente construído.

Para tanto, é necessário explorar a interconexão entre os múltiplos sistemas de opressão que interagem e se articulam nas vivências das mulheres nos espaços públicos, notadamente por aquelas que pertencem a grupos ou identidades desfavorecidas. As experiências de vida continuam a ser moldadas pela localização do indivíduo dentro das estruturas sociais e pelo conjunto de circunstâncias de oportunidades disponíveis, em que o gênero se entrelaça aos demais sistemas de poder e opressão que permeiam a existência situada do indivíduo (England, 1994).

Para as mulheres moradoras de favelas ou comunidades de baixa renda, observa-se os efeitos de diferentes formas de dominação, em que o gênero se combina e se sobrepõe a outros tipos de discriminações como classe e raça, evidenciando experiências diferenciadas, contextuais e situadas, em que as desvantagens de ser mulher e as desvantagens de viver em uma favela se cruzam e se reforçam.

A colonialidade de poder e a ideologia racista condicionaram e refletiram, na organização do espaço urbano, uma “divisão racial do espaço”, resultando em grandes desequilíbrios sociais e práticas de violência espacializadas, no interior das cidades brasileiras, desde o período colonial até os dias atuais. A escravatura transatlântica e o

impedimento à posse da terra para os negros normalizaram a violência racial e impactaram negativamente as comunidades negras. A segregação social reconfigurou-se e reproduziu-se no âmbito espacial, a partir da distinção entre “espaços negros” e “espaços brancos”. Nesse contexto, os brancos, possuidores da terra, territorializaram-se na cidade formal, enquanto os negros, sem direito à propriedade, estabeleceram-se em favelas e ocupações (Gonzalez, 1984).

As desigualdades resultantes das construções sociais e históricas do modelo colonial, capitalista e patriarcal, aliadas a um processo de urbanização desigual, produzem experiências singulares para mulheres negras, caracterizadas pela segregação territorial, diferenças educacionais e limitações no poder aquisitivo. A combinação da dificuldade de acesso a recursos produtivos com a sobrecarga do trabalho doméstico recai especialmente sobre essas mulheres, que, em muitos casos, exercem o papel de chefes de família e compõem os arranjos familiares com as menores rendas, colocando-as na posição mais subalternizada da hierarquia social (IPEA, 2024).

Nesse contexto, a ineficiência do Estado é percebida não somente como uma questão social, mas também como territorialmente seletiva, afetando de maneira mais intensa as áreas mais pobres. Isso evidencia os profundos contrastes nas condições urbanas de infraestrutura entre as classes mais ricas e as mais pobres, reforçando outras dualidades como ricos-pobres, formal-informal, regular-irregular, cidade-favela, que coexistem no mesmo espaço geográfico (Koonings & Kruijt, 2007; Maricato, 2015).

A cidade de João Pessoa, a partir da conquista do território em 1585, seguiu um padrão comum do urbanismo colonial português, organizando-se em duas partes distintas que refletiam uma divisão física funcional, mas também racial; na qual a cidade alta estava

destinada às atividades institucionais e do poder régio, enquanto a cidade baixa era onde circulavam os trabalhadores e viviam os mais pobres (Gonçalves, 2016).

Na segunda metade do século XX, as classes mais abastadas migraram para a região litorânea, abandonando as mansões do Centro e iniciando o desenvolvimento dos bairros da Orla marítima, o que contribuiu para o processo de fragmentação urbana e segregação espacial da cidade de João Pessoa. Nesse processo, o Centro Antigo passou por um progressivo esvaziamento de seus imóveis e consequente declínio econômico, mantendo ainda uma vasta oferta de comércios e serviços populares e comunidades de baixa renda, que ocupam edificações arruinadas ou outros tipos de moradias precárias em comunidades na área central (Maia, 2016; Ribeiro & Silveira, 2009).

A combinação de desigualdades sociais estruturais, exclusão social e vazios de governança deixados pela ausência do Estado em várias áreas contribuíram para a eclosão de formas alternativas de organização social, abrindo caminho para atores armados organizarem esferas paralelas e informais de poder. Grupos armados, especialmente no contexto do tráfico de drogas, passaram a fazer, em certa medida, o papel de “gestores” ou “donos” dos espaços das favelas (Campos, 2005; Leeds, 2006).

O processo de dominação dessas áreas por grupos armados envolve um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, conformando o que se denomina território (Souza, 2013); ou, mais especificamente, território-rede, pois cada facção funciona como uma rede complexa de nós articulados, que se encontram dispersos pelo tecido urbano, mas que pertencem a um mesmo comando (Souza, 2001).

O crescimento das facções de tráfico de drogas contribuiu para o expressivo aumento da violência e das taxas de crimes letais na

Paraíba, tendo sido as comunidades e favelas da área central de João Pessoa aquelas que apresentaram maior número de homicídios de mulheres (FBSP, 2022; PCPB, 2022). Nas comunidades da área central, os moradores veem se desenrolar a guerra entre os grupos armados “Okaida” e “Estados Unidos” e convivem frequentemente com tiroteios e balas perdidas decorrentes dos conflitos entre facções, assim como assassinatos de indivíduos que não cumprem as “leis” impostas pelos membros das facções e diversas outras ações violentas que visam manter o comando do tráfico. O “clima de guerra civil” que se conforma nessas comunidades reforça o medo do crime e torna-se um problema social maior que o próprio delito e atinge uma maior quantidade de cidadãos, que se sentem afetados, ameaçados e em constante perigo (Souza, 2000).

Assim desenhada, a problemática desta tese levantou as seguintes questões: como a violência influencia as mulheres na apropriação dos espaços públicos? E, sendo as moradoras de bairros periféricos e de favelas aquelas que experimentam as desvantagens de gênero, juntamente com as desvantagens de classe e cor/raça, quais seriam os impactos do “clima de guerra civil” e da atividade das facções na mobilidade urbana das mulheres dos bairros com maior número de mortes femininas? Como a vulnerabilidade interseccional desse grupo se manifesta na sua dimensão territorial?

Os métodos mobilizados para a realização desta pesquisa envolveram a caracterização socioespacial dos bairros Centro, Varadouro e Trincheiras, além da realização de dois tipos de entrevistas. As entrevistas curtas foram conduzidas durante observações com transeuntes e trabalhadoras da Área Central, enquanto as entrevistas longas foram realizadas com moradoras do bairro das Trincheiras. A abordagem metodológica focou na análise da vida cotidiana e das percepções subjetivas referentes às emoções geradas na apropriação dos espaços públicos. Nesse sentido, foram

considerados critérios como os sentimentos de “segurança” e “insegurança”, as táticas de mobilidade adotadas em situações de violência, como também as experiências emocionais vivenciadas no bairro.

Assim, partimos da hipótese segundo a qual a apropriação e os movimentos das mulheres pelos espaços públicos da comunidade estariam condicionados e limitados aos territórios e fronteiras referentes às áreas de atuação dos grupos armados, incluindo nas desigualdades de raça, classe e gênero, restrições espaciais adicionais em razão do clima de guerra civil que se conformaria na vida cotidiana do bairro.

Para testar a hipótese da pesquisa, realizaremos o processo de verificação desta proposição inicial, reunindo os principais resultados obtidos ao longo da investigação, que permitirão a validação ou refutação da hipótese.

Verificação da hipótese:

A observação e análise das entrevistas realizadas com mulheres moradoras e trabalhadoras da área central de João Pessoa identificou quatro constatações relativas aos principais medos que permeiam a vida cotidiana dessas mulheres: medo de homem, medo da noite, medo de tiros e locais do bairro que despertam medo.

- **Medo de Homem:**

As mulheres relatam experimentar sentimentos contraditórios gerados pela sensação de pertencimento e afetividade entre os moradores da favela, que coexistem com uma sensação de insegurança ligada à presença da violência armada e dos confrontos entre facções de drogas. A relação com os integrantes desses grupos perpassa pela postura de indiferença e afastamento, referindo-se a

eles com os termos “coisa errada” e “lado errado” para descrever as atividades e os sujeitos envolvidos no tráfico de drogas. No entanto, também reconhecem laços de solidariedade e proteção, considerando esses homens como referências a quem elas podem recorrer em situações de dificuldade, fruto da convivência que se estende desde a infância. As mulheres são impactadas pela letalidade e pela violência sobre seus filhos, companheiros, familiares e amigos, tanto por parte de outros grupos armados quanto de agentes públicos. Essa realidade resulta em diversos transtornos de saúde, como depressão, crises de ansiedade, ataques de pânico, insônia e estresse, decorrentes do contexto de violência no qual estão inseridas. Os episódios violentos que ocorrem com vizinhos, familiares e outros moradores da comunidade impactam fortemente o imaginário das mulheres, não se limitando ao momento em que acontecem.

- Medo da Noite:

O medo relacionado ao período noturno está diretamente associado ao uso e ocupação do solo do Centro, que é predominantemente comercial. A partir das “cinco e meia” da tarde, quando os comércios e lojas encerram as atividades, as mulheres relatam sentir uma maior sensação de vulnerabilidade à violência, devido ao esvaziamento do movimento do bairro. Além disso, a noite é percebida pelos moradores como o momento de maior atuação dos grupos armados, bem como o período em que ocorrem mais crimes letais contra mulheres, conforme os dados fornecidos pela Polícia Civil da Paraíba. Esse conjunto de fatores contribuem para um aumento significativo do medo entre as mulheres, que acabam renunciando programas e atividades noturnas ou restringindo suas opções de mobilidade. Para realizarem seus percursos noturnos, elas recorrem à companhia de familiares e amigos do sexo masculino, mobilizam caronas com

outros moradores da região ou mesmo solicitam viagens em aplicativos de transporte privado, apesar de seus orçamentos restritos.

- Medo de Tiro:

Os confrontos entre grupos armados provocam prejuízos objetivos e subjetivos na vida cotidiana da comunidade, não apenas pelos efeitos diretos dos confrontos, mas pelo sofrimento psíquico de viver constantemente com a presença de armas no território. Os eventos violentos são frequentemente descritos como recorrentes, mas sobretudo, inesperados e imprevisíveis, que acontecem “de repente” durante conflitos entre integrantes de facções ou mesmo entre vizinhos, em situações cotidianas. As mulheres declararam ter medo de comportamentos e reações dos moradores, especialmente quanto à possibilidade de um disparo de arma de fogo durante situações corriqueiras de discordância com um vizinho, como se a presença das facções de drogas criasse uma atmosfera de violência que oportuniza a ocorrência de situações mais ou menos graves, mesmo entre aqueles que não estão envolvidos com as atividades de tráfico de drogas.

- Locais de Medo:

Ao longo da análise do *corpus* de dados, foram identificadas múltiplas táticas utilizadas pelas mulheres para se protegerem de situações de violência, notadamente nos espaços públicos. Afetadas pelo medo do poder bélico dos grupos armados, as mulheres passam a orientar-se segundo o que acreditam serem lugares seguros ou perigosos, ficando condicionadas às fronteiras espaciais estabelecidas pelas facções dentro do bairro das Trincheiras. Particularmente, no que concerne às moradoras do Renascer, setor

situado na parte mais baixa da área explorada nesta pesquisa, elas expressam ter “medo da subida” ou “medo da principal lá em cima”, como também da “Saturnino de Brito”, referindo-se à parte mais alta do bairro. Por sua vez, as moradoras da Saturnino de Brito manifestam a impossibilidade de ir para a parte mais baixa com segurança, referindo-se à área do Renascer. As moradoras das duas comunidades do bairro das Trincheiras designam a “principal”, a Rua Rodrigues Chaves, como um espaço público de medo, onde já ocorreram inúmeros “tiros” e “tiroteios” envolvendo as facções, onde elas já foram vítimas de “bala perdida”. Esse espaço público, fortemente marcado por experiências anteriores de violência, está presente em uma parte significativa do imaginário de medo, relatado pelas moradoras. Elas explicaram que essa rua, sendo o limite entre os territórios das duas comunidades e, conseqüentemente, das duas facções rivais, é o local onde os integrantes de uma facção passam atirando para incitar o confronto entre os grupos. Além disso, as mulheres relataram deixar de frequentar a Praça do Cemitério e de levar seus filhos para brincar no local, por estar localizado na fronteira entre duas comunidades comandadas por facções distintas. As mulheres também mencionaram ter abandonado a prática de conversar na calçada à noite ou restringir as brincadeiras dos filhos à frente de suas casas, por medo de tiroteios e confrontos de grupos armados.

Validação da hipótese:

A hipótese da pesquisa pode ser validada a partir da análise do *corpus* de entrevistas realizadas com mulheres moradoras das comunidades Saturnino de Brito e Renascer, situadas no bairro das Trincheiras. As narrativas das entrevistadas evidenciam que o medo dos grupos armados restringe as oportunidades de apropriação dos espaços públicos pelas mulheres, levando-as a adotar táticas

cotidianas de evitação e enfrentamento ao poder bélico das facções. Elas restringem seus movimentos a lugares considerados seguros e permitidos para circulação, quer dizer, aos territórios e fronteiras associados às áreas de atuação dos grupos armados que controlam suas comunidades, com o objetivo de evitar o encontro com integrantes de facções rivais e a exposição a espaços marcados pela ocorrência frequente de confrontos e tiroteios.

Além da restrição espacial, as mulheres entrevistadas também limitam suas atividades aos horários tidos como apropriados, renunciando a atividades noturnas, dentro ou fora da comunidade. Elas também restringem seus deslocamentos pelo Centro Histórico ao horário comercial, predominante no entorno de suas comunidades, na intenção de evitar situações de violência, as quais se mostraram mais recorrentes durante a noite.

A presença de armas no território e os episódios anteriores de violência, que imprimiram significados negativos a determinados espaços, contribuem para a conformação de uma atmosfera de violência como fonte de medo cotidiano, intensificando as restrições enfrentadas pelas mulheres quanto à circulação, ao uso e apropriação dos espaços públicos de suas comunidades.

Nesse contexto, a relação de dependência estabelecida com os traficantes emerge como um paliativo possível, mas efêmero, precário e, sobretudo, opressor. Ainda que ofereça uma aparente proteção, tal vínculo contribui para o adoecimento emocional das mulheres e limita suas possibilidades de práticas sociais, impedindo-as de alcançar uma plena emancipação individual e o usufruto das urbanidades.

As táticas mobilizadas pelas mulheres das comunidades Saturnino de Brito e Renascer revelam uma perspectiva que se contrapõe ao conceito de apropriação (Zetlaoui-Leger, 2012) mobilizado nesta pesquisa, entendido como um processo de identificação,

personalização e reconhecimento do território, capaz de gerar familiaridade e construir uma sensação de segurança. Diante disso, é possível afirmar que a atmosfera de violência, instaurada pela atuação dos grupos armados, inviabiliza o pleno uso e apropriação dos espaços públicos pelas mulheres, conformando, na realidade, um processo de não-apropriação.

Apesar dessas limitações, as mulheres manifestam resistência e reivindicam sua autonomia e liberdade espacial, demonstrando disposição em enfrentar os riscos e não apenas evitá-los, como forma de criar confiança e reconstruir vínculos com os espaços públicos de seus territórios. Para isso, mobilizam suas habilidades sociais para confrontar as determinações impostas pelos integrantes das facções e elaboram táticas que lhes permitem realizar percursos mesmo em horários e locais considerados perigosos. Muitas vezes, recorrem a um guardião masculino para acompanhá-las em trajetos a pé ou optam por meios de transportes tidos como mais seguros, reafirmando, ainda que de forma parcial e condicionada, seu direito à cidade e a possibilidade de apropriação dos espaços públicos.

Perspectivas de pesquisa:

Este trabalho se abre para diversas perspectivas de pesquisa, evidenciando a necessidade de diretrizes de transformação urbana, devidamente apoiadas em um conjunto de políticas sociais. A proposta de uma cidade feminista, frente a um planejamento urbano historicamente fundamentado em prerrogativas masculinas busca, antes de tudo, construir a lógica de uma cidade inclusiva.

A ausência do Estado em diversas áreas das necessidades femininas impede que as mulheres acessem equipamentos e serviços públicos essenciais para sua sobrevivência, relativos à infraestrutura urbana básica, como segurança, equipamentos de educação, postos de saúde;

transporte público e oportunidades de mobilidade ativa. A cidade feminista defende uma agenda de transformações urbanas que beneficiam não apenas as mulheres, mas todas as pessoas, garantindo liberdade, segurança e autonomia urbana.

Isso envolve o incremento de equipamentos urbanos voltados para a educação, cultura e capacitação profissional; requalificações de setores essenciais à mobilidade ativa feminina na cidade; readequações de edifícios vacantes, com vistas à inserção de habitação de interesse social, em malhas urbanas consolidadas; incremento de áreas de lazer na cidade assim como a ampliação da rede de iluminação pública. Essa trama de diretrizes de projeto urbano é fundamental para favorecer a autonomia do público feminino e ampliar sua capacidade de participação na vida social e econômica da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro (Org.). Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Coleção Habitare, v.10. Porto Alegre: Antac, 2009.

ADORNO, Sérgio; NERY, Marcelo B. Crime e violências em São Paulo: retrospectiva teórico-metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras. Cadernos Metrópole, v.21, n.44, 2019, p.169-194.

ALCÂNTARA, Clênio S. Do fausto às ruínas: um passeio pela Rua das Trincheiras. Blogspot A Cidade e a História, 11 maio 2013. Disponível em: <<https://acidadeeahistoria.blogspot.com/2013/05/do-fausto-as-ruinas-um-passeio-pela-rua.html>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

ALLIANCE. João Pessoa: atraindo quem busca por tranquilidade e qualidade de vida. Magazine Alliance, 26 junho 2023. Disponível em: <<https://alliance.com.br/magazine/joao-pessoa-atraindo-quem-busca-por-tranquilidade-e-qualidade-de-vida/>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

ALVES, Joelma. Justiça decreta prisão de 33 integrantes da facção Okaida RB que comandavam o tráfico em João Pessoa. Portal do Litoral PB, 05 dezembro 2018. Disponível em: <<https://www.portaldolitoralpb.com.br/justica-decreta-prisao-de-33-integrantes-da-facciao-okaida-rb-que-comandavam-o-trafico-em-joao-pessoa/>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

ANDRADE, Paulo A. Metamorfose dos Centros Urbanos: uma análise das transformações na centralidade de João Pessoa-PB, 1976-2006. Dissertação em Engenharia Urbana - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

ARAÚJO, A.L.D. A residência dos bairros populares: morar em Jaguaribe. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; FILHO, Ivan C. (Orgs.). Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora UFPB, 2016, p.256-277.

ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Brasília: Editora UnB, 1985 [1970].

BARATTO, Romullo. Projeto "Memória João Pessoa" promove a educação patrimonial na Paraíba. Archdaily, 04 novembro 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/756523/projeto-memoria-joao-pessoa-promove-a-educacao-patrimonial-na-paraiba?ad_campaign=normal-tag>. Acesso em: 20 outubro 2024.

BECKER, Howard S. *Outsiders: studies in the Sociology of Deviance*. New York: The Free Press of Glencoe, 1963.

BEEBEEJAUN, Yasminah. Gender, urban space, and the right to everyday life. Journal of Urban Affairs, v.39, n.3, 2017, p.323-334.

BENARD, Cheryl; SCHLAFFER, Edit. The man in the street: Why he harasses. In: JAGGER, A. M.; ROTHENBERG, P.S. (Orgs.). Feminist frameworks: Alternative theoretical accounts of the relations between women and men. New York: McGraw Hill, 1984, p.70-73.

BLOCK, Richard; DAVIS, Sean. The Environs of Rapid Transit Stations: A Focus for Street Crime or Just Another Risky Place? In Preventing Mass Transit Crime. New York: Criminal Justice Press, 1996.

BONDI, Liz; DAVIDSON, Joyce; SMITH, Mick. Introduction: Geography's Emotional Turn. In: _____. (Orgs.). Emotional Geographies. Aldershot: Ashgate Publishing, 2012, p.1-16.

BONDI, Liz. Gender symbols and urban landscapes. Progress in Human Geography, v. 16, 1992, p.157-170.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1998].

_____. Meditações Pascalinas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001 [1997]

_____. Le Sens Pratique. Paris : Minuit, 1980.

BOWMAN, Cynthia G. Street Harassment and the Informal Ghettoization of Women. Cornell Law Faculty Publications, v.106, n.3, 1993, p.517-580.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 20 outubro 2024.

BRITO, Beatriz Mendes. As mulheres pela cidade: usos e percepções femininas sobre os espaços públicos no Centro de Campina Grande – PB. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, v.110, 2000.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a La Construcción Del Pensamiento Epistémico de Las Mujeres Indígenas Feministas Comunitarias de Abya Yala. In: _____. Feminismos Diversos: El Feminismo Comunitario. Madrid: Asociación para la Cooperación con el Sur - ACSUR, 2010.

CALDEIRA, Tereza P. Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2003.

CALIÓ, Sônia A. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, Buenos Aires, 1997. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

CALKIN, Sydney; FREEMAN, Cordella. Feminism/Feminist Geography. International Encyclopedia of Human Geography, Elsevier, 2020, p.35-41.

CAMPOS, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARRIER, Louis-Philippe. Zone de non-droit, zone de conflit ? Réflexions sur les finalités et les outils de la démarche juridique. Jurisdoctoria, v.2, 2009, p.129-145.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2003 [1996].

CBTU. Companhia Brasileira de Trens Urbanos. Mapa de Linha João Pessoa, 2013. Disponível em: <<https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/mapa-da-linha-jp>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

CESEC. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Saúde na linha de tiro: impactos da guerra às drogas sobre a saúde no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESEC, 2023. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2023/08/RELAT%C3%93RIO_Saude-na-linha-de-tiro.pdf>. Acesso em: 20 outubro 2024.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Brasil: perfil nacional social-demográfico. Disponível em: <<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=1&country=bra&lang=es>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

CHAGAS, Waldeci F. As singularidades da modernização na cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930. Tese em História – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CIOCOLETTO, Adriana. Urbanismo para la vida cotidiana: Herramientas de análisis y evaluación urbana a escala de barrio desde la perspectiva de género. Tese em Gestión y Valoración Urbana y Arquitectónica - Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2014.

CLIFTON, Kelly J.; LIVI, Andréa D. Gender Differences in Walking Behavior, Attitudes About Walking, and Perceptions of the Environment in Three Maryland Communities. *Research on Women's Issues in Transportation*, v.2, 2004, p.79-88.

COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v.31, n.1, 2016, p.99-127.

CORRÊA, Roberto L. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Paula A. Nas trincheiras do urbano: o “abandono” e a degradação na Rua das Trincheiras, João Pessoa – PB. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

CRENSHAW, Kimberly. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, Stanford, v.43, n.6, 1991, p.1241-1299.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Bairros negros e cidades negras: conceitos necessários para a inclusão das populações negras nas histórias das cidades brasileiras. *Revista Campo da História*, v.8, n.1, 2023, p.273-286.

DARKE, Jane. La ciudad modelada por el varón. In: YEANDLE *et al.* (Orgs.) *La vida de las mujeres en las ciudades. La ciudad, un espacio para el cambio*. Madrid: Narcea, 1998, p.115-130.

DAVIS, Deirdre. The Harm That Has No Name: Street Harassment, Embodiment, and African American Women. *UCLA Women's Law Journal*, v.4, n.2, 1994.

DE BEAUVOIR, Simone. *The Second Sex*. New York: Vintage Books, 1974 [1949].

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

DEL VALLE, Teresa. *Andamios para una nueva ciudad: Lecturas desde la antropología*. Madrid: Cátedra, 1997.

DIEGO-CORDERO, Maria A. *et al.* ‘Fear of walking home alone’: Urban spaces of fear in youth nightlife. *European Journal of Women's Studies*, v.29, n.1, 2020, p.39-53.

DIESSE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho*. São Paulo: DIESSE,

2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

DUNCAN, Nancy. Renegotiating Gender and Sexuality in Public and Private Spaces. In: _____. *Body Space. Destabilizing Geographies of Gender and Sexuality*. London: Routledge, 1996.

DURKHEIM, Emile. *De la division du travail social*. Paris : Presses Universitaires de France, 1993.

DYCK, Isabel. Feminist Geography, the ‘Everyday’, and Local–Global Relations: Hidden Spaces of Place-making. *Canadian Geographer/Le Géographe Canadien*, v.49, n.3, 2005, p.233-243.

EFREM FILHO, Roberto. Bala: experiência, classe e criminalização. *Revista Direito e Práxis*, v.5, 2014, p.501-537.

ELUF, Luiza N. *A Paixão No Banco Dos Réus – Casos Passionais Célebres: De Pontes Visgueliro a Pimenta Neves*. São Paulo: Saraiva, 2007.

ENGLAND, Kim. From “Social Justice and The City” to Women Friendly Cities? Feminist Theory and Politics, *Urban Geography*, v.15, n.7, 1994, p.628-643.

FALÚ, Ana. Inclusión y derecho a la ciudad. El ejercicio de los derechos ciudadanos de las mujeres: La Agenda de las Mujeres para Rosario, Argentina, 2014. Disponível em: <<http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2014/11/Monogr%C3%A1fico-CiudadInclusi%C3%B3n-Social-y-Educaci%C3%B3n.pdf>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

FBSP. Fórum Brasileiro De Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/11/atlas-da-violencia-2019-05jun-versao-coletiva.pdf>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

_____. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

_____. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021. Especial Eleições 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/anuario-2022-ed-especial.pdf>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

_____. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. Disponível em: <<https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/b8f1896e-8bd9-4809-a9ee-85b82245dcf2/content>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

_____. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. Disponível em: <<https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/c2423188-bd9c-4845-9e66-a330ab677b56/content>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

FELTRAN, Gabriel S. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, v.23, n.58, 2010, p.59-73.

_____. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FENSTER, Tovi. The Right to the Gendered City: Different Formations of Belonging in Everyday Life, *Journal of Gender Studies*, v.14, n.3, 2005, p.217-231.

FILIPÉIA. Mapas da cidade. Prefeitura de João Pessoa. Disponível em: <<https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/#fotogrametria>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

FLEETWOOD, Jennifer. Narrative Habitus: Thinking through Structure/Agency in the Narratives of Offenders. *Crime, Media, Culture*, v.12, n.2, 2016, p.173-192.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 2014 [1970].

____. Vigiar e Punir. Petrópolis: Editora Vozes, 1997 [1975].

____. Des suppliques aux cellules. In: _____. *Dits et écrits II*. Paris, Gallimard, 1994, p.716-720.

____. História da Sexualidade I: A vontade do saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988 [1976].

FRANCISCO FILHO, Lauro L. Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento. Tese em Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FRANZWAY, Suzanne. The sexual politics of citizenship and violence. *Women's Studies International Forum*, v.58, 2016, p.18-24.

FREDRICKSON, Barbara. L.; ROBERTS, Tomi. A. Objectification theory: Toward Understanding Women's Lived Experiences and Mental Health Risks. *Psychology of Women Quarterly*, v.21, n.2, 1997, p.173-206.

GALVÃO, Júlia. Moradores de comunidades violentas estão mais expostos a doenças físicas e mentais. *Jornal da USP*, 05 setembro 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/moradores-de-comunidades-violentas-estao-mais-expostas-a-doencas-fisicas-e-mentais/>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

GARCIA, Antonia S. Mulher Negra e o direito à cidade: Relações raciais e de gênero. In: SANTOS, Renato E. (Org.). *Questões Urbanas e Racismo*. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2012, p.134-163.

GARDNER, Carol B. *Passing by: Gender and public harassment*. Berkeley: University of California Press, 1995.

GARRETT JÚNIOR, Gilson. 36% dos moradores de favela sofrem de ansiedade, revela pesquisa. *Exame*, 13 maio 2021. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/36-dos-moradores-de-favela-sofrem-de-ansiedade-revela-pesquisa/>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

GIOVANNI, Bruno. Governo da PB falha no combate ao crime e bandidos ditam regras em bairros de JP. *Blog do BG*, 05 outubro 2022. Disponível em: <<https://www.blogdobgb.com.br/2022/10/05/governo-da-pb-falha-no-combate-ao-crime-e-bandidos-ditam-regras-em-bairros-de-jp/>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1963.

GOMES, Izabel S. Feminicídios: um longo debate. *Revista Estudos Feministas*, v.26, n.2, 2018, p.1-16.

GOMES, Paulo Cesar C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná E.; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo Cesar C. (Orgs.).

Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. pp. 19-41.

GONÇALVES, Regina C. Como e onde viviam os trabalhadores da Cidade da Parahyba (séculos XVI-XIX)? In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; FILHO, Ivan C. (Orgs.). Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora UFPB, 2016, p.64-89.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p.223-244.

GRASSI, Caroline F. Femicídio no Brasil: o assassinato de mulheres em razão do gênero e sua tipificação no ordenamento jurídico pátrio. Revista do CEPEJ, v.19, 2015, p.93-115.

GROAT, Linda; WANG, David. Architectural Research Methods. Hoboken: Wiley, 2013.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n.1, 2016, p.25-49.

GUTIERRES, Henrique E. Estudo de caso dos riscos geomorfológicos na comunidade Saturnino de Brito, na cidade de João Pessoa – PB. Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, João Pessoa, 2016.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

____. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia (UFF), v. 17, 2008, p.19-45.

____. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALE, C. Fear of crime: A review of the literature. International Review of Victimology, v.4, n.2, 1996, p.79-150.

HANCOCK, Claire. Genre et géographie : les apports des géographies de langue anglaise. In : Espace, populations, sociétés, Questions de genre, 2002, p.257-264.

HANCOCK, Claire ; BLANCHARD, Sophie ; CHAPUIS, Amandine. Banlieusard.e.s claiming a right to the City of Light : Gendered violence and spatial politics in Paris. Cities, v.76, 2018, p.23-28.

HARVEY, David. The Right to the City. International Journal of Urban and Regional Research, v. 27, n.4, 2003.

HESTER, Marianne, KELLY, Liz; RADFORD, Jill (Orgs.) Women, violence and male power. Buckingham: Open University Press, 1996.

HIRATA, Helena. Por que os sinos do bem? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli *et al.* (Orgs.). Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p.15-30.

HOCHSCHILD, Arlie R. The Managed Heart. Commercialization of Human Feeling. Berkeley: University of California Press, 1985.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

_____. From margin to center. Boston: South End Press, 1984.

HUME, Mo. Researching the gendered silences of violence in El Salvador. IDS Bulletin, v.40, n.3, 2009, p.78-85.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nota Metodológica n. 01 – Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. Notícias, 23 janeiro 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/4823879b95c3b36b71b8b11f6a143d45.pdf>. Acesso em: 20 outubro 2024.

_____. Censo Demográfico 2022. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102071.pdf>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

_____. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9662-censo-demografico-2010.html>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

IMBUSCH, Peter. Youth without Perspectives? Young People between Demographic Pressures, Education and Violent Conflict. Eschborn, 2009.

IMBUSCH, Peter; MISSE, Michel; CARRIÓN, Fernando. Violence Research in Latin America and the Caribbean: A Literature Review. International Journal of Conflict and Violence, v. 5, n. 1, 2011, p.87-154.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/retrato>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

IPG. Instituto Patrícia Galvão. Dossiê Feminicídio 2016. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

IZUMINO, Wânia P. Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero. Tese em Sociologia - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

JACOBS, Jane. The Death and Life of Great American Cities. New York: Vintage, 1961.

JPB1, Jornal da Paraíba. Audiência pública debate problemas e soluções para violência no Centro de João Pessoa. JPB1, 8 maio 2023. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/11599673/>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

KEARL, Holly. Stop harassment. Making public places safe and welcoming for women. Santa Barbara: Praeger, 2010.

KELLY, Liz. The Continuum of Sexual Violence. In: HANMER, J. *et al.* (Orgs.). Women, Violence and Social Control. British Sociological Association, 1987, p.46-60.

KISSLING, Elizabeth; KRAMARAE, Cheris. Stranger Compliments: The Interpretation of Streets Remarks. Women's Studies in Communication, v.14, n.1, 1991, p.75-93.

KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk. Introduction: The Duality of Latin American Cityscapes In: _____. Fractured Cities: Social Exclusion, Urban Violence and Contested Spaces in Latin America, 2007.

KOSKELA, Hille. Crime/fear of crime. International encyclopedia of human geography. Elsevier, 2009, p.334-339.

KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). Violência e cidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LARKIN, June. Sexual terrorism on the street: The moulding of young women into subordination. In: THOMAS, A. M.; KITZINGER, C. (Orgs.). Sexual harassment: Contemporary feminist perspectives. Open University Press, 1997, p.115-130.

LECCARDI, Carmen. Rethinking Social Time: Feminist Perspectives. *Time & Society*, v.5, 1996, p.169-86.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.) Um século de Favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991 [1968].

____. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_produc_ao_do_espaco.pdf> (Texto original: La production de l'espace. Paris : Éditions Anthropos, 1974)

LEITÃO, Lúcia. Onde coisas e homens se encontram: cidade, arquitetura e subjetividade. São Paulo: Annablume, 2014.

MACHADO, Leandro. A ascensão da Okaida, facção criminosa com 6 mil 'soldados' na Paraíba. BBC, 18 abril 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47942626>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

MACHADO, Luis A.; LEITE, Márcia P. Violência, Crime e Polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, v.22, n.3, 2007, p.545-591.

MAIA, Doralice S. A cidade em transformação: Primeiros sintomas da modernidade urbana no século XIX. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; FILHO, Ivan C. (Orgs.). Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora UFPB, 2016, p.90-111.

____. De cidades tradicionais a centros históricos: o núcleo original e o centro histórico das cidades médias brasileiras. In: SANFELIU, Carme B.; SPOSITO, Maria Encarnação. (Orgs.). Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado. Lleida: Universidad de Lleida, 2009, p.179-203.

MANZI, Maya; ANJOS, Maria Edna S. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Dossiê Território, Gênero e Interseccionalidades*. v. 23, 2021.

MARICATO, Ermínia. Para Entender a Crise Urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p.121-192.

MARTINS, Paula D. O Imobiliário e a Reestruturação Urbana: a cidade de João Pessoa/PB no século XXI. Tese em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MARTINS, Paula D. Paisagem em movimento: As transformações na Avenida Presidente Epitácio Pessoa de 1980 a 2001. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MASINI, Eleonora B. A vision of futures studies. *Futures*, v.34, n.3-4, 2002, p.249-259.

MAYNARD, Mary. Violence towards women. In: RICHARDSON, Diane; ROBINSON, Victoria (Orgs.). *Introducing women's studies: Feminist theory and practice*. London: Macmillan, 1993, p.99-122.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. *Arte & Ensaios*, n. 32, p.122-151, 2018 [2003].

MCDOWELL, Linda. Feminism, Feminists and Research Methods in Human Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, v.17, n.4, 1992, p.399-416.

MCKITTRICK, Katherine. On plantations, prisons, and black sense of place. *Social & Cultural Geography*, v.12, n.8, 2011, p.947-963.

MCNAY, Lois. Gender, Habitus and the Field: Pierre Bourdieu and the Limits of Reflexivity. *Theory, Culture, Society*, v.16, n.1, 1999, p.95-117.

MEDEIROS, Priscila M. Rearticulando narrativas sociológicas: teoria social brasileira, diáspora africana e a desracialização da experiência negra. *Revista Sociedade e Estado*, v.33, 2018, p.709-726.

MELO, Juliana; RODRIGUES, Raul. Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do Massacre no Presídio de Alcaçuz, RN. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v.11, n.2, 2017, p.48-62.

MINAYO, Maria Cecília. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: _____. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p.61-77.

MINGARDI, Guaracy. O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado. *Estudos Avançados*, v.21, n.61, 2007, p.51-69.

MISSE, Michel. *Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, v.79, 2010, p.15-38.

_____. Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Insight Inteligência*. v.3, n.5, 2002, p.12-16.

MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORGAN, Karen. Violence against women: The discursive construction of a culture of resignation. Tese em Sociologia - University of Bristol, 2005.

MOSER, Caroline O.N. Urban Violence and Insecurity: An introductory roadmap. *Environment & Urbanization*. V.16, n.2, 2004.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. A cidade em sua origem: organização espacial, morfologia urbana e arquitetura residencial. In: MOURA

FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; FILHO, Ivan C. (Orgs.). Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora UFPB, 2016, p.14-37.

MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; FILHO, Ivan C. (Orgs.). Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora UFPB, 2016, p.256-277.

NASCIMENTO, Ana Caroline. A construção do informal: uma análise morfológica das favelas da cidade de João Pessoa. Dissertação em Engenharia Urbana – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

NETTO, Vinicius M. Cidade & Sociedade: As tramas da prática e seus espaços. Porto Alegre: Sulina, 2014.

NOGUÉ, Joan. Emoción, lugar y paisaje. In: LUNA, Toni; VALVERDE, Isabel. Teoría y paisaje II: paisaje y emoción. El resurgir de las geografías emocionales. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra, 2015, p.137-148.

ONU. UNODC, 2020. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Disponível em: <<https://www.unodc.org/>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

ONU. UNPD, 2006. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<https://www.undp.org/>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

OWD. Our World in Data. Income inequality: Gini coefficient, 2023. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/what-is-the-gini-coefficient>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

PAES DE CARVALHO, Cyntia (Org.). Favelas e as organizações comunitárias. Petrópolis: Vozes, 1993.

PAINTER, Kate. Different worlds: the spatial, temporal and social dimensions of female victimization. In: EVANS, David; FYFE, Nicholas; HERBERT, David. (Orgs.). Crime, Policing and Place. London: Routledge, 1992.

PAIVA, Luiz F. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. Caderno CRH, v.32, n.85, 2019, p.165-184.

PARAÍBA. Governo da Paraíba. Booking.com destaca a capital paraibana como um dos destinos para apreciar a tranquilidade. Notícias, 02 maio 2024a. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/booking-com-destaca-a-capital-paraibana-como-um-dos-destinos-para-apreciar-a-tranquilidade>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

_____. Anuário 2023 da Segurança e da Defesa Social na Paraíba. Notícias, 01 abril 2024b. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/anuario-da-seguranca-publica-aponta-reducao-de-homicidios-roubos-e-ataques-a-bancos-na-paraiba-em-2023/copy_of_Anuario_2023_digital_completo.pdf>. Acesso em: 20 outubro 2023.

PATEL, Reena. Working the Night Shift: Women in India’s Call Center Industry. Redwood City: Stanford University Press, 2010.

PERRY, Barbara. In the name of hate: Understanding hate crimes. Hoboken: Taylor and Francis, 2001.

PETRA, Eduardo. João Pessoa, a ‘Capital da Tranquilidade’. Folha de Londrina, 22 abril 2003. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/joao-pessoa-a-capital-da-tranquilidade-443325.html?d=1>>. Acesso em 20 outubro 2024.

PMJP. Prefeitura Municipal de João Pessoa. Luciano Cartaxo inaugura residencial com 400 apartamentos e maior programa habitacional da história da Capital acaba com mais uma área de risco na Saturnino de Brito. 10 fevereiro 2020. Disponível em: <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/luciano-cartaxo-inaugura-residencial-com-400-apartamentos-e-maior-programa-habitacional-da-historia-da-capital-acaba-com-mais-uma-area-de-risco-na-saturnino-de-brito/>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

PORTELA, Thais de B. Desespacializar o patrifamiliarcado: a ação necessária ante a crise climática. In: EGLER, Tamara; CARDOSO, Reginaldo (Orgs.). Cartografia da ação: o campo de Ana Clara Torres Ribeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022, p.205-232.

PROSCHOLDT, Eliane; SPINASSÉ, Francine. Quadrilhas recrutam adolescentes para assassinatos na Grande Vitória. Blogspot Brasil Livre e Soberano, 17 fevereiro 2019. Disponível em: <<https://brasilsoberanoelivre.blogspot.com/2019/02/quadrilhas-recrutam-adolescentes-para.html>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

PURCELL, Mark. Citizenship and the right to the global city: reimagining the capitalist world order. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.27, n.3, 2003, p.564-590.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*, 2005, p.107-130.

RADFORD, Jill, FRIEDBERG, Melissa; HARNE, Lynne (Orgs.). *Women, violence and strategies for action. Feminist research, policy and practice*. Buckingham: Open University Press, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

RIBEIRO, Edson L.; SILVEIRA, José Augusto R. Cidade Expandida. *AU*, v.24, n.185, 2009.

RIOS NETO, Eduardo; RIANI, Juliana. *Desigualdades Raciais nas Condições Habitacionais da População Urbana*. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2007.

RIZZI, Ricard W. Estatuto do Primeiro Comando da Capital — Facção PCC 1533. 2017. Disponível em: <https://faccao1533primeirocomandodacapital.org/regimentos/estatuto_do_primeiro_comando_da_capital_faccao_pcc_1533/>. Acesso em: 20 outubro 2024.

ROCHA, Luísa C. "As cumades das facções": as relações de gênero e sexualidade dentro das facções Okaida e Estados Unidos em João Pessoa/PB. Dissertação em Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba, 2016.

RODGERS, Dennis; O'NEILL, Bruce. Infrastructural violence: Introduction to the special issue. *Ethnography*, v.13, n.4, 2012, p.401-412.

RODRIGUES, Eder C. Transformação do espaço urbano na comunidade Saturnino de Brito em João Pessoa – PB. Monografia em Geografia – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. *São Paulo em Perspectiva*, v.13, n.4, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.183-215.

SALLA, Fernando; TEIXEIRA, Alessandra. O crime organizado entre a criminologia e a sociologia. Limites interpretativos, possibilidades heurísticas. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.32, n.3, 2020.

SANDERCOCK, Leonie. Practicing utopia: Sustaining cities. *The Planning Review*, v.38, n.148, 2002, p.4-9.

SANTOS, Renato E. Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da Pequena África no Rio de Janeiro. In: SÁNCHEZ, Fernanda; MOREIRA, Paula C. *Cartografias do conflito: Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, p.12-27.

_____. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato E. (Org.). *Questões Urbanas e Racismo*. Petrópolis: DP et Alii, 2012, p.36-67.

SANTOS, Sílvia. Novos crimes sexuais, a Lei 13.718/18 e a questão de gênero na aplicação do Direito. Consultor Jurídico, 04 outubro 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-out-04/silvia-chakian-novos-crimes-sexuais-lei-137182018>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

SANTOS, Antônio. Quadro de Medo! Facções criminosas crescem 40% e contam com 21 mil integrantes na Paraíba. *Fato a Fato*, 19 junho 2017. Disponível em: <<https://www.fatoafato.com.br/2017/06/quadro-de-medo-faccoes-criminosas.html>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XIII, n.2, 1999, p.15-26.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, 1995, p.71-99.

SEGATO, Rita L. *Las estructuras elementales de la violencia: Contrato y status en la etiología de la violencia*. Brasília, Editora UnB, 2003.

SEGAUD, Marion. *Espaces*. In : STÉBÉ, Jean-Marc ; MARCHAL, Hervé (Orgs.). *Traité sur la ville*. Paris : Presses Universitaires de France, 2009.

SEGOVIA, Olga. Convivencia en la diversidad: una mirada de género al espacio público. In: Falú, Ana (Org.). *Mujeres en la ciudad: De violencias y derechos*. Santiago: Red Mujer y Hábitat de América Latina Ediciones SUR, 2009.

SERFATY-GARZON, Perla. Appropriation. In : SEGAUD, Marion; BRUN, Jacques; DRIANT, Jean-Claude (Orgs.). *Dictionnaire critique de l'habitat et du logement*. Paris : Armand Colin, 2003.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SILVA, Eudes R. *Centro Antigo de João Pessoa: Forma, uso e patrimônio edificado*. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SISDEPEN. Secretaria Nacional de Políticas Penais. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*, 2020. Disponível em: <<https://sisdepen.mj.gov.br/>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

SOJA, Edward. W. The spatiality of social life: towards a transformative retheorization. In: GREGORY, D.; URRY, R. (Orgs.). *Social Relations and Spatial Structures*. Basingstoke: Macmillan, 1985.

SOUZA, Marcelo L. O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo Cesar C. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

_____. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STAEHELI, Lynn A. *et al.* Dreaming the ordinary: Daily life and the complex geographies of citizenship. *Progress in Human Geography*, v.36, 2012, p.628-644.

STANKO, Elizabeth. *Intimate intrusions: Women's experience of male violence*. London: Unwin Hyman, 1985.

STUCKERT NETO, Gilberto. *Parahyba: Capital em Fotos*. João Pessoa: F&A Gráfica e Editora, 2003.

SWEET, Elizabeth L.; ESCALANTE, Sara O. Planning Responds to Gender Violence: Evidence from Spain, Mexico and the United States. *Urban Studies*, v.47, n.10, 2010.

TANG, Catherine S. *et al.* Exploring How Chinese Define Violence Against Women: A Focus Group Study In Hong Kong. *Women's Studies International Forum*, v. 23, n.2, 2000, p.197-209.

TEIXEIRA, Manoel C. Os modelos urbanos portugueses na cidade brasileira. In: TEIXEIRA, Manoel C. (Org.). *A Construção da Cidade Brasileira*. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.

TELLES, Ana Clara; AROUCA, Luna; SANTIAGO, Raull. Do #vidasnasfavelasimportam ao #nóspornós: a juventude periférica no centro do debate sobre política de drogas. IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n.18, 2018.

TELLES, Vera S.; HIRATA, Daniel V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.22, n.2, 2010, p.39-59.

TINEM, Nelci (Org.). *Fronteiras, Marcos e Sinais. Leituras das Ruas de João Pessoa*. João Pessoa: UFPB, 2006.

TORO-JIMÉNEZ, Juliana; OCHOA-SIERRA, María. Violencia de género y ciudad: cartografías feministas del temor y el miedo. *Sociedad y Economía*, v.32, 2017, p.65-84.

TOUTIN, T. ; BÉNÉZECH, M. Problématiques de la violence urbaine et personnalité de ses auteurs. *Annales Médico Psychologiques*, v.164, 2006, p.537-546.

TRAJANO FILHO, FS. Do rio ao mar: uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens. In: TINEM, Nelci (Org.). *Fronteiras, Marcos e Sinais. Leituras das Ruas de João Pessoa*. João Pessoa: Editora UFPB, 2006, p.19-46.

TRIGUEIRO, Marcele *et al.* La place des acteurs privés dans la fabrication de la ville brésilienne : le cas du quartier de l'Altiplano à João Pessoa. *Cybergeog: European Journal of Geography, Aménagement, Urbanisme*. Document 927, 2020.

TRIGUEIRO, Marcele. Eléments pour une prise en compte du rôle des espaces publics dans les grands ensembles : Les cas lyonnais de la Ville Nouvelle et des Minguettes. Tese em Géographie, aménagement, urbanisme. Institut National des Sciences Appliquées de Lyon, 2008.

TV TAMBAÚ. Insegurança: comerciantes reclamam da violência no centro de João Pessoa. 5 junho 2023. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=YvkFMddDIHg>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

USAID. U.S. Agency for International Development. Central America and Mexico Gang Assessment. Washington D.C.: Bureau for Latin American and Caribbean Office of Regional Sustainable Development, 2006.

URRY, John. The Place of Emotions within Place. In: BONDI, Liz (Org.) *Emotional Geographies*. London: Routledge, 2005, p.77-83.

VAIOU, Dina; LYKOGIANNI, Rouli. Women, Neighborhoods and Everyday Life. *Urban Studies*, v.43, n.4, 2006, p.731-743.

VALDÍVIA, Blanca G.; CIOCOLETTO, Adriana (Orgs.). Estudios urbanos, género y feminismo: Teorías y experiencias. *Collectiu Punt 6*, 2012. Disponível em: <<https://punt6.files.wordpress.com/2011/03/estudiosurbanosgenerofeminismo.pdf>>. Acesso em: 26 abril 2019.

VALENTINE, Gill. The Geography of Women's Fear. *Area*, v.21, n.4, 1989, p.385-390.

VARGAS, Virginia. Reflexiones a partir de un proceso de debate (2006-2007). *Cuadernos de Diálogos*. Brasília: UNIFEM, Brasil y Cono Sur, 2008.

VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana Luisa. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Editora Manole, 2006.

VERA-GRAY, Fiona. Men's stranger intrusions: Rethinking street harassment. *Women's Studies International Forum*, v.58, 2016, p.9-17.

_____. The right amount of panic: How women trade freedom for safety. Bristol: Policy Press, 2018.

VERGILIUS, Publius. Organização nasceu do convívio com grupos de combate ao regime militar. Folha de São Paulo, 13 setembro 2002. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/traficonorio/faccoes-cv.shtml#:~:text=O%20Comando%20Vermelho%20foi%20criado,que%20combatiam%20o%20regime%20militar>>. Acesso em: 20 agosto 2023.

VIDAL, Wylina. Uma cidade em expansão: outros caminhos se definem. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; FILHO, Ivan C. (Orgs.). *Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa*. João Pessoa: Editora UFPB, 2016, 156-175.

VILLAÇA, Flávio. O espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WALBY, Sylvia. Globalization and inequalities: Complexity and contested modernities. Los Angeles, London: Sage, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. La creación del sistema mundial moderno. In: PEÑA, Lusi B.; JARAMILLO, Rosario (Orgs.). Un mundo jamás imaginado 1492-1992. Bogotá: Editorial Santillana, 1992.

WALKOWITZ, Judith. City of dreadful delight. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

WILSON, James Q.; KELLING, George L. Broken Windows: The Police and Neighborhood Safety. Atlantic Monthly, v.249, n.3, 1982, p.29-38.

XAVIER, Getúlio. Violência afeta a saúde mental de 1 em cada 3 moradores do Complexo da Maré. Carta Capital, 23 agosto 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-afeta-a-saude-mental-de-1-em-cada-3-moradores-do-complexo-da-mare/>>. Acesso em: 20 outubro 2024.

ZETLAOUI-LEGER, Jodelle. Qu'est-ce que l'appropriation ? In : Contribution scientifique et technique sur la notion d'appropriation dans les opérations d'aménagements urbains durables, Union Sociale de l'Habitat – MEDDTL/AD4, 2012, p.12-17.

APÊNDICES

Entrevistas Longas

- Mulher 01

1ª Seção - Perfil da Entrevistada

[Você nasceu em João Pessoa?] Sim. [Há quanto tempo mora na cidade?] Desde que nasci eu moro aqui. [Em que bairro você mora? Há quanto tempo mora no bairro?] Centro. Sempre morei por aqui, nasci e me criei aqui. Quer dizer, nasci na maternidade, mas me criei aqui na favela. [Qual a sua idade?] 41 [Qual o seu estado civil?] Eu me considero solteira porque eu convivo com uma menina, entendeu, mas só posso dizer que sou casada no dia que casar no papel. [Qual a sua cor/raça/etnia?] Parda [Você possui filhos? Se sim, quantos] Se eu tive? Eu tive dois, aí um teve um tiroteio em Mangabeira aí pegou tiro nele, ele tinha sete anos aí ele morreu, na hora. E eu tenho uma menina com 22 anos. [Qual a sua ocupação?] Mulher, eu fico só em casa assim, de vez em quando eu vou para a barraca trabalhar, de vez em quando, porque eu tenho muito medo, eu acho que eu tenho algum problema de ansiedade, essas coisas assim. Eu acho que eu estou, não sei. Eu não tenho nem dúvida, deve ser, porque eu tenho medo, às vezes, de pessoas. Tenho medo de homem que veste aquelas roupas de marca, tenho medo. Chapéu, tenho medo. Se eu ver um menino andando de chapéu, eu tenho medo, tenho trauma dessas pessoas, desses boys que andam de chapéu. [Foi por causa do seu filho?] Foi. [A barraca que você trabalha é onde?] Pelo meio do mundo, minha filha, que é do meu ex-cunhado, foi o marido da minha irmã, aí de vez em quando eu dou uma ajudinha a ele. Mas é por tempo, tem tempo que eu quero sair, tem tempo que eu tenho medo. Nem época de festa, está tendo festa no Geisel e eu não fui, nem a pau eu não fui, minha filha. É por tempo que eu saio. Tem tempo que eu estou com medo de tudo, medo da rua, medo de pessoas, é por tempo. Mas e eu não fui no posto? [Mulher 02: Lá embaixo?] Lá embaixo não, lá em cima, Deus me livre ir lá embaixo. Mas no dia que eu cismar eu vou, quando eu estiver boa do juízo mesmo, eu vou. Eu não consigo descer ali para baixo não, eu não consigo nem ir nessa pista aí na esquina [R. Rodrigues Chaves]. Minha festa é daqui para cima. [Qual a sua renda?] Nenhum salário, minha filha, que até o meu auxílio cortaram.

2ª SEÇÃO - Atividades diárias e Percursos no Bairro

[Quais são suas atividades diárias? Como costuma ser a sua rotina?] Eu procuro o que fazer, eu faço qualquer coisa, invento qualquer coisa para fazer. Agora eu sou inteligente, mas o medo que eu tenho faz com que eu não tenha vontade de sair e de fazer as coisas. Eu sinto medo mesmo com você assim, eu sinto aquele medo, eu quero fazer uma coisa e não sei fazer, para mim eu acho que eu não vou conseguir, aquela coisa muito ruim, muito ruim, não sei o que é isso não. [Mulher 02: Tem que trabalhar isso com um psicólogo esse medo, essa ansiedade. Um dia lá em cima ela estava me contando que estava com taquicardia, aí eu disse 'Sicrana, tem que tomar remédio'. Mas ela disse que não estava se dando bem com

Fluoxetina. Foi o que me ajudou muito, mas nem todo mundo se dá, né?] Eu não me dei com esse remédio não, eu fico é pior, aí é que me ataca mesmo, eu fico nervosinha quando eu tomo esse remédio. Comprei por 40 e poucos reais, viu. Comprei por 42 reais, lá na praia, lá em Manaíra, 24 horas. Porque eu fui para a UPA de Manaíra, minha filha, passando mal, aquele negócio prendendo aqui [no peito], chega tava doendo, prendendo eu. Meu Deus, vou morrer. Aí comecei a chorar e fui para a UPA. Estou tomando camomila direto, toda noite eu tomo camomila, um copo de camomila toda noite. [Mulher 02: Fulana essa semana dormiu lá em casa, eu estava meio com medo e disse 'Fulana, dorme aqui mais eu'. A casa desmantelada, estava virada. Porque outras vezes ela já tinha ido dormir lá em casa e eu disse 'Não, Fulana, vai simhora, a casa está muito desmantelada, vai para tua casa'. Aí nesse dia eu disse 'Não, mulher, dorme aqui mais eu', aí ela foi e dormiu. Estava me sentindo muito assim. Porque, na noite anterior, me deu aquela coisa ruim. Imagina, se um cara sobe aqui, e eu só com aqueles meninos? Sicrana, não. Sicrana ainda tem Beltrana [a companheira de Sicrana] para dar um suporte. E eu com aqueles três meninos sozinha?] E isso não fica bom? [Mulher 02: Fica bom, agora é um processo grande né? Enquanto não descobrir realmente a causa, o porquê você adquiriu isso e começar a fazer o tratamento certinho... Mas muitas vezes a gente vai dormir sobrecarregada né? Aí o pensamento com aquilo ali tudinho, quando você deita para dormir, relaxar e você não consegue, aí dá tudo isso] [Você costuma sair para onde, por aqui?] Só vou para a casa da minha mãe e volto, ali para a Branca Dias e volto. É raro eu sair, faz muitos anos que eu não saio de casa. Saí esses dias, mês passado, final do mês passado, fui bater no Centro, minha filha. Fui lá na mulher do meu óculos, porque a minha mãe pagou quase 700 reais do óculos e o óculos está todo se enferrujando e a mulher não quis trocar.

3ª SEÇÃO - Percepção de Segurança do Bairro

[Como você se sente quando caminha pelo bairro? Quais emoções você sente nos seus percursos?] Nervosa, com medo. Eu fico nervosa, fico com uma dor aqui [no peito]. Fico com medo de vir alguém, eu quero correr, entendeu? Fico pedindo para as pessoas 'fique olhando daí'. Eu só desço se minha mãe ficar olhando, ou alguém ficar olhando, se não, eu não desço não. [Mulher 02: Ave Maria, é pânico o dela, é pânico mesmo, síndrome do pânico, eu já tive isso, mas melhorei, graças a Deus, eu enfrentei o medo] Mas esses dias eu enfrentei viu? Tive uma raiva da mulher do óculos e fui bater lá, minha filha. [E ela não ajeitou não?] Vai trocar, ela disse que eu usasse mais para ele ficar mais feio um pouquinho, porque tem um ano de garantia. Aí ela disse 'antes de um ano você vem e troca por outra armação'. [Quais são as ruas ou áreas que você se sente insegura no bairro?] Eu me sinto insegura em todo canto. Só no Rio [Rio de Janeiro], quando eu fui agora com a minha filha, que não tinha medo de andar para canto nenhum. Não tinha medo de sair para canto nenhum. Agora aqui eu tenho trauma. Porque assim, minha vida foi aqui, minha história todinha foi aqui, aí tipo eu conhecia muita gente, era muita gente, então hoje a gente não vê mais essa 'muita gente', porque até então partiram para o lado errado, entendeu? Porque você sabe, vida de crime é cadeia ou cemitério. A maioria a gente não vê mais, e eu fico com aquilo tudo na cabeça, que a gente se criou junto, que a gente conviveu junto. [Mulher 02: uns já morreram, né?] Então, aí eu fico pensando, meu Deus, eu mais velha que eles, uns meninos que eu vi e coloquei no braço, hoje eu passo na rua aquele deserto, aí fico com aquele nervoso. [O que poderia mudar para que você se sentisse mais segura no bairro?] O que poderia mudar? Era que, sei lá, governador, presidente, agilizasse esses negócios de

postinho para, na verdade, a gente saber o que é isso, porque a gente depende de médico. A gente depende dessas coisas, porque faz mais de 15 dias que eu pedi uns exames, a médica passou uns exames no posto e até agora nada. Eu não sei se isso é depressão, eu não sei o que é. Eu só sei que eu vou precisar de fazer uns exames para saber, na verdade, o que é. A minha segurança que eu queria era isso, um atendimento melhor. Porque, na verdade, a gente está morrendo à míngua. A gente está morrendo à míngua. Por conta de que? Não tem um governador na cidade que preste, não tem um prefeito que preste, não tem ninguém que ajude a gente para nada. Se passar mal aqui, daqui que chegue o SAMU, dá tempo a gente morrer. Eu sei que, você sabe, a vida do crime é hoje, não é amanhã, mas eu acho que um bandido ajuda a gente mais rápido a gente do que um SAMU chegar. Porque um cara errado na rua, independente do que ele esteja fazendo, é a única pessoa que socorre a gente dentro de uma favela. Um bandido socorre uma pessoa melhor do que um governador, um presidente, um prefeito faz, porque eu não acho que eles fazem nada. [Você já experimentou algum tipo de violência ou assédio no bairro?] Várias. Eu já tive tentativa de estupro, foi ali na Branca Dias. Ele me bateu, mas ainda deu tempo eu correr. Ele me bateu, aí quando eu corri, ele não me pegou porque eu entrei dentro desse mato aí, sai lá na Vila Rocha. Na época era Vila Rocha. A polícia também já botou muita pressão e eu fiquei muito nervosa, porque eu não sabia explicar quando eu era mais nova. Eu me revoltei contra a polícia também, até hoje eu não gosto, gosto não. Sei lá, muita coisa, eu já apanhei muito do pai dos meus filhos. Muito mesmo. Porque eu trabalhava, aí às vezes eu chegava tarde e ele achava que eu estava fazendo coisa errada. Às vezes pensava até que eu estava ficando com o filho da minha patroa. Porque ele já era idoso também, aí queria me bater porque eu não queria ter nada com ele. Ele já me bateu muito, muito mesmo. Minha mãe é quem... primeiramente Deus, mas minha mãe quem me tirava dos braços dele, minha mãe e meu padrasto. Aí eu me revoltei contra homem e hoje eu, como eu estou falando, sou esposa dela. Por isso que eu me revoltei, me revoltei contra homem por causa disso, porque ele me batia muito, me machucava muito, me ameaçava e aí eu ficava com medo. [E a tentativa de estupro, você conhecia o agressor?] Conhecia. Foi uma carona que a gente pegou, eu e mais duas amigas, só que ele era conhecido, a gente conhecia ele, tudinho. Aí ele 'Bora, fulana' aí eu disse 'Não, vamos andando mesmo', aí as meninas 'Não, bora, bora, bora'. Acabou que aconteceu isso. E quando chegou, ele só queria ficar comigo. Eu disse 'comigo mesmo não, quem pegou a carona com você foi ela e ela'. 'Mas você veio também dentro', aí eu disse 'e eu ia bem vir só da Lagoa era?'. A gente estava até na Lagoa, na época era Festa das Neves, essas coisas era tudo na Lagoa. Mas só que minha mãe foi lá, a minha mãe foi lá. Porque ele ainda atirou, ainda teve tiro e tudo. Foi, ele ainda atirou em mim. Porque tipo assim, ele queria ficar comigo, como eu não quis ficar com ele...A gente estava sentado ali em cima, ali do lado da casa de Fulana, na época era uma vila. A gente estava sentado, eu e minhas amigas, as mesmas amigas, aí ele veio e deu um tiro em mim, só que nem pegou. Aí minha mãe falou para ele que o tiro que ele deu em mim não pegou porque Deus não deixou, mas ela ia ver o resultado que Deus ia mostrar. Aí ele foi lá embaixo, ele pegou uma arma, sei lá como foi, a arma mesmo que ele atirou em mim, ele perdeu os dedos tudinho da mão. E ele era de lá, de onde Sicrana mora, por isso que eu tenho medo dali. Já arranjaram muita emboscada para mim aí do lado que ela mora, mas também eu não abria não. Se fosse menina para vir dar em mim, era pau, viu? Eu apanhava, mas dava também. Eu só não podia fazer nada com os caras porque os caras são tudo envolvido com coisa errada. É muita coisa, minha filha. Todos os homens que eu morei, eu sempre sofri, com o pai dos meus filhos, eu sofri muito, aí hoje eu sou revoltada contra homem. Eu não tenho nada contra,

mas conviver eu não quero nunca mais na minha vida. Eu vivo mais bem com mulher do que com homem. Não vou estar apanhando de ninguém.

- Mulher 02

[Antes da entrevista] Mulher 02 falando sobre a Mulher 01: Ela vendia droga para esse povo daqui, ela prestava conta tudinho direitinho, mas sabe aquela coisa assim, quando chega um certo tempo que você desiste daquilo ali e não quer mais? Ela tem medo, por quê? Porque alguém pode chegar e querer fazer mal a ela. Mas é como ela disse ‘no dia que eu cismar, eu vou descer lá’. Mesmo assim, eu acho que o medo dela é o caba vir e dizer, tá entendendo? [Por que? Depois que entra não pode mais sair?] Não pode sair, só sai morto. E no caso do filho dela não mataram ele por engano, queriam fazer mal a ela, mas não teve oportunidade, aí mataram o filho dela. [Faz quantos anos?] Não sei se é onze anos... Não, acho que não é isso tudo não. Eu acho que faz uns nove anos, de oito para nove anos. Quem sabe é a irmã dela, que é muito apegada a ela, a minha amiga que está grávida agora.

1ª Seção - Perfil da Entrevistada

[Você nasceu em João Pessoa?] Não, nasci no interior da Paraíba, em Pilões. [Há quanto tempo mora na cidade?] Eu vim para cá eu tinha 14 anos, há 30 anos. [Em que bairro você mora?] Centro, mas é Trincheiras mesmo. [Há quanto tempo mora no bairro?] Morar mesmo, há mais de 11 anos. [Qual a sua idade?] 44 [Qual o seu estado civil?] Solteira, porque eu nunca casei também. Morei, mas não posso me considerar casada, é solteira. [Qual a sua cor//raça/etnia?] Preta. [Você possui filhos?] Sim, 3 bençãos. [Qual a sua ocupação?] Faxineira. [Qual a sua renda?] 1 salário-mínimo.

2ª SEÇÃO - Atividades diárias e Percursos no Bairro

[Quais são suas atividades diárias? Como costuma ser a sua rotina?] Dona de casa, correria, levo os meninos para a escola, levo os meninos para a LBV, vou buscar na escola, depois vou deixar na LBV, minha rotina é essa. Rotina muito puxada. [Onde você trabalha?] No Bessa, por semana. E em Manaíra, de tempos em tempos. [Como você se desloca para ir ao trabalho?] De ônibus. Pego, no caso, dois ônibus. Pego um aqui, lá na principal, naquela rua que a gente atravessou [R. Rodrigues Chaves] um pouco mais para baixo, no Distrito Mecânico mesmo, desço na integração. Da integração pego o 600, do 600 para a casa que eu trabalho. [Para Manaíra você faz a mesma coisa?] Não, quando eu vou para Manaíra eu pego só um mesmo. [Qual é?] É o 602. Pronto, você pegando aqui o 602, ele vai até depois do Bemais [supermercado em Manaíra], faz aquela curva lá depois do Bemais, e retorna para cá. [Onde você costuma ir fazer compras?] Mulher, eu hoje eu estou preferindo um supermercado maior, né. Tem mais variedade e o preço é melhor até. Porque antigamente a gente pensava que o supermercado pequeno era melhor, mais em conta, mas não é. Hoje em dia é mais em conta os maiores. E geralmente eu vou para o Bemais aqui em Cruz das Armas e outro lá no Alto do Mateus. Eu tenho um ticket no valor de 50 reais, aí eu vou para lá para o Alto, que é o lugar que troca ele. [Sim, é de onde esse cartão?] É do Estado. [Como você se desloca para ir a essas atividades?] Vou de ônibus, pego o ônibus aqui, desço na

integração, da integração pego o 701 e vou embora para lá. E na volta eu volto de ônibus também. [E para o Bemais?] Se eu fosse para o Bemais, eu tinha que ir de carro, porque para mim subir aí...Posso até ir por aí, mas é uma ladeira imensa, pior do que essa [R. Rodrigues Chaves]. Se você olhar para trás, é capaz de você cair e sair embolando e parar lá embaixo. É enorme, Mirelli, a ladeira. Não sei se tu já ouviu falar, é a ladeira da pacote, o povo chama. Ela é em pé, em pé mesmo. [E com quem você vai?] Geralmente eu vou só mesmo, não levo nem os meninos que é para não estar pedindo biscoito. 'Mãe, compre isso, mãe, compre aquilo'. Eu vou só. Aí eu vou de Uber. Porque dá 7 reais, é pertinho. [Que outras atividades você costuma realizar no bairro?] Para o médico, tem o posto de saúde ali, mas geralmente eu vou só para pegar a receita do remédio. Para o dentista, o dentista lá é muito bom. Para todos três [filhos], eu vou no dentista lá. Aí geralmente eu vou pegar minha receita lá. Porque tem que ir pegar. Porque todo mês eu pagar um médico para me dar uma receita, é ruim, né? Aí eu vou pra lá. Fica aqui dentro do Distrito Mecânico, mas é muito precário lá. [Onde você costuma ir para seu lazer?] Tem não. Lazer mesmo, eu gosto de ir para o interior. Lá eles se divertem, lá é tranquilo. Se eu deixo eles aqui fora, é um lazer deles, não é meu. Mas no caso está se referindo ao meu. Aí eu gosto de ir para o sítio, na realidade, que aí tanto eu tenho lazer como eles tem. Estão lá brincando no meio do terreiro, eu não estou nem vendo, mas eu sei que eles estão ali. [Aqui tu vai para algum lugar?] Não. Tem a Lagoa? Não vou. Tem a Bica? Também não vou. Tem a praia? Também não. [Você não gosta?] Não, tenho medo. Eu tenho medo de alguém vir, pegar um [filho], e levar. Na Lagoa, como é movimentado, eu tenho medo de alguém vir e levar um menino, porque o povo diz 'me dá essa menina para mim, me dá essa menina para mim'. Eu tenho medo, não vou dizer a você que eu não tenho. Na praia, eu tenho medo de um se afogar, mas é um medo normal, não é um medo fora do comum não. No caso na Bica, eu tenho medo de eles se perderem. É um parque zoológico, podem entrar numa boca de mata daquelas e se perder mesmo. Aí eu não vou. Para ir, eu tenho que ir com, no mínimo, três adultos, porque cada um segura a mão de um. Quando eu deixo eles na terça-feira com a minha irmã para ir trabalhar, minha irmã leva eles para a LBV, mas eu tenho medo, morro de medo. Porque um pode correr na frente do carro. Criança cega a gente. [Então você fica mais em casa?] Fico mais em casa quando é lazer. Pronto, quando vou na casa da minha amiga, foi um dia de lazer para eles. Tem que ir para a casa das amigas, mas as amigas mais próximas possível. Se for amiga recente eu não gosto. Pronto, aqui na casa de Fulana, eu não gosto, porque lá tem uma beira de mata, também não gosto de eles irem para lá. [Você faz muitos percursos a pé?] Muito. Se eu for para o banco, que é aqui no centro da cidade, eu vou a pé. Não precisa de carro. Se eu for para a igreja, vou a pé, é pertinho. Vou levar os meninos na escola, vou a pé. Vou para a LBV, vou a pé. Ando muito. [E existe transporte alternativo aqui, para subir?] Tem Uber, no caso. Pronto, semana passada, duas vezes. Eles foram de Uber duas vezes, porque estavam tudo atrasado. Uma vez eu deixei, na outra vez eles foram só. Era uma mulher, aí eu deixei eles irem só. Coloquei eles dentro e disse vão embora. Mas se for um homem eu não deixo não. [Você vai com eles?] Eu vou com eles, mas se for mulher eu deixo. 'Mulher, deixe eles ali na escola'. Porque no caso é mãe, né? A maioria das mulheres é mãe, e elas sentem a dor de outra mãe. Aí eu deixei, nesse dia eu deixei. Foi a primeira vez também, nunca acontece, mas foi a primeira vez. Mas se todas as vezes que eu pegasse um Uber fosse uma mulher, era bom, a gente se sentia mais segura.

3ª SEÇÃO - Percepção de Segurança do Bairro

[Como você se sente quando caminha pelo bairro? Quais emoções você sente nos seus percursos?] Eu não sinto segurança, eu sinto um pouquinho de medo, eu me sinto insegura. Porque, como a gente mora numa área de risco, o povo fala área vermelha, né, a qualquer momento pode aparecer um tiroteio, porque já teve muito por aqui, no início que a gente veio morar aqui. Uma vez teve aqui, aqui atrás de casa. Um caba meteu bala para cima. Eu acho que era um policial. Estava tendo uma festa aqui em cima, porque aqui em cima tem uma granja, aí estava tendo uma festa. Mas era muito policial aí, policial sem farda, né. Foi um dia de lazer deles, eles vieram praí. Aí teve um tiroteio. O cara, porque é polícia, se acha no direito de mexer com os outros, aí foi atirar para cima. No que ele atirou para cima, os meninos daqui ouviram e foram lá ver o que era. Aí meteram bala no cara. Isso é o que a gente sabe, né. Aí quando foi com três dias para frente, aí meteram bala aqui também. [Ele morreu?] Não, graças a Deus sobreviveu. [Mas isso é a qualquer momento?] É, como já teve tiroteio também aqui na praça. Um carro preto passou e meteu bala no menino, o menino ficou sequelado. Até hoje ele tem sequela, ele tem um problema no braço e puxa de uma perna, porque a bala atingiu ele. Mas eu sinto medo. [Você sente medo durante o dia e à noite?] Sim, eu sinto medo de dia e de noite. Se de dia é ruim, de noite é ainda pior. [Você costuma sair de noite?] Só para a igreja. Mas já tem uma pessoa que vem buscar nós. O dirigente da igreja, ele sempre passa por ali e vem buscar a gente. Geralmente, né, não é todas as noites não. Porque na realidade a gente vai para a igreja domingo, terças e quintas. Porque na maioria das vezes eu vou de dia também. Aí quando é à noite, ele passa e leva a gente. [Onde é a igreja?] Lá naquela travessa. Não tem a [comunidade] Saturnino de Brito? Pronto, eu vou por ali e atravesso a rua. [É na Branca Dias, é?] É na Branca Dias, sendo do outro lado. E quando eu vou de carro, eu vou pela Rodrigues Chaves. [Quais são as ruas ou áreas que você se sente segura no bairro?] Quando eu vou trabalhar, quando eu vou para o Bessa, eu me sinto segura. Porque eu estou no ônibus, desci do ônibus, andei 1 minuto e estou na porta da casa que eu trabalho. [E por aqui onde você mora?] Não. Não tem área aqui que a gente se sinta segura. Eu estando dentro de casa. Dentro de casa, eu estou segura. Mas a nossa segurança está em Deus, a gente nunca sabe... [E no Bessa?] Acho que é por causa do fluxo de movimento, muito carro passando na rua, o cara não vai chegar assim na carreira, pegar minha bolsa e sair correndo. E tem movimento aquele povo todinho caminhando. Já quando eu vou para outra casa perto da Integração, eu me sinto insegura. É mais longe e eu ando muito. Eu não sei se eu te disse que um homem uma vez me seguiu de carro. Aí depois eu tive que enrolar o homem assim... Ele me seguiu no carro dizendo 'quer que eu lhe deixe lá?', 'não, precisa não'. Eu tive que dar o número do meu celular para ele poder sair e parar de andar atrás de mim no carro. Porque, às vezes, se eu disser assim 'eu estou com medo', eu vou ficar pior. Tem que encarar mesmo. Nós, mulheres, a gente tem que ter realmente estratégia. E aí eu fiquei conversando com ele no telefone. [Porque lá é sem movimento?] É, lá perto do parque tem movimento, a parada é perto. Apesar que, quando eu saí uma vez do Bessa, eu quase que ia sendo assaltada. [Como foi?] Eu estava na parada, apesar que eu não gosto muito de estar debaixo da parada. E ficou ruim porque a parada foi lá para frente. Quando era ali na beirinha, era até melhor, mas lá para frente ficou pior ainda, porque com aquele prédio velho abandonado, tem aquele terreno baldio todinho, o cara que chegar ali e pegar sua bolsa, ou até arrastar você mesmo para ali, daqui que outro tome conta, olhe, veja, é tarde. Aí ali eu estava chegando na parada, estava eu e mais 5 pessoas em pé na parada. O caba chegou. Tem pessoas despercebidas que não percebem nada, pois eu fiquei 'ih, esse rapaz vai é assaltar a gente'. Quando eu percebi, eu

voltei um pouquinho mais da parada. Quando ele parou bem na parada, pediu a bolsa da moça. Aí eu tive a ideia de atravessar a rua, não sei como não veio um carro. Mas também eu só sentia que ele ia atirar em mim, nas minhas costas. O medo todinho era esse. Mas graças a Deus não aconteceu nada, não levou nada meu. [E aqui na parada de ônibus do Distrito Mecânico?] Aí eu não tenho medo não, tenho não, porque é muito movimentada. Tem as oficinas tudinho, é muito movimentado, tenho medo não, é bom ali de ficar. De dia, de noite não. [Você não tem medo de passar pelas oficinas?] Não, tenho não. Ninguém mexe, ninguém diz nada. E na parada tem sempre alguém, raramente eu chego naquela parada e não tiver ninguém, tem muita gente. O povo da oficina a maioria eu conheço: o baixinho do olho verde, tem o menino que ajuda ele, tem a esposa dele que a gente conhece também. Tem, deixa eu ver...Tem Fulano, que era cunhado de Sicrana, está sempre ali também. Tem o dono da oficina, Beltrano, que a gente também conhece, tem um carequinha que sempre fala com minha menina, a gente conhece também. Eu só não gosto muito de um que tem um cabelo enroladinho. Assim, você olha para a cara da pessoa e sabe que a pessoa não é muito legal, entendeu? Aí a gente não fala, mas a maioria ali tudinho a gente conhece. [Quais são as ruas ou áreas que você se sente insegura no bairro?] Pronto, aquela rua direto que a gente foi, a rua da [comunidade] Saturnino de Brito, aquela rua ali eu não vou mais. Mesmo eu indo fazer uma panfletagem de mensagem da palavra do senhor, mesmo eu indo com muita gente, eu não me sinto bem. Principalmente sozinha. Sozinha é que eu não vou mesmo. [Por que? O que lhe deixa insegura ali?] Eu tenho medo de um tiroteio, de repente, pelo fato de a gente já ter presenciado tantos, fica com medo. Eu tenho medo disso. Apesar de também não ter nem tanto traficante mais por lá, já não tem mais, já não existe mais, já mataram a maioria, morreram todos, é porque a gente já não conhece mais os que têm agora, os novatos, o medo maior é esse. Quando a gente conhecia, tudo bem, mas a gente não conhece mais. Não tinha problema. Agora eu só tenho coragem de ir até a casa daquela menina, amiga da gente desde mocinha. Mas dali eu não passo. [A partir dali você não conhece mais?] Tem um dali que eu ainda conheço. Dali para lá, eu ainda conheço um, mas não tenho intimidade, então não vou nem lá mais. Eu conheço ali aquele povo, conheço Fulana, conheço Sicrana, conheço aquele homem da oficina dos ferros, que estava aberta, conheço também um que morava na frente, mas parece que ele saiu de lá. Na rua da barreira, a rua da subidinha, tem a irmã do rapaz do gás daqui que morava lá, mas está morando aqui. E o pessoal da Branca Dias todinho, a gente conhece praticamente todo mundo. Mas pendendo para aquele lado da Saturnino de Brito para lá, eu já não vou. Para lá eu já tenho medo. [O que poderia mudar para que você se sentisse mais segura no bairro?] A segurança. Se derrubasse todas as casas, todo mundo saísse dali, fosse uma pista mesmo como o projeto era esse. O projeto é esse, mas só não sei se eles vão conseguir fazer, o prefeito, o governador, ou sei lá quem fosse fizesse uma pista ali ficava decente demais. É diferente daquelas casas. Como eu estava dizendo a você, ali a maioria do povo era povo sem futuro. Tem pessoas de bem também, como a maioria do povo daqui é pessoas de bem, mas ali era muito pior antigamente, só tu vendo. O projeto que era para ser uma pista, ficava muito melhor. [Quando vocês vieram para cá você acha que melhorou?] Melhorou, em termos de segurança, melhorou. Não 100%, mas vamos dizer que melhorou 60%. Ficou menos violento. Eu estava aqui e de vez em quando, de madrugada, eu escutava tiroteio. Madrugada, ou antes da gente dormir mesmo, mas lá na pista. Eu já não tinha medo porque não vinha para cá. Mas quando foi aqui, a gente já teve medo. Outro [tiroteio] que teve ali eu não tive medo, porque foi para ali, não foi para cá. [Você já experimentou algum tipo de violência ou assédio no bairro?] Não, aqui nunca vi não, até porque o povo

me respeita muito aqui. Não sei se é pelo fato de eu ser evangélica, só sei que aqui o povo me respeita muito. Quando não chamam 'tia', chamam 'irmã', respeita meus meninos. Teve esse tiroteio ali, mas... [O que você costuma fazer para evitar ou enfrentar situações de violência?] Eu prefiro não me envolver, por exemplo, quando a pessoa quer brigar comigo. Eu procuro me sair, para não debater com a pessoa, porque às vezes você está falando, falando, falando, termina acontecendo alguma coisa, a pessoa querendo vir para cima de você. Eu prefiro me sair e não debater. E procuro me dar bem com todo mundo para depois a pessoa não criar rixa sobre mim e vir para cima de mim. Se acontecer de um menino descer, vai brincar, depois acontecer alguma coisa com eles brigando, eu procuro até deixar para lá do que bater boca com a mãe da criança para a gente não acabar se estressando. Se tiver pessoas conhecidas, estar sempre de boa com a pessoa. [E lá no Bessa?] Eu tive que ludibriar, não vou nem dizer mentir, eu tive que dar o meu número para o cara sair. A gente tem que ter estratégia e não mostrar que está com medo. É enfrentar a situação e pronto. A gente tem que dar uma escapulida assim para poder ir simhora, escapulida que eu digo é ludibriar, no caso, para poder sair daquela situação.

- Mulher 03

1ª Seção - Perfil da Entrevistada

[Você nasceu em João Pessoa?] Sim [Há quanto tempo mora no bairro?] 15 anos. [Antes você morava onde?] Morava lá em cima. Com 14 anos eu vim morar aqui, porque eu casei aí vim morar com um menino aqui. Aí depois de 15 anos, fui embora para lá de novo. Porque eu me separei aí fui pra lá. [Lá que você fala é na Saturnino de Brito?] É, na Saturnino de Brito. Aí depois eu recebi esse apartamento e voltei de novo. Depois de 11 anos, eu voltei. [Qual a sua idade?] 36 [Qual o seu estado civil?] Solteira [Qual a sua cor/raça/etnia?] Parda [Você possui filhos? Se sim, quantos?] Sim, 4. Uma tem 20, um vai fazer 18, uma tem 15 e ela vai fazer 5. [Qual a sua ocupação?] Agora mesmo, eu estou fazendo um curso, porque eu estou parada. Eu me viro com qualquer coisa, eu vendia canjica, bolo, esses negócios, mas agora mesmo eu estou parada. Estou fazendo um curso de Empreendedor. Como eu gosto de vender as coisas, eu me interessei no curso que o Senac ofereceu para cá, aí eu estou fazendo. [É no Senac?] É, só que é aqui na Associação daqui. [Qual a sua renda?] A renda que eu estou é só o Bolsa Família, 600 reais, estou desempregada.

2ª SEÇÃO - Atividades diárias e Percursos no Bairro

[Quais são suas atividades diárias? Como costuma ser a sua rotina?] Minha rotina é dentro de casa, ainda saio um pouquinho, volto, mas eu não sou de andar muito não. [E as compras, onde você faz?] A gente faz no Ki-preço lá em cima, Cruz das Armas. [Você vai como para lá?] A gente tem que pegar Uber. [Existe uma variedade de comércios e serviços no bairro?] Não, por aqui não, é mais lá no Centro. Tudo que a gente for, é no Centro ou para Cruz das Armas. [Você vai a pé?] Para o Centro a gente vai a pé. [Você costuma ir sozinha ou acompanhada?] Não, gosto de andar só não, sempre vou com filho ou com filha. Mas eu não gosto de andar só. [Que outras atividades você faz no bairro?] Vou para a igreja, a gente estava fazendo uma atividade física, mas não teve mais, a gente está esperando voltar, por causa da eleição, aí para. [Onde?] Aqui na entrada, na Associação. [Onde você costuma ir

para seu lazer?] Meu lazer? Tenho não, gosto de andar muito não. [Você costuma ficar mais em casa?] É. [Com as crianças, você sai?] Às vezes eu saio, vou na Bica, vou à praia. [Quantas vezes você costuma ir?] Ah, faz muito tempo, acho que faz uns dois anos que eu não vou na praia. A gente vai mais para a igreja. [E daqui você vai como à praia?] Tem que pegar Uber ou ônibus, eu pego o ônibus lá na principal.

3ª SEÇÃO - Percepção de Segurança do Bairro

[Como você se sente quando caminha pelo bairro? Quais emoções você sente nos seus percursos?] Eu já estou acostumada, às vezes é que tem umas violências lá para a pista, mas tudo bem aqui. [Onde?] Na principal, lá embaixo, nessa pista que a gente vem. Mas graças a Deus está tudo calmo. Desde que a gente chegou aqui está calmo, porque de primeiro, era violento. Mas agora está calmo. [Quais são as ruas ou áreas que você se sente segura no bairro?] A rua? Segura a gente só se sente dentro de casa. A gente tem medo mais quando sobe lá para cima, a principal é mais perigosa. Aqui dentro é mais calmo. O ruim é quando a gente sobe para ir para o Centro, aí eu tenho medo. [Quais são as ruas que você tem medo ou evita passar?] Ali em cima. [‘Ali’ que você fala é aonde?] Na Saturnino, a subida aqui das Trincheiras. Por aqui eu tenho medo não, tenho medo mais na principal lá de cima. [O que causa medo lá?] É porque o povo de lá não vem para cá e o povo daqui não pode ir para lá. Assim, quem é errado né? A gente não, que a gente é cidadão de bem. Inventaram esse negócio de facção, né? Aí não pode. A gente tem medo na subida somente, porque às vezes pode ter uma bala perdida. A gente tem medo disso, mas tirando isso, aqui eu não tenho medo não. [Aqui tem duas facções?] É porque lá é uma e aqui já é outra. A gente tem medo só de subir a ladeira. O ruim é para lá, que ninguém conhece ninguém, ninguém sabe quem é quem, e aqui os meninos daqui não mexem com ninguém não. Lá que o povo é desconhecido. Tem uns [traficantes] que eu conheço, mas porque assim, se tiver uma troca de tiro de repente, Deus o livre, e a gente for passando... Várias vezes já aconteceu, né, pega em gente que não tem nada a ver. [Você já viu isso?] Já, acho que a tia de Fulana que levou uma bala perdida lá em cima. Aqui, graças a Deus, nunca mexeram com ninguém. [O que poderia mudar para que você se sentisse mais segura no bairro?] Tem que mudar tanta coisa. Para se sentir mais segura, mais segurança que a gente pede. Trabalho para a gente, se viesse para cá era bom, para a gente trabalhar, porque está muito difícil trabalho. Só trabalha hoje quem tem conhecimento. Quem não tem, não trabalha. A gente que é mãe de família, mãe e pai, tem que se virar com tudo. É mais difícil as coisas. [Com que você trabalhava antes?] Eu cuidava de idoso lá no Bessa, perto da Praça do Caju. Aí saí, fiquei parada um bom tempo porque inventaram um negócio de carteira assinada, aí eu trabalhava clandestino. A mulher com medo, ‘não posso assinar a carteira’, não sei o que. Trabalhei em vão, porque não assinou minha carteira. Aí fui me virando, botando um negócio para vender, um bolo, canjica, pamonha, inventando para sobreviver.

- Mulher 04

1ª Seção - Perfil da Entrevistada

[Você nasceu em João Pessoa?] Sim [Em que bairro você mora?] Hoje em dia aqui é chamado Trincheiras, mas sempre fui aqui da redondeza do Centro. Já morei em Cordão

Encarnado, no Centro em si e agora aqui. Todos são próximos, tudo é considerado Centro. [Há quanto tempo mora no bairro?] Desde que eu nasci. [Qual a sua idade?] 41 [Qual o seu estado civil?] Casada [Qual a sua cor/raça/etnia?] Parda [Você possui filhos?] Sim. 2. [Qual a sua ocupação?] Eu sou enfermeira e sou técnica também. [Qual a sua renda?] 2 salários.

2ª SEÇÃO - Atividades diárias e Percursos no Bairro

[Quais são suas atividades diárias? Como costuma ser a sua rotina?] Normalmente, como toda dona de casa, eu acordo pela manhã, faço o que eu tenho que fazer em relação à rotina da casa mesmo, lavar louça, fazer comida, lavar roupa, arrumar casa... Eu tenho animais de estimação, cuidar dos meus animais, organizar meus filhos para ir para a escola, também pratico atividade, faço yoga duas vezes por semana, fora as outras coisas que eu costumo resolver. Como eu sou a caçula da família, toda a responsabilidade de coisas burocráticas, sempre estou à frente. Então eu estou sempre ocupada fazendo alguma coisa. Hoje é um caso atípico, porque eu fui convidada para lecionar umas aulas para um curso técnico e hoje eu larguei mão de sair para resolver qualquer coisa para concluir esse material. [Você costuma fazer algum percurso a pé pelo bairro?] Parada do ônibus, às vezes um mercadinho e tem uma atividade física que é feita aqui na entrada da comunidade, uma vez por semana, inclusive o dia era hoje. [Você pega o ônibus para ir para o trabalho?] Sim. [Você trabalha onde?] Eu trabalho no hospital à noite. [Como você se sente esperando o ônibus na parada?] A gente tem uma certa confiança por ser da área desde criança, mas o medo não deixa de existir não. Porque, muitas vezes, mesmo sendo da área, vira e mexe acontecem episódios de assalto, às vezes não é diretamente com você, tem alguma briga do lado e você tem medo que alguém esteja armado e saia um tiro. Essa minha tia mesmo foi vítima de uma bala perdida de uma briga, há uns anos atrás, quando a gente morava mais em cima. Os caras estavam brigando naquela esquina lá, e o cara atirou com uma pistola e pegou na artéria femoral dela, quase que morre. Então, além do conhecimento que a gente tem, teve uma vivência dentro de casa, isso reforça o medo. Fora que à noite também a gente fica mais propícia a esse tipo de ação. E por ser do sexo feminino, a gente sabe que a marginalidade se encoraja mais de coagir uma mulher que um outro homem. [Que outras atividades você costuma fazer pelo bairro?] Geralmente é isso, eu sou uma pessoa muito caseira, então quando eu saio, é sempre para resolver algo. Hoje, como eu te falei, é uma coisa atípica, eu desci para tomar café com a minha irmã, eu moro no apartamento de cima do dela, aí ela me chamou para conversar com a minha tia que fez cirurgia no olho e por isso você me encontrou aqui. Mas não é comum você me encontrar fora do apartamento. [Onde você costuma ir para seu lazer? Existem atividades de lazer no seu bairro?] Minha paixão é praia. Praia e shopping, depois que eu casei. Antes eu gostava muito de festa, de música, mas hoje em dia não danço mais, não bebo. Meu esposo é o mesmo ritmo, não bebe, não dança, aí a gente acabou tendo um gosto em comum de diversão. Então gostamos de ir para a praia mesmo.

3ª SEÇÃO - Percepção de Segurança do Bairro

[Como você se sente quando caminha pelo bairro? Quais emoções você sente nos seus percursos?] Enquanto mulher, aqui na comunidade em si, eu não sinto tanto medo. Como eu te falei, como eu sou nascida e criada aqui, a gente conhece a maioria das pessoas desde

criança, você tem aquela coisa que é como se fosse uma família, a pessoa que me viu crescer, então provavelmente, por ser mulher, não tende a te provocar algum mal. E como pessoa no geral, por ser em comunidade, a gente sabe, essa questão de briga, de facção, troca de tiro, essas coisas, então o temor é mais por isso, que de repente, surja uma confusão e você não estar esperando e ser vítima de uma bala perdida. [No caso, você se sente protegida enquanto mulher?] Aqui em si, como mulher, como eu te falei, como mulher não tem esse ataque, porque a maioria das pessoas que a gente conhece aqui, são pessoas que a gente conhece desde criança. E as demais, independente de sua posição aqui na comunidade, não costuma desrespeitar. [Quais são as ruas ou áreas que você se sente insegura no bairro?] Eu acho que, na verdade, não está ligado às ruas, está ligado aos horários. Você vai ao Centro meio-dia, sendo específica, a Praça João Pessoa, as Trincheiras, você tem uma exposição ali em horários mais cedo, antes das 7h da manhã, no horário entre 11h e 13h da tarde e após às 17h, então é uma exposição, uma insegurança total. Nos outros horários, entre 8h e 10h, tem um movimento maior, porque ali tem bancos, tem lojas, tem outras coisas, então tem uma movimentação maior, você se sente um pouco segura. Minha questão é mais em relação a horários. [Por causa do movimento?] Isso, é onde costuma ter mais gente. Esses horários que a gente chama horários comerciais é o horário que o pessoal está indo trabalhar, está indo estudar, está indo para a academia, coisas desse tipo, então você encontra muita gente para lá e para cá, você sente um pouco de segurança, por ter mais pessoas. Às vezes não é nem sinônimo de segurança, porque em ônibus, por exemplo, você está em um ônibus lotado e você é assaltada ou é vítima de abuso. Porque eu já presenciei várias vezes situações de homens que se encostavam em mulheres e até em crianças com ônibus lotado. [Você já viu?] Eu já vi e já fui vítima na Integração, logo quando surgiu. Eu vinha subindo no ônibus, eu trabalhava no Manaíra Shopping. Lembro como hoje, dia 11 de junho, era um dia que antecedia o Dia dos Namorados, então o shopping fechou mais tarde, e quando eu cheguei lá embaixo super cansada, o ônibus que tinha depois da meia noite, era um ônibus menor. Então quando eu tentei subir, ele foi e encostou em mim. Eu me virei e dei um soco nele. Eu não tinha visto que meu esposo estava logo por trás. Aí ele falou assim: o que foi? Eu disse: não foi nada, o cara falou uma besteira. Ele disse: você não é uma pessoa de ter uma reação daquela por conta de uma besteira de fala. Ele passou a mão em você? Eu disse 'não', 'ele encostou em você, não foi?' Eu disse: 'foi, mas eu não já resolvi?' Porque, o que acontece, é que quando esses homens fazem esse tipo de coisa... Uma amiga foi vítima de uma situação parecida, o marido dela deu um soco no rapaz que encostou nela e deu um beijo no pescoço dela, e quem ficou detido foi o marido dela, porque alegaram que o outro estava bêbado e por isso ele tinha se aproveitado da situação. A mulher dele não tinha valor nesse momento. Porque, se era para levar, levasse ao menos os dois, para esclarecimentos. Mas não, quem ficou detido foi o marido dela. [Você já experimentou outras situações de violência ou abuso?] Comigo não, só houve esse episódio e as vezes que eu vi, foi com outras pessoas. Como eu te falei, já vi com crianças, já vi com outras mulheres. A vez que eu vi com a criança, eu até afastei ela, puxei ela para perto de mim assim. A menina estava super assustada, uma cena horrível de ver aquilo, meu Deus. Uma menininha assim com seus 8, 10 anos, estava já com um corpinho de mocinha. Mas era um senhor que, se ele passasse aqui agora e eu te apontasse, você dizia 'mentira tua'. Horrível de ver. E uma outra vez, teve uma senhora que ela gritou no ônibus que o rapaz estava encostando nela, e ela levou um soco que quebrou o óculos dela. Aí veio um marido de uma amiga minha, da época do shopping também, ele deu um soco no cara e todo mundo ficou contra ele. E depois foram falar para a minha colega que ele tinha tomado as dores de uma mulher, com insinuações,

né? Era uma mulher já madura, não era nenhuma jovem assim e ela era super ciumenta. Aí eu disse: mulher, não foi assim não, eu estava no ônibus, ele defendeu ela, mas como mulher, porque ele disse 'se fosse minha mulher, minha irmã, minha filha, minha mãe, eu gostaria que algum homem tivesse essa mesma atitude, defendesse as minhas. Então por isso que ele levou o soco e, se ele encher o saco, eu vou jogar ele do ônibus pela janela'. Foi bem massa. Por outro lado, hoje em dia, a violência está tão solta de uma forma geral... Claro, tem uma grande parte em cima das mulheres, mas de uma forma geral, está tão grande, que eu acho que os próprios homens estão ficando com medo, só agem em situações extremas e quando é com os seus mesmo. Tipo assim, se é tua filha, tua mulher, tua mãe que está ali, talvez tu tenha alguma reação, mas com uma pessoa estranha, ah... Não vou me enfiar nessa confusão. A gente está vendo as coisas soltas, os incentivos que têm, hoje em dia a mídia tem um poder muito grande, e as pessoas hoje em dia se acham com poder. Porque, para mim, só duas pessoas podem ter arma na vida, isso é uma opinião pessoal, ou bandido ou polícia. Bandido não deveria ter por que é errado, mas podem ter. Polícia tem que ter por que tem que ter mesmo, é a ação deles, é a ferramenta de trabalho. Mas hoje em dia a gente vê um incentivo muito grande pela mídia, por inúmeras coisas, se defender de quê, cara? Se eu não tenho inimigos, eu vou estar procurando arma? É com arma que eu vou me defender? Não, procura ser uma boa pessoa, procura agir da forma correta que as coisas andam. Quando você fala para alguém a respeito de comunidade, só sabe o que é comunidade quem mora em comunidade. E outra coisa, quem procura entender como é a comunidade. A oportunidade que um pobre tem um rico tem? é mentira. A oportunidade que um branco tem um negro tem? é mentira. Porque eu fui vítima de racismo dentro do Shopping Manairá quando eu fui promovida à gerência de uma loja. Porque eu era do meio de um monte de loira, olho verde, olho azul e eu fui promovida por competência, porque eu sabia o que estava fazendo. E surgiu insinuações que era porque o dono estava com maldade em cima de mim. Eu jovem, recém-casada, pense em um desmantelo. E ele nunca, nunca me faltou com respeito, ele é meu amigo até hoje, ele nunca me olhou com olhar atravessado, você acredita nisso? Mas para as pessoas a moreninha, no meio de tantas loiras, ser a gerente? Não tinha competência não, tinha que ter outro argumento. Bando de idiotas. Então, Mirelli, são coisas que a gente vive no dia a dia na sociedade em relação a preconceitos de uma forma geral. E a mulher, a gente sabe, que ela é exposta. Apesar de considerar um sexo frágil, eu também não acho que seja um sexo frágil, acho que a gente é forte pra caramba, se usasse as armas que a gente tem, da forma correta, a gente ia longe. Mas que ela tem mais exposição à violência por não ter a proteção devida, por não ter o ensinamento necessário, acaba sendo uma presa fácil mesmo de várias coisas na sociedade, de violência, de cárcere privado, de um monte de coisa. Às vezes acontece homicídios ocasionados quando o marido mata a mulher, mas é a minoria. Geralmente quando tem esses casos de violência chegar à morte, são pessoas que são envolvidas no tráfico também, tem alguma questão de envolvimento. Acontece, fulano foi vítima de um assalto e acabou sendo assassinado, acontece, mas não é uma porcentagem alta. Geralmente as demais, é pessoas que tem algum tipo de envolvimento. O Centro é um bairro pesado, tem barzinho, tem churrascaria, tem sabadinho, enfim, nós sabemos que o sabadinho é todo tipo de gente. Então você vai para um local desse, você tem uma exposição. Então pode acontecer nesse meio de alguém ser ousado com você, você recusar e isso se tornar uma tragédia, tem chances. Mas aí é aquela coisa que a gente aprende desde criança, nós temos que selecionar os locais que nós vamos, não é isso? Pronto, eu sou uma pessoa que eu falo com todo mundo, mas eu não me sento para conversar com todo mundo. Geralmente, se você chegar, você me encontra dentro de

casa. Essa aqui é minha tia, aqui do lado é meu irmão, assim, é muita família que mora aqui mesmo, mas a única casa que eu venho muito é a da minha mãe aqui embaixo. Minha mãe é falecida recentemente, tem três meses, é a casa que eu mais ando. Meu tio mora de um lado, minha tia do outro, eu só entro em uma necessidade, porque, como eu te falei, eu tenho uma vida muito corrida, e só saio geralmente para resolver alguma coisa. Mas assim, eu acho que a violência tem crescido em relação ao feminicídio também porque as mulheres, ela tem a voz, mas não está sabendo usar da forma correta. Às vezes por momento de emoção, de impulso, age no momento que não deveria. Porque você aguentar anos e anos de pancada, de cárcere privado, de violência psicológica, aí tu resolve explodir justamente na hora que o cara está com uma arma na tua frente? É loucura. Que seja ocasionado por impulso, por exaustão, seja lá o que for, mas tipo, não era o momento.

- Mulher 05

[Antes da entrevista] Mulher 02: Geralmente quem assalta não é quem mora aqui não. Vem de fora. Aqui mesmo nessa ladeira, a gente subia para levar os meninos para a escola, assaltaram uma aqui de moto. [Vocês sabem que é de fora?] Sim, é de fora. Mulher 05: Vocês que moram em bairro chique, mais nobre, é tudo fechado, mas quando você é conhecida em um canto, aí pronto. Mulher 02: Às vezes, quando as pessoas gostam muito de você no bairro, ainda saem atrás para procurar o que você perdeu. Mulher 05: Nem mexe com você. Por isso que eu não gostei lá do Valentina, condomínio fechado, você só conversa se alguém vier dentro da sua casa, que é o seu caso, você sai só de carro. Não é como a gente aqui, por exemplo, 'Fulana, vamos na rua', aí Fulana sai de onde ela mora e vem, a gente vai a pé. Sai logo do Valentina, senão eu ia enlouquecer. Não nasci para ficar trancada, não pode fazer zuada, tem horário, não pode falar alto. Eu trabalhava ali no Parahyba I, eu parava naquela praça que tem o nome Parque Parahyba I, no prédio que fica de frente à pracinha dos cachorros.]

1ª Seção - Perfil da Entrevistada

[Você nasceu em João Pessoa?] Não, eu sou de Guarabira. [Há quanto tempo mora na cidade?] 2 anos. [Em que bairro você mora?] Centro. [Você morava no Valentina antes?] Não, a gente comprou um apartamento, eu e meu menino. Foi em agosto do ano passado que a gente recebeu, aí a gente foi morar lá. Mas eu só fiquei agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, 5 meses lá. Eu quase entro numa depressão lá, porque era trancado, não conhecia ninguém. Bom de lá era só a área de lazer, eu vivia mais na piscina. Tomava banho de piscina e voltava. Ia para o trabalho e voltava. Não conhecia ninguém, não tinha ninguém para conversar. Dia de domingo quando ia conversar, cada um com sua família, os casais... E dia de semana, ninguém desce. Aí pronto, quase entro numa depressão. Aí eu voltei de novo. Minha filha, pareceu uma mágica, o problema era lá. Lá meu diabetes subiu, foi para 300, 310. Me deu tipo uma tristeza, só dormia. Meu menino dizia 'mãe, a senhora está boa?', eu dizia 'estou, estou toda boa' para ele não se preocupar. Lá também a gente saía de 5:20 da manhã para chegar aqui de 7h, porque era 1h só de ônibus rodando para chegar aqui. Aí quando ele saía, eu me deitava, dava aquela tristeza. A mulher não estava mais nem me chamando para trabalhar, porque ela estava colocando gente da família dela. Ficava dormindo, dava aquela tristeza, ficava deitada. Aí eu disse 'não estou legal não, acho que é

daqui'. Às vezes eu ia conversar com a vizinha. Se saísse da janela, era um apartamento de frente para o outro. Às vezes se passasse de toalha, esquecia, que um ficava olhando. Só com as portas fechadas, a janela com essa cortina tinha que estar fechada, os quartos com aquelas cortinas escuras, era tudo escuro. Aí quase não corria vento mais, aí tinha que descer. Mas não estava mais aguentando ir lá para a piscina, estava ficando preta demais do sol, e era aquela agonia que eu estava lá. Aí fui passar o Ano Novo em Guarabira. Quando eu respirei melhor, vi que o problema era lá. Aí vim para aqui, o mês de janeiro tranquilo, aqueles negócios parou tudinho, aquela tristeza, era uma tristeza que eu só chorava. Fiquei com trauma dali, não fui nem buscar a mudança, meu menino que foi, eu não fui não. Pode arranhar, pode quebrar. Menina, acabou com meus troços todinho. Eu não fui nem lá mais. Quando a mulher fala em fazer um repasse, eu digo 'para vender não', porque quando você casar, você vai morar lá, porque ele é louco por lá, por causa da piscina, esses negócios. Ele diz: mãe, a gente vai morar no Valentina. Eu digo: 'quem? eu não', só de falar no Valentina me dá logo uma dor. Ele disse 'vou arrumar um emprego para você lá num colégio em Valentina'. Eu digo 'é, tá certo'. Mas, olhe, falar o nome Valentina eu já fico 'Meu Deus do céu', fiquei com trauma dali. Não vou mais não para ali não. Vai tu, filho, quando tu casar, tu vai morar lá'. Sabe onde é a praia do Sol? Naquele caminho da praia do Sol, no posto de gasolina, aquele condomínio da esquina. Aí depois as coisas melhorou. Graças a Deus a gente comprou uma motinha, a gente se esforçou. Porque para você morar daqueles lados, tem que ter um transporte, se não tiver...E aqui não, aqui a gente vai a pé para todo canto. Estou parada, não tenho o que fazer? Eu vou ali, vou no Tambiá [Shopping], dou uma volta. Ontem eu e meu menino, depois do almoço, eu chamei 'vamos, para não ficar dentro de casa, vamos botar um currículo no SINE, do SINE a gente vai lá no Shopping Tambiá'. Só de subir aquele elevador, sobe, desce, vendo o povo, a gente já chega em casa mais animado. E lá via o que? Deus me livre, está repreendido. Olhe, a gente saía 5h20 da manhã, chegava de noite de 21h. Porque o ônibus para pegar de volta, quando o ônibus passava era 19h, às vezes não parava porque já vinha cheio demais, tinha que esperar o próximo. A gente só pegava mais o de 19h30, 20h. Era 1h de viagem, aí 21h, 21h30 era que a gente ia ligar o liquidificador, o interfone 'plim', 'olhe, a senhora não pode usar o liquidificador, por causa da zuada essa hora', 'a senhora dê uma lida na norma'. Ai mulher, que horas eu ia lavar a roupa, se era a hora que a gente chega? Não pode, tem o horário, de noite não pode, de meio-dia não pode. Aquilo estava me estressando. [Qual a sua idade?] 49 [Qual a sua cor/raça/etnia? Parda. Acho que eu sou parda, é branco com preto. [Você possui filhos? Se sim, quantos? 2, Um tem 26 e o outro tem 24. [Qual a sua ocupação?] Eu trabalho em serviços gerais, de tudo eu faço. Eu cuido de idoso, eu trabalho de produção. Aí eu boto serviços gerais, porque faz sempre tudo. [Qual a sua renda?] No momento nenhuma renda eu tenho, porque eu saí do emprego e nem trabalhando eu estou. E nunca tive sorte de tirar esses auxílios.

2ª SEÇÃO - Atividades diárias e Percursos no Bairro

[Quais são suas atividades diárias? Como costuma ser a sua rotina?] Me acordo, faço o café, depois varro a casa, lavo os pratos. Aí vou pro rádio escutar o negócio da igreja. Aí de tardezinha vou ali, ligo a televisão, olho um pouco a televisão, vou fazer a janta. Aí quando os meninos chegam, a gente fica conversando, pronto. [Aqui no bairro, onde você costuma ir?] Daqui eu só vou mesmo no supermercado e na padaria, somente. [Aqui perto?] Nessa rua aqui, na Rodrigues Chaves. [Aqui tem muita opção de comércio?] Não, só tem mesmo

esse supermercado e a padaria. [Você faz a feira lá?] Não, a feira eu faço aqui no Aquarium em Jaguaribe. É só um mercadinho aí. [E como você se desloca até lá?] A pé mesmo, porque lá a gente compra e o menino é quem traz. A empresa vem deixar em casa. A gente dá o endereço e eles vêm trazer. [Você faz tudo a pé por aqui?] Sim, eu gasto 10 minutos daqui para o Mercado Central. [Você faz feira lá?] Também, de fruta e de carne tem que comprar lá. Eu vou sábado sim, sábado não. De 15 em 15 dias. Às vezes eu vou assim de 13h da tarde, eu espero meu menino chegar, ele vai fazer um bicozinho, arruma com um dinheirinho, aí ele dá para mim ir. Às vezes, por causa da história desse pix, eu não sei como diabo faz esse pix, aí tem que esperar ele para fazer esse pix. Mas é bem pertinho. Só subiu ali, da creche pode ir direto, já sai no Mercado Central. O bom é isso, a gente ainda anda a pé por aqui. Eu moro aqui, mas eu sonho é eu ir morar numa rua. [Por que?] Quero morar, porque aqui faz dois anos que a minha mãe não vem, porque ela morre de medo daqui. Graças a Deus parou mais, mas era muito tiro, essas coisas, aqui. Era muito tiro. Aí minha mãe tem medo, ela não vem por isso. A minha mãe já está numa certa idade e eu sei que ela vai precisar daqui. E também para não pagar mais aluguel né? [Onde você costuma ir para seu lazer? Existem atividades de lazer no seu bairro?] Não, tem não. Às vezes no meu lazer eu fico só em casa e às vezes é que eu vou na praia, mas é muito difícil. Porque eu também não gosto muito de praia não, por conta do sal. Eu saio assim quando eu vou para um passeio da igreja. O jantar parece um banquete, conversando, de noite. [Na praia?] É, eles levam as cadeiras, ficam tudo sentado, conversando. Eles cobram uma taxa de 10 reais, a gente paga 10 reais da passagem, eles pagam um ônibus e vai. Cada um dá um prato de comida, aí se junta todo mundo e vai para a praia.

3ª SEÇÃO - Percepção de Segurança do Bairro

[Como você se sente quando caminha pelo bairro? Quais emoções você sente nos seus percursos?] Ave Maria, eu tenho medo, às vezes eu tenho medo só de andar. Eu não tenho medo de sair, eu tenho medo de uma bala perdida, um assalto. Agora está mais tranquilo, mas quando eu cheguei aqui com 15 dias, mataram um cara aí na porta, quase que eu volto para a minha cidade. Mataram aí nessa ladeirinha, quase que eu morro. Mas eu disse 'Deus é mais' e fiquei. O medo que eu tenho daqui é só isso, da violência daqui. Mas o resto é tranquilo. [Quais são as ruas ou áreas que você se sente segura no bairro?] Insegura só aqui mesmo, mas quando eu vou pelo Centro, ali eu não tenho medo não. Só nos bairros que eu tenho medo. [Onde você evita passar?] Só aí embaixo, aqui na [comunidade] Saturnino de Brito. [Por que?] Porque é aí onde eles ficam brigando para querer mandar, querer tomar conta da rua. Aí só vai se for eles. [Não pode entrar qualquer pessoa?] Não, principalmente homem, mulher ainda vai. Por exemplo, se você morar em um bairro que tem tráfico, você não pode entrar no bairro do outro. Se morar no Treze de Maio, você não pode vir aqui. Eu moro aqui, mas se eu vier ali de onde Fulana mora [no Renascer], não pode entrar aqui. [O que poderia mudar para que você se sentisse mais segura no bairro?] Acabasse com essa rua, parar com essa safadeza aí. Eu acho assim, a prefeitura errou. Se já derrubou e deu as casas, então... Quando eu cheguei aqui estava tudo no chão mesmo, tudo derrubado, isso aí já foram eles que construíram de novo. Pronto, você vai sair? Não? Então sinto muito, se arrume, vá para a casa de familiares. Disse que iam fechar para abrir uma avenida. Vão fechar aí para essa avenida sair lá em Cruz das Armas, por isso que derrubaram aí. Dizem, né, porque quando eu cheguei já estava assim. Aí se fecharem aí, dizem que vão botar um paredão, aí não ficava mais com esses negócios. Porque à noite, só mato, carro e pista, quem

danado vai? Diminuiria o trânsito daí da João Machado e melhorava isso aí. [Você costuma sair de noite?] Não, na verdade eu nunca saí de noite aqui, a não ser assim só para ir na igreja, mas é de 18h, 18h30, quando dá 20h já está em casa.

- Mulher 06

1ª Seção - Perfil da Entrevistada

[Você nasceu em João Pessoa?] Sou daqui [Há quanto tempo mora na cidade?] Desde que eu nasci, né? Fui para fora, mas já voltei. [Em que bairro você mora?] Trincheiras

[Há quanto tempo mora no bairro?] Aqui faz 21 anos [Qual a sua idade?] 36 [Qual o seu estado civil?] Solteira, porque eu não casei, né? Tem aí amancebada? (risos) [Qual a sua ocupação?] Trancista, segurança. (Segurança?) Aham, ninguém diz, né? [AP: É o que eu lhe disse, ela faz qualquer coisa que ela não seja presa e que dê dinheiro] Tem que dar dinheiro, eu tenho muito pirralho. [Você tem quantos filhos?] Tenho 4 e mais uma que eu crio. [Qual o seu grau de escolaridade?] Ensino Médio [Qual a sua renda?] Varia muito de mês para mês, tem mês que as coisas estão ruins, tem mês que as coisas estão boas, mas a gente põe assim em torno de um salário-mínimo.

2ª SEÇÃO - Atividades diárias e Percursos no Bairro

[Você trabalha aqui na sua casa?] Trabalho em casa, trabalho a domicílio, trabalho de todo jeito. [Como você se desloca para ir ao trabalho?] Uber, geralmente, eu não sei nem como anda de ônibus mais. Depois que aprende, depois que você junta duas, três pessoas para andar de Uber, sai bem mais em conta, sai mais barato que você andar de ônibus. [Como é a oferta de ônibus, rotas e horários aqui?] É porque só tem um ônibus só aqui embaixo, aqui embaixo. Se você quiser pegar pra Valentina, Mangabeira, para qualquer outro bairro, você tem que subir, tudo é subida. Ou você vai para Cruz das Armas, ou para Jaguaribe, ou para o Centro. Tudo é subida, tudo é uma ladeira, tudo é uma escada, e ladeira de novo. | AP: Aqui tem uma escadaria que sai lá na balaustrada, não sei se você conhece | [Sim, que vai para a Rua Trincheiras] AP: E aqui onde a gente desceu, do lado da escola, é onde passa o ônibus que é Ilha do Bispo | É só desce esse aqui, o 602. Ele vai para Integração, e da Integração, ele vai direto para o Manaíra Shopping, ele vai até lá na orla, e volta. [E lá em cima, quando você sobe, você pega para quais bairros?] Ali é Cruz das Armas, Valentina, Bairro das Indústrias, tudo que vai para o lado de lá, acho que é para a região Sul | AP: mas para ela subir para lá, ela tem que ir a pé | O ruim é esse, tudo que você for subir, é longe. [E onde você costuma ir para o seu lazer?] Canto nenhum, serve? Pobre não tem lazer. (risos) Tem, assim... Aqui, por exemplo, se a gente quiser tem duas piscinas, aí o pessoal aluga. Eu gosto muito de ir pra fora, nada perto aqui não, Conde, Jacumã, meu lazer é todo pra lá, nunca é aqui em João Pessoa não. [Você vai para a praia então?] Sim, praia ou rio.

3ª SEÇÃO - Percepção de Segurança do Bairro

[Agora sobre o bairro, como você se sente quando caminha pelo bairro? Quais emoções você sente andando pelas ruas?] Sinceramente, eu não sinto nenhuma, eu já conheço todo mundo, todo mundo já me conhece. E se for por questão de segurança, a gente não está

mais seguro em canto nenhum. A violência daqui está até mais tranquila, agora está em Bayeux e Cabedelo. [Você se sente segura de caminhar por aqui?] Me sinto. [Tem alguma área que você se sente insegura, evita passar?] Lá no Distrito Mecânico, justamente por questão de facção, entendeu? Eu não me sinto segura, mas eu vou, porque eu não tenho envolvimento com nada, não tenho envolvimento com macho bandido. Conheço tanto lá como aqui, mas a gente não confia, a gente não se sente segura. [Então você que não tem envolvimento, ainda pode ir tranquila?] Com receio, sim. Até quem é mulher, não pode. Eu faço a minha unha numa menina lá no Distrito. A gente não pode mais ir fazer lá, ali tá pior que nunca. É restrito, é complicado. [Você já sofreu algum tipo de violência aqui no bairro?] Não, graças a Deus, não. [O que você faz para enfrentar as situações de violência que acontecem?] Em qualquer lugar, é não dar atenção. Não ter amizade, é cada um no seu canto. Conheço todo mundo, mas é cada um no seu lugar. É só respeitar e não se envolver. [Tem uma distância então?] Sim, é daí do portão para lá. [Quais os impactos dessa violência no seu dia a dia?] Só questão da liberdade, você não tem, você não se sente seguro na rua. Até aqui mesmo que está calmo, mas você fica esperando uma hora ou outra, ter bala aí e tu morrer. Já aconteceu aqui, criança levar tiro, perder massa encefálica. Não morreu porque Deus não quis, mas ele levou 6 tiros. Tá vivo aí até hoje, mas com sequelas. Você sai na rua, você não sabe se ou fica sequelado ou morre. É de repente, é do nada. Por enquanto, aqui está tranquilo. Graças a Deus, vai fazer bem um ano que não houve nada aqui dentro. Aqui dentro, mas da entrada para lá, já. Eles chegam ali e atiram para cima, ‘vem, misera, vem’, chamam lá aqueles nomes bem lindinhos, chamam lá fora, viu, e vão embora. |AP: A entrada é ali do lado do CRC| Ali é a Faixa de Gaza, ali é uma divisória. [É uma zona neutra?] Ali só sai e entra quem é daqui, quem é de lá não vai vir pra cá. Passa para subir a ladeira, mas não entra, nem na comunidade nem no condomínio, porque tem gente dos dois lados. Atira lá nessa área, fica chamando e vai embora. Aqui a gente mora numa cuia (fazendo movimento circular), isso aqui tudo é outra facção aos arredores, só aqui é uma. Eles passam e atiram aqui na avenida, aqui nessa balaustrada, nos matos ali no escuro. [E atiram para cima?] Para cima não, eles atiram para baixo mesmo. |AP: Eles têm planos, parece plano de guerra, eles estudam o território, estudam tudo para achar uma falha, um furo para eles entrarem. É a mesma coisa da guerra, é uma guerra civil que está acontecendo. Vamos ver se realmente tem uma brecha, uma falha para ir lá para dentro. Quando eles tomaram a Saturnino, eu vi uns vídeos que as meninas estavam mostrando, sabe o que é uma guerra, aquelas coisas que você vê em filmes de guerra? Eles entrando, ocupando, avançando, atirando nos outros. Quem era da facção que eles estão tirando, eles saíram arrastando. Na hora que o velhinho se levantou, o tiro passou assim no ouvido dele, ele ficou 15 dias sem escutar. | Eu já passei por isso já, já passei por isso. Mulher, já mataram bem uns 6 aqui na frente da minha casa, tu acredita? Eu ver o rapaz cair, a pessoa atirar, tu vai fazer o que? Tu vai fazer nada. Eu via na hora que a bala entrava e o sangue saía para fora. Tu tem noção? Aqui na frente, aqui na esquina, o cara estar gritando pedindo socorro e não chegar ninguém. Ninguém pode ir lá socorrer, ninguém pode ir lá fazer nada. |AP: Se tem uma família onde o filho é usuário, que está em dívida, aí eles esperam chegar a uma dívida alta, que sabe que não vai tirar, e diz ou você me dá o apartamento ou eu lhe mato. Aí dão o apartamento e vão embora, porque se matar o filho, no outro dia a família vai ter que sair. É melhor dar o apartamento e sair a família e o filho vivo. É o famoso se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. A maioria que está morrendo são os homens mesmo. Agora as mulheres ficam penalizadas. Porque quem é mulher de um deles, se ele morrer, ela tem que sumir do mapa. As mães sofrem muito mais do que as mulheres. Porque as mulheres estão

hoje com um, mas depois deixam e pronto... As mães são as que mais são penalizadas. Ah, essa é a mãe de fulano, a mãe de sicrano e assim elas não podem transitar da forma que querem. Em todas as comunidades, são muitos órfãos de pai, e que acabam sendo órfãos de mãe, porque as mulheres têm que ir embora. | Ou acabam deixando um para pegar outro pior. E qual a educação que tem, que referência que a criança tem? A criança acaba se tornando um também, não tem para onde correr não. | AP: Para fazer as ações aqui, a gente tem essas dificuldades, tem todas essas variáveis. | Tem questão de eu reunir pessoas aqui e eu ser proibida. Eu dizer que vai ter reuniões aqui e ele dizer: pode trazer não. E eu: 'como é, rapaz? É para trabalhar. Da entrada para lá, eu faço. Pronto. Na minha casa elas vão, sim, buscar as coisas e vão sair para trabalhar lá fora'. Ele disse: 'tá certo, de lá pra lá'. Eu sou afrontosa, eu não estou errada. | AP: As meninas foram lá para o evento que foi fora, lá elas foram, eu estou já fazendo lá, porque eu posso mandar o povo do Distrito e o povo daqui ir pra lá, porque é um território neutro. A gente tem que fazer, mas a gente está com dificuldade de juntar as pessoas. | Por exemplo, em uma área é melhor de se fazer do que em outra, porque o povo é de boa, não se mete em nada sobre as melhorias para o bairro. E outros, não, eles querem que o bairro vá a merda, fazendo o seu e quer que o povo afunde. Você saber que, quando tem opressão, não dá. E agora tá tudo difícil. Emprego está horrível de aparecer. Quem vive só de bolsa família, está lascado, porque o bolsa família ajuda, mas as coisas estão tudo cara. Se tu não tem outra profissão, só aquilo ali não vai dar. Muita gente recebe o bolsa família para pagar aluguel, para pagar energia, pagar uma conta, fazer uma compra, aí não dá. Aí é muita gente passando dificuldade. Agora eles só estão botando um pezinho porque está chegando a época de política. Aí o prefeito já veio aqui. Um dia antes dele vir, eram tanta gente, tanta gente para fazer a organização, a limpeza. E justamente por conta de política. | AP: Ainda tem uma outra coisa, você viu quantos parques tem aqui? quantas praças? Não tem um parque, não tem um local onde as crianças brinquem, não tem um espaço de diversão nem de lazer. Aqui ainda é bom porque, se ela quiser, ela ainda vai pra Lagoa. [É o local mais perto, mas que é longe ou então ela vai pra Jacumã] Mas aí tem que alugar um carrinho e ir, porque senão, você não vai. Se for pagar alternativo, é 12 reais até lá, por pessoa, aí avalie, aqui são 7. [Eita, pois é, é um equipamento que deveria ter no próprio bairro] AP: Ainda é privilegiado quem está aqui, quando você vai para a região Sul, que pega Gramame, Longentina (trocadilho com as palavras longe com Valentina), ainda é pior, porque não tem nem a viabilidade do Centro da cidade. Aqui, se não tem uma coisa, mas se eu quiser ir a pé, eu vou no Centro da cidade. |, Mas querendo ou não, aqui a gente é perto de tudo. Comparado a Longentina, aqui é perto de tudo. Aqui são várias direções, você subiu ali onde vocês descaram, tem o Centro. Subiu aqui nesse outro ângulo, você vai pra Jaguaribe, aqui tem hospital infantil, tem maternidade, tudo aqui em cima. Você vai aqui para Cruz das Armas, é mercado público, tudo que você quiser, tem aqui desse lado. São várias direções, onde você subir aqui, você está perto de tudo. Infelizmente, o que torna distante, o que atrapalha muito, é a subida, somente, nem tanto pela distância. Você desceu, você está na rodoviária, você vai pra qualquer lugar. Se morrer, já está dentro do cemitério. Mesmo andando, em 15 minutos, você está lá no Centro. | AP: Entendeu como é? É uma cidade exclusiva e excludente. | Isso, os investimentos estão todos na praia, na orla, para você ver, e não deixa de ter violência. Porque mesmo ali na orla, o tanto que estão matando naquela orla... | AP: mas como é a abordagem de uma viatura lá e aqui? | É para eu dizer? Lá eles vão chegar assim: desculpe, senhor', e aí vai conversar e tal. Aqui é 'ei, misera, bota a mão na cabeça'. 'Bora, filha da puta'. E paf, já chega metendo a mão, entendeu? Lá eles chegam, 'senhor, qual foi o ocorrido?' 'o que está acontecendo aqui?' Aqui

já chega chamando aqueles nomes, aqueles palavrões. Às vezes os meninos que não têm nada a ver, estão sentados aqui, finalzinho de tarde, eles se sentam ali assim, se juntava dois, três para ficar conversando aresia, mulher. Aí a polícia parava, chegava empurrando, e vai, levanta e não sei o que. Às vezes eles já vem, entram desembestados e já param em quem está aí, é fogo mesmo. Quem é para eles pegarem, eles não pegam.

- Mulher 07

1ª Seção - Perfil da Entrevistada

[Você nasceu em João Pessoa?] Sim [Há quanto tempo mora no bairro?] Nesse bairro eu moro há 33 anos [Qual a sua idade?] 46 [Qual o seu estado civil?] Solteira, graças a Deus [Você possui filhos? Se sim, quantos?] Dois rapazes. Um de 23 e outro de 17. [Qual a sua ocupação?] Eu faço artesanato e fico em casa mesmo, do lar. Ultimamente eu não estou vendendo não, faz um tempo que eu estou parada, mas eu vendo em casa mesmo para o pessoal conhecido. Eu trabalho com e.v.a, feltro, bordado ponto cruz, laço de fita. Eu olho na internet o que dá vontade de fazer, se der certo, eu faço mais. [Qual o seu grau de escolaridade?] Ensino Médio [Qual a sua renda?] Menos de um salário, mais um pouquinho do que meio.

2ª SEÇÃO - Atividades diárias e Percursos no Bairro

[Onde você costuma fazer suas compras?] Eu faço mais no Ki-preço, um supermercado no outro bairro aqui, na Ilha do Bispo. Ou eu vou no Mercado Central, ou na feira de Jaguaribe, quando a gente vai fazer compra de verdura. Mas a gente vai mais no supermercado mesmo, aqui perto, ou nesse da Ilha do Bispo, ou se não no de Cruz das Armas, que é a mesma franquia. [Como você se desloca até lá?] Geralmente eu vou de carro, porque meu pai tem carro, aí eu vou com ele. [Que outras atividades você costuma realizar no bairro?] Aqui mesmo eu não faço não, porque esse bairro não tem nada pra fazer. Tem nada, mulher, aqui nesse bairro. Até uma academia que tinha aqui pertinho de casa, tiraram, botaram não sei pra onde. A pessoa não tem o que fazer, não tem pra onde ir. [Onde você costuma ir para seu lazer?] Quando eu vou assim, eu vou na praia, mas dificilmente eu vou. Eu não gosto de sair não, gosto de ficar em casa, não gosto muito de sair não. Às vezes quando eu vou, é na praia, passo o domingo na praia, às vezes, mas dificilmente eu saio. Eu não gosto, o povo me chama muito, vamos na Bica, vamos na Lagoa dar uma voltinha, vamos no shopping. Mulher, pelo amor de Deus, vou nada. Primeiro eu não gosto onde tem muita gente, não gosto de lugar com ar-condicionado, aí se for pra shopping, tem ar-condicionado, eu fico doente. Acho que foi semana passada, uma amiga minha veio depois de muito tempo que eu não tinha visto ela, me perturbou tanto pra eu ir pra praia, aí eu fui. Passei o domingo lá, eu fui, foi bonzinho, mas eu não gosto muito. [Você foi para qual praia?] Geralmente a gente vai para Cabo Branco, mas eu gosto mais de ir pra Praia da Penha ou no Bessa, que é mais calmo assim, não tem muita gente. Não gosto de onde tem muita gente. Mas fazia muito tempo que eu não tinha ido, visse? Minha sobrinha me chama que só para eu ir pra um cinema. Vou nada, não tenho paciência de ficar sentada, olhando pro filme. Gosto de assistir em casa, porque quando passa a vontade, eu desligo, e no outro dia, eu assisto de novo. [Aqui pelo bairro tem algum equipamento de lazer, praça, parque?] Tem não, o mais

próximo que tem é a Lagoa, aí a gente vai a pé mesmo, é pertinho. A praça que tem é muito perigosa. A gente ficava na Praça do Cemitério quando os meus eram pequeninhos, a gente levava para andar de bicicleta, podia. Mas hoje em dia dá seis horas da tarde a gente não pode mais sair na rua, fica com medo, porque tem gente que passa de moto e pega o celular do povo. Mas não é daqui não, é de outro canto. Aqui não pode não. Se a gente souber que foi alguém daqui, aí tem consequência. Os donos do bairro não deixam não, não deixam acontecer não. É tanto que quando tem essas coisas assim de fora, eles ficam um tempão só de tocaia para ver se pega alguém. Aí pega o cara. E depois passa um bom tempo, você pode ficar na rua até não sei que horas. Aí depois aparece outro cara de novo e assim vai. [Há posto de saúde no bairro?] Tem, mas não fica próximo não. O que tem aqui próximo, mas pega essa área aí de baixo. Aí tem outro subindo aqui, atravessando as duas pistas, mas é para o lado de lá. O da gente é lá nas Trincheiras (Avenida Trincheiras), lá em cima, lá em cima mesmo, perto da coisa da Polícia. Lá em cima, a gente sobe as ladeiras tudinho para poder ir pra lá.

3ª SEÇÃO - Percepção de Segurança do Bairro

[Como você se sente quando caminha pelo bairro?] Mulher, eu não me sinto muito segura não, visse? Assim, se for nessa rua aqui, eu não tenho medo não. Mas agora se a gente vai lá no começo, ou vai lá pra cima nas Trincheiras, aí eu tenho medo. Pronto, eu vou pro comércio, geralmente eu não gosto de pegar Uber não, eu só pego mesmo se eu tiver uma hora marcada, bem em cima da hora, ou se eu vou no banco e não vai dar tempo chegar lá andando, aí eu pego um Uber, senão eu vou caminhando. Aí sempre eu vou por ali, venho descendo por aqui, aí já venho com medo, porque ali na principal, ali na pista é esquisito, só tem umas árvores, não fica ninguém, aí eu tenho medo. É muito esquisito de gente, não fica gente, aí teve um tempo que os pivetizinho ladrãozinho ficavam no pé de manga, quando a pessoa passava, eles pulavam e assaltavam. Eu não saio muito mesmo porque eu não gosto de sair, eu gosto de ficar em casa. Mas quando eu saio assim, não tem segurança não, eu acho que não tem não. Acontece os negócios, a polícia só vem aparecer bem três horas depois que aconteceu. O ladrão já tem ido embora, já tem feito a farra todinha, e a polícia vem aparecer. [Quais são as ruas ou áreas que você se sente segura no bairro?] Só por aqui mesmo, até aqui na avenida, que está esquisita, porque derrubaram muita casa. Iam construir uma estrada, mas nunca saiu do papel essa história. Tiraram o povo das casas e deram uns apartamentos lá pra baixo. Está esquisito de gente assim, não tem muita gente na rua, mas é mais seguro porque aqui a gente conhece todo mundo, até aqui próximo à Praça do Cemitério. Do lado de cá, porque na praça mesmo, eu acho perigoso, porque já vai o pessoal do outro lado da Ilha do Bispo, que já é contrário do pessoal daqui. [E como você sabe quais são os territórios de outra facção?] É porque aqui a gente mora há muito tempo né? Eu moro aqui há 33 anos. Geralmente a gente não sabe quem são as pessoas mais, porque muda de tempos em tempos, mudam as pessoas, porque umas são presas, outras são assassinadas e assim vai, mas a gente conhece as áreas. Dessa rua principal para o lado de cá, já é uma facção. Aí passa a pista, depois do cemitério pra trás, descendo o viaduto, já é outra, que é rival da daqui. A gente conhece porque como a gente mora aqui há muito tempo, aí a gente sabe. [E lá nos prédios?] E lá nos prédios já é outra. Quando o pessoal que tiraram aqui da avenida chegou lá, teve que vender os apartamentos. Muita gente foi ameaçada, teve gente que entregou o apartamento por 7 mil reais. [E depois eles voltaram?] Muitos nem voltaram, teve delas que nem voltou mais, teve delas que foi pra outro canto.

Porque como ganharam o apartamento, a prefeitura passou com o trator e derrubou as casas. Aí não tem mais para onde voltar, teve que alugar casa em outro canto. [Então eles ganham o apartamento, mas quando chega lá é outra facção] É, mas teve gente que já foi sabendo, que achou que não ia ter problema porque não tinha nada a ver com facção, mas só que eles começam a intimidar o povo. Aí tem muita gente que é idoso, ficou com medo, e vendeu o apartamento por 5 mil, 3 mil reais. Não voltou aqui, porque já tinham derrubado as casas, aí teve que ir para a casa de familiares, deixaram as próprias casas. [E vocês não podem ir para lá?] As pessoas que não têm envolvimento, não tem nada a ver, a gente pode transitar. Agora a gente tem medo assim porque eu tenho dois rapazes, aí eu não quero que eles vão. Porque mesmo que eles não sejam envolvidos, mas como são daqui e são jovens, muitos de lá são novatos, como tem muitos daqui também que são novatos, não conhece, não sabe de qual é a família, aí podem fazer alguma coisa, não sabem se é ou não. É tanto que um amigo do meu menino, que mora aqui, tem nada a ver, ele sempre joga bola, tem um campo lá perto, pegaram ele lá. Os de lá de baixo pegaram ele lá, deram um susto nele, que ele pensou que ia morrer. Ele só gosta de jogar bola, mal sai de casa, só sai pra ir pro colégio e jogar bola. Ele sempre vai com um bocado de gente mais velha, aí nesse dia ele foi só mais uns rapazinhos. Depois foi cada um pro seu canto, ele vinha pra casa, aí pegaram ele no caminho. Aí por sorte que alguém conheceu, que sabia ele morava por aqui e não tinha nada a ver, mas fizeram um susto a ele, que ele pensou que ia morrer, pensou que não ia voltar pra casa. Deram nele, fizeram ele tirar foto fazendo a marca da facção de lá. Eles colocam nos grupos dizendo que os boys daqui estão lá, que estão levando história daqui pra lá. É tanto que meu menino mais velho quando estudava de noite, meu pai tinha que ir levar e ir buscar. Porque teve um tempo que meu pai ia deixar eles e eles vinham a pé, aí um pessoal ficou lá em cima na Nina Lima e botaram os meninos pra correr. Ainda bem que foi só pra correr, não estavam com arma, não estavam com nada. Mas botaram os meninos tudinho pra correr, vieram tudo correndo. Aí ele ficou com medo, disse que não queria mais ir. Aí meu pai disse ‘não, eu vou levar e vou buscar vocês’. Quando terminava a aula, ele ligava ‘vô, venha me buscar’ aí ele ia buscar, aí trazia os meninos que moravam aqui também. Trazia uns 4 ou 5 dentro do carro, para chegarem bem e terminarem a escola. [Você já experimentou algum tipo de violência?] Graças a Deus, não. Agora lá em casa, já. Meu menino mais velho foi atingido com dois tiros e o amigo dele morreu lá em casa, que vinheram para matar ele, mas meu menino estava na hora e pegou dois tiros de raspão. Na hora eu não estava em casa não, eu estava trabalhando. Mas porque assim, a família dele era envolvida, aí provavelmente por isso ele morreu. O medo que eu tenho é esse, porque às vezes você não tem nada a ver com a história, como muitas vezes você vê na televisão. Foi pegar fulano, não estava, matou o irmão, matou o pai, matou a mãe. [Quais os impactos da violência na sua vida cotidiana?] Lá em casa afetou assim, porque o meu menino ajuda meu pai, ele ajudava meu pai costurando bolsas, esses negócios, por causa disso, ele passou dois anos, mais de dois anos fora daqui, a gente tendo que sustentar ele em outro canto, porque a gente ficava com medo de ele estar aqui e acontecer alguma coisa, porque a gente não sabia o que realmente tinha acontecido. Depois de muito tempo, a gente descobriu que tinha sido por conta do familiar do menino. Depois foi que disseram que na minha casa não tinha problema nenhum, que não tinha problema nenhum na minha família, que está tudo certo. O problema era só ele estava na hora errada, no lugar errado. [E na vida cotidiana, como é?] Mulher, aqui a gente está até acostumada, meio que se acostumou, às vezes os meninos estão na rua, a gente escuta um barulho, ‘corre, corre’. Até os meninos mesmo, os pirralhinhos dizem ‘tiro, tiro, tiro, entra todo mundo’. Aí entra pra casa, a gente já fica

esperando o que vai acontecer, mas meio que já se acostumou com tudo. A gente escuta até quando, às vezes, é uns tiros lá pra longe. Como a gente mora aqui mais alto, aí vem a zuada, a gente pensa que é perto, mas não é, é longe. O que impacta aqui é isso, a gente ficava na rua até tarde levando um vento, um calor danado, a gente ficava sentada na porta lá de casa conversando, os meninos jogando bola, andando de bicicleta aqui em cima, até tarde, a gente olhando, levando vento, até ir dormir. Hoje em dia a gente não faz isso, a gente parou de fazer por medo. Porque quando vem um carro em alta velocidade a gente não sabe o que está acontecendo, se é perseguição, se é só um palhacinho daqui da rua que gosta de fazer isso. A gente tem medo de estar no meio da rua e uma moto bater nos meninos, um carro, nas carreiras. O que impactou foi isso, porque a gente ficava sempre até tarde da noite. Eu trabalhava perto da Igreja da Conceição, na época de festa assim, eu vinha de lá pra cá a pé sozinha, eu vinha nove e meia, dez horas da noite. Tinha dia que eu ficava lá até onze horas da noite, meia noite. Às vezes eu vinha com painho porque ele ligava ‘filha, tu vai vir de que horas?’, ‘sei não’, ‘pois quando tu sair daí, tu liga, que eu vou te buscar, pra tu não vir sozinha’, mas tinha vezes que, quando ele pensava em ligar pra mim, eu já estava chegando em casa. Não tinha problema nenhum, mas hoje em dia a gente não fica mais. Durante o dia eu não tenho tanto medo não. Apesar de, se for de acontecer, acontece qualquer hora, mas durante o dia, à tarde, eu não tenho tanto medo de andar por aqui não, eu vou tranquila. Mas à noite, não. De noite, eles estão mais na rua. Mas ultimamente está calmo, faz mais ou menos um mês assim que está calmo. [O que foi que acalmou?] Eu nem sei te dizer. Porque eles ficam assim, tem tempo que eles estão pra lá e pra cá. Tem tempo que, do nada, acalma, fica calmo um bom tempo. Aí depois qualquer coisinha, uma briguinha que tem, uns tirinhos que tem não sei aonde, aí o povo já diz ‘foi da avenida’, que aqui chama avenida, ‘foi os boys da avenida que invadiram aqui’, aí eles vem de lá pra cá, passa no carro, atira pra cima pra botar medo, aí os daqui vai pra banda de lá, atira pra cima também pra botar medo, aí fica nesse negócio. Aí a gente não pode ver um carro nem uma moto ligeira, que a gente tá tudo correndo pra casa. Se soltarem uma bomba, a gente está tudo correndo, se jogando no chão. Quando começa direto, a gente já sabe, até os meninos fazem ‘oh, tia, já começou’ ‘olhe os tiros’. Mas quando passa um bom tempo calmo e que dá uns tiros, a gente fica tudo assombrado, a gente não sabe de onde vem, por que foi, não sabe de nada. Porque do nada eles começam, do nada eles terminam. Pelo menos aqui é só entre eles, a gente pode andar na rua tranquilo. Eles não se metem com a gente, com morador nenhum, pelo contrário. Até que teve um problema com um homem aqui da rua que se estranhou com os meninos, disse um bocado de coisa porque os meninos estavam brincando na rua, jogando bola na rua, fazendo zoada, proibiu os meninos na rua. Aí o cara lá soube e disse ‘quem é ele pra mandar os meninos ficarem dentro de casa? Se ele não quer barulho, ele tape os ouvidos, mas os meninos vão ficar na rua’. Desde esse dia pra cá, os meninos podem fazer o que quiser, ele não olha mais nem para os meninos. Porque o rapaz falou com ele, disse ‘olhe, você não tem direito de mexer com as crianças, as crianças são livres, as crianças têm que brincar mesmo. Se você está achando ruim, você mesmo se mude, ou bote alguma coisa no ouvido pra você não escutar a zoada dos meninos’. E isso ele tem dois filhos que vive no meio da rua brincando. Minha gente, a rua é pública, a rua não é de ninguém. Nem a calçada é, que a calçada é da prefeitura, imagine a rua. Aí assim, se qualquer um dos moradores mexer com outro morador, eles já não gostam, já chamam a atenção. Se tiver algum problema, eles dizem ‘qualquer problema, me chame, que eu resolvo’. Ninguém quer chamar, porque ninguém quer ficar devendo nada a esse povo, porque depois ninguém sabe como eles vão cobrar o favor que faz. Ele lá no canto dele e eu aqui no meu. Eu conheço ele

desde pequeno, ele é mais novo que eu. Ele passa por mim, diz bom dia, boa tarde, boa noite, eu respondo e vida que segue. Ele para lá e eu para cá. A gente tem medo é dos adolescentes, a partir de 12 anos, 13 anos. 'Mãe, vou na casa de fulano, na Ilha'. 'Não, meu filho, não vá não'. 'Então eu vou chamar ele'. 'Também não chame não'. A gente não sabe o que vai acontecer. Vai que eu chamo o filho de fulano pra vir na minha casa e, Deus o livre, acontece um negócio? Eu não vou me perdoar nunca na vida. Eles estão privados de ir para outras comunidades. Tanto eles têm medo, como os pais, porque a gente não sabe o que vai acontecer. É isso.

- Mulher 08

1ª Seção - Perfil da Entrevistada

[Qual a sua idade?] 46 [Você nasceu em João Pessoa?] Na realidade, minha família todinha é daqui de João Pessoa. Eu só nasci em Fortaleza, mas eu fui criada aqui em João Pessoa. [Em que bairro você mora?] Jaguaribe, a vida toda eu sempre morei em Jaguaribe, sendo que agora eu estou na Trincheiras. Eu fiz essa pequena mudança de Jaguaribe para Trincheiras porque minha menina estuda na LBV e estuda no Dom Adauto. Na comunidade tem muita criança, então a socialização dela melhorou de 0 para 100 e em Jaguaribe, ali perto do antigo Bompreço, não tem criança, só tem idoso, adulto, adolescente, é uma vida muito morgada. Aí a gente está adorando. É muito legal ali, é cheio de criança, aí de manhã cedo sai aquela nuvem de pirralho para a LBV, aí para ela está sendo muito bom. [Você tem uma filha?] É, uma de 9 anos e um rapaz de 16 anos. [Qual o seu estado civil?] Solteira.

2ª SEÇÃO - Atividades diárias e Percursos no Bairro

[Qual a sua ocupação?] Eu trabalho em bilheteria de festa [Geralmente é no final de semana?] É, sexta, sábado, domingo e, às vezes, na segunda. [Qual a sua renda?] 1 salário, mais ou menos, aumenta um pouquinho. [Como você se desloca para ir ao trabalho?] De moto Uber, eu coloquei na minha cabeça que eu não quero trabalhar em local longe de onde eu moro. Porque justamente acontece alguma coisa com a criança, telefona, a pessoa se desloca mais rápido para resolver. Então onde eu trabalho é no Centro da cidade, ali na Praça Antenor Navarro, no Centro Histórico. A minha moto para eu ir pro trabalho é 5 reais, o mesmo preço de uma passagem de ônibus. Como eu volto de madrugada, o valor aumenta, às vezes dobra, às vezes aumenta só 1 ou 2 reais. [Onde você costuma ir fazer compras?] Antigamente eu comprava no Bompreço, mas fechou. Tem um mercadinho lá bem pertinho de onde eu moro, aí eu compro lá no mercadinho ou então no Aquarius. [Você acha que essa região é bem atendida por equipamentos e serviços públicos?] Ali onde eu estou, é. Tem um posto de saúde lá nas Trincheiras, bem pertinho de onde estou morando. Eu fiz a mudança, foi rápido, foi fácil, eu já estou sendo atendida lá. Esse posto de saúde é bem pertinho mesmo, eu só chego na esquina, ando mais duas casas, chegou. Tem creche, tem escola. Se a criança tiver algum problema de saúde, eu levo no Arlinda Marques, que também é perto, em Jaguaribe. Tem o IFPB, tem opção de estudo, de escola integral ou não. No caso da minha menina, eu não quis integral porque ela já é atendida pela manhã na LBV, é mais interessante deixar lá. Então, eu acho, é justamente um dos motivos pelo qual eu não saio do Centro da cidade, não saio não. [Onde você costuma ir para seu LAZER?]

Existem atividades de lazer no seu bairro?] Ou eu vou pra praia, eu sou louca por praia. Eu gosto de Cabedelo, Formosa, Praia do Poço ou então Cabo Branco mesmo. Ou então a Bica, a Lagoa. E para mim, minha saída de adulto mesmo, como diz assim, eu gosto de ir para um reggae que tem toda quinta-feira, na General Osório. Nem toda quinta eu vou, mas pelo menos uma vez por mês eu vou.

3ª SEÇÃO - Percepção de Segurança do Bairro

[Como você se sente quando caminha pelo bairro? Quais emoções você sente nos seus percursos?] Então, eu gosto demais do Centro, eu tenho um apego com essa área do Centro, a arquitetura, a paisagem, as lembranças da minha vida. Eu já tenho 46 anos, então eu vi muita coisa que a sua geração, por exemplo, não viu. Tem todas essas memórias, essas vivências, atora uma coisa que me adoece de ver é muitas casas abandonadas. O pessoal faz o que? Para ninguém entrar, eles tampam com cimento, com tijolo e deixam ali se acabando. Aconteceu um negócio com uma amiga minha. Ela foi numa casa, procurou a dona, a dona não alugou. 'Não, não alugo, porque quem veio por último, alugou, deixou um rombo de água e de energia. Eu não alugo para ninguém'. Aí o que foi que aconteceu? Invadiram, está invadida a casa. Não era melhor se ela tivesse alugado? Mas enfim, se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Eu também não queria estar na pele dela, mas eu queria que existisse uma solução. Que essas casas que ficam vazias por 1 ano, 2 anos, não sei quantos anos, 5, 10 anos, que a gente vê os filhos da gente crescendo, a gente passa na frente daquela casa e aquela casa está abandonada, criando mato, nascendo árvore, enchendo todinha de musgo por fora, no centro da cidade, e tanta gente precisando de casa. Não tinha um projeto que pudesse a gente simplesmente botar umas telhas, nem que fosse de zinco, porque nessas construções mais antigas do centro, o pé direito é bem mais alto. Coloca telha de zinco, não vai ficar quente não, porque é lá em cima. Devia ter um negócio assim, que obrigasse o pessoal a entrar mesmo na marra, cobrir só de zinco, ligar água e luz e dizer pronto. Isso aqui ficou fechado quanto tempo sem usar? 10 anos? Então pronto, agora vai servir para alguém, uma família fazendo um cadastro para tirar alguém do aluguel e a pessoa zelar por essa casa e não ficar assim. Mas movimentar. Porque essas casas que ficam vazias, o que acontece? Entra os crackentos, porque eles furam aquela parede, aquele muro, e ficam utilizando aquele espaço só para fazer coisa errada, para usar drogas, já aconteceu até homicídios, que a gente sabe. Nem um, nem dois, acontece direto. Na minha rua mesmo, mataram uma menina de 16 anos. A gente escutou um barulho de madrugada, 4 horas da manhã, quem ia na rua para olhar o que era aquilo? No outro dia a gente ficou sabendo que era dentro da casa abandonada, que o cara estava matando uma moça. Então tudo isso gera situação de violência, uso de droga, um uso totalmente equivocado daquele espaço que poderia estar sendo útil. Minha tristeza é essa. [Quais são as ruas ou áreas que você se sente segura no bairro?] Depende do horário, porque o Centro no horário comercial, é uma maravilha. Agora saindo do horário comercial, para a mulher, a mulher já se torna vulnerável. Por exemplo, eu gosto muito de andar de bicicleta, eu resolvo minhas coisas de bicicleta. Vou lá, faço as minhas compras, venho com as sacolas. Eu sempre transportei meus filhos de bicicleta, com menos de um ano eu já botava naquelas cadeirinhas que tem assim no guidão, andava para todo canto com eles. Mas, por exemplo, eu não vou para o meu trabalho de bicicleta, porque para ir é uma maravilha, mas para voltar é de madrugada. Para voltar, o percurso é o mesmo, o cansaço não seria mencionado. Mas é levado em questão porque tem um monte de crackento no meio da rua, doido para roubar uma bicicleta, um

celular, ou um dinheiro que eu trabalhei da minha diária para usar em droga ou coisa pior. Então eu não vou trabalhar de bicicleta por causa da violência. [Quais são as ruas ou áreas que você se sente insegura no bairro (causa medo, evita passar)?] Aquela parte ali perto da Casa da Pólvora, ali de noite, misericórdia, ali é muito perigoso mesmo. A gente não se atenta a isso, mas ali por trás da Igreja de São Francisco tem uma mata. Então, teve uma moça que é da outra comunidade, que ela já tinha problema psicológico, que usa remédio controlado, mas ela era usuária de crack, ela estava desaparecida de casa há uns dias e foram encontrar ela nessa mata. Foi uma tentativa de homicídio e tortura. Não sei como ela sobreviveu, mas com muitas sequelas. Então justamente ele levou ela pra onde? Para esse local, para essa matazinha que tem por trás da Igreja São Francisco. Nesses locais do Centro da cidade, é aí que entra esse negócio dessas casas abandonadas. Porque a gente está andando, a pessoa às vezes não tem malícia de entender, mas às vezes tem um monte de casa uma grudada na outra, mas tem uma ali que está abandonada. Para eles pegar uma mulher, levar para ali pra dentro e fazer o que quiser com ela, a gente está correndo risco. A área que eu mais tenho medo mesmo, que eu fico apavorada, nesses horários assim, é ali perto da Casa da Pólvora. Onde eu me sinto mais segura é da Avenida João Machado pra cá, já chegando para Jaguaribe, é minhas áreas, como dizem. Ou então na Avenida Trincheiras tem um pessoal que fica de madrugada, tem as prostitutas ali, pelo menos a gente vê gente, vê movimento, dá pra vir andando ali nas Trincheiras. Na parte mais alta, na parte mais baixa eu tenho medo. [Você já experimentou algum tipo de violência ou assédio no bairro?] Já. Nesse dia eu tinha ido de bicicleta para o trabalho, isso era duas horas da manhã, aí meu menino disse assim ‘mãe, eu estou aqui no Pavilhão do Chá com meus amigos, mas daqui a pouco os meus amigos vão embora, então eu vou ficar sem comunicação contigo. Tu estás perto de sair do trabalho?’ Eu disse ‘estou, me espere aí que eu vou aí’. Aí eu saí do trabalho, fui lá no Pavilhão do Chá. Ele disse ‘mãe, sobe no quadro da bicicleta que eu te levo’. Eu disse ‘não, vamos andando e conversando’. O vacilo foi meu. Aí quando a gente foi chegando lá perto do Mercado Central, aí chegou um noiado. Eu estava com uma mochila nas costas, meu filho estava com uma mochila nas costas, eu estava com dois celulares, eu estava com dinheiro das diárias que ganhei no final de semana. E estava com a minha bicicleta, que é tipo um achado, é muito boa minha bicicleta. Não é bonita não, mas é massa ela. O noiado estava querendo o que? Vender qualquer coisa para trocar em pedra. Ele veio, mas ele não conseguiu sucesso nessa. Porque quando ele derrubou a bicicleta, caiu a bicicleta para um lado, as duas mochilas pra o outro. Para meu menino ganhar tempo de recolher essas coisas, eu fui para cima do cara. O que ele pensava? Eu vou chegar lá na tia, ela vai se apavorar e vai entregar tudo para mim. Mas só que ele dançou, porque quando ele veio, eu fiz que ia bater na cara dele e comecei a gritar. Aí aqueles caras do Mercado Central, tem um monte de gente no Mercado Central ali de noite, escutaram voz de mulher e vieram. Ele levou uma surra daquele modelo, nunca mais vi aquele cidadão no meio da rua. Porque se eu tivesse visto, ele ia apanhar de novo. [O que você costuma fazer para evitar ou enfrentar situações de violência nos seus trajetos diários?] Depois desse dia, eu nunca mais fui de bicicleta para o trabalho. Para ir é uma maravilha. Eu economizaria o Uber, né? Porque para a gente que é mãe, qualquer 5 conto, é o lanche da criança levar para a escola. Nesse caso, a economia é eu pagar os 5 de ir mais 7 de voltar, ou 10, sei lá. Ou às vezes eu pego carona, às vezes eu divido o Uber. Às vezes tem um amigo meu que fica lá de madrugada perto de onde eu trabalho, ele mora na metade do caminho da minha casa, mas ele me deixa em casa e eu dou um prato de comida a ele. Aí eu não gasto o Uber. Então assim, tudo tem alternativas. É melhor do que eu perder meu celular, que eu vou gastar muito mais para recuperar. Desde

o ano passado, que tem um rapaz que está fazendo um treino de Muay Thay, gratuito só para mulheres, na Lagoa, domingo de manhã, 9h da manhã. Eu estou fazendo o treino de Muay Thay e eu acho que todas as mulheres deveriam fazer, ou Muay Thay, ou Jiu Jitsu, ou qualquer uma defesa, porque a gente muda até a forma de ver. Por exemplo, eu estava vendo uma notícia ontem, que o cara chegou no trabalho da ex-mulher e estava dando facada nela. Aí eu já imaginei, o jeito que segurou ela, como era que eu ia me defender, entendeu? A gente às vezes não tem noção da nossa capacidade e a gente pode muito, a gente pode muita coisa, é só acreditar que vai dar certo. [Quais os impactos da violência no seu dia a dia?] A minha preocupação maior é porque eu tenho filha mulher. A menina tem nove anos, então a minha proteção maior é com ela. Eu não posso me arriscar, porque justamente eu tenho que ficar viva para criar minha filha. O impacto que eu vejo na sociedade é na questão da violência contra a mulher, os caras já chegam na gente achando que podem passar uma cantada. O que eu acho ruim da cultura machista é isso, isso é uma forma de violência. Até agora todos os que eu tive um relacionamento mais duradouro, eram muito machistas, a ponto de querer me controlar, a ponto de querer me tolher. E essa questão também da violência física, em tudo a gente está arriscado. Você vê o quanto as mulheres não pode nem acabar um namoro, que os caras querem matar. Muito complicado. A questão do estupro também, que acontece todos os dias, a gente vê as notícias aí, é uma coisa que eu vivo aterrorizada com isso. É muito horrível só imaginar a situação. Ser mulher, eu digo sempre assim, ser mulher é você dormir, acordar, respirar, se locomover sabendo que você é vulnerável, que você é um alvo fácil. Quando uma mulher sofre uma violência, é como se eu tivesse sentindo na minha carne. Eu queria que alguém fizesse alguma coisa, mas já virou uma coisa tão corriqueira, tão natural, que ninguém faz nada. É muito decepcionante, é muito frustrante, pra mim, como mulher, eu queria que a sociedade defendesse mais as mulheres e as crianças.

- Mulher 09

1ª Seção - Perfil da Entrevistada

[Há quanto tempo mora no bairro?] Desde que eu nasci, fui para o Rio de Janeiro, passei 4 anos lá, mas voltei, estou aqui vai fazer 3 anos. [Qual o seu estado civil?] Eu moro com uma pessoa, mas eu não sou casada no papel. [Você possui filhos? Se sim, quantos?] Sim, dois filhos, um tem 7, o outro tem 5. [Qual a sua ocupação?] Agora eu só estudo, faço faculdade, Enfermagem. E dona de casa. [Qual a sua renda?] Só recebo o Bolsa Família, é 800 reais.

2ª SEÇÃO - Atividades diárias e Percursos no Bairro

[Quais são suas atividades diárias? Como costuma ser a sua rotina?] O mais velho participa de uma ong, na terça e na quinta, aí acordo, desço para pegar a van para ir pra Ong, que ele tem uma van própria da ong, faço o almoço deles, dou o almoço, eles vão para a escola de tarde, busco eles na escola e já vou pra faculdade à noite. [Como você se desloca até a faculdade?] De ônibus. Tem uma parada de ônibus aqui na Rua Nina Lima, na pista, ou desço e pego aqui no Distrito, vou para a Integração, pego o Cabo Branco para a Epitácio, e desço na Epitácio. [E na volta?] Na volta é a mesma coisa, pego o ônibus, desço na Integração, pego da Integração para cá. Geralmente eu desço para Ilha do Bispo, para fazer

o retorno, para descer no Distrito Mecânico, aqui embaixo, ou na Rua Nina Lima, ali em cima. Dependendo do horário, se eu sair tarde, eu só consigo descer aqui embaixo porque ele não sobe mais para lá. Se meu esposo estiver em casa, não estiver trabalhando, eu desço na Praça do Cemitério, ele vai me buscar. Para descer sozinha, eu tenho medo de vir por causa da questão de assalto. [Onde você costuma ir fazer compras?] Lá na Ilha do Bispo, os mercados daqui são muito caros. Lá o preço é mais em conta. [Onde você costuma ir para seu lazer?] Aqui não tem lazer né? A gente costuma ir na praia, levar eles na praia, na pizzaria, ou um lugar mais distante. Aqui não tem, infelizmente, onde levar, porque é muito perigoso. Só tinha a Praça do Cemitério, que antigamente a gente levava, mas hoje em dia é sem condições, tem muito assalto, a gente não leva mais. A gente só deixa eles brincando aqui na frente, olhando, no beco da vila que eu moro, para não sair, porque eu tenho medo de deixar eles na rua. [Aqui no Centro, tem algum lugar que vocês costumam ir?] Só a Lagoa. Aqui mesmo na comunidade e ao redor, não tem onde levar eles, não tem uma área de lazer aqui perto. A Lagoa e a Bica são os locais mais próximos que tem aqui. [Você tem lazer sem as crianças? Você costuma ir para onde?] Eu não costumo sair sem eles, eu já não tenho mais costume de sair sem eles. Acho que duas vezes que eu saí sem eles foi para lancha lá no Geisel. Tem uma rua bem movimentada que tem cachorro-quente, pizzaria, tudo numa rua só.

3ª SEÇÃO - Percepção de Segurança do Bairro

[Como você se sente quando caminha pelo bairro? Quais emoções você sente nos seus percursos?] Aqui na rua eu me sinto segura, aqui nunca teve questão de assalto, mas nas outras ruas, a partir da esquina para a praça, eu não costumo ir, já é outra comunidade, outra facção. Eu fui assaltada quando vinha do trabalho, estava trabalhando na época, não foi aqui perto, foi no Centro, perto do Shopping 4 400, na B. Rohan. Eu vinha do trabalho, vinha eu e minha prima, a gente trabalhava em lojas separadas, aí a gente se encontrava e vinha andando para casa pra economizar a passagem. A gente vinha, aí duas moças, uma botou a faca no pescoço da minha prima e a outra botou a faca na minha barriga. Eu até pensei em reagir na hora, mas como eu vi que a outra estava a faca no pescoço da minha prima e ela podia fazer alguma maldade, ela não tinha nada a perder, a gente tinha, aí eu só fiz entregar o celular a ela, minha prima entregou o celular e a gente teve que vir embora. A gente ainda voltou no trabalho, os colegas da gente ainda foram atrás, mas não encontrou mais. [Quais são as ruas ou áreas que você se sente insegura no bairro (causa medo, evita passar)?] Na Praça do Cemitério, teve a morte de um primo que foi lá, assassinaram um primo meu lá na Praça do Cemitério. Eu não gosto de ir para lá, eu já tinha medo de passar lá por conta desses assaltos que tem lá direto. Lá tem assalto direto. Às vezes fica uma viatura, mas é raramente. Mas é lá, e subindo na Integração. Também ficam várias pessoas lá, eles mexem, ficam soltando gracinha, tem muito usuário de droga, você vê aqueles usuários de droga na rua. Eu tenho muito medo de passar lá, principalmente à noite. É próximo à cracolândia. As moças que me assaltaram correram para lá. É um lugar que eu evito ao máximo passar. [Quais são os impactos e as consequências que você sente da violência no seu cotidiano?] Eu acho que isso influencia muito no psicológico, principalmente, porque acho que depois que aconteceu isso com meu primo, eu não tenho mais psicológico, mais nada, depois eu tive ansiedade, crise de ansiedade. Além das crianças que eram acostumadas com ele. Porque meu filho pergunta, aí para você explicar o que foi a situação, o porquê ocorreu, como ocorreu, é mais difícil explicar. O meu mais velho faz

terapia, ele sente tudo ao extremo, eu evito contar. A forma dele de se expressar é se isolar e chorar o tempo todo. E a falta de acessibilidade para psicólogos, psiquiatra, para fazer o tratamento.

- Mulher 10

1ª Seção - Perfil da Entrevistada

[Você nasceu em João Pessoa?] Não, nasci no interior da Paraíba, em Alagoinha. [Há quanto tempo mora na cidade?] Antes eu morava em Bayeux, aqui faz 4 anos. [Qual a sua idade?] Minha idade? Eu sou de 1948. [Então tem 76 anos. Qual o seu estado civil?] Viúva. [Você possui filhos? Se sim, quantos?] Tem um monte, agora homem eu não tenho não, só filha mulher, tenho 5. [Qual a sua ocupação?] Dona de casa [Qual o seu grau de escolaridade?] Eu estudei até o segundo ano do ensino fundamental. Eu leio alguma coisa.

2ª SEÇÃO - Atividades diárias e Percursos no Bairro

[Quais são suas atividades diárias? Como costuma ser a sua rotina?] Essa aqui, tomar conta de casa, fazer comida, varrer casa, passar pano, minha rotina é essa daqui. [Que outras atividades você costuma realizar no bairro?] Eu não faço nada, só gosto de cuidar de planta. Hoje eu estava lá embaixo cuidando de planta. [A senhora sai para fazer compras?] Se eu tiver o dinheiro na mão, eu vou para o mercado lá em Bayeux. Como a gente morou lá, a gente já tem o mercado que a gente é acostumada a fazer as coisas. Quando a gente vai fazer compras, a gente só vai fazer lá. [Como você se desloca para ir ao mercado?] A gente faz as compras e traz no Uber, traz as sacolas no Uber. [Onde você costuma ir para seu lazer?] Outra coisa que eu não tenho é lazer.

3ª SEÇÃO - Percepção de Segurança do Bairro

[Como você se sente quando caminha pelo bairro?] Eu não caminho, minha filha. Eu só vejo o povo olhando lá de cima. Por isso que eu sou doente de viver aqui, não gosto porque é lá em cima. Eu gosto é de estar no chão, de andar. [A senhora já recebeu lá em cima?] Não é meu não, é da minha filha, eu moro mais ela. [Quais são as ruas ou áreas que você se sente segura no bairro?] Eu só me sinto segura dentro de casa mesmo. Eu não conheço ninguém aqui, quem eu conheço é a família do pai do meu neto por aqui, esse povo daqui. Não conheço mais ninguém. O meu neto está aqui fora, mas eu fico chamando, porque eu fico com medo onde ele está, eu não me sinto segura. O povo fala tanto, eu fico preocupada. Ele está não sei aonde, está por aí mais os meninos, mas eu fico com cuidado. [O que a violência influencia na sua vida?] Eu fico com medo de tudo.

- Mulher 11

[Você mora aqui no Centro?] Não. [Você mora onde?] Jardim Planalto, Oitizeiro. [Mas você conhece aqui a região, o bairro?] Mais ou menos, quem conhece mais é elas, que trabalham aqui há mais tempo. [Qual o seu nome e sua idade?] Fulana, tenho 33. [Você trabalha aqui há quanto tempo] Faz uns 6 meses. [Como você se sente quando anda aqui pelo Centro?] Eu estou mais agora, né, que eu estou trabalhando aqui, mas é a praticidade de ter tudo perto assim. [Quando você caminha pelas ruas, quais as emoções que você sente?] Mulher, [eu me sinto] insegura, com medo, com medo de assalto, essas coisas, principalmente quando eu vou para a parte ali do Teatro [Santa Roza], eu vou lá sempre fazer depósito, e sempre eu vou com medo. Embora eu vá mexer no celular, que eu sei que é errado, mas eu vou com aquele medo de assalto, de alguém. [Lá você sente medo por quê?] Porque tem muito morador de rua, essa área aqui [apontando para a Cracolândia] tem muito usuário de droga, né? [Aqui nessa rua?] É. [E quais os lugares que você se sente tranquila?] Mulher, hoje em dia é meio complicado a gente se sentir segura, né? Mas, é mais em shopping que você anda tranquila, mas em rua assim, hoje em dia, não.

- Mulher 12

[Qual o seu nome?] Sicrana [E você tem quantos anos?] Vou fazer 62. [Eu queria saber como a senhora se sente caminhando pelo Centro] Tranquila, tranquila a gente não anda, por quê? Porque muitas vezes aparece, do nada, alguém que queira fazer um susto, carregar alguma coisa da gente. Aí totalmente tranquila eu não ando, mas procuro andar sem ter medo, entendeu? Porque, se a gente viver no medo, no medo, no medo, aí não sai de casa, não anda. Então a gente tem que enfrentar a realidade, entendeu? [Quais as áreas que você sente medo, que evita passar?] Ruas esquisitas, ruas que não tem ninguém, que está só a gente caminhando. Aí eu tenho medo, claro. Aqui no Centro eu não tenho medo, porque aqui é movimentado, cheio de gente, andando para lá e para cá, tem comunicação, tem os colegas, tudinho. E mesmo que não tenha os colegas, mas a gente vai andando e tem gente, então tranquiliza. [A senhora já sofreu algum tipo de violência aqui no Centro?] Já, na Lagoa. Tinha dois ladrões, um dançando na minha frente na parada, só tinha eu na parada. Eu, com a cara bem feia, fingindo que não estava vendo. Só que eu estava com atenção naquele, só que atrás de mim tinha o colega. Quando eu me virei assim, ele só foi botar o punhal no meu peito e carregou o celular. Ele não só botou o punhal, ele disse “passa o celular para cá” aí correu, entendeu? [Era durante o dia ou à noite?] De noite, eu tinha saído da igreja, aí estava na parada. A Lagoa ainda não era reformada, entendeu? Aí tinha muito, por todo lugar ali. E era umas nove horas da noite, aí eu estava esperando o ônibus, aí nisso que aconteceu isso, meu ônibus chegou. Ele estava puxando a bolsa quando meu ônibus chegou. Pegou o celular, e a bolsa ele estava puxando. Como ele viu que o ônibus parou, aí ele correu. Porque é o seguinte, a gente anda tranquila, mas tem que estar sempre atenta, porque a gente está andando por uma rua e pode ter alguém que está observando a gente, mas a gente não está vendo.

- Mulher 13

[Qual o seu nome?] Beltrana [Quantos anos a senhora tem?] Tenho 55 [A senhora mora aqui no Centro?] Róger, Varadouro. [Como a senhora se sente aqui no bairro?] A gente sente muita insegurança, o medo é constante, aqui é muito assalto, muita bandidagem, a gente anda com medo aqui. [Quais as ruas que você sente mais medo?] Essa daqui [apontando para a Praça Pedro Américo]. [Por que a senhora fica com medo?] Porque é onde os bandidos ficam mais. [E quais são as ruas que a senhora fica mais tranquila de andar?] Minha filha, aqui a gente não se sente muito bem não, em lugar nenhum aqui. A segurança aqui é muito precária. [O que poderia mudar para a senhora ficar mais tranquila?] Ter mais policiamento, o governo estruturar mais a cidade, botar postos de policiais para proteger a sociedade. Aqui a gente trabalha sem segurança nenhuma, até o quartel que tinha aí fechou. Fechou. [E como é aqui à noite?] Aqui de noite? É muito assalto, minha filha. [A senhora fica até que horas?] Eu vou mais cedo para casa, eu saio daqui cinco e meia, mas quem fica aqui até seis horas, sete horas da noite, já é todo mundo assaltado.

- Mulher 14

[Qual o seu nome?] Sicrana [Eu estou fazendo uma pesquisa sobre o Centro...] Aqui é perigosíssimo. Horrível o Centro, aqui é horrível. Ontem eu saí sete horas da noite, dei graças a Deus sair, porque o que tem de assalto, de marginal, não é brincadeira não. E não tem segurança não. Adianta o carro da polícia passar e eu estar em um beco desse estuprada? Quando eu gritar “ei”, quando ele vim me ouvir...Eles nem escutam, que eles estão com vidro fechado, no ar-condicionado. [M: O que acontece por aqui? Por que a senhora acha perigoso?] Os noiados, minha filha, que fumam pedra e cheiram cola. A Cracolândia é aqui atrás, mulher. De noite a galera pega o ônibus lá em cima [na Lagoa], porque não desce para a Integração com medo. Se descer, é capaz de ser roubado. A Cracolândia é aí atrás, filha, aí aqui até cinco e meia, você pode vir até cinco e meia, seis horas. Não, você pode ir ali agora que já tem um noiado na esquina. Outro dia aqui, na época da Copa [do Mundo de Futebol], levaram a bolsa da mulher, saíram correndo, os caras saíram atrás, o cara puxou uma faca maior do que eu. O Centro de João Pessoa é uma vergonha. Acabou-se. Porque aqui era para ser um lugar muito bonito, porque tem muito turista em João Pessoa, aí o povo quer conhecer a cidade antiga, as coisas antigas. Deus me livre que eu não vou ali naquele Centro Histórico. Eu tenho até medo de sair de lá nua, sem roupa. É perigosíssimo, muito noiado, muito noiado mesmo. Olhe, o Centro de São Paulo é horrível, eu cheguei agora de São Paulo, Deus me livre que eu não vou mais para a Igreja da Sé. É uma cracolândia, tudo tomado, você não consegue nem ficar. Você está aí e o povo está aqui fumando o crack dele, roubando outro ali, você vai se meter? De frente à Igreja da Sé, a coisa mais linda a igreja, você não consegue andar. Os centros das cidades estão uma vergonha, os governantes não estão prestando atenção. E eu acho que era para ter um olhar melhor para os centros, porque o centro é um lugar turístico. Eles esqueceram. [E quais são os lugares que você se sente segura?] Em casa, deitada. [E aqui no Centro?] Tem não, nem aqui, nem na Lagoa. A minha colega me chamou para um pagode que tem ali no meio da rua. Nem Uber vem, área de risco. É complicado, esse Centro todinho, da Lagoa para cá, está ruim, viu? [E a senhora mora onde?] Bairro das Indústrias. [Você trabalha aqui todos

os dias?] É, tu não está precisando de ninguém para trabalhar, não? Lavar, passar, cozinhar para teu pai e tua mãe?

- Mulher 15

[Eu queria saber como você se sente quando caminha pelo Centro] É inseguro, porque a gente não sabe quando vai ser assaltada ou não. [Tem assaltos aqui?] Tem, bastante. Muitas pessoas de rua que fazem o mal por aqui. [E quais são as áreas que você tem mais medo?] O Centro em si, todo ele. [Tem alguma área mais específica?] Essa parte daqui [apontando para a Cracolândia], que é o Varadouro, no caso, que é a parte mais perigosa que tem. [Qual a área que você se sente mais tranquila de andar?] A Lagoa, a parte da Lagoa. Dá para andar mais ou menos, mas nem tanto. [Por que?] Porque eu acho que lá tem mais segurança do que aqui. Aqui não tem. [E por que você acha perigoso aqui?] Por causa dos assaltos mesmo. [O que você acha que poderia mudar?] Se tivesse policiamento em várias esquinas, mas só tem quando é época de festa, de final de ano. [Já ocorreu algum episódio de assalto com você?] Já, vários. Mas não aqui nessa rua, mas no Centro eu já fui assaltada duas vezes. [Qual o seu nome?] Fulana. [Tem quantos anos?] 31.

- Mulher 16

[Qual o seu nome?] Beltrana [Qual sua idade?] 43 [Você mora aqui no Centro?] Não, eu moro no José Américo. [Você trabalha aqui?] Trabalho aqui. [Como você se sente quando você caminha aqui pelas ruas do Centro?] Como assim? Se é perigoso, alguma coisa assim? Não, fico tranquila. [Existe alguma área que você sente medo?] Mulher, tudo normal por aqui, visse. Agora assim, depende do horário, né. Durante horário de pico, horário comercial, é tudo normal. Agora ninguém vai andar depois de sete horas, oito horas da noite, aí realmente é perigoso. [Por que você se sente tranquila aqui?] Porque eu já estou acostumada por aqui, já faz um bom tempo que eu trabalho aqui. Agora assim, a gente não vai dar bobeira de andar com o celular na mão, de andar distraída mexendo no celular.

- Mulher 17

[Eu gostaria de saber como você se sente quando você anda aqui no Centro] Aqui no Centro está fazendo é medo, aqui está fazendo medo, aqui nesse Centro. É matança, assalto por aí, nas paradas de ônibus. Aí os ônibus não querem nem parar, de noite. Quando eu vou embora, venho para cá só um pedacinho, assim de quatro horas, mas tem que ir para a rodoviária, porque os ônibus não querem parar aí não [na Praça Pedro Américo]. [O que está acontecendo por aqui?] É assalto mesmo. Aliás, não é nem só aqui, geralmente é em todo canto, mas aqui como é muito esquisito... [A senhora mora por aqui?] Não, moro em Cruz das Armas, mas eu apareço por aqui. [Qual o seu nome?] É Beltrana. [Você tem quantos anos?] 58 [Quais são as áreas que você tem mais medo de andar?] Rua da República. Porque aqui é B. Rohan, aí é aquela lá, [a Rua da] República, que sobe e desce, na subida. [Por que você tem medo de lá?] Porque lá mata muita gente. Mataram, um dia desses, três.

[De que?] Tiro. Foi mês passado. Acho que não faz um mês ainda não. Mataram uma mulher aí por trás dos Correios, mataram dois na rodoviária, mataram dois aí e balearam outro aí na favela. O negócio não está bom por aqui não. [Por causa de drogas?] Eu não sei, sei dizer não. Eu apareço muito pouco por aqui, não sei. Deu de noite, o certo é ir para casa. Eu ainda fico até certas horas por aqui ainda, sentada por aqui. [Aqui tem alguma área que você se sente tranquila em andar?] Eu mesmo não acho não. Hoje em dia mais não. [O que você acha que precisaria mudar para que você se sentisse mais segura?] Ah, que aqui fosse que nem antigamente, que era o comércio aberto de noite, era fiteiro aqui, fiteiro acolá, por todo canto, movimento para cima e para baixo, tinha um fiteiro para a gente encontrar um café, um cigarro, qualquer coisa. Agora não tem porra nenhuma. Tinha um quartel aqui, outro ali. Aquele ali está fechado. Esse aqui, se acontecer um negócio, não dá nem tempo do policial vir. Perigoso, perigoso demais aqui. De noite por aqui fica ninguém, só na Lagoa acho que ainda fica alguém, mas por aqui fica não, e na rodoviária. [Na rodoviária fica movimentado?] Fica um pouquinho. Aqui direto tem um churrasco ali, ali em frente ao 4400, e o colégio. Aí o churrasco fecha de oito, o colégio, de nove. Pronto, fica tudo um breu por aqui. [Aí a senhora fica sozinha aqui na Praça?] É. [Essa praça passa alguém?] Só de dia, de noite só mesmo morador de rua ou assalto, quem queira roubar por aí. [Quer dizer que você falou que aí é uma favela?] É, aí por trás, esse beco aí é uma favela [apontando para a Cracolândia].

- Mulher 18

[Como você se sente quando caminha pelas ruas aqui do Centro?] Com medo da violência. Tem que andar assustada aqui. Hoje em dia a violência está maior que antigamente, aí eu ando meio assustada. Antes quando a gente via um homem, a gente corria para perto, em um lugar esquisito. Hoje a gente sai de perto, correndo com medo, a gente não sabe do coração de ninguém hoje em dia, está muito violento. [Quais são as ruas que você sente medo de andar?] Lá, no Varadouro, lá para baixo. Por lá é bem esquisito, principalmente esse horário. [E quais as áreas que você se sente segura?] Para lá, na Lagoa. Nem sempre, mas de vez em quando. [Qual o seu nome?] Fulana. [Você tem quantos anos?] 39. [Você trabalha aqui?] Eu trabalho no Distrito, aí eu estou esperando meu esposo, que está aqui. Mas eu estou sempre andando por aqui, porque eu sempre pego o ônibus aqui perto. Nesse horário, seis horas, pode ir lá para baixo que não tem quase ninguém andando. Seis horas, seis e meia, não tem mais ninguém.

- Mulher 19

[Eu queria saber como você se sente andando aqui pelas ruas do Centro] Eu me sinto meio insegura. Por conta que está havendo muita violência, feminicídio, violência contra as mulheres, aí eu me sinto assim. Mas, infelizmente, eu tenho que andar, porque ficar em casa parada, não tem como, né? Como é que eu vou arrumar alimento para mim, para o meu marido, que ele, infelizmente, ele está com um problema de visão, entendeu? Aí eu estou andando por conta disso também, entendeu? Mas à noite, assim meia noite em diante, eu fico resguardada já por conta disso. Porque está acontecendo muito feminicídio, violência contra as mulheres. Eu também já sofri já. [Você já sofreu algum tipo de violência?] Já, eu

já fui abusada, quando eu tinha 13 anos. [Quais são as áreas do Centro que você sente mais medo?] Rapaz, eu vou dizer a você, todas aqui, né, porque a pessoa quando sai assim, a pessoa não vai saber na esquina quem vai encontrar, né, ninguém sabe da mente de ninguém. Como agora, desci ali agorinha, o camarada estava ali ensanguentado, lá em cima ali, porque acabou de furtar uma loja ali, aí pronto, aí espancaram ele, está lá sentado, ali em cima na subida, todo ensanguentado. [Ali no Ponto Cem Réis?] Sim, ali na subida, está lá todo ensanguentado, porque ele foi furtar a loja lá, aí espancaram ele, pronto, mas a polícia está lá. [E você trabalha por aqui?] Não, senhora, trabalho não, no momento eu não estou trabalhando. Eu vim do Mercado Central, meu marido mora ali embaixo, na Praça dos Três Poderes, na Praça da Pedra. [Você mora por ali? Então você conhece aqui a área?] Não, nem tudo. Conhecer, conheço, mas as pessoas, a gente, não. As pessoas, a gente não conhece. Quem vê cara, não vê coração. Às vezes conhece a gente, como estou conhecendo a senhora e você está me conhecendo agora, mas ninguém sabe, daqui para ali, o que pode acontecer, né? [A senhora disse que a violência aumentou aqui na área?] Com certeza, e como. Por conta da droga, do crack, mais por causa do crack. [E tem muito crack por aqui?] Rapaz, aí eu não sei informar a senhora, não. Na minha opinião, acho que foi por conta do crack, mas se por aqui tem, eu não sei lhe informar, porque eu não sou usuária disso não. Mas que tem muito usuário, por aqui tem. Muito usuário, por aqui tem. [Tem alguma área que você ache tranquila de andar?] Até agora eu não encontrei. Só nessas horas assim, quando está mais favorável, enquanto as lojas estão abertas, aí sim. Depois que as lojas estão fechadas, aí não é favorável a pessoa ficar numa parada de ônibus, depois de altas horas. Quando as lojas estão abertas ainda, que tem movimentação, mas depois eu acho que não. A senhora andaria também quando tivesse as lojas fechadas por aqui? Eu mesma não me arriscaria não. Depois que tivesse as lojas tudinho fechada por aqui, que não tivesse um pé de gente, e ficar esperando na parada do ônibus, não é arriscado? [Qual o seu nome?] Sicrana. [E a sua idade?] 34.

- Mulher 20

[Como você se sente aqui no Centro?] Rapaz, a gente não tem segurança não, infelizmente, a gente sente medo, tem medo. Um dia minha prima veio, aí ia para Santa Rita. Como eu vivo mais aqui, porque meu menino tem um ponto de tapioca e eles [os usuários de drogas] passam, vê a gente, eles vêm comprar. Eu não tenho nada contra, cada um tem sua vida. Mas eu tive que levar minha irmã lá em cima [na Lagoa] no ponto do ônibus para ela não ser assaltada, infelizmente, porque era quase essa hora [18h]. [Por aqui tem muita violência?] Muito noiado, muitos usuários de drogas, aí eles pegam qualquer pessoa. [E quais são as áreas mais perigosas?] Aqui nesse beco, nessa esquina aí [apontando para a Cracolândia]. Qualquer canto aqui, tem dia que está esquisito, não tem muita gente não. A gente tem que se prevenir, não andar com nada. [E o que poderia mudar para que a senhora se sentisse mais segura?] Eu nem sei, a gente não tem nem opção, entendeu? As opções são muito poucas. Porque se a polícia for ficar rua acima, rua abaixo, eles têm outras obrigações, não só tem essa rua para tomar conta, tem várias. [A senhora trabalha aqui?] Não, meu filho que trabalha aqui. [Como é o seu nome?] Beltrana. [A senhora tem quantos anos?] Tenho 68. Mas eu sou agente de saúde, eu trabalho também. Quando eu termino meu trabalho, eu pego de sete, largo de uma, quando eu termino, aí eu venho. A gente anda com medo aqui, porque você subiu, faz medo. Se eu vou pagar uma conta ali, faz medo. A gente vive muito

sem segurança, ninguém sabe quem é quem. A gente sempre sai daqui cinco e quinze, cinco e meia, hoje como tinha pessoas, por isso que a gente ficou até agora. Mas a gente sai mais cedo. Quer mais alguma coisa? [Não, é só isso, obrigada]

- Mulher 21

[Como é o seu nome?] Fulana [Você tem quantos anos?] 37. [Eu queria saber como você se sente ao andar nas ruas?] Meu amor, eu me sinto ótima, sou dona de si, eu me mantenho. Eu faço programa, não tenho vergonha não. Vem quem quer, ninguém força ninguém. Eu venho o dia que eu quero, trabalho a hora que eu quero, faço o que eu quero, como o que eu quero e assim vai. Se eu quiser rolar a noite toda hoje, eu rolo, eu trabalho para mim. Aparecendo, né. [E você fica aqui nessa praça ou você vai em outros...] Não, eu só frequento aqui, eu gosto daqui, eu me adaptei aqui. Faz nove anos que eu estou por aqui. [E por aqui é tranquilo?] Mais ou menos, por aqui tem de tudo, tem tráfico, tem roubo, tem prostituição, tem confusão, aqui tem homem de bem, aqui tem gente direita, aqui é uma praça pública, dá todo mundo, todo tipo. Já morreu gente aqui nesse banco, já morreu gente na outra praça, aqui tem de tudo. Porque a violência está muito grande, filha, está mais do que naquele tempo quando eu era novinha. Os outros para matar uma pessoa, matava de madrugada. Hoje em dia, qualquer hora aqui, morre gente de uma hora da tarde, de manhã, de noite, não tem hora para acontecer as coisas não. Você não assiste jornal? Você não vê o que passa no jornal? Só tragédia. [Não, mulher, eu não assisto jornal]. | Mulher 22 se aproxima e fala: Eu concordo plenamente com você, sabe por quê? Porque só está passando o que não presta, é tanta coisa feia. Hoje a televisão está sendo um filme de terror | Mulher 16: Eu assisto. A gente convive em um ambiente perigoso, a gente tem que assistir o jornal para ficar mais orientado.

- Mulher 22

[E você, o que acha aqui do Centro?] Eu? [Sim, como é seu nome?] Beltrana [Qual sua idade?] 30 anos [O que você sente ao andar pelas ruas? Que emoções você sente?] As emoções que eu tenho é que, às vezes, tem uns que soltam muita piada, tem uns que são muito engraçadinhos, soltam piada, soltam liberdade. Às vezes chamam você para sair e não pagam. Também tem essas situações, não é? Diz até que foi roubado sem ter sido. Às vezes está só com aquele dinheiro e diz que foi roubado só para prejudicar a gente, também tem isso. [Qual área você sente mais medo?] Na minha opinião, hoje em dia quem faz o ambiente é você. Perigoso está em todo canto. mas hoje em dia quem faz o ambiente é você, você sabendo entrar e sabendo sair. Faz muito tempo que eu estou por aqui. A gente ri, a gente chora, mas a gente está todo dia aqui, na luta. Deus está conosco, e a gente vai levando a vida como Deus propõe para nós. Mas a gente passa por muito risco aqui. [Quais são os tipos de risco que você passa?] Uma bala perdida. A gente quando sai de casa, a gente já está correndo risco, a gente está arriscando nossa vida. [Já aconteceu aqui?] Aconteceu já, muitas vezes aqui, já morreram muitos aqui em João Pessoa de bala perdida, pessoas inocentes. Na hora errada, você está ali na hora errada e pega em você.